

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**PARTIDOS E ALIANÇAS POLÍTICAS NA “MOSCOUZINHO
DO BRASIL”: Os comunistas e as eleições municipais de outubro
de 1947 em Jaboatão-PE**

DIEGO CARVALHO DA SILVA

Niterói
2015

DIEGO CARVALHO DA SILVA

**PARTIDOS E ALIANÇAS POLÍTICAS NA “MOSCOUZINHO
DO BRASIL”: Os comunistas e as eleições municipais de outubro
de 1947 em Jaboatão-PE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de mestre em História sob orientação do professor Dr. Jorge Ferreira.

**Niterói
2015**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Diego Carvalho da.

Partidos e alianças políticas na “Moscuzinho do Brasil”: os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão-PE / Diego Carvalho da Silva. – 2015.

169 f.

Orientador: Jorge Ferreira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 162-169.

1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Pernambuco (PE). 3. Jaboatão (PE). I. Ferreira, Jorge. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 324.2

DIEGO CARVALHO DA SILVA

**PARTIDOS E ALIANÇAS POLÍTICAS NA “MOSCOUZINHO
DO BRASIL”: Os comunistas e as eleições municipais de outubro
de 1947 em Jaboatão-PE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de mestre em História sob orientação do professor Dr. Jorge Ferreira.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jorge Ferreira (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Andréa Casa Nova Maia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr. Marly de Almeida Gomes Vianna
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Karla Guilherme Carloni (Suplente)
Universidade Federal Fluminense

Agradecimentos

Acho que esta parte, aparentemente a mais fácil de ser feita em toda a dissertação, para mim se tornou uma das mais complexas. Não por conta de quaisquer dificuldades em reconhecer o apoio que recebi nesses últimos anos de muito esforço e dedicação, mas sim porque é uma tarefa injusta que terminará me obrigando a esquecer de algo ou de alguns que foram importantes em cada passo dado na elaboração deste trabalho. Enfim, começo então agradecendo a todos que estiveram no meu lado no decorrer desta curta jornada de quase dois anos e que a todo instante me davam forças para seguir em frente.

Primeiramente agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo subsídio fornecido para possibilitar a dedicação exclusiva na elaboração deste trabalho. Sem o apoio desta instituição acredito que muita coisa teria sido diferente. Minha gratidão também aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) em Pernambuco, em especial aos que trabalham no setor de periódicos e no acervo da Delegacia de Ordem Social e Política (DOPS-PE), sempre bem receptivos e ajudando na medida do possível para reunião das fontes que necessitei no decorrer do estudo. Não posso esquecer de ser grato também aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) que foram meus “vizinhos” durante minhas estadias semanais em Botafogo e também me ajudaram bastante, seja no exercer dos seus ofícios e também com a cordialidade que sempre fui recebido. Agradeço finalmente aos funcionários da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que também me atenderam com gentileza sempre que precisei.

Agradeço a Magali Engel, Gizlene Neder, Ismênia Martins e Américo Freire, professores que ministraram os cursos que frequentei e contribuíram bastante para o meu amadurecimento intelectual, assim como para o enriquecimento da minha pesquisa. Sou grato às professoras Andréa Casa Nova e Marly Vianna por terem aceitado o convite de integrarem as bancas examinadoras, tanto da qualificação como também de defesa, e exporem suas leituras críticas que foram fundamentais para a lapidação dos meus escritos finais.

Ao orientador e amigo Jorge Ferreira serei eternamente grato. Este merece um parágrafo especial e exclusivo. Jorge foi um dos grandes responsáveis pela minha chegada ao Rio de Janeiro e pelo investimento nessa empreitada que foi cursar o mestrado em outro estado, longe de tudo e de todos que eu conhecia. Sua participação foi quase integral em todos os passos que fui dando, sempre incentivando, criticando meus textos, mostrando caminhos a serem seguidos e sendo, ele próprio, um exemplo a ser seguido. Jorge, que poderia bem

restringir seus apoios apenas à esfera acadêmica, sempre que possível foi um amigo, outras vezes um pai. Aprendi muito, mas muito mesmo. Confesso que a convivência com Jorge é um divisor de águas na minha vida não apenas profissionalmente: Jorge é um orientador para a vida. Sendo assim, o mínimo que posso fazer é agradecer e registrar o carinho, o respeito e a admiração que tenho pelo meu amigo e orientador Jorge Ferreira.

Registro meu agradecimento aos camaradas que conheci no decorrer desses dois últimos anos. Foram muitos, mas gostaria de destacar alguns nomes dos que estiveram mais presentes e se fizeram um oásis em meio a um horizonte que muitas vezes me deixava temeroso em avançar. Agradeço a Renato Pereira, Felipe Paiva, Bruna Iglezias, Manuel Matine, Aryanny Silva, Luís Ricardo, Talyne Portela e Elizabeth Souza pela convivência nos cursos e nos corredores da UFF, onde se tornaram parceiros dos quais guardo lembranças com muito carinho. Deixo um agradecimento especial a Flávia Ferro e a Nathália Sanglard que se tornaram grandes amigas pelas quais tenho um carinho especial, pelos ouvidos atentos e pelas mãos estiradas para me ajudar sempre que precisei. Só resta reforçar meu agradecimento pelo carinho e gentileza de sempre dessas duas moças queridas.

No Rio de Janeiro, conquistei amigos além dos muros da UFF que também merecem ser lembrados. Minha gratidão ao pessoal do Alpha Hostel: Léo, Pedro, Lana e Mauro que sempre me acolheram com muito carinho no albergue que virou minha segunda casa nesses últimos anos. Agradeço ao meu amigo Marcelo Renan que por um tempo também me forneceu abrigo junto com seus amigos Igor Souza, Juno Alexandre, Alexandro Demathé, Glauco e Leonardo Amaral os quais viraram também parceiros que levo para a estrada da vida. Meu agradecimento também a pessoas especiais como Jayme Ribeiro e Michelle Reis que tive o prazer de conhecer através de Jorge e que me ajudaram nessa travessia.

Do Recife vinha outra parte do suporte da minha estrutura que me ajudou nessa caminhada. Agradeço aos amigos de longa data: Max Hainn, Stênio Lima, Eduardo Aleixo e Felipe Nápoles, companheiros da vida e do dominó, que estiveram presentes e de braços abertos sempre que precisei. Agradeço também aos amigos que conheci na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): Diogo Cordeiro, Alex Moura, Igor Almoêdo, Priscila Costa, Raphael Santos, Thayana Santos, Izabel Santos, Augusto Neves, Thiago Nunes e Lídia Rafaella. Todos foram direta ou indiretamente importantes para que eu corresse atrás dos meus objetivos e sempre me deram o apoio necessário. Fica aqui um agradecimento especial a Taciana Santos, uma amiga que conquistei com muito esforço e que tem um lugar especial reservado na minha memória. Taciana contribui para meu crescimento intelectual desde quando foi monitora em um curso da UFPE e me estimulou a dar um pontapé inicial em

minha atual pesquisa. Com ela aprendi muitas lições da academia e da vida, a mais preciosa delas foi a de que devemos cuidar dos nossos amigos. Muito obrigado por tudo, Taciana. Você não tem noção do quanto foi e ainda é importante para minha vida.

Deixo também um agradecimento especial à família de Manoel Calheiros. Agradeço a Marília Calheiros que me recebeu de braços abertos e sempre foi muito gentil ao me ceder entrevistas e conversar por algumas tardes. Ao seu marido, Nereu Guerra, e seu filho, Luciano Guerra, que também nunca mediram esforços para me ajudar fornecendo seus testemunhos e informações fundamentais para a concretização desta pesquisa. Muito obrigado a todos. Aceitem estes escritos como uma retribuição pelo carinho e afeto de sempre.

Agradeço aos meus pais Paulo Roberto e Júlia Márcia, peças fundamentais do meu alicerce. Os dois nunca deixaram de acreditar nas minhas escolhas e estiveram ao meu lado me apoiando com carinho e amor de sempre. Sem os desafios teriam sido ainda mais árduos. Sendo assim, sou grato por tudo que fizeram e fazem até hoje. Conto um dia poder retribuir tudo que fizeram por mim e espero que entendam as faltas que cometi nesses últimos anos por conta das exigências e da reclusão que às vezes a vida acadêmica exige. Enfim, saibam que meu amor por vocês é grande demais, muito obrigado por tudo. Ao meu irmão Igor registro também meu agradecimento. Apesar das nossas diferenças, que não são poucas, suas grandes qualidades, a dedicação e a disciplina foram sempre referências na minha trajetória e me fizeram perseverar nos momentos mais difíceis.

Por fim, agradeço a pessoa mais importante para que eu chegasse até onde estou. A minha eterna namorada, Mirella Izídio. Estando comigo há mais de uma década, dividiu momentos de alegrias e tristezas. Desde os tempos do colégio, em que eu mal sabia o que queria fazer da minha vida e trabalhava num supermercado pensando em cursar Administração, passando pela escolha de prestar o vestibular para História na UFPE, pelos quatro anos dedicados ao curso, pela esperada hora da colação de grau, pelo primeiro fracasso na seleção da UFF, pela primeira de muitas viagens ao Rio, pelo meu reerguimento e sucesso em mais uma tentativa no ano seguinte, pelas dolorosas despedidas semanais quando saía de casa, pela companhia durante as madrugadas que passei nos aeroportos, pela aprovação no primeiro concurso para professor e por muitas tantas coisas que vivenciamos nessa longa estrada da vida. Te agradeço por tudo. É muito bom poder ter você ao lado, crescer e ver a vida acontecer junto com você. Que continuemos assim servindo de espelho um para o outro, aprendendo como assimilar nossas virtudes e vivendo esse amor que é a nossa maior conquista. Muito obrigado por existir, te amo.

Enfim, agradeço a todos por estarem ao meu lado e contribuírem para a concretização de uma meta estabelecida. Sintam-se todos abraçados e saibam que estarei sempre com a mesma disposição sempre que precisarem. Por fim, registro o reconhecimento para os que foram peças importantes na elaboração de um quebra-cabeça que agora concluído toma forma de dissertação. Como diria um sábio poeta: “Depois de tantas batalhas a lama dos sapatos é a medalha que ele tem pra mostrar.” Portanto, entrego a todos o meu calçado.

Pela vida compartilhada, dedico estas linhas a Mirella Izídio.

Resumo

Os dois primeiros anos da experiência democrática brasileira (1946-1947) foram marcados pela participação inédita dos comunistas na política nacional. Após legalizado, o Partido Comunista do Brasil (PCB) passou a exercer influência considerável nos principais centros urbanos do país, intensificando o temor entre os setores anticomunistas. Em maio de 1947 o registro do PCB foi cassado, deixando os comunistas novamente na ilegalidade. A partir da proscrição de sua legenda, os membros do PCB passaram a buscar meios alternativos para continuarem ativos na política nacional, utilizando de seu eleitorado fiel para atrair o apoio dos diversos partidos existentes. Em Pernambuco as alianças com os comunistas foram presentes durante todo o período democrático. Essa dissertação pretende recuperar os caminhos percorridos pelos comunistas de Pernambuco em busca de alternativas para a manutenção de sua influência. Em particular será analisado o caso das eleições municipais na cidade de Jaboatão onde, através da aliança com o Partido Social Democrático (PSD), os comunistas conseguiram eleger o médico e militante do PCB Manoel Rodrigues Calheiros como prefeito do município nas eleições de 26 de outubro de 1947. A dissertação almeja ainda contribuir para a historiografia sobre as esquerdas, tendo como foco principal a reflexão sobre as culturas políticas do período, em especial no estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil. Pernambuco. Jaboatão.

Abstract

The first two years of the Brazilian democratic experience (1946-1947) were marked by unprecedented participation of the Communists in national politics. After legalized the Communist Party of Brazil (PCB) began to exert considerable influence in the main urban center of the country, intensifying the fear among anti sectors. In May 1947 the PCB registration was revoked, leaving the Communists again illegally. From the proscription of his legend, PCB members began to seek alternative means to remain active in national politics, using his faithful electorate to attract the support of many existing parties. In Pernambuco alliances with the Communists were present throughout the democratic period. This dissertation aims to recover the paths taken by the Communists of Pernambuco in search of alternatives for maintaining its influence. In particular will be analyzed the case of municipal elections in Jaboatão city where, through an alliance with the Social Democratic Party (PSD), the communists were able to choose the doctor and militant PCB Manoel Rodrigues Calheiros as mayor of the municipality in the October 26 elections 1947. The thesis also aims to contribute to the historiography on the left, with the main focus the discussion on the political cultures of the period, especially in the state of Pernambuco.

Keywords: Communist Party of Brazil. Pernambuco. Jaboatão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – Mapa de Jaboatão-PE.....	53
FIGURA 02 – Mapa de Santa Luzia do Norte-AL.....	61
FIGURA 03 – Mapa de Borborema-SP.....	66

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Eleições para o Senado da República – 2 Dezembro de 1945.....	44
TABELA 02 – Lista dos engenhos fundados no vale do Mundaú no século XVIII.....	57
TABELA 03 – Lista de médicos que prestavam serviços gratuitos por indicação do PCB.....	87
TABELA 04 – Resultado das eleições de 19 de janeiro de 1947 para deputados estaduais.....	99
TABELA 05 – Eleições de 19 de janeiro de 1947 em Pernambuco.....	126
TABELA 06 – Chapa popular do PSD para as eleições municipais de 1947 em Jaboatão.....	134
TABELA 07 – Programa mínimo dos candidatos populares em Jaboatão.....	138
TABELA 08 – Resultado das eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão..	142
TABELA 09 – Quadro geral das eleições municipais 1947 em Pernambuco.....	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BC	Batalhão de Caçadores
CE	Comitê Estadual
CM	Comitê Municipal
CNOP	Comissão Nacional de Organização Provisória
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
DNT	Departamento Nacional do Trabalho
DOPS-PE	Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco
DPS	Divisão de Polícia Política e Social
EUA	Estados Unidos da América
GWBR	Great Western Brazil Railway
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MUT	Movimento Unificado dos Trabalhadores
ONU	Organização das Nações Unidas
PAN	Partido Agrário Nacional
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PP	Partido Popular
PPP	Partido Popular Progressista
PPS	Partido Popular Sindicalista
PR	Partido Republicano
PRD	Partido Republicano Democrático
PRP	Partido de Representação Popular
PRP	Partido Republicano Progressista
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TOP	Trabalhador Ocupa teu Posto
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UJC	União da Juventude Comunista

Sumário

Introdução	15
Capítulo I - Pernambuco no contexto da transição democrática (1945-1947)	20
Capítulo II - Trajetória Política Manoel Calheiros	57
Capítulo III – O Longo ano de 1947	94
Capítulo IV – Rumo à “Moscouzinho”	124
Conclusão	158
Bibliografia.....	162
Apêndice.....	170
Anexos	172

Introdução

O ano de 1945, no Brasil tem como marca a transição democrática e a fundação de novo sistema partidário. No início daquele ano o Estado Novo já apresentava sinais claros de desgastes que, conjugados a fatores internacionais, sobretudo ao final da Segunda Guerra, iriam levar ao seu declínio. Durante este processo surgiram diversas agremiações políticas que inicialmente foram organizadas em torno de ideias e projetos distintos para a nação.

Com a queda de Vargas e a realização das eleições em dezembro de 1945 – em que se sagrou como novo presidente o general Eurico Gaspar Dutra –, o Partido Social Democrático (PSD) passou a dar continuidade ao processo de transição democrática, tendo em vista que, além do controle do Poder Executivo, ainda foi majoritário no Senado e na Câmara Federal. Nesse período foi notável a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) apresentando-se com força hegemônica sobre as esquerdas e terminando por gerar desconfortos para os setores anticomunistas. Em setembro de 1946, por fim, foi aprovada a nova Constituição do país pela Assembleia Nacional Constituinte. Nela foi determinada a realização de eleições estaduais em 19 de janeiro do ano seguinte. A partir daí, o processo de transição democrática transferiu-se para os estados da Federação. Em Pernambuco o ano de 1947 foi marcado pelos embates entre as duas maiores forças políticas do estado, o PSD e a UDN (União Democrática Nacional). Esta disputa deu o tom dos encaminhamentos para a elaboração da Constituição Estadual aprovada em fins de julho e que foi marcada pela ação conjunta do PSD e PCB dentro da Assembleia Legislativa do estado.

Contudo, no decorrer deste processo, o Partido Comunista foi cassado e as ações dos comunistas foram sendo cerceadas cada vez com maior rigor. Em Pernambuco as eleições municipais foram marcadas para 26 de outubro de 1947. Elas representaram a retomada das campanhas dos comunistas em busca da manutenção de sua influência política no cenário nacional, mesmo na ilegalidade, atuando politicamente através de alianças com as legendas existentes. Destacou-se no pleito municipal, através de um acordo interpartidário entre o PSD e o PCB, a vitória na cidade de Jaboatão do médico comunista Manoel Rodrigues Calheiros que se tornou o primeiro prefeito comunista eleito no Brasil. Este trabalho busca compreender esse acontecimento e o contexto político que possibilitou a composição entre legendas partidárias com ideologias – política e social – divergentes, mas que se uniram em consequência das particularidades locais. Um dos objetivos da pesquisa é compreender a aliança entre PSD e PCB e as suas motivações.

A formação de alianças interpartidárias não foi novidade na política nacional. Acordos e pactos partidários são sustentados por concessões e trocas de interesses e que são fenômenos

inerentes à esfera político-eleitoral – em que nem sempre os critérios ideológicos são os mais importantes, predominando os interesses políticos de cada agremiação. No decorrer deste trabalho são apresentadas algumas motivações que levaram a composição entre comunistas e pessedistas no município de Jaboatão, Pernambuco. A aliança observada com olhar superficial pode causar espanto. A surpresa maior é decorrente das diferenças entre os projetos político-ideológicos de ambas as legendas, agravando-se o fato de que a cassação do PCB e demais práticas de perseguição contra os comunistas estavam sendo empregadas pelas lideranças nacionais do próprio PSD. É de se suspeitar mais ainda como é que os comunistas na ilegalidade conseguiram eleger um prefeito dentro de um grande centro industrial do estado através de um partido sem quaisquer ligações diretas com os operários.

O episódio, apesar de ser conhecido e citado em algumas passagens nos livros de cronistas da cidade e nas memórias de alguns militantes do PCB, necessitava de estudo que buscasse compreender e explicar o contexto sociopolítico em que estava inserido. Ao eleger o primeiro prefeito comunista do país, Jaboatão reforçou sua fama nacional de “Moscouzinho do Brasil” adquirida durante a resistência contra as tropas do Exército no levante de 1935. Sendo assim, procuro explicar como e porque este município recebeu esta alcunha e que consequências isso iria trazer para a população da cidade: uma fama que tanto incomodava aos mais conservadores daquele município e que por isso deveria ser esquecida em sua história, o que, de certa forma, ocorreu, observando-se que atualmente grande parte dos habitantes do município carece de informações sobre a eleição e a gestão do comunista Manoel Calheiros nos anos 1940. Perante isto, foi preciso construir a trajetória política do médico comunista Manoel Rodrigues da Silva Calheiros, à época conhecido nacionalmente após se tornar o prefeito de Jaboatão, para que fosse possível compreender as motivações que o levaram para o centro do debate político em Jaboatão. Para tanto, são também revisitados os caminhos traçados pelos comunistas com objetivo de compreender sua atuação na política pernambucana entre os anos de 1945 e 1947.

A pesquisa investiu em questões que ainda não tinham sido abordadas pela historiografia nacional e pernambucana, o que requer análise do contexto sociopolítico durante os dois primeiros anos após o fim do Estado Novo em Pernambuco, especificamente na cidade de Jaboatão. Busquei, assim, compreender o contexto histórico que permitiu a efetivação destas alianças e quais foram suas consequências para a política local. Os acordos interpartidários realizados no período da redemocratização em Pernambuco ainda reclamam estudos aprofundados que busquem compreender o contexto que possibilitou a união de legendas políticas com projetos ideológicos tão divergentes, como a que este trabalho se

propôs a analisar. Como e por que se aliaram comunistas com pessedistas? Uma aliança instável desde o seu princípio e que provocou a desconfiança de integrantes de ambos os lados ao ponto de personagens com um passado marcado pela luta contra o comunismo – como ocorreu com Etelvino Lins – passarem a ser vistos por uma parcela da sociedade pernambucana como pessoas contaminadas pelo “vírus vermelho” que a tantos atormentava.

Com a atual tendência à inovação de temas e abordagens, fruto das novas perspectivas historiográficas, foi possível ampliar o campo de visão dos historiadores tanto em relação a temáticas e fontes, como no diálogo com outras disciplinas. É partindo desta perspectiva e com estes interesses que neste trabalho é proposto um diálogo entre as diversas fontes documentais disponíveis, contando, ainda, com relatos de memória de personagens que viveram a época em análise.

Esta dissertação tem como base teórico-metodológica a proposta desenvolvida pelos historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis: defender uma perspectiva histórica que busque analisar os caminhos percorridos pelas esquerdas como um movimento amplo e diversificado, abarcador de orientações e perspectivas heterogêneas, porém com um ideal de reforma que caminha homogeneamente em busca da igualdade social. Estes autores defendem ainda que a história da esquerda brasileira ultrapassa o prisma político partidário, devendo assim ser analisada sob diversas perspectivas da história política, social e cultural.¹

No primeiro capítulo intitulado *Pernambuco no contexto da transição democrática (1945-1947)* pretendo analisar o cenário da política nacional, tendo como ponto de partida, o período final da transição democrática, entre o fim do Estado Novo e o início da democratização. É abordada a reestruturação do sistema partidário, buscando compreender a composição de cada uma das agremiações que surgiram no contexto pós-45. Em seguida é analisado o contexto político. São discutidas questões relacionadas com a atuação dos comunistas no estado de Pernambuco durante o período. O primeiro tópico encerra-se com uma a descrição de alguns aspectos sociais, políticos e econômicos da cidade de Jaboatão, palco dos acontecimentos mais centrais deste estudo.

O segundo capítulo apresenta *A trajetória política de Manoel Rodrigues Calheiros*. O interesse principal ao se propor a construir os caminhos políticos do médico alagoano Manoel Rodrigues da Silva Calheiros é o de conhecer, dentro do possível, as veredas percorridas por este personagem para que assim possa chegar ao contexto do recorte temporal que esta

¹FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. In: “Introdução”. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)*. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 12.

pesquisa se determina a aprofundar. Para tanto, realizei breve exposição de sua origem familiar, partindo para sua formação escolar e acadêmica, sua convivência nas redes de sociabilidades, sua relação com os filhos e a visão de mundo que ele foi construindo dentro de um universo diverso e amplo, que nem sempre era ditado por regras rígidas e isoladas, como afirmou o antropólogo Gilberto Velho:

“Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidas contextualmente.”²

É preciso mergulhar no universo das culturas políticas³ que influenciaram a formação contínua das ideias de Calheiros, tendo-se a clara convicção de que, apesar de todos os cuidados e dos rigores impostos a esta pesquisa, restarão ainda lacunas a serem preenchidas, não sendo isso, porém, interpretado como um problema. É preciso enfatizar que a abordagem dada distanciou-se da perspectiva tradicional que valorizava os grandes personagens. Trata-se de enfoque superado no campo historiografia. Sigo, aqui pressuposto sugerido por Philippe Levillain ao afirmar:

“Esse tipo de biografia pode também revelar constantes, indicar diferenças, captar a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida. Tudo depende do nível significativo do personagem. E é certo que quanto menos ele se situar entre os protagonistas da história, mais o ensinamento tem chance de ser rico”.⁴

Busquei, neste fragmento, narrar a vida de um personagem, articulando os acontecimentos individuais com os coletivos, observando esta relação como uma via de mão dupla. Visto isso, é possível afirmar que os historiadores têm amplas ferramentas metodológicas que os colocam num lugar privilegiado neste campo temático.

A atuação dos comunistas nas eleições é examinada no terceiro capítulo, intitulado *O longo ano de 1947* em que é analisado o pleito de janeiro e os principais fatos políticos que se desenvolveram em Pernambuco no decorrer do ano. Porém, o foco dado não foi apenas nas

² VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 46. (grifos do autor)

³ Ao definir o termo, Serge Bernstein serve-se dos estudos de Jean François Sirinelli, que considera as culturas políticas como uma espécie de código e de um conjunto de referentes formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política. BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Lisboa : Editorial Estampa, 1998, p. 350.

⁴ LEVILAIN, Philippe. "Os protagonistas: da biografia". In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas/Editora da UFRJ, 1996, p. 175.

eleições, mas sim no contexto político e social da região, buscando compreender os caminhos percorridos pelos comunistas, que foram surpreendidos no mês de maio com a cassação do registro de seu partido. As particularidades locais, com destaque para o grande número de comunistas nas cidades industrializadas do litoral e da Zona da Mata do estado, possibilitaram a abertura de algumas brechas para a atuação, mesmo após o PCB ser considerado um partido ilegal.

O quarto capítulo, *Rumo à “Moscouzinho”*, trata de apresentar uma análise do jogo político em Jaboatão que terminou com a indicação de Manoel Calheiros como candidato a prefeito da cidade pela legenda do PSD com o apoio dos comunistas. Por fim, em 26 de outubro, Calheiros foi eleito e semanas depois empossado no cargo. Ainda nesse momento é abordada a repercussão deste acontecimento local e nacionalmente, através da análise de jornais e relatos de memória que buscaram retratar o fato a partir de diversos pontos de vista. O capítulo finaliza com uma análise dos reflexos deste acontecimento na vida de Manoel Calheiros a partir dos relatos de memória de seus filhos.

O objetivo maior aqui é analisar o contexto sociopolítico durante os dois primeiros anos do pós-Estado Novo em Pernambuco e concomitantemente na cidade de Jaboatão. Desta forma, busco compreender as motivações das alianças políticas que foram feitas no período abordado, partindo de um caso particular da cidade pernambucana que é emblemática para demonstrar indícios dos caracteres inerentes à política nacional. Portanto, trata-se não apenas de simples estudo de caso, mas sim de uma pesquisa em que se busca apresentar uma problemática local que está inserida em um campo maior: o da vida política, partidária e eleitoral brasileira.

Capítulo I – Pernambuco no contexto da transição democrática (1945-1947)

O fim do Estado Novo e o processo de democratização

O ano de 1945 foi marcado por transformações em todo o mundo. Internacionalmente chegavam as notícias de que o exército alemão, que por tempos aparentava ser imbatível, passou a sofrer grandes perdas para o exército aliado.⁵ Os conflitos na Europa tem fim em meados de maio do mesmo ano, quando a Alemanha sucumbiu perante as tropas aliadas. A resistência oferecida pelos soviéticos seria um fator crucial para a mudança do rumo dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, visto que o Exército Vermelho liderou a frente oriental e obrigou o recuo das tropas alemãs.

Dentro deste contexto, a política brasileira sentiria os efeitos das transformações que estavam sendo encaminhadas em todo o mundo. Segundo Jorge Ferreira “Com o avanço das tropas aliadas e a derrota próxima do nazifascismo, o Estado Novo, sobretudo no segundo semestre de 1944, dava mostras de esgotamento político”.⁶

Durante o Estado Novo iniciado em fins de 1937 o Presidente Getúlio Vargas havia instituído a ditadura. Os fatos indicam que em princípios de 1945 podemos afirmar a vigência de um governo ditatorial e antidemocrático no Brasil, porém, a partir de fevereiro deste ano, já seria possível identificar alguns indícios do encaminhamento do processo de abertura política.⁷ Merece destaque um episódio que demonstra o fim da censura aos meios de comunicação quando foi publicada pelo *Correio da Manhã* uma entrevista com o político paraibano José Américo de Almeida que fez críticas ao governo. Nos meses seguintes, mais exatamente em 2 de abril de 1945, Vargas reatou as relações diplomáticas com a União Soviética e poucos dias depois assinou o decreto de anistia aos presos políticos. Os comunistas foram contemplados por Vargas.

Em meio a este processo de abertura Getúlio Vargas demonstrou mais uma vez suas habilidades políticas, ao encaminhar a transformação de seu perfil de ditador para o empreendedor da transição democrática. Isso ficaria evidente quando na convocação do interventor do estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, para assumir a Pasta da Justiça

⁵ É preciso lembrar que o recuo alemão tivera início após a derrota em Stalingrado entre 1942-1943.

⁶ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945 - 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 21.

⁷ Segundo Michelle Reis, durante todo o ano de 45 não existia mais ditadura do estado novo, a imprensa estava livre da censura, os partidos estavam se organizando, a campanha da oposição tomava as ruas e propaganda estatal suspensa. Ver MACEDO, Michelle. *O movimento queremista e a democratização de 1945: Trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 11.

e assim encaminhar as mudanças necessárias, visando levar adiante a transição democrática. Dentro deste processo, em fins de maio de 1945, o Decreto nº 7.586, conhecido popularmente como a “Lei Agamenon” em homenagem ao próprio Ministro e que consistia em um novo Código Eleitoral, no qual estavam contidas as regras da transição, determinando entre outras tantas normas, a autorização para organização dos partidos políticos, como também agendava as eleições em nível nacional para 2 de dezembro de 1945.

Concomitantemente a estas transformações, já estavam sendo encaminhadas manifestações diversas nas principais capitais pelo Brasil, onde ficava perceptível a divisão das opiniões. Os opositores de Vargas se concentravam, em sua maior parte, na União Democrática Nacional (UDN), fundada em abril de 1945⁸ e que seria a grande impulsionadora da campanha de agitação nacional contra a continuidade de Vargas, assim como de seu projeto político, o trabalhismo.⁹ Na visão de seus opositores, o presidente era um ditador que se aproveitava da ignorância da população para dominá-las como simples marionetes, que fornecia “migalhas” em troca da devoção dos populares crédulos. No entanto, é preciso destacar que essas “migalhas”, na verdade representavam muito para “os de baixo”, que dentro de um longo processo histórico, nunca haviam conquistado tantos benefícios, como acontecera durante o governo de Vargas. Para Jorge Ferreira:

“O ‘mito’ Vargas – e o movimento que decorre dele, o quererismo – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores”.¹⁰

Porém, isso não era visto pelos seus opositores, os quais persistiam em reforçar sua imagem de um ditador, caudilho¹¹ e manipulador das “massas”. Os grupos e as pessoas que tinham contas a acertar com Vargas serviram-se das brechas deixadas a partir de princípios de 1945, para dirigir críticas e ofensas diárias ao Presidente. Por sua vez, Vargas iria cercar-se no Palácio do Catete, com os seus aliados, e tratar de encaminhar a transição para a democracia, contando inclusive com a esperança de concretizá-la estando ainda no poder.

⁸ O Partido obteve seu registro definitivo perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), somente em 31 de outubro deste ano. Estatutos da União Democrática Nacional, Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registo_partidario/udn/registoProvisorio.htm>. Acesso em 1 de abril de 2014.

⁹ Sobre o tema ver GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

¹⁰ Idem, p. 31.

¹¹ Os jornais de oposição como o *Correio da Manhã*, utilizou certa vez o termo “caudilho de São Borja” em matéria para se referir ao presidente Vargas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1945, 1ª página.

Por outro lado, apareciam forças aliadas, que viam na continuidade de Vargas a possibilidade de preservação das conquistas obtidas e a esperança de outras que poderiam vir. Dentre os feitos de seus defensores, merece destaque o movimento queremista, que desde meados de abril de 1945, passou a agregar grupos e pessoas favoráveis à continuidade de Vargas como orientador da transição democrática. De fato os queremistas ganharam às ruas dos principais centros urbanos do país, deixando evidente a popularidade conquistada por Vargas, algo que é incontestável diante dos fatos e estudos existentes.¹² Segundo o historiador Jorge Ferreira, “a atuação e a intervenção dos trabalhadores, determinados e com vontade política, impediram que a transição à democracia ficasse restrita a uma negociação, pactuada pelo alto, entre as elites”.¹³

O movimento queremista chegou a ganhar o apoio dos comunistas, os quais passaram a ver na figura de Vargas, a melhor opção para o encaminhamento da transição para a democracia, defendendo a proposta da instalação da constituinte com Getúlio no comando. Por fim, e não menos importante, temos o papel exercido pelos militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual tinha suas raízes no projeto político varguista e passaria a ser o abrigo para os seus defensores.

Dentro deste contexto surgiram diversos embates entre os apoiadores da continuidade de Vargas e os opositores do líder do Estado Novo que não foram poucos e marcaram todo o ano de 1945. Essas disputas culminaram com tragédias como a morte do estudante Demócrito de Souza Filho e do carvoeiro Manuel Elias dos Santos, em uma manifestação antigetulista no Recife, como também outros episódios marcados pelos choques entre grupos de apoio e de oposição à Vargas que, vez ou outra, ocorriam durante os atos públicos nas principais cidades do Brasil.

Em 22 de junho, o governo emitiu o Decreto nº 7.666. Popularmente conhecida como a “Lei Antitruste”¹⁴ visava, entre outras medidas, defender os interesses nacionais, assim como combater as práticas antieconômicas, como no caso dos trustes. Seria uma afronta principalmente aos grupos de oposição a Vargas, como também um fator chave para a intensificação da instabilidade política no país durante o segundo semestre de 1945. Nesse momento o presidente já contava com uma base de apoio renovada, composta pelos trabalhistas e parte considerável das camadas populares, sem esquecer o apoio dado pelo Partido Comunista do Brasil que fora ratificado por seu Secretário Geral, Luís Carlos Prestes.

¹² Ver FERREIRA, Jorge. Op. cit.

¹³ Idem, p. 25.

¹⁴ Pejorativamente denominada como a “Lei Malaia”, fazendo referência ao seu autor, Agamenon Magalhães, chamado por seus opositores como “China Gordo”.

A partir da segunda metade de 1945, foram sendo definidos também quais seriam os candidatos à sucessão de Vargas no pleito de dezembro. A UDN optara por indicar o Brigadeiro Eduardo Gomes, muito prestigiado no meio militar, porém sem grandes habilidades com a política. O Partido Social Democrático (PSD), por sua vez, optou por indicar também um militar, o General Eurico Gaspar Dutra, que havia sido Ministro da Guerra durante boa parte do governo de Vargas. Os demais partidos ainda se articulavam em busca de um nome para indicar ou então para fornecer apoio aos nomes já escolhidos. Ficou evidente qual o modelo de transição que os dois grandes partidos em nível nacional daquele momento, no caso a PSD e UDN desejavam para o Brasil, tendo em vista que optaram por indicar militares de renome para as eleições presidenciais de 1945.

O clima de tensão aumentou gradativamente a cada dia, principalmente nos dois últimos meses que antecederam as eleições de 2 de dezembro. Como se não bastasse, Vargas, acreditando ter força suficiente, assinou em 10 de outubro o Decreto nº 8.063, determinando que as eleições para governadores e para as Assembleias Legislativas deveriam ser antecipadas e realizadas também em 2 de dezembro de 1945. O artigo segundo deste decreto determinava que os interventores e governadores estaduais, deveriam outorgar, em até vinte dias, as cartas constitucionais dos seus Estados. Vargas dava autonomia aos seus indicados nas interventorias para encaminhar a transição nos seus estados, algo que desagradou mais uma vez aos seus opositores, os quais viam a medida como uma forma de dividir mais ainda os grupos em disputa. A medida deixava também evidente que o Presidente tinha conhecimento do caráter localista da política nacional e daria sua última cartada, tendo em vista manter o controle do processo de transição. Seria mais um passo para a queda do presidente que até aquele momento não esperava, nem imaginava, que um golpe estivesse sendo tramado por membros de sua administração, com apoio dos grupos opositoristas da sociedade civil.

O estopim da intervenção militar que depôs Vargas foi a nomeação de Benjamin Vargas, irmão do Presidente, em 28 de outubro, para o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal, que substituiria João Alberto Lins de Barros. Com seu irmão neste cargo, as manifestações queremistas poderiam ganhar novo fôlego na capital federal. No entanto, Benjamin não teria vida longa na função. No dia seguinte, os chefes militares, entre eles os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, desferiram o golpe final contra Vargas, que foi deposto da presidência e partiu em direção às terras do Sul sem demonstrar quaisquer sinais de resistência.

Com a deposição de Vargas, assumiu o cargo o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Uma de suas primeiras medidas foi determinar a revogação do Decreto nº 8.063, o que significava o retorno das determinações do Código Eleitoral no que referia à realização das eleições estaduais, que foram remarcadas para o dia 6 de maio de 1946. Linhares também revogou da “Lei Malaia” em 9 de novembro de 1945, com aplausos de opositores de Vargas. Além disso, o novo presidente encaminhou um processo de “limpeza” contra os aliados da política varguista, que foram em boa parte substituídos nas diversas unidades federativas, sem contar com a perseguição aos petebistas que sofreram consideráveis restrições em suas campanhas de protesto contra a nova gestão que se instalara.

Por sua vez, Vargas, isolado em São Borja, manteve a postura de oposição ao jogo político que se instaurou após a sua queda até dias antes ao pleito. Ao mesmo tempo as pesquisas indicavam a vitória do brigadeiro Eduardo Gomes com larga vantagem de votos à frente de Dutra. Os petebistas temiam a vitória da UDN, que sinalizou também a possibilidade da destruição de todo o legado de Vargas. No entanto, o líder trabalhista, no apagar dos refletores optou pelo apoio ao PSD, tendo esta notícia sido anunciada no último discurso de Dutra, realizado cinco dias antes das eleições presidenciais. Para Maria Celina D’Araujo:

“A posição neutralista do PTB não resistiu aos apelos dirigidos a Vargas, nem a seu cálculo político. Às vésperas das eleições, num gesto surpreendente, Vargas fez divulgar através do empresário paulista Hugo Borghi uma mensagem aos trabalhadores recomendando o voto no PTB e a o apoio a Dutra. O manifesto, conhecido pelo *slogan* “Ele disse, vote em Dutra”, foi decisivo para a definição das eleições e a vitória do general”.¹⁵

Porém esse apoio não seria gratuito, tendo sido acordado que, caso Dutra viesse a ser eleito, a Pasta do Trabalho seria entregue aos petebistas, como também seriam mantidas as leis trabalhistas em vigor. Além disso, ficaria assegurada ao PTB a chefia de algumas interventorias e outras Pastas ministeriais de acordo com a proporção de votos que Dutra recebesse de seus aliados de última hora.¹⁶

Em fins 1945, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possuía aproximadamente 47 milhões de habitantes,¹⁷ sendo mais da metade, algo em torno de 52% desses, ou seja, quase 24 milhões, eram analfabetos. Além disso, deste total de

¹⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carismas e poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 35.

¹⁶ Ver MACEDO, Michelle. Op. cit., p. 153.

¹⁷ Estudos do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil, 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

habitantes, estavam aptos para votar nas eleições de dezembro de 1945 um total de 6.188.856 pessoas.¹⁸ Segundo os dados gerais do pleito presidencial foram apurados no total 5.870.667 votos, número que demonstra o quão excludente era o processo eleitoral e seus mecanismos de limitação ao direito do voto. Ao final da contagem, apontou-se um resultado que surpreendeu a todos, tendo em vista que houve uma virada inesperada de Dutra, que venceu o pleito, recebendo 52,39% dos votos contra 34,74% conquistados por Eduardo Gomes. A aliança PSD-PTB tinha sido vitoriosa com uma vantagem considerável sobre o seu principal oponente, causando a decepção dos udenistas que tinham plena certeza da vitória do brigadeiro. Após a vitória de Dutra, a imprensa udenista passou a desqualificá-lo, denominando-o como herdeiro da política varguista, chegando-se a suspeitar de fraudes do PSD em diversas zonas eleitorais espalhadas pelo Brasil. Vargas, por sua vez, fora eleito senador pelos estados do Rio Grande do Sul e por São Paulo, demonstrando que continuava ativo no cenário político nacional, algo que continuava a atormentar seus opositores.

Com relação aos números gerais do pleito de dezembro para os cargos de senador e deputados para a constituinte, podemos afirmar que o PSD se sobressaiu sobre os outros partidos. Para senador, este partido foi praticamente hegemônico, conquistando 26 cadeiras, de um total de 50. A UDN, que foi o segundo que mais conquistou votos em todo o Brasil, conseguindo eleger apenas 10 de seus candidatos registrados para o cargo. Para os outros partidos restaram apenas 6 cadeiras que seriam ocupadas pelo Partido Republicano (PR) e pelo PTB, ambos conquistaram duas vagas, enquanto o Partido Popular Progressista (PPP) e o Partido Comunista do Brasil (PCB) ficou apenas com uma cada. Já para a assembleia constituinte foram apurados 5.924.616 votos em todo o Brasil e novamente ficaria registrada a soberania dos pessedistas. Das 286 cadeiras disputadas, eles conquistaram 151, enquanto a UDN tinha sido novamente a segunda legenda mais bem votada, ficando com 77 cadeiras. O PTB conseguiu eleger apenas 22 candidatos e o PCB, agregando pouco mais que 500 mil votos, teria 14 deputados eleitos. Os demais partidos tiveram pouca representatividade dividindo entre si um total de 15 cadeiras que restavam.

As lideranças pessedistas eram, em sua maioria, figuras que tinham sido beneficiadas durante o Estado Novo. No novo cenário político nacional, os membros do PSD não teriam Vargas ao seu lado, o que não seria o suficiente para impedir o sucesso da legenda. Hélio Silva afirma que os resultados eleitorais de 1945 serviram para mostrar que o golpe de 29 de

¹⁸ Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral e Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947.

outubro não afetara as bases do situacionismo estadonovista,¹⁹ argumento aceitável, tendo em vista o sucesso da antiga máquina possedista a nível nacional e local. Sendo assim, a transição para a democracia foi coordenada pelo PSD, que é visto por Lúcia Hippolito como um “partido de centro”, fiador da estabilidade política durante o período democrático que se estendeu até fins de março de 1964.²⁰

As eleições de dezembro consolidariam o fim do Estado Novo e abririam as discussões para a elaboração de uma nova Constituição para a nação. O ano de 1946 se iniciou com a cerimônia de posse do Presidente Dutra que teria a missão de dar continuidade ao processo de transição democrática. Para Angela de Castro Gomes, o período que se abre com o fim da ditadura do Estado Novo pode ser denominado como o da experiência liberal-democrática.²¹ Entre dezembro e março fala-se numa onda de greves por todo o Brasil, sendo destacadas por Hélio da Costa,²² as ocorridas em São Paulo, marcadas pelo choque de ideias entre as principais lideranças sindicalistas e os comunistas, que tinham projetos distintos para as reivindicações da classe trabalhadora.

O PCB nesse momento defendia a política de “união nacional” intensificada em fins do Estado Novo e tinha proposto que todos os brasileiros se unissem ao lado de Vargas para derrotar o nazi-fascismo. Encerrada a guerra o líder soviético Josef Stálin passou a defender a tese do desenvolvimento pacífico e de cooperação entre os povos. Enquadrando-se nessa linha, os comunistas brasileiros se mostraram dispostos a contribuir para a consolidação da democracia no Brasil. Dentro dessa nova tese defendida estava incluída a tática de “apertar os cintos”, para os movimentos grevistas dos trabalhadores da nação. A medida deixa evidente a nova postura assumida pelos comunistas que consistia em contribuir para a consolidação do regime democrático no país que ainda dava os seus primeiros passos. Por outro lado, muitos sindicalistas temiam um retrocesso das conquistas obtidas pela classe trabalhadora com o fim do governo Vargas e por isso passaram a utilizar-se do direito de greve, para manifestar-se em busca de melhorias de salários e de condições de trabalho.

O ano de 1946 ainda é pouco estudado pela historiografia, principalmente quando pensamos em estudos regionais relacionados com a temática da história política e a formação

¹⁹ SILVA, Hélio. 1945: Porque depuseram Vargas. (O Ciclo de Vargas - Vol. XV) com a colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 324.

²⁰ HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 253.

²¹ GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro: getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo social (1945- 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 55.

²² DA COSTA, Hélio. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicalismo no pós-guerra*. São Paul: Scritta, 1995, p. 53.

dos partidos políticos. O estado de Pernambuco não foge a esta regra. No entanto sabe-se que foi um ano decisivo e de debates intensos durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte. Podemos afirmar que foi uma das épocas mais democráticas dentro de toda a trajetória política do Brasil republicano. Os comunistas, apesar de sofrerem perseguições e ameaças constantes, puderam participar dos debates para elaboração da nova Constituição Nacional, assim como intensificaram suas campanhas com de intuito de conquistar novos adeptos em todo o Brasil. Em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a nova Constituição, que vigorou até meados de 1967. Após serem concluídos os trabalhos na constituinte, a assembleia transformou-se no Congresso Nacional, dividindo-se em Senado Federal e Câmara dos Deputados, sendo estabelecida a data da realização das eleições estaduais para 19 de janeiro de 1947. Estariam assim encerrados os debates em torno da transição democrática nacional, restava agora às unidades federativas e aos municípios darem continuidade a este processo, que só iria findar por completo em meados de 1948.

Os partidos políticos no Brasil e em Pernambuco

Após a deposição de Vargas, boa parte dos partidos políticos já havia se organizado de acordo com as exigências do Código Eleitoral de 1945. As inovações foram muitas, como, por exemplo, a exigência de que os partidos tivessem um caráter nacional, visto que era exigida no ato da solicitação do registro ao TSE, uma lista com pelo menos 10 mil eleitores, em cinco circunscrições eleitorais. Além disso, o Tribunal teria o poder de negar ou cancelar o registro do partido, cujo programa contrariasse os princípios democráticos ou os direitos fundamentais do homem. Enfim, o cenário político, ao menos oficialmente, estava renovado e as agremiações que desejassem participar dos pleitos, teriam que se enquadrar nos preceitos estabelecidos. Sem sombra de dúvidas havia mecanismos democráticos, porém com regras a serem cumpridas, para que assim fosse assegurada a sua existência.

O ano de 1946 foi marcado pelo encaminhamento das questões relacionadas à continuidade do processo de transição. Com mais de duas dezenas de partidos registrados, o cenário político nacional entraria numa nova fase, que para muitos é tida com uma das mais democráticas da nossa história.²³ Destacaram-se por um lado o Partido Social Democrático, por outro a União Democrática Nacional e por fim, o Partido Trabalhista do Brasil. Estava

²³ “O período de 1945 a 1964 pode ser considerado, sem sombra de dúvida, como um dos mais democráticos da experiência republicana brasileira.” DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3. p. 151.

inaugurado o período da experiência democrática, que foi resumido nas seguintes palavras da historiadora Angela de Castro Gomes:

“A república que se abre com o fim da ditadura do Estado Novo e com a promulgação da constituição de 1946, abarcando a experiência liberal-democrática que vai de 1945-1964, pode ser caracterizada pela dominação de três grandes partidos na cena da política nacional: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Convivendo com outros partidos de menor porte e de importância eleitoral mais regionalizada, não há dúvida de que essas foram as principais organizações do sistema partidário que então se forma”.²⁴

Optei pela exposição detalhada neste trabalho dessas três maiores forças políticas - PSD, UDN e PTB -, pelo fato de elas serem agremiações notavelmente com representatividade nacional, mesmo que em alguns estados prevalecessem a hegemonia de um ou dois desses partidos. Foi ainda escolhida uma quarta força para ser analisada, pelo fato de fazer parte do foco central da nossa pesquisa, o Partido Comunista do Brasil. Os comunistas exerceram uma influência marcante durante os dois primeiros anos da experiência democrática, porém tiveram sua trajetória legal bloqueada devido à cassação de seu registro pelo TSE em maio de 1947.

Por fim, é preciso enfatizar que não acredito que esse fato e alguns outros casos de repressão política, sejam suficientes para legitimar os argumentos de historiadores²⁵ que menosprezam o caráter democrático da política nacional entre os anos de 1946 e 1964. Os entraves, de fato, existiram, como as diversas restrições impostas às ações dos comunistas em todo o país. No entanto, as limitações são inerentes a qualquer regime democrático, o qual é visto nesta pesquisa a partir de uma perspectiva processual e não como algo pronto, fechado para reajustes e desligado do seu tempo. Desta forma, o pensamento que permeia este trabalho comunga com a afirmação de Lucília Delgado de que: “Entre 1945 e 1964, não se ensaiou democracia política e eleitoral no Brasil. Praticou-se.”²⁶

²⁴ GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 55.

²⁵ Daniel Aarão Reis afirmou em recente entrevista para o jornal *O Globo*: “A república entre 1946 e 1964 era um estado de direito autoritário. Quase metade da população não votava porque era analfabeta. Ninguém chama o governo Dutra de ditadura, mas na contagem do PCB, então na ilegalidade, 51 militantes foram mortos em manifestações.” <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/daniel-aarao-reis-as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira-524443.asp>> Acesso em 31 de abril de 2014.

²⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit., p. 152.

O Partido Social Democrático

Em meio ao processo da redemocratização foi criado o Partido Social Democrático. Foi fundado no Rio de Janeiro em 17 de julho de 1945, estando entre seus diretores e fundadores nomes de antigos aliados de Vargas seu irmão Protasio Dorneles Vargas e seu primo Ernesto Dornelles, além de figuras como Benedito Valadares, Agamenon Magalhães, Ernani do Amaral Peixoto, Ismar de Goés Monteiro que haviam ganhado destaque na política nacional no decorrer da gestão de Getúlio na presidência da república.

“O PSD, inserido nesse contexto de ruptura e preservação da ordem, foi fundado em 17 de julho de 1945 e desde essa data manteve vínculo estreito com Vargas e com o PTB. O Partido Social Democrático, o Partido Trabalhista Brasileiro e Getúlio Vargas passaram a compor uma unidade diversificada na preservação de laços de poder no novo regime político que se constituía”.²⁷

A maior parte de seus idealizadores era originária dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, sendo encontrado apenas dois baianos e um pernambucano na lista de fundadores do partido. As profissões dos integrantes, na época, eram variadas, agregando funcionários públicos, militares, advogados e industriais, predominantemente.

Segundo Lúcia Hippolito,²⁸ dentro do PSD vivia-se a dicotomia entre centralização/descentralização. No entanto, ela sugere que havia um equilíbrio dessas duas tendências, visto que as particularidades regionais eram respeitadas, o que não impedia a existência de uma política nacional que norteava as lideranças regionais e locais do PSD. Sobre o assunto Lucília Delgado afirmou que:

“PSD afastou-se do centralismo político do Estado Novo ao se assentar, prioritariamente, em bases estaduais que se tronariam mais independentes do governo central na medida em que se consolidou o processo de democratização. Contudo, procurou também preservar a parte possível do poder político exercido por suas lideranças durante o período do Estado Novo, pela própria vinculação das interventorias estaduais com o governo centralizador de Vargas”.²⁹

Neste trecho, a autora evidencia o caráter descentralizador vigente dentro do PSD, que concedia praticamente plena autonomia para as suas seções estaduais, que estariam livres para

²⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. 2. ed. São Paulo: LTR, 2011, p. 34.

²⁸ HIPPOLITO, Lúcia. Op. cit.

²⁹ Idem, p. 33.

compor alianças e indicar candidatos de acordo com seus interesses locais. O pessedista paraibano José Jóffily Bezerra de Melo diria em uma oportunidade, “Bom pessedista é, antes de tudo, aquele que tem votos”,³⁰ uma frase que demonstra um dos princípios que guiava o partido. Neste estudo, optei por ir além das interpretações que buscam enquadrar os partidos dentro de classes, ou grupos sociais, tendo em vista a complexidade da composição destas agremiações, que a primeira vista podiam parecer homogêneas, mas na prática guardavam particularidades por exemplo as disputas políticas locais e regionais. Seguindo o pensamento de Olavo Brasil,³¹ Lucia Hippolito comenta que:

“Trabalhos recentes identificam na prática da aliança eleitoral uma racionalidade intrínseca; os partidos tinham em vista maximizar seus ganhos, pela associação com um ou mais parceiros, além de atender a interesses locais (estaduais ou municipais), independentemente da estratégia partidária nacional”.³²

Ainda segundo esta autora, o PSD foi o partido que mais contribuiu para a estabilidade dos governos entre 1946 e 1964. De fato, os pessedistas mostraram-se hábeis em diversos momentos de tensão durante o período democrático, assim como suas crises internas iriam provocar instabilidades que geralmente se refletiam no cenário político nacional.

Em Pernambuco, a estruturação do partido, foi coordenada por Etelvino Lins, Barbosa Lima Sobrinho e do seu presidente, Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, que era o responsável pelas articulações do diretório local com as lideranças nacionais. A seção pernambucana foi fundada em 9 de julho de 1945, agregando antigos membros da burocracia estadonovista, que assumiram a comissão executiva do partido, proprietários agrícolas de produtos diversificados de todo o estado. Além desses, contava ainda com um contingente considerável de funcionários públicos e de profissionais liberais. Podemos afirmar que não se sustentam algumas versões construídas a respeito da composição do PSD pernambucano como se fosse um corpo rígido e homogêneo, pois dentro do estado existiam grupos com interesses distintos e que não simpatizavam com algumas lideranças pessedistas, ao exemplo de Agamenon Magalhães. Tendo em vista uma mudança da orientação política no pós-Estado Novo, alguns proprietários agrícolas, seja da Zona da Mata, Agreste ou Sertão, iriam se agregar em torno da UDN, visando assumir o controle da política local. Enquanto que coexistiam dentro do mesmo grupo econômico, figuras que foram beneficiados durante a

³⁰ HIPPOLITO, Lúcia. Op. cit., p. 44.

³¹ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-64)*. 1.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

³² HIPPOLITO, Lúcia. , Op. cit., p. 65.

vigência do Estado Novo, logo, com a redemocratização, mantiveram-se seguidores do projeto político pessedista, que em Pernambuco era conduzido por Agamenon e seus aliados. Para entender bem essa lógica, segue um depoimento de Jarbas Maranhão, membro do PSD pernambucano:

“Há um hábito ou um costume de se dizer que o PSD é um partido de homens do interior, dos coronéis do interior, e por isso, então, defenderia uma mentalidade mais conservadora. Não entendo assim. Em cada município onde há um coronel do PSD, havia igualmente um da União Democrática Nacional”.³³

Destarte, este estudo desvia-se do senso comum que afirma a posição do PSD como partido dos coronéis, visto que isso não passa de uma interpretação, que limita e ofusca a complexidade das práticas políticas do período. O PSD, em particular sua seção pernambucana, foi muito pragmático em toda sua trajetória pelo período democrático. Isolava-se em certas ocasiões, em outras procurava aliados nas mais díspares legendas, como também mudava de postura de acordo com o contexto vivido. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, um dos líderes do partido em Pernambuco, o partido tinha esse traço pragmático, afirmando certa vez que:

“A ideia era procurar quem pudesse assegurar a vitória nos municípios... No fundo a organização não era nacional, era estadual... São as divergências municipais que vão preponderar e realmente decidir que elementos vão compor os partidos políticos. Vamos imaginar num caso concreto, Limoeiro, em Pernambuco, não interessava saber quais eram as ideias do velho Chico Heráclito. O que interessava era saber se ele tinha prestígio político e muitos votos. Oferecia-se a ele o apoio do PSD e o direito de ter as autoridades locais, uma vez que apoiasse o Partido... A preocupação partidária era ter força no município... Ganhava as eleições quem reunisse os chefes políticos de maior prestígio”.³⁴

Tendo em vista o trecho exposto acima, é possível compreender que a diretriz básica do PSD pernambucano, era acumular votos e cadeiras, comportamento esse que iria gerar conflitos internos entre os diretórios locais e o nacional. Portanto é preciso reforçar que em Pernambuco, na maioria das vezes, as decisões que prevaleceram foram tomadas localmente e nem sempre eram coerentes com os ditames do diretório nacional. Esta prática era, na verdade, uma das grandes armas das quais se serviram as lideranças pessedistas. Boa parte do êxito eleitoral do PSD nacionalmente foi consequência deste caráter descentralizador, o qual

³³ PANDOLFI, Dulce. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Massangana, 1984, p.106.

³⁴ Idem, p. 97.

possibilitou a conservação de sua hegemonia política nacionalmente durante parte considerável da experiência democrática.

A União Democrática Nacional (UDN)

Autodenominando-se o partido da “eterna vigilância” a União Democrática Nacional, foi idealizada ainda nos últimos anos do Estado Novo, em fins de 1943, quando foi publicado o Manifesto dos Mineiros. O célebre documento, no geral, tratou de dirigir severas críticas à política de Vargas, assim como passou a exigir o início de um processo de abertura. Entre os seus signatários estavam figuras como Artur Bernardes, Afonso Arinos, Virgílio de Mello Franco e Milton Campos. Em fins de fevereiro de 1945, foi publicada no *Correio da Manhã*, uma entrevista feita com José Américo de Almeida, paraibano e antigo correligionário de Vargas, em que dirigia ácidas críticas à política varguista. A publicação desta entrevista é simbólica ao sinalizar a abertura da imprensa para os discursos oposicionistas. Estaria iniciado o processo de transição para a democracia.

A UDN foi fundada oficialmente em 7 de abril de 1945, sendo nomeado como seu presidente o baiano Octavio Mangabeira e como secretário geral Virgílio de Mello Franco. Entre seus diretores e fundadores, predominavam os profissionais liberais, como jornalistas, advogados, médicos e professores, havendo ainda alguns industriais, militares e proprietários de terras. Assim como o PSD, sua composição era diversificada, tendo este partido agregado boa parte dos que haviam sido destronados no decorrer do governo de Vargas. Era quase que unânime no partido a aversão ao líder do Estado Novo, sendo esta a principal fonte agregadora dos membros da UDN, ou seja, o sentimento antigetulista e de combate ao seu legado na política nacional. Unia-os, também, a candidatura à presidência da República do brigadeiro Eduardo Gomes para as eleições de 2 de dezembro de 1945.

Como projeto para nação a UDN, tendo como base de suas ideias o liberalismo clássico, era favorável à entrada do capital internacional no Brasil, por fim, acima de tudo antigetulista, anticomunista e defensora de princípios moralistas da política.³⁵ Dizendo-se defensora das liberdades individuais, a União Democrática Nacional, segundo Maria Victoria Benevides, era um “partido de notáveis”, dentro da classificação feita por Maurice Duverger, ou seja, um partido mais preocupado com a qualidade de seus membros, do que com a quantidade, recrutando seus membros baseando-se em critérios como “prestígio do nome, da

³⁵ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 280.

fortuna e da eficiência profissional”.³⁶ Para Virgílio de Mello Franco, a UDN era um partido de centro, inclinado para a esquerda. Segundo Benevides, os udenistas tinham uma política agrária semelhante à dos pessedistas, sendo ambos conservadores e reuniam membros das classes dominantes.³⁷

Em Pernambuco a UDN foi fundada dentro da mesma lógica do diretório nacional, ou seja, por opositores e/ou dissidentes da política varguista, com destaque para o ex-governador Carlos de Lima Cavalcanti, os ex-deputados João Cleofas e Alde Sampaio. É preciso enfatizar que além do antigetulismo, a seção pernambucana carregava consigo um sentimento de repulsa ao líder pessedista local, Agamenon Magalhães, podendo-se até dizer que em proporções maiores que ao Presidente Vargas. Apesar de muitos intentos, a UDN foi a segunda força em Pernambuco, durante boa parte do período democrático, tendo em vista, que o PSD foi hegemônico na maior parte dos pleitos realizados.

A composição da seção pernambucana era heterogênea, agregando intelectuais, proprietários de indústrias, médicos, advogados, comerciantes, usineiros e proprietários agrícolas, que comungavam do sentimento de repulsa a Vargas e Agamenon, como também aos comunistas. A oposição aos correligionários do Estado Novo causou muitas vezes a cegueira nos udenistas locais que acolhiam, sem grande resistência, políticos dissidentes do PSD local, como ocorrera com Novaes Filho e Neto Campelo em meados de 1946. Nos primeiros pleitos realizados em Pernambuco a UDN formou uma coalizão, a nível estadual, conhecida como Coligação Pernambucana, com o Partido Libertador (PL) e com o Partido Democrata Cristão (PDC), que permaneceu forte até os primeiros anos da década de 1950. Foi a saída encontrada pelos udenistas para reforçar a oposição contra o PSD dentro do estado. Porém, nos pleitos municipais, essa composição não era regra, variando de acordo com as particularidades locais e com o contexto temporal.

Mais uma vez é necessário enfatizar que tendo em vista a complexidade do jogo eleitoral em todo o estado, evito reproduzir ideias generalistas feitas por alguns autores³⁸ que, ao fazerem referência a política pernambucana do período, buscam retratar a UDN local como um partido composto pela burguesia açucareira e de profissionais liberais, esquecendo que contava também com alguns tradicionais “coronéis” do sertão e do agreste, os quais foram apoiados pelo partido dentro do cenário de disputa contra os pessedistas. Sendo assim, pouca coisa, de fato, diferenciava udenistas e pessedistas em Pernambuco, no que tange ao critério

³⁶ Idem, p. 225.

³⁷ Idem, p. 218.

³⁸ Ver BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Idem, p. 235. Ver também LAVAREDA, Antônio. *Partidos no pós-guerra: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, p. 48.

composição de quadros, prevalecendo – muitas vezes – as divergências nos projetos políticos e nas intrigas históricas entre as suas lideranças.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Inspirado no tradicional Labour Party inglês, o PTB foi fundado segundo os registros legais em 26 de março de 1945,³⁹ tendo como idealizadores aliados históricos de Getúlio Vargas, como o Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, o diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), José Segadas Viana e Agamenon Magalhães, então Ministro da Justiça. Segundo Maria Celina D’Araújo, “o PTB foi de fato uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo, mas só se viabilizou porque houve uma massa disponível para aderir à proposta”.⁴⁰ Concomitantemente era articulada a campanha queremista, por sindicalistas que desejavam a continuidade de Vargas que receberam apoio “discreto” do PTB.⁴¹ Alguns autores⁴² consideram a premissa de que o PTB e PSD foram idealizados pelos mesmos teóricos, sendo que para públicos diferenciados. Segundo Angela de Castro Gomes:

“Como se pode verificar, a alternativa de criar o PSD e o PTB surgiu como uma solução pragmática, no contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (a UDN) e de uma forte esquerda organizada (o PCB) forçavam a tomada imediata de decisões políticas”.⁴³

O trecho acima evidencia a ideia de que o PTB deveria ser uma alternativa para os trabalhadores que após o fim do Estado Novo desejavam preservar as conquistas obtidas durante o governo Vargas e ao mesmo tempo os seus fundadores desejavam mantê-los afastados do Partido Comunista, que crescia consideravelmente a partir de sua reorganização em meados de 1945. Logo quando foi fundado, os cargos diretivos do partido ficaram nas mãos de sindicalistas como Baeta Neves, Luis Augusto França e Antonio Francisco Carvalhal.

³⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit., p. 27.

⁴⁰ Idem, p. 26.

⁴¹ O apoio não poderia ser de forma declarada pelo fato de que o PTB não podia, nem queria, fugir das regras do jogo eleitoral e assim evitar novos ataques por parte dos que faziam oposição ao Estado Novo. Ver: MACEDO, Michelle. Op. cit., p. 58.

⁴² Lucília Delgado considera que o PTB desde a sua fundação manteve-se vinculado ao PSD. Ver DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit., p. 34. Já Maria Celina D’Araújo expõe que o PTB antes de ser fundado foi pensado por figuras ligadas à Vargas como Agamenon Magalhães e Alexandre Marcondes Filho. D’ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit., p. 27.

⁴³ GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro: getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo social (1945- 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 58.

Era um partido com forte concentração de militantes no sul do país, com destaque para as seções do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo sua atuação mais discreta em outros estados, muito disso por conta da ausência de lideranças sindicais aliadas. Sua composição era diversa, agregando desde operários de diversos setores, profissionais liberais, integrantes do funcionalismo público e sindicalistas. Para Angela de Castro Gomes:

“O PTB tinha uma proposta ligada à classe trabalhadora, em especial urbana e com articulação sindical. Inspirado no Partido Trabalhista Inglês e seus fundamentos foram lançados a partir do Ministério do Trabalho, com a mobilização das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários”.⁴⁴

Com o insucesso dos objetivos pleiteados pela campanha queremista, seus comitês foram transformados em comitês e diretórios partidários do PTB,⁴⁵ sem contar com migração dos adeptos da campanha, que em boa parte passaram a se identificar com a proposta do Partido Trabalhista. Para Maria Celina D’Araujo, o queremismo contribuiu muito para a organização do PTB, se aproveitando da capilaridade da estrutura que fora montada nos comitês de apoio à continuidade de Vargas no poder.

Internamente o partido se aglutinava em torno da figura de Getúlio Vargas, possuindo fortes traços personalistas, o que no Brasil se compara somente à estruturação do PCB sob a imagem de Luís Carlos Prestes. D’Araujo considera que o PTB nasceu e manteve-se até a morte de Vargas como um partido centralizador e autoritário, além de ter como fator agregador a efígie de do líder trabalhista.⁴⁶ Em síntese, os petebistas tinham em mente um projeto conciliador de classes, próximo de um projeto ligado à teoria do Estado de bem-estar social, combatendo ao mesmo tempo a luta de classes e a exploração sem limites por parte da classe patronal, em busca da prática da justiça social.⁴⁷ Lucília Delgado em obra célebre sobre o PTB comentou que

“O PTB se propunha a absorver em seus quadros o mesmo segmento social que o PCB dizia representar, os trabalhadores urbano-industriais. O Partido Trabalhista

⁴⁴ Idem, p. 59.

⁴⁵ FERREIRA, Jorge. Op. cit, p. 78.

⁴⁶ D’ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit., p. 10.

⁴⁷ Segundo Luiz Alberto Grijó, Alberto Pasqualini, um dos idealizadores do PTB pregava: "a ideia substancial do nosso programa' é que 'trabalhismo e capitalismo solidarista são expressões equivalentes', contrárias à 'socialização dos meios de produção' quanto ao capitalismo como 'instrumento produtor de lucro'. O tipo de 'capitalismo' pregado por Pasqualini deveria ser um 'meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo', um 'sistema' no qual 'as relações entre o capital e o trabalho sejam reguladas por uma legislação justa que tenha em conta o esforço e a cooperação'". GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo social (1945- 1964)*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p.95.

Brasileiro teve suas origens ligadas à uma conjuntura na qual os comunistas ensaiaram uma tentativa de aproximação a Vargas”⁴⁸.

O anticomunismo era outro elemento presente no imaginário⁴⁹ trabalhista, que se justificava principalmente pelo fato do PCB disputar o mesmo público que o PTB almejava alcançar. Somente no decorrer de sua trajetória os petebistas iriam repensar esta ideia, quando passaram a necessitar dos comunistas para ampliar suas bases.

Em Pernambuco a seção do PTB a seção foi fundada em 29 de agosto de 1945, tendo como presidente Minervino Fiúza Lima. Durante a transição democrática os trabalhistas pernambucanos não tiveram força suficiente para atrair para suas fileiras as lideranças sindicalistas do estado que em boa parte estava de punhos cerrados com os comunistas que ocupavam a vanguarda das esquerdas localmente. Mesmo com a cassação do PCB, em maio de 1947, os trabalhistas continuaram a exercer uma participação discreta durante boa parte do período democrático, obtendo rendimentos insignificantes nos pleitos realizados. Seu insucesso pode ser explicado pelo fato do eleitorado do PTB ser tradicionalmente urbano, desta forma em um estado como Pernambuco, onde grande parte da população vivia nas áreas rurais, seria muito difícil os trabalhistas obtivessem êxitos eleitorais expressivos.

Partido Comunista do Brasil (PCB)

A partir de 1945 os comunistas puderam atuar abertamente e desfrutar de liberdade que até antes desconheciam. Desde a sua fundação, em 1922, foram raros os momentos em que os comunistas puderam atuar fora da clandestinidade devido, principalmente, ao anticomunismo que estava incrustado no imaginário de grande parte dos que viviam neste país. A tradição católica brasileira contribuiu muito para a intensificação da ojeriza aos comunistas, que eram alvo de agressões constantes por parte de seus opositores que temiam o seu avanço nacionalmente. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta,⁵⁰ a partir dos anos 30 o comunismo passou a ser um perigo real para os que temiam seu avanço, sentimento que ficaria mais concreto após os levantes ocorridos em novembro de 1935, em que os comunistas tiveram papel importante.

⁴⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit., p. 35.

⁴⁹ Este trabalho tem por referência o conceito de *imaginário social* elaborado pelo filósofo polonês Bronislaw Baczko que o define da seguinte forma: “trata-se de aspectos da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade do seu produto”. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol.1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 309

⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964), São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p. 10.

Concomitantemente, foi intensificada a campanha de combate ao avanço dos comunistas, que mesmo com suas atividades legalizadas nacionalmente, continuaram a ser vigiados pela polícia política e perseguidos pelos anticomunistas. Com a instauração do Estado Novo, oficializou-se uma política de Estado de ação contra eles, tendo o PCB, nesse período, se tornado quase que inoperante, resistindo e mantendo sua atuação a duras penas, apenas em algumas regiões do país. Foi o caso do comitê baiano, que visualizando o estado em que se encontrava o partido nacionalmente, deu início ao processo de reorganização partidária em conjunto com as lideranças do partido de São Paulo e do Rio de Janeiro. Passou, assim, a agregar os comunistas que haviam escapado da repressão em diversas partes do país, estando à frente do movimento o pernambucano radicado na Bahia, Diógenes Arruda Câmara, que coordenou os trabalhos para a reorganização do PCB junto ao Comitê Regional de São Paulo, contando inclusive com reconhecimento dos representantes do Bureau Sul-Americano do *Comintern*.

Em meados de 1942, Arruda passou a estabelecer contato com Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, João Amazonas e Pedro Pomas, principais articuladores do PCB no Rio de Janeiro e que naquele momento estavam coordenando os trabalhos da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Segundo as informações colhidas no estudo de John W. F. Dulles:

“Arruda Câmara, que no começo de 1942 fora a Buenos Aires com João Falcão, em 1943 estava pronto para promover a reorganização do PCB na forma da autorização que sentia haver recebido do Bureau Sul-Americano. Com ajuda de Milton Caíres de Brito e dos líderes da CNOP, preparou uma conferência que dotasse o Partido Comunista do Brasil de uma organização partidária provisória e de diretivas de ação política (inspiradas pelas conversações mantidas em Buenos Aires)”.⁵¹

A conferência aludida no trecho acima foi realizada em agosto de 1943 e marcou a história do Partido Comunista, ficando conhecida como *Conferência da Mantiqueira*. Nesta reunião, os comunistas que integravam a CNOP se consolidariam à frente do partido e estabeleceriam qual o rumo a ser seguido pelo PCB dali em diante. Ao final da Conferência, ficaria redefinida a estruturação partidária que teria agora Luís Carlos Prestes como Secretário-Geral, apesar do fato deste ainda encontrar-se preso.

Após a realização do encontro podemos falar no surgimento de um PCB renovado, ou reinventado, com seus quadros e lideranças radicalmente reestruturadas e com um projeto

⁵¹ DULLES, John Watson Foster. *O comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 250.

político também novo. A tática escolhida seria a de manter-se em defesa da linha política de “união nacional em favor da democracia e contra o fascismo”, o que incluía apoio ao governo Vargas que passou a apoiar os países aliados na luta contra o nazifascismo.

Os êxitos obtidos pelos soviéticos contra as tropas de Hitler, assim como a luta conjunta contra o inimigo comum, abriu o caminho para um afrouxamento das críticas direcionadas aos comunistas. De fato a União Soviética saíria do conflito mundial com uma imagem renovada perante o mundo, pois tinha sido a grande responsável pela derrota do nazifascismo,⁵² Isso serviria como atrativo de militantes e simpatizantes para o PCB, durante a transição democrática, quando os comunistas obtiveram conquistas inéditas no cenário político nacional. É preciso deixar claro que apesar da dissolução do *Comintern*, ocorrida em maio de 1943, os comunistas brasileiros continuavam a respeitar as diretrizes vindas de Moscou, segundo o ex-militante do PCB, Leôncio Basbaum:

“a dissolução do *Comintern* significava, de acordo com o meu entendimento, a **independência dos partidos comunistas**. Essa foi, inicialmente, também a posição do novo CC, mas, na realidade, a partir de 1945 o PCB se amarraria de tal modo ao PC da URSS, que se sentia incapaz de espirrar sem pedir licença a Moscou”.⁵³

Apesar do exagero cometido pelo autor ao final do trecho, não são poucos os momentos que evidenciam essa postura dos comunistas durante o período democrático. Assim como não eram tão esdrúxulas, como se pensa, as alegações posteriores feitas pelos anticomunistas de que o PCB mantinha ligações estreitas com a União Soviética. Para Leôncio Martins Rodrigues:

“O ‘internacionalismo proletário’, ou seja, a dependência teórica, ideológica e política ao PC soviético, tornava suspeito o nacionalismo dos dirigentes do PC brasileiro. Além disso, as vinculações com a URSS, a nosso ver, dificultava aos comunistas brasileiros delinear uma tática e uma estratégia adequada às condições brasileira, pois, amiúde, a política do PCB não foi decidida a partir de considerações relacionadas com a situação interna do país, mas foi influenciada, ou determinada, pelas vicissitudes da diplomacia soviética diante do mundo ocidental, basicamente dos Estados Unidos”.⁵⁴

⁵² É válido destacar que Vargas autorizou o reestabelecimento das relações com URSS em abril de 1945. Ver CHILCOTE, Ronald H. *PCB: Conflito e integração*. São Paulo: Edições Graal, 1982, p. 103.

⁵³ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 181. (Grifos do autor)

⁵⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins Rodrigues. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 10, tomo III, p. 525.

O autor é enfático ao expor a situação vivida dentro do PCB, afirmando ainda que os comunistas no pós-Estado Novo não souberam equalizar esse dilema entre sua postura nacionalista e o seu apoio ao internacionalismo soviético. Porém, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “na sua ótica eles não estavam defendendo uma nação em particular – afinal, os ‘soviéticos’ compunham entidade transnacional – e sim o embrião da futura organização social da humanidade”.⁵⁵ É válido ainda destacar que em meados de 1947 foi criado o *Cominform* que passou a servir como ferramenta de troca de informações entre os diversos partidos comunistas espalhados pelo mundo.

Em princípios de abril de 1945 Vargas concedeu a anistia aos presos políticos do Estado Novo, sendo este o ponto de partida de uma nova fase que os comunistas conheceriam, a da legalidade. No decorrer de agosto os comunistas anistiados se reúnem com os membros da CNOP e ratificam suas diretrizes definidas quase dois anos antes. Pouca coisa mudaria em sua composição, permanecendo no comando do partido Luis Carlos Prestes, Diógenes Arruda, Maurício Grabois, João Amazonas. Segundo Jorge Ferreira, “O PCB, sobretudo a partir de 1945, oscilou entre a política do ‘partido de quadros’, restringindo-se a participação aos revolucionários profissionais, e do ‘partido de massas’, abrindo-se para a sociedade”.⁵⁶ Nos anos 1940, o PCB ressurgiu com um discurso aberto de apoio à democracia-liberal, porém internamente era um partido marcado pela forte influência do stalinismo⁵⁷ que deu contornos ao prestismo. É inegável que o personalismo⁵⁸ passou a ser um fator agregador dentro do PCB, sendo a figura do “Cavaleiro da Esperança” difundida como a imagem do redentor que o povo há tanto tempo esperava. Assim como foi a fórmula do sucesso dentro do PTB, o personalismo em torno de Prestes serviria como atrativo para novos militantes, assim como para sedimentar a unidade dentro do PCB.

No decorrer de 1945 os comunistas intensificaram suas atividades com o intuito de organizar seus diretórios, comitês e células por todo o Brasil, conseguindo atrair militantes e simpatizantes de forma surpreendente, inclusive no meio intelectual. Sobre o assunto comentou o historiador Jorge Ferreira:

⁵⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Comunistas Brasileiros: Cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p.23.

⁵⁶ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro/Niterói: Mauad/Eduff, 2002, p. 43.

⁵⁷ “No Brasil, o culto a Stálin iniciou-se mais tarde, particularmente após a II Guerra. As exaltações ao líder bolchevista na imprensa comunista brasileira repetiam a propaganda extravagante e pouco elaborada dos soviéticos”. FERREIRA, Jorge. *Idem*, p. 221.

⁵⁸ Afirma Rodrigo Patto que o PCB sofreu influências da cultura política brasileira, como no caso do personalismo, ou seja, prevalência das relações pessoais sobre as instituições, citando Prestes como um fator de atração para adesão ou simpatia ao Partido Comunista. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, p. 31.

“No Brasil, a grande adesão de intelectuais ao PCB ocorreu após 1945, na conjuntura da democratização. O desprezo que eles nutriam pelo fascismo, o grande prestígio dos comunistas com o término da II Guerra e os ideais de racionalidade, de progresso e da ciência, que pareciam desprezados pela burguesia, mas que agora surgiam como bandeiras da URSS, atraíram um grande número de artistas e escritores ao marxismo”.⁵⁹

Durante o período da “experiência legal”, que se estendeu até maio de 1947, os membros do PCB viam os trabalhistas como inimigos diretos na disputa pelo eleitorado e no controle dos sindicatos nos centros urbanos. Enquanto que os outros partidos de esquerda, também passaram a ser alvo das críticas dos militantes comunistas, sendo seus membros denominados de forma pejorativa por termos como trotskista, sectário, pequeno-burguês, ou tudo isso de uma vez.⁶⁰ Todos esses, de fato, não escapariam das agressões verbais constantes dos membros do PCB. Por outro lado, o projeto de “união nacional” empreendido pelo partido, iria causar desconfortos entre os mais radicais, que viam o apoio à democracia liberal como algo inaceitável. Eram os novos parâmetros do partido, que deveriam ser respeitados e seguidos, em nome da sobrevivência da legalidade do PCB.

Como já foi dito, o anticomunismo⁶¹ também foi difundido com mais intensidade no Brasil a partir dos anos 1930, logo, não seria fácil para os comunistas atuarem na sociedade brasileira, mesmo com a aprovação de seu registro perante as autoridades federais. Por um lado os comunistas aproveitaram-se do contexto de luta contra o fascismo para denominar seus opositores como reacionários e antidemocratas, segundo Rodrigo Patto:

“Especialmente após o Estado Novo, o anticomunismo ficou marcado como doutrina típica de grupos reacionários e conservadores, o que criava um ônus político para quem assumisse o rótulo. Os comunistas, visando objetivos táticos evidentes, trataram de explorar bastante os argumentos, insistindo na tese de que o anticomunismo era sinônimo de fascismo e reacionarismo”.⁶²

É preciso destacar que o medo do avanço do comunismo no Brasil, não foi apenas fruto da imaginação ou uma construção com fins de combatê-lo politicamente. Não foram poucas as

⁵⁹ FERREIRA, Jorge. Op. cit., p. 178.

⁶⁰ Segundo Motta, “Após a Segunda Guerra Mundial, os partidos socialistas transformam-se na principal barreira contra a ascensão dos partidos comunistas na Europa Ocidental. Para este efeito, foram auxiliados pelo governo norte-americano e suas agências, que vislumbravam no fortalecimento da social-democracia uma estratégia anticomunista”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda... Op. cit., p. 16.

⁶¹ Para Motta “O anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. o único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade.” Idem, p. 15.

⁶² Idem, p. 17.

manifestações de repúdio aos seguidores brasileiros do marxismo-leninismo. Em pesquisa minuciosa sobre o imaginário anticomunista, Rodrigo Patto chegou à conclusão de que:

“Parte da bibliografia a abordar o tema tende a reduzir o anticomunista à sua expressão oportunista. De fato, houve mistificação do ‘perigo comunista’, muitas vezes apresenta de maneira exagerada e claramente manipuladora, como já foi apontado. Entretanto, parece-nos insuficiente caracterizar os anticomunistas brasileiros como sendo compostos, de um lado, por líderes oportunistas e, de outro por uma massa de tolos ou fanáticos que se deixaram enganar pelas artimanhas dos primeiros. O comunismo não se resumia a um fantasma criado e manipulado por alguns ‘espertalhões’ interessados em conduzir uma massa ingênua. O ‘perigo’ tinha algo de real e, certamente, o medo a ele era concreto”.⁶³

O PCB, durante o período que esteve na legalidade, caminhava a largos passos para se tornar um partido de massas, conquistando pouco menos que 10% do eleitorado nacional ao indicar Iedo Fiúza para a presidência da República em fins de 1945. Além disso, conseguira eleger Prestes como senador e mais 14 deputados federais. De fato, o resultado demonstrava uma conquista, visto que para um partido recém-ingresso na legalidade e com um longo histórico de repressão dentro da sociedade brasileira, conseguir reunir aproximadamente 600 mil eleitores era realmente número surpreendente e motivador. Entretanto os êxitos obtidos não seriam negligenciados pelos anticomunistas que já em meados de 1946 deram início a uma batalha em defesa da cassação do registro do PCB. Sobre o assunto Hélio Silva expôs:

“A 23 de março de 1946, foram apresentadas duas denúncias ao Tribunal Superior Eleitoral, pedindo a cassação do registro do PCB. Uma vinha acompanhada de farta documentação comunista, sobretudo, de publicações, entrevistas e discursos, estampados em jornais e revistas. Com isso pretendiam provar que o PCB era uma organização internacional, orientada pelo comunismo marxista-leninista e que, em caso de guerra com a Rússia, os comunistas pegariam em armas contra o Brasil. Esta acusação se originara de uma declaração de Luís Carlos Prestes divulgada pelo Jornal do Comércio e a Tribuna Popular, de que, no caso de uma guerra imperialista, formaria na resistência, a exemplo do que acontecera na França e na Itália. O assunto repercutira na Assembleia, quando questionaram Prestes, para que ele declarasse, no caso de uma guerra do Brasil com a Rússia, de que lado ficaria”.⁶⁴

Dentro do movimento sindical os comunistas obtiveram alguns êxitos também, tendo forte atuação dentro do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) e na Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). No entanto, existiram choques constantes e inevitáveis com os sindicalistas ministerialistas e trabalhistas, tendo em vista que as antigas lideranças

⁶³ Idem, p. 177.

⁶⁴ SILVA, Hélio. Op. cit., p. 383.

temiam a perda de terreno para os comunistas, o que contribuía na origem de alguns atritos.

Segundo Antonio Luigi Negro:

“o PCB não era, no pós-guerra, o partidão derrotado e destrocado por um golpe de estado, pela repressão, assim como desgastado por cismas e críticas. Em 1945, ao contrário, ele eletrizava a simpatia vinda dos movimentos sociais e suas lutas. No entanto, o afã de sua liderança de alinhar uma frente ampla, buscando a receptividade de uma força centrista, aponta para a fricção do relacionamento partido-sindicato”.⁶⁵

Durante o período que esteve na legalidade nem sempre o PCB foi hegemônico dentro dos sindicatos e os problemas com os líderes dos sindicatos não foram poucos. Sem contar ainda com a postura ambígua do partido no pós-guerra ao recomendar aos trabalhadores que evitassem fazer greves e que “apertassem os cintos”. Quando a situação ficava incontrolável fornecia seu apoio para alguns movimentos grevistas. Para Negro:

“As ambiguidades, contradições e zigue-zagues do PCB defronte ao ativismo operário – ora querendo ‘agitar’ os trabalhadores, ora querendo enquadrar suas iniciativas na bitola do ‘espontâneo’ (sem direção), do fora de hora (porque corporativas), a pedir aos trabalhadores ‘tranquilidade’ e uma postura de espera pela hora e reivindicação ‘justas’ – são o motivo de se falar em ‘dois PC’s’, um desquite coabitado na relação entre partido e movimentos sociais”.⁶⁶

Em Pernambuco o PCB foi reestruturado com êxito ainda no ano de 1945, mesmo que pesando o fato do estado ter sido uma das regiões onde a repressão atuou intensamente durante a vigência do Estado Novo. O impacto havia sido tão grande, que as autoridades chegavam a contar nos dedos quantos militantes ainda atuavam no estado, como demonstra a passagem exposta pelo militante comunista Paulo Cavalcanti:

“Dois anos antes da queda da ditadura Vargas, o secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins de Albuquerque, em relatório oficial, alardeava que o ‘comunismo está sob controle das autoridades policiais’ a que, ‘fichados na Delegacia de Ordem Política e Social’ havia somente onze indivíduos”.⁶⁷

⁶⁵ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 33.

⁶⁶ Idem, p. 72.

⁶⁷ CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife: CEPE, 2008, v.1, p. 246.

O desenrolar dos fatos demonstraria que o Secretário estava equivocado. A seção pernambucana do PCB foi uma das que mais conseguiu agregar militantes e simpatizantes em todo o Brasil, ficando somente atrás de São Paulo, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul na soma dos votos das eleições presidenciais de dezembro de 1945.

O Comitê Estadual do partido foi empossado em ato público realizado em maio de 1945 no Parque 13 de Maio, localizado numa área central do Recife, assumindo a direção os comerciários Alfredo Richmond e Carlos Cavalcanti, os operários João Justino e Antônio Marques e o ex-militar Gregório Bezerra. Além desses, veio em meados de 1945, para reforçar o quadro do estado, Diógenes Arruda Câmara que tinha como missão consolidar as bases do partido na região. Esta vinda do secretário de organização do Comitê Nacional, nos leva a pensar que Pernambuco seria uma zona estratégica chave nos planos da direção nacional do partido.

As ações dos membros do PCB pernambucano passaram a ser divulgadas diariamente na *Folha do Povo*, que voltaria a ser publicada durante a redemocratização e tinha grande circulação na capital e nas cidades industrializadas do estado. Além disso, foram sendo fundados os Comitês Municipais e as diversas células que prestavam suporte ao Comitê Estadual que foi instalado no Recife. A composição do partido era heterogênea e sua base de militantes se concentrava na capital, Recife e em alguns municípios vizinhos como no caso de Jaboatão, Paulista e Olinda, onde estava localizada grande parte das indústrias do estado. Na linha de frente do PCB local ficaram profissionais liberais como médicos, advogados, comerciários e jornalistas, assim como havia também operários, estudantes de diversos cursos e funcionários públicos.

Durante o período em que esteve na legalidade o PCB era tido como a terceira força em Pernambuco, porém é preciso enfatizar um detalhe: todo esse sucesso concentrava-se no Recife e nas cidades vizinhas a capital que concentrava a maior parte das indústrias existentes no estado. Essa força seria percebida pelas lideranças de outros partidos do estado. Como exemplo disso segue um trecho de uma entrevista realizada pelo *Correio da Manhã* com o líder do PSD em de Pernambuco, Agamenon Magalhães, que se encontrava na capital federal poucos dias depois da realização do pleito de dezembro de 1945, quando afirmou:

“Pergunta: Não quer nos dar um prognóstico sobre a vitória?

Agamenon: Aqui, não; em Pernambuco, porém, apesar do Sr. Prestes me ter atrapalhado muito à última hora, venceremos. Faremos os dois senadores e de dez a doze deputados”.⁶⁸

O experiente Agamenon foi certo em suas previsões, os pessedistas em Pernambuco fizeram dois senadores e dez deputados para a Câmara Federal. A referência à Prestes, no entanto, chama a atenção, pois o ex-Ministro sabia do poder dos comunistas no estado e temia uma possível surpresa nos resultados finais das eleições. Para que se tenha uma ideia do cenário político pernambucano, segue uma tabela com a apuração dos votos das eleições de dezembro:

Tabela 1 - Eleições para o Senado da República – 2 Dezembro de 1945

PARTIDO	CANDIDATO	VOTOS	ELEITOS
PSD	Novais Filho	118.918	2
	Etelvino Lins	111.154	
UDN	Pe. Félix Barreto	76.164	-
	Júlio Albuquerque	65.627	
PCB	Luís Carlos Prestes	49.244	-
	Agostinho Dias	48.239	
PR	Nadir Toledo	11.561	-
	Dorgival Galindo	5.490	
PTB	Getúlio Vargas	7.095	-
	Segadas Viana	1.930	

Fonte: Atas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Os dados acima comprovam a soberania do PSD e da UDN no estado, porém demonstram também a força dos comunistas que obtiveram a terceira melhor votação, acumulando aproximadamente 40% de todos os votos apurados na zona industrializada do estado, enquanto que PSD e UDN somaram pouco mais que 20% da preferência popular nessa mesma área. Outra coisa que chama a atenção é a insignificante votação do PTB e de Getúlio Vargas em todo o estado, o que comprova a fraca atuação deste partido em Pernambuco.

Desta forma, é possível verificar o cenário particular da política pernambucana, fugia a regra da tríade hegemônica partidária nacional PSD-UDN-PTB durante a experiência democrática. Os comunistas, concentrados nas áreas urbanas do estado, iriam representar uma grande força, mesmo após ser decretada a cassação do registro do PCB em maio de 1947,

⁶⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 1945, 1ª página.

quando passaram a usufruir de sua popularidade na região para manterem-se, na medida do possível, ativos politicamente, porém clandestinamente.

Outros partidos

Os quatro partidos descritos com detalhes acima foram escolhidos para uma exposição mais minuciosa devido ao fato de realmente possuírem grande representação no cenário político nacional. No entanto, durante o período democrático surgiram outras legendas partidárias de caráter regional que apareciam no cenário político nacional geralmente coligadas com outros partidos com maior força.

Dentre tantos que foram sendo formados, enfatizaria aqui a presença do Partido Democrata Cristão (PDC), de forte militância de católicos e anticomunistas. Suas bases política assentavam-se nas ideias da Democracia Cristã e aspiravam ser uma terceira via política nacionalmente.⁶⁹ Pouco tempo depois o partido absorveu os membros dos inexpressivos Partido Popular (PP) e Partido Republicano Democrático (PRD). Seu primeiro presidente foi o professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Antônio Ferreira Cesarino Júnior, sendo a sua composição heterogênea, possuindo em sua direção nacional professores, advogados e estudantes paulistas. No geral era um partido moralista e acima de tudo católico. Sandro Anselmo Coelho argumenta que o pensamento predominante do partido em sua fase inicial era marcado pela defesa do liberalismo econômico, do anticomunismo, de uma democracia controlada e disciplinada.⁷⁰ Sua seção em Pernambuco era liderada pelo Padre Arruda Câmara, tendo o partido na região gravitado em torno da UDN, com a qual compôs a conhecida Coligação Pernambucana⁷¹ nos primeiros anos do período democrático.

Em meados de 1945, foi fundado com sede em São Paulo o Partido Republicano Progressista (PRP). Seu presidente inicial foi o paulista Adhemar Pereira de Barros, que seria uma figura marcante dentro do cenário político nacional durante o período democrático. A composição inicial, assim como os outros partidos já citados, também era bastante diversificada, possuindo em sua direção nacional médicos, advogados, militares, industriais e proprietários de terras. O partido praticamente tinha seção única em todo o Brasil, focando suas ações em terras paulistas e não chegaria a ser um partido com dimensões e projetos para

⁶⁹ COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n° 46, 2003, p. 202.

⁷⁰ Idem, p. 219.

⁷¹ Um terceiro partido integrava a coligação em Pernambuco. Com pouca força no estado o Partido Libertador (PL) presidido nacionalmente por Raul Pilla e com sede no Rio Grande do Sul decide juntar sua modesta força local com os udenistas.

a nação brasileira. No ano seguinte o PRP se fundiu com o Partido Popular Sindicalista (PPS) e ao Partido Agrário Nacional (PAN) passando a ser denominado como Partido Social Progressista (PSP), que continuou sob a direção de Adhemar de Barros, fixando suas ações no estado de São Paulo, assim como Partido Libertador (PL) que era bastante popular no Sul do país.

Já o Partido Republicano (PR), foi fundado pelo ex-presidente da república Arthur Bernardes, que foi um dos articuladores da UDN e também um dos grandes críticos do governo varguista. Com composição heterogênea, o partido integrava profissionais liberais, militares e figuras políticas que tinham perdido espaço após a Revolução de 1930. Em Pernambuco era liderado por Eurico de Souza Leão, reunindo na sua direção figuras como professores, militares, jornalistas e advogados. Um fato curioso é que o partido lançou como candidatos ao Senado Federal nas eleições de 1945 um major e um tenente que não foram bem sucedidos na soma geral dos votos dos demais candidatos.

Com a redemocratização foi criado o Partido de Representação Popular (PRP), sendo seu primeiro presidente o Comandante Fernando Cochrane, que havia participado do fracassado atentado contra Getúlio Vargas em maio 1938 e por isso foi reformado compulsoriamente e processado.⁷² O partido era marcado pela presença de antigos membros ou simpatizantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo inclusive seu líder, Plínio Salgado, sido um de seus idealizadores e eleito como presidente do partido em fins de 1946. Em fins outubro de 1946, quando já liderava o partido nacionalmente, Plínio Salgado fez um apelo para que a população aderisse ao projeto político do PRP:

“Não se trata, portanto, hoje, de saber quem foi ou quem não foi adepto da Ação Integralista; trata-se de saber quem é cristão ou brasileiro, quem é verdadeiramente democrático e nacionalista, quem quer um Brasil unido e forte, quem quer impedir que nossa Pátria querida caia nas mãos dos dominadores alienígenas e passe a ser governada por um regime tão desgraçado que se orienta por meios de ordens e diretivas oriundas de uma potência estrangeira [...]. Integralistas ou não-integralistas, mas todos cristãos e patriotas, reúnem-se nas fileiras do Partido de Representação Popular”.⁷³

O discurso de Plínio era enfático no que se remete ao teor anticomunista, o qual também estava mergulhado o seu partido. Na sua trajetória durante o período democrático, os

⁷² CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP, 1945-1950*. Porto Alegre: EDIPURS, 2001, p. 144.

⁷³ SALGADO, Plínio. O Integralismo e o Partido de Representação Popular. *Idade Nova*, 27. Out. 1946, p.5. In: CALIL, Gilberto Grassi. Op. cit., p. 142.

perrepistas, assim como seus antecessores, carregavam consigo e defendiam tenazmente o lema “Deus, pátria e família”, como estava explícito em seu estatuto e nos discursos de suas principais lideranças. Porém é preciso deixar claro que após o fim do Estado Novo, os seus membros iriam reformular seu discurso político e seus planos de ação ao contexto da redemocratização vivenciada naquele momento, com o intuito de encobrir seus já conhecidos laços e afinidades com o fascismo.⁷⁴ Para João Fábio Bertonha, discurso de seus partidários durante o período democrático continuou assentado na defesa pelo municipalismo, nacionalismo, espiritualismo e acima de tudo o anticomunismo.⁷⁵ Com fraca presença no Norte e Nordeste do país, sua militância concentrava-se razoavelmente no Sudeste e fortemente no Sul. Em Pernambuco, o PRP não conseguiu lograr grandes êxitos eleitorais e sua organização local ficou por conta de antigos membros da seção da AIB pernambucana e alguns novos simpatizantes de seu projeto político.

Por fim, o Partido Republicano Democrático (PRD), que teve aprovado seu registro provisório em fins de julho de 1945, com sede no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois mudaria sua denominação para Partido Republicano Trabalhista (PRT), permanecendo ativo até ser extinto depois de ser decretado o Ato Institucional nº 2, em fins de 1965. Sua direção era composta predominantemente por profissionais liberais como advogados, professores, jornalistas e médicos. Segundo Antônio Lavareda o partido era

“o exemplo maior da inexistência de base social própria. Um banco de legendas. Alternativa comum a todos os que têm pretensões eleitorais e não encontram a necessária receptividade nas demais máquinas partidárias. Um entre os 26 partidos que haviam obtido registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral e conseguiram, às vésperas do pleito, apresentar a relação de 10.000 eleitores, ficando aptos a dele participar”.⁷⁶

Em Pernambuco o PRD não teve muito sucesso nos pleitos que disputou sozinho, sendo suas conquistas insignificantes e quando elas ocorriam eram muito em decorrência da composição de alianças com partidos majoritários. Desta forma, o argumento construído por Lavareda tem fundamento e pode ser comprovado com uma simples análise dos resultados eleitorais durante a experiência democrática.

Após essa exposição é possível ter uma breve noção do cenário pluripartidarista nacional iniciado no período pós-Estado Novo. Como já foi exposto anteriormente, não cabe a

⁷⁴ BERTONHA, João Fábio. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura militar (1945-1985). In: *Diálogos*. Maringá, v. 13, nº 1, 2009, p. 71.

⁷⁵ Idem, p.72.

⁷⁶ LAVAREDA, Antônio. Op. cit., p. 53.

esta pesquisa explicar cada um das agremiações partidárias que surgiram nesse momento, visto que entre as quase trinta dos partidos que surgiram no período, a maior parte não exerceu grande influência no jogo político nacional, o que não significa que sejam menos importantes. No entanto, esse quadro geral aqui exposto serve como evidência da riqueza e da importância do estudo deste período que ainda tem chamando pouco a atenção dos historiadores.

Os comunistas em Pernambuco durante a transição democrática.

O estado de Pernambuco em toda sua trajetória sempre exerceu um papel importante na política e na economia nacional. Em meados do século XIX a cana-de-açúcar, principal produto de exportação da região desde o período colonial, passou a perder espaço para outros produtos de exportação, como a do café. No entanto, essa perda não significou grandes prejuízos e de perda privilégios para as famílias aristocráticas da região, que continuavam no controle de seus latifúndios e exerciam uma grande influência na vida política local. Após o êxito da Revolução de 1930 e com Vargas no controle do executivo nacional, ocorreriam transformações consideráveis no cenário político local em consequência da decadência do Estado nacional oligárquico, marcante durante o período denominado pela historiografia recente como Primeira República.

As indústrias passaram a ser implantadas na região, ainda no começo do século XX, com a inauguração das usinas de açúcar e também com a criação de diversas fábricas de tecidos. Em Pernambuco, o movimento operário passou a ter destaque em princípios do século XX sofrendo influência dos anarquistas. Com a fundação do PCB em 1922, o pernambucano Cristiano Cordeiro – que integrava a lista de fundadores desta legenda – ficou incumbido de organizar o partido na região que somente no findar dos anos 20, passou a ter penetração considerável no seio da classe operária do estado.

A década de 1930 foi marcada também pela reformulação radical da postura e dos quadros do PCB em todo o Brasil. Com a tentativa de proletarizar o partido foram afastados seu principais líderes como ocorreu com Astrojildo Pereira Filho que foi expulso do cargo de secretário-geral e, por conseguinte, do partido. A intensificação dessa postura veio em 1933 quando o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista colocou à frente do PCB, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) no cargo de secretário geral que no ano seguinte foi substituído por Antonio Maciel Bonfim (Miranda). A postura sectária e obreira do PCB foi hegemônica até meados de 1933. Em princípios de 1935 surgiu a figura de Prestes dentro do partido. Poucos meses depois os comunistas abandonam a postura sectária e aderem à campanha de

combate ao avanço do fascismo juntando-se com os membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Os comunistas aderiram à ANL um mês antes dela ser declarada ilegal pelo governo, em junho de 1935. Com a sigla esvaziada, ela passou para o controle do PCB. Sem que a direção do partido tivesse controle, houve a deflagração dos levantes em Natal, em Recife⁷⁷ e no Rio de Janeiro. Após a tentativa frustrada de uma sublevação, os comunistas passaram a ser perseguidos pelos representantes do Governo Federal, o que culminaria com a prisão de grande parte dos principais líderes e articuladores do PCB. A seção pernambucana seria uma das mais atingidas pela repressão durante o governo de Vargas, restando apenas uma ínfima quantidade de militantes que não tinha ligação direta com o movimento operário e com os sindicatos. Somente após o processo de abertura no final do Estado Novo é que os comunistas voltariam a se articular com toda a força em Pernambuco, utilizando as antigas bases e a tradição de lutas do estado, para atrair militantes e simpatizantes na região.

Ainda durante o Estado Novo, com o intuito de implantar uma política de intervenção e de gerenciamento da produção açucareira, a qual enfrentava uma crise desde fins da década de 1920, o governo federal criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933, que foi dirigido por Barbosa Lima Sobrinho. Ao procurar dar solução para os atritos entre os donos de usinas e os proprietários de engenho, o presidente aprovou, em novembro de 1941, o Estatuto da Lavoura Canavieira que estabelecia uma série de direitos e deveres para ambos os grupos. Nesse momento existia algo em torno de 48 usinas espalhadas pela Zona da Mata do estado e uma das medidas tomadas pelo Governo foi justamente conter o processo de criação de novas usinas na região.

Foi também durante o Estado Novo que Pernambuco vivenciou uma reformulação política sob a coordenação do interventor Agamenon Magalhães que tratou de encaminhar o projeto político varguista dentro do estado. Estavam incluídos nesse projeto alguns reajustes no controle da máquina política, o que não significou o pleno afastamento das tradicionais famílias aristocráticas do poder.⁷⁸ No entanto, ficaria claro no decorrer de sua gestão que, acima dessa camada, existia um projeto de intervenção federal de combate às oligarquias tradicionais. Para isso Agamenon se ligou a novos grupos políticos e econômicos da região,

⁷⁷ Segundo Marly Vianna, o movimento em Pernambuco ficou restrito à área do Largo da Paz, no Recife e nos municípios de Jaboatão e Moreno. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 303.

⁷⁸ Para que tenhamos ideia desse controle por parte das famílias tradicionais em Pernambuco, vejamos que os dois últimos governadores do Estado foi Estácio Coimbra, proprietário da Usina Central de Barreiros e Carlos de Lima Cavalcanti, dono da Usina Pedrosa. Para mais detalhes ver ANDRADE, Manuel Correia de. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001, p. 88.

tendo em vista ganhar aliados e reforçar a base de apoio ao governo de Vargas. Como boa parte da população pernambucana do período concentrava-se nas áreas do Sertão e Agreste onde predominava o coronelismo e práticas clientelistas,⁷⁹ Agamenon buscou a sustentação do seu governo nessa região, o que não seria bem visto para os antigos grupos que dominavam a política local, como no caso dos usineiros. No entanto, para Dulce Pandolfi:

“Ao tentar implementar o seu projeto agrícola prioritariamente nas regiões do agreste e do sertão, reforçava as oligarquias marginais do estado representadas pelos famosos ‘coronéis do interior’. Este novo compromisso, privilegiando os setores agrários mais marginalizados, quebra a hegemonia secular da elite açucareira, cuja área de concentração era a Zona da Mata. Este novo pacto, instaurado em Pernambuco por Agamenon Magalhães, se estenderá até 1958”.⁸⁰

Na virada para a década de 1940, de um total de 2.688.240 habitantes que possuía Pernambuco, 1.900.432, ou seja, 70% do total viviam em áreas rurais. Agamenon Magalhães como interventor do estado, sabia muito bem dessa realidade, até mesmo pelo fato de ser oriundo do município de Serra Talhada, localizado no Sertão pernambucano e sabiamente fincou suas “âncoras” na região.

Dentre os projetos desenvolvidos na capital, merece destaque a criação da Liga Social Contra o Mocambo que tratou de desenvolver um projeto de reurbanização a partir da retirada dos mocambos e com a construção de moradias populares para acolher seus habitantes. A medida fazia parte de um projeto maior de seu governo para harmonizar as relações entre as classes que dividiam o meio urbano. Ao mesmo tempo buscou desenvolver projetos com intuito de recuperar o meio rural, com o objetivo de minimizar o intenso êxodo rural, que nesse período havia se intensificado. Segundo Dulce Pandolfi sua política agrícola tinha as seguintes metas: “defesa da policultura e crítica à monocultura canavieira, ruralismo e fixação do homem à terra, ressurreição do Sertão, crítica às indústrias artificiais, implantação de um sistema de cooperativa agrícola e combate ao latifúndio improdutivo”.⁸¹ Após o fim do Estado Novo, a dívida seria paga, tendo em vista que a região do Sertão seria justamente onde o partido de Agamenon, o PSD, concentraria boa parte de seus votos e foi um fator determinante para a manutenção de sua hegemonia política em Pernambuco durante boa parte do período democrático.

⁷⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁸⁰ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 76.

⁸¹ Idem, p. 68.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Pernambuco foi uma região de importância chave após a adesão do Brasil ao lado dos aliados. A capital, Recife, recebeu um contingente considerável de soldados norte-americanos que, após acordos feitos com Getúlio Vargas, fundariam bases que serviriam de suporte para o conflito no norte da África e no sul da Europa, ao mesmo tempo em que reforçava a proteção da costa brasileira contra possíveis investidas dos países do Eixo.⁸² A base foi instalada na zona sul do Recife, na região do Iburá, local na época ainda pouco povoado e que passaria a receber os soldados norte-americanos até o final do conflito. Segundo relatos de cronistas locais, como Rostand Paraíso⁸³ os costumes locais sofreram consideráveis influências dos norte-americanos durante o período de convivência, influências essas que atingiram desde o campo musical até o econômico, da linguagem ao modo de se vestir, ou seja, modificações marcantes e diversas no cotidiano do recifense.

A região que abrangia a capital e o polo industrial do estado, de acordo com o senso de 1940, concentrava aproximadamente 500 mil habitantes de um total de três milhões que viviam em Pernambuco. Essa área era um grande centro comercial do Nordeste e suas linhas férreas tinham conexões que levavam a todos os estados da Região, que eram controladas pela empresa inglesa Great Western. A Pernambuco Tramways outra empresa estrangeira, era a responsável pelo transporte urbano e pelo fornecimento de energia nos centros urbanos. Nessa época o setor têxtil concentrava mais de 25 mil operários que se dividiam entre as 14 empresas que estavam situadas na industrializada do estado.⁸⁴ Durante o processo de redemocratização, os comunistas foram reconquistando espaços entre os operários e fizeram da região um reduto de forte atuação do PCB no país. Segundo Antonio Lavareda, em fins de 1946 o PCB já somava pouco mais de 180 mil militantes,⁸⁵ sendo que deste total, 25 mil estavam registrados na seção pernambucana do partido.⁸⁶

Com o início da transição democrática, a partir de princípios de 1945, Agamenon Magalhães foi convocado por Vargas, para assumir a Pasta da Justiça, momento em que disse a célebre frase: “O regime vai mudar. E eu também”.⁸⁷ Como ministro, Agamenon foi um dos responsáveis pelo encaminhamento do processo de transição, buscando minimizar os prejuízos que poderiam vir com a mudança de orientação do governo Vargas ou até mesmo

⁸² FONSECA, Manoel Felipe Batista da. Base Fox: aspectos do estabelecimento e desenvolvimento da base naval da U.S. Navy no Recife durante a campanha do Atlântico Sul (1941-1943). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco Recife: O autor, 2014. 180 f.

⁸³ PARAÍSO, Rostand. O Recife e a II Guerra Mundial. 2. ed. Recife: Bagaço, 2003.

⁸⁴ LAVAREDA, José Antônio. Op. cit., p. 40.

⁸⁵ Dulce Pandolfi fala em 200 mil filiados nesse período. Ver PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 172.

⁸⁶ Idem, p. 95.

⁸⁷ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 85.

uma possível queda. No seu lugar, assumiu o governo do estado o ex-Secretário de Segurança Pública e homem de confiança de Agamenon, Etelvino Lins. Concomitantemente, o interventor ficou incumbido pela missão de organizar as bases do PSD em Pernambuco, buscando assim reunir em torno da sigla as bases de apoio consolidadas por Agamenon durante o tempo de seu governo. Entre fevereiro, quando assumiu como interventor de Pernambuco, até fins de outubro de 1945, Lins passou a ser alvo de críticas por parte dos opositores do Estado Novo e que foram intensificadas após a fundação de uma seção da UDN dentro do estado.

Após a queda de Vargas, em fins de outubro de 1945, foi indicado para o governo de Pernambuco, pelo chefe interino do executivo nacional José Linhares, o presidente do Tribunal de Apelação, José Neves, que tratou de seguir o compromisso com a “neutralidade” do Governo Federal. Para Lavareda foi seguida “a fórmula udenista que apontava o judiciário como a única instituição capaz de proceder a transição democrática”.⁸⁸ No curto período que esteve no governo, Neves tratou de substituir os interventores das prefeituras municipais por Juízes de direito com o intuito de não beneficiar a antiga máquina de poder do Estado Novo que já se engajava no PSD.

Após a posse de Dutra em janeiro de 1946, o interventor estadual foi substituído pelo procurador da Delegacia Fiscal, José Domingues da Silva, que, apesar de filiado ao PSD local, manteve-se afastado e buscou governar de maneira “imparcial”. Como prova disso, nomeou para a prefeitura do Recife, Pelópidas Silveira, que foi por muito tempo crítico da política varguista e tinha ligações com integrantes do PCB. A sua nomeação não seria bem vista pelas lideranças do PSD, que passaram a criticar a postura do interventor, como também do Presidente Dutra, que logo tratou de ordenar o afastamento de Pelópidas do cargo.

Neste tempo já existia uma cisão dentro do PSD local originada após a indicação de Barbosa Lima Sobrinho pela ala liderada por Agamenon Magalhães e Etelvino Lins como candidato do partido para o Governo do estado. Esses embates culminariam com a expulsão de Novais Filho, líder do grupo dos banqueiros e fornecedores de cana que havia sido abrigado no PSD e agora estava à frente do grupo dissidente que pouco tempo depois ingressaria na UDN. Segundo Lavareda:

“Minoritária, impossibilitada de ter um seu membro indicado para a disputa pelo governo do estado no interior do PSD, essa ala, liderada por Novais Filho, dissente do partido, rompe o círculo de adesão clientelística e vai compor-se com a UDN. Uma

⁸⁸ LAVAREDA, José Antônio. Op. cit., p. 72.

UDN ávida não só em conquistar seus pares socioeconômicos ao satelismo do poder oficial, como em aumentar seu cacife eleitoral no agreste e sertão transitando com um nome exponencial do arraial pessedista”.⁸⁹

Os pessedistas pernambucanos, liderados por Agamenon, continuaram a fazer oposição e críticas ao governo de Dutra que terminara cedendo e nomeou o General Demerval Peixoto para governar o estado. Na verdade no decorrer da gestão de Peixoto seria verificado que o Presidente não tinha cedido em nada, mas sim reforçado o cerco contra o grupo de Agamenon. O General recém-ingresso no comando da 7ª Região passaria a intervir em diversos municípios onde o PSD era muito forte, substituindo alguns prefeitos e nomeando opositores do PSD para compor seu secretariado. Segundo Dulce Pandolfi, todo esse jogo fazia parte da política de conciliação com os elementos udenistas, empreendida pelo Presidente Dutra em combate resquícios do poder de Vargas e seus aliados.⁹⁰

Em fins de 1946 foi encerrado o primeiro tempo, com os dutristas vencendo o jogo. A segunda etapa começaria em 1947 e seria marcada pelos pleitos que definiriam qual dos projetos políticos levaria a melhor. No entanto, em Pernambuco, como sempre, as coisas não fluiriam tão simples como se esperava.

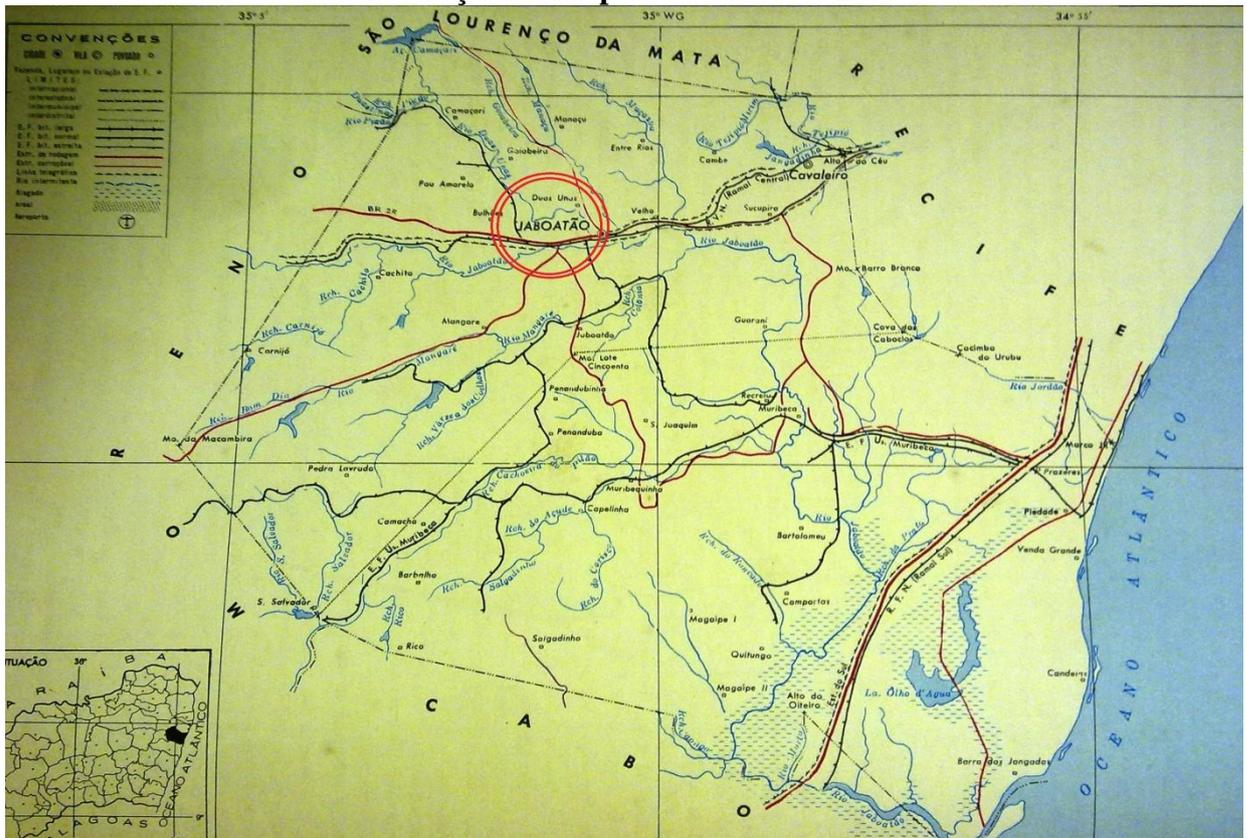
Conhecendo Jaboatão

Jaboatão, município adjacente ao Recife, na década de 1940 integrava junto com outras cidades próximas ao recife o polo industrial do estado pernambucano. Leva o mesmo nome que o Rio que corta parte considerável de sua área e que apesar de poluído, gerava o sustento de muitos dos que viviam na região. Nessa época a cidade possuía aproximadamente 38 mil habitantes, distribuídos em seus 234 quilômetros quadrados. É possível verificar também nos números do censo de 1940, que a maior parte, pouco mais que 22 mil pessoas, viviam em áreas rurais, as quais eram predominantemente controladas por usinas e engenhos de açúcar.

⁸⁹ Idem, p. 73.

⁹⁰ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 120.

Ilustração 1 - Mapa de Jaboatão-PE



Fonte: Anuário estatístico IBGE 1950.

Neste período o município estava dividido em dois distritos, o Distrito sede e o da Muribeca. Cada distrito tinha o direito de eleger um subprefeito de acordo com a Constituição Estadual de 1947 que determinara que os distritos que possuíssem mais de cinco mil habitantes teriam este direito assegurado. No município a atividade econômica predominante era a lavoura de cana-de-açúcar, possuindo o município aproximadamente 40 engenhos espalhados em seu território,⁹¹ a maior parte deles sob o controle das Usinas Jaboatão, Bulhões e Muribeca. No livro organizado pelo historiador Antônio Paulo Rezende sobre a história da cidade, consta uma entrevista feita em fevereiro de 1996 com o trabalhador rural José Timóteo da Paz que ao se referir ao final da década de 40 afirmou que

“Naquela época Jaboatão limitava-se a esse distrito, resumindo-se a três armazéns: do Geraldo, de Zé Pedro e de Zé Martins. Prazeres era apenas com cabanas de pescadores. O grosso da população, mais de 70%, vivia nos engenhos e nos distritos. Nos sábados, conta meu avô, eram verdadeiras caravanas de burros e cavalos, centenas de pessoas que traziam jaca, banana para vender em frente a esses armazéns

⁹¹ Ver Apêndice 1

citados, na estrada da luz, que faziam suas feiras e retornavam aos engenhos, à tarde. A vida do município era a atividade rural”.⁹²

O analfabetismo chegava a atingir quase 85% da população que em sua maioria, vendia sua força de trabalho para os latifundiários da região. Os índices de doenças parasitárias como esquistossomose eram também alarmantes, muito por conta da poluição das águas e da ausência de saneamento básico na região.

Nesta cidade estavam situadas as oficinas da filial inglesa Great Western Brazil Railway (GWBR) que gerava empregos mais rentáveis para a população local. Os ferroviários correspondiam a uma parte considerável do eleitorado do município jaboatonense e tinham participação política ativa dentro do município. Em Jaboatão funcionava também a Cia. Indústrias Brasileiras Portella S.A., popularmente conhecida como Fábrica de Papel. Até a década de 1930 a fábrica era considerada a maior produtora de papel da América do Sul e contribuía para a diversificação da economia local, gerando empregos no setor industrial. Nessas duas empresas havia uma forte articulação de seus respectivos sindicatos com os comunistas, o que fazia da cidade uma região de forte atuação do PCB, principalmente após a redemocratização. É preciso lembrar que Jaboatão já havia chamado atenção das autoridades nacionais após a participação ativa de parte da população no Levante Comunista de 1935, que teve a Vila Militar Floriano Peixoto, situada no bairro de Socorro, como um dos principais focos da insurreição em Pernambuco quando passou a ser chamada pelos comunistas de “cidade heroica”.

Até meados da década de 1930, tradicionalmente a poder local passava de mãos em mãos entre os membros das famílias latifundiárias, que carregavam no seu sobrenome uma história secular de dominação política. Porém, com o advento do Estado Novo, ocorreram mudanças notáveis na ocupação dos cargos políticos, quando membros do funcionalismo público e profissionais liberais passaram a ser nomeados como prefeito da cidade. No período que se inicia em fins de 1937, dos nove prefeitos nomeados pelo interventor estadual apenas um desses era membro de família tradicional da localidade, dado que serve como indício desta mudança de orientação durante a ditadura varguista. Durante a transição para a democracia em fins do Estado Novo, Jaboatão passou a ser afetada pela disputa nacional entre o Presidente Dutra e a ala pessedista de pernambucana, liderada por Agamenon Magalhães. Após a queda de Vargas, foi nomeado como prefeito da cidade pelo interventor estadual, José Neves, o Dr. Miguel José da Mota que em fevereiro do ano seguinte foi substituído pelo

⁹² REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. *Jaboatão: Histórias, Memórias e Imagens*. Recife: FUNDARPE/CEPE, 1996. v. 1, p. 66.

escrivão do cartório de registro civil de Jaboaão, José Carneiro de Barros Campelo. Este último ficou no cargo até meados de 1947, quando os pessedistas reassumiram a dianteira do Governo Estadual após a posse do governador interino Otávio Correia de Araújo.

Dentro do plano de reorganização do PSD para a política estadual foi nomeado, em julho de 1947, para a prefeitura de Jaboaão o advogado e promotor público Aníbal Varejão um dos líderes do PSD na cidade. Varejão teve poucos meses para usar a máquina do poder para encaminhar o futuro político do município, visto que as eleições municipais tinham sido agendadas para 26 de outubro do mesmo ano. A missão não seria nada fácil para o PSD local, menos por conta do pouco tempo que restava e mais pela pouca popularidade dos pessedistas na cidade que havia ficado evidente nos dois últimos pleitos realizados. O contexto político local terminou por forçar as lideranças do PSD a buscarem alianças com outros partidos que tivessem mais popularidade na região para vencer a disputa com a UDN. Foi assim que em outubro de 1947 os pessedistas optaram por uma composição com os comunistas e indicaram o médico e militante do PCB, Manoel Rodrigues Calheiros, para a disputa do cargo de prefeito de Jaboaão.

Capítulo II - Trajetória política de Manoel Rodrigues Calheiros

Nas margens do Mundaú

Foi nas margens do Rio Mundaú, no estado de Alagoas, que começou a trajetória de Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Este Rio nasce no município de Garanhuns, no agreste pernambucano, adentrando por terras do norte do estado de Alagoas até chegar ao litoral central, onde desemboca no Atlântico, na região conhecida como laguna do Mundaú. O progresso econômico da região banhada pelo Mundaú teve início no princípio do século XVIII, segundo narra o cronista alagoano Manuel Diégues Júnior, quando foi:

“extinto o quilombo dos Palmares, cessam as correrias dos negros, e começam a ser distribuídas as terras marginais do rio. Até fins do século XVIII as concessões, determinantes do povoamento da região, se vão fazendo nas margens das lagoas, e se avançam pelas ribeiras do Mundaú”.⁹³

Percebe-se que os colonizadores sentiram a necessidade da ocupação das terras do antigo e conhecido Quilombo do Palmares, que após a morte de seu líder Zumbi, foi destruído pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. Nesta época as terras alagoanas ainda pertenciam à Capitania de Pernambuco e sua ocupação foi retomada neste momento com a vinda de famílias portuguesas, que foram recebendo concessões de sesmarias. No seu livro sobre a economia açucareira em Alagoas, Manuel Diégues cita que em:

“8 de janeiro de 1700 uma carta de sesmaria concede ao capitão João Gomes de Melo e Manoel Rodrigues Calheiros e seus herdeiros duas léguas nas alagoas, contíguas ao Engenho Nossa Senhora das Mercês, pelo Rio Mundaú. Seguem-se outras concessões: uma de 10 de outubro de 1705 a João Calheiros e Maria Amorim Barbosa e seus herdeiros, na extensão de sete léguas, pelo Rio Mundaú acima das cabeceiras do Engenho Garça Torta”.⁹⁴

É possível observar neste fragmento que entre os primeiros portugueses que ocuparam de forma efetiva a região estavam os membros das famílias Rodrigues Calheiros e os Gomes de Melo. A tabela abaixo foi elaborada segundo os dados presentes no livro de Diégues e serve para ilustrar a avanço dessas famílias pelo Mundaú adentro:

⁹³ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional*. 3 ed. Maceió, EDUFAL, 2006, p. 78.

⁹⁴ Idem, p. 78.

Tabela 2 - Lista dos engenhos fundados no vale do Mundaú no século XVIII

Nº	Engenho	Proprietário
1	Cachoeira	Manuel Rodrigues Calheiros
2	Pau Amarelo	Capitão Joaquim Pereira Rosa, casado com Úrsula Rodrigues Calheiros
3	Rocha	Manuel da Rosa Calheiros
4	Mundaú	José Gomes de Melo
5	Rio Largo	Jacinto Pereira da Rosa Calheiros
6	Riachão	João Gomes Calheiros
7	Bom Jardim	João Gomes Calheiros
8	Utinga	Salvador Pereira da Rosa, casado com Adriana Rodrigues Calheiros
9	Cachoeira do Mirim	Manoel Clemente, filho de Luísa Vasconcelos Calheiros
10	Itamaracá	João Batista de Vasconcelos, neto de Luísa Vasconcelos Calheiros
11	Pratagí	Carlos Rodrigues Calheiros
12	Grajaú	Capitão Joaquim José de Melo
13	Garça Torta	Antônio Gomes de Melo

Fonte: Dados do livro *Banguê nas Alagoas*.⁹⁵

Essas duas famílias se estabeleceram pelas margens do Mundaú onde seu predomínio ainda era evidente no século XIX, tendo seu poder econômico sido fruto de um longo período de dedicação ao cultivo de cana-de-açúcar, que sempre fora a principal atividade produtiva na região. Segundo dados recolhidos numa tabela de 1849, no livro de Moacir Medeiros de Sant´ana,⁹⁶ de todos os engenhos descritos no quadro acima apenas o Grajaú e Bom Jardim não existiam mais. Os demais ainda continuavam nas mãos das mesmas famílias. Voltarei a falar destas famílias mais a frente. No momento cabe um breve histórico da província de Alagoas, para assim chegar-se ao ponto de partida: o nascimento de Manoel Rodrigues Calheiros que pertencia a uma família cujo prestígio remete aos primórdios da cultura aristocrática alagoana.

Alagoas, província que se tornou independente de Pernambuco ainda em 1817, passou a desenvolver no decorrer do século XIX uma política autônoma, porém baseada nos costumes e tradições do período colonial, ou seja, a monocultura da cana-de-açúcar, o latifúndio e o trabalho escravo. Em 1831 a província estava dividida em quatro comarcas, Alagoas (que abrangia as vilas de São Miguel e Santa Luzia do Norte), Maceió (que era composta por Porto das pedras e Porto Calvo), Atalaia (as Vilas de Assembleia e Imperatriz) e

⁹⁵ Ver DIÉGUES JUNIOR, Manuel. Idem.

⁹⁶ SANT´ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar, 1970. p. 248.

Penedo (pela vila do Poxim e Anadia). A agricultura canavieira continuava sendo a atividade produtiva mais lucrativa e predominante em terras alagoanas durante o século XIX.

No entanto, os engenhos seculares, também conhecidos como banguês, começam a entrar em declínio na década de 1870. Segundo Moacir Medeiros de Sant´ana,⁹⁷ isso ocorreu em decorrência do baixo rendimento da produção e dos métodos obsoletos utilizados no cultivo da cana, algo que foi se tornando mais evidente após a fundação das primeiras usinas de açúcar em Alagoas. Esse autor ainda afirma que o desinteresse dos filhos dos proprietários agrícolas pelas atividades ligadas à terra havia sido outro fator que contribuiu para a decadência gradual dos banguês.

Na última década do século XIX, já sob o regime republicano instaurado no Brasil, as usinas de açúcar foram sendo fundadas em Alagoas, tendo isso, concomitantemente, provocado o surgimento da classe dos usineiros dentro do sistema de produção da lavoura canavieira. Na virada para o século XX os proprietários de engenhos que ainda conseguiam manter seus banguês moendo foram perdendo força na disputa contra o processo de industrialização do campo. Sobre esta questão vale citar o que afirmara Diégues Júnior:

“A crise que era principalmente da lavoura, refletindo sobremodo no banguê, ocorria quando justamente começava o incremento, no estado, da criação de usinas. Possuía então Alagoas cerca de 1000 engenhos, seis usinas, afora meio-aparelhos. A baixa do açúcar, acarretou as dificuldades sofridas pelo engenho, havendo, mesmo alguns que deixaram de fabricar açúcar na safra de 1903 para 1904 a fim de vender mel às usinas”.⁹⁸

As opções existentes eram poucas: ou se mantinha os seus engenhos em funcionamento dentro de um sistema de produção quase que artesanal ou então se passava ao status de fornecedor de cana para as usinas, o que de fato foi se tornando a única saída viável com o passar do tempo. Havia ainda o caso de proprietários de engenhos que passaram a alugar suas terras para o proprietário da usina que ficaria responsável pela sua utilização.⁹⁹ Sant´ana afirma que já em princípios da década de 1920 as usinas ultrapassaram a produção de açúcar dos banguês. Sobre este momento Diégues Júnior narrou que:

“É em 1922 que a usina começa a dominar, vencendo o banguê na exportação. Já então a crise do engenho alcançava situação alarmante. A baixa dos preços concorria

⁹⁷ Ver SANT´ANA, Moacir Medeiros de. Idem.

⁹⁸ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. Op. cit., p. 157.

⁹⁹ Ver ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7. ed. – Rev. e aumentada – São Paulo: Cortez, 2005, p. 123.

para agravá-la; a falta de crédito; as dificuldades de transporte completavam os fatores de crise”.¹⁰⁰

O geógrafo Manoel Correia de Andrade, ao analisar o processo de expansão de usinas, observou a existência de pelo menos dois períodos neste processo de produção baseado no banguê. O primeiro seria de 1890-1910, no qual houve a expansão das usinas, o desaparecimento dos engenhos centrais e da filosofia de dividir a agroindústria em duas partes, uma agrícola e outra industrial. Já o período seguinte correspondeu ao recorte entre os anos de 1910 e 1930, momento em que as grandes e médias usinas se consolidariam e os banguês ficariam circunscritos às áreas de difícil acesso, mais próximas ao Agreste e ao Sertão. Segundo o autor, foi também neste período que se acirraram as disputas entre os usineiros e os fornecedores de cana. Esta crise se agravou no ano de 1929, acrescendo-se a isto os acontecimentos decorrentes da Revolução de 1930, que trouxe ao poder Getúlio Vargas, o qual tratou de buscar uma solução para a crise da lavoura canavieira no nordeste, que culminou com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em junho de 1933. Dentro deste contexto, em maio 1937 foi realizado em Maceió o 1º Congresso dos Banguizeiros de Alagoas que tinha como principal objetivo unir a classe para assim manter vivos os resquícios do antigo modo de produção nos banguês, que naquele momento já estavam sendo devorados pelo avanço avassalador da indústria açucareira. Esta disputa não ficou restrita ao estado de Alagoas, a situação era comum em muitos estados da Região, onde se instalou um forte embate entre as classes dos fornecedores de cana e dos usineiros resultando na criação do Estatuto da Lavoura Canavieira em novembro de 1941. A intervenção do Estado serviria para acalmar os ânimos por algum tempo. Segundo Manoel Correia de Andrade o que ocorria naquele momento era uma luta entre dois grupos sociais, de um lado os proprietários de terras e do outro os detentores de capital, que disputavam a hegemonia econômica e política.¹⁰¹

O Estatuto de 1941 viria com intuito principal de preservar uma classe média no meio rural, o que terminou não agradando muito aos usineiros. Estes passaram a dirigir críticas constantes a Getúlio Vargas e ao presidente IAA, Barbosa Lima Sobrinho. Pouco tempo depois, já em 1943, a Cooperativa dos plantadores de Cana de São Miguel dos Campos, fundada também durante o Congresso citado fundou em Alagoas a primeira usina de açúcar da América Latina baseada no sistema de produção cooperativista, a Usina Caeté, que foi

¹⁰⁰ DIÉGUES JUNIOR, Manuel. Op. cit. 158.

¹⁰¹ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit., p. 94.

instalada no município de São Miguel dos Campos.¹⁰²

Com todo o cenário econômico em transformação os costumes e os valores foram se modificando, como no caso dos filhos dos senhores de engenho, que passam a optar por uma vida longe do campo, passando a viver nas zonas urbanas e a se dedicar a outras atividades profissionais. As escolhas mais comuns, tradicionalmente eram o Direito e a Medicina. Sem esquecer a política que também sempre foi uma ocupação imbricada aos costumes aristocráticos.

Um exemplo disso ocorreu com um dos herdeiros do engenho Mundaú que em meados do século XIX pertencia a Manoel Rodrigues Leite e Oiticica, conhecido por seus empreendimentos nas técnicas de cultivo de açúcar. Um de seus filhos, Francisco de Paula Leite e Oiticica, nascido em abril de 1853, graduou-se na Faculdade de Direito do Recife, tendo exercido por um curto período o ofício de advogado. Com o advento da república no Brasil, dedicou-se a política, tendo sido eleito Deputado Federal em 1891 e na eleição seguinte se tornado Senador pelo estado de Alagoas. Um de seus filhos, José Rodrigues Leite e Oiticica nascido em Minas Gerais no ano de 1882, após tentativas frustradas de graduar-se em medicina e no direito, terminou por se tornar professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, tendo também sido um dos principais militantes do movimento anarquista no Brasil, chegando a articular uma insurreição operária no ano de 1918, inspirada na Revolução Russa de 1917.

Este caso serve para ilustrar a mudança de rumo que, não raro, passou a acometer a vida das famílias aristocráticas alagoanas. Merece ser destacado que na trajetória seguida por José Oiticica,¹⁰³ além de transgredir o status aristocrático, passando a viver como profissional liberal, ainda aderiu aos ideais anarquistas. Analisar o perfil de José Oiticica não compete a esta pesquisa, no entanto, cabe registrar a radical transgressão dos rumos seguidos durante sua trajetória. Tudo indica que tenha sido influenciado pelo meio intelectual que frequentou no Rio de Janeiro, onde circulavam novos ideais e projetos políticos que nem sempre condiziam com a ordem instaurada desde a proclamação da república em 15 de novembro de 1889. Deve-se ainda atentar para outro fator que provavelmente contribuiu para esta guinada na vida do herdeiro da família Oiticica, pois mesmo longe dos problemas que atingiam as terras de seus familiares, é possível supor que, no mínimo, notícias da decadência e da perda de um

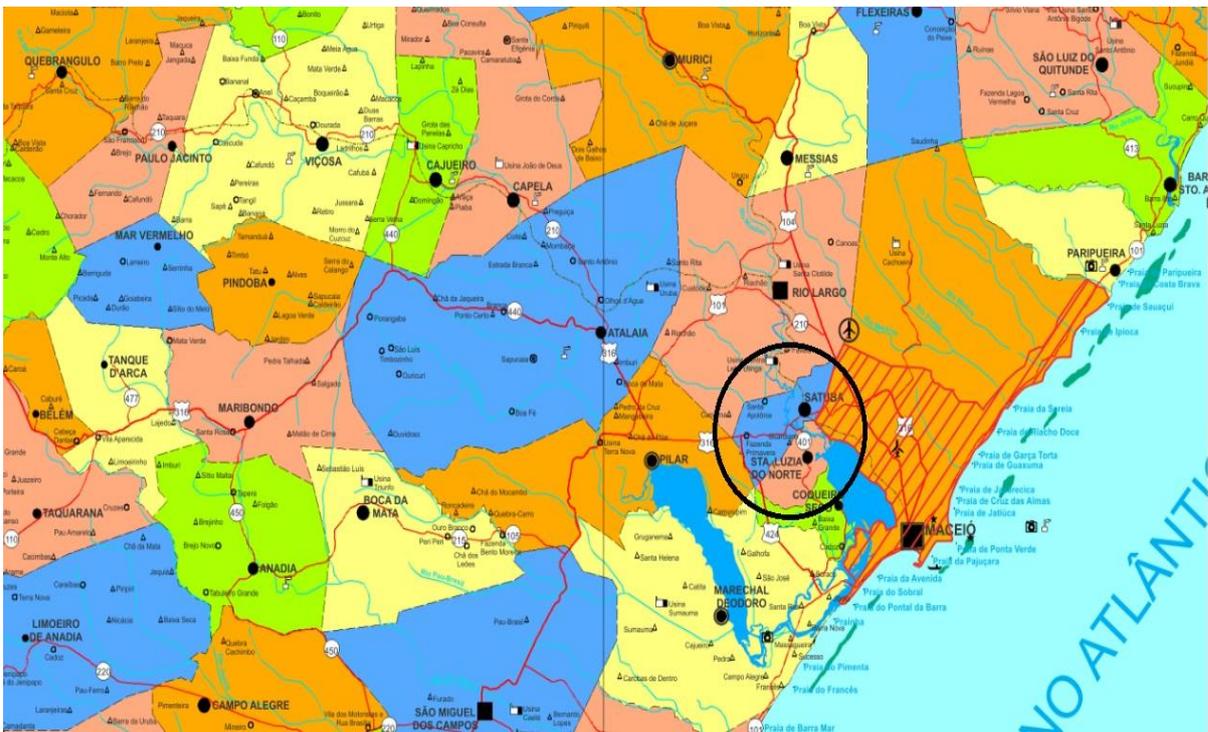
¹⁰² DIÉGUES JUNIOR, Manuel. Op. cit., p. 15.

¹⁰³ Ver: SAMIS, Alexandre. “Presenças indômitas: Jose Oiticica e Domingos Passos”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *A Formação das Tradições (1889 - 1945)*. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.

patrimônio secular da família chegavam até ele. Suponho ainda que o encaminhamento dos fatos durante a juventude de José Oiticica iria provocar nele a descrença no projeto republicano, que prometia ser o redentor da nação.

Nascido em 7 de julho de 1902 em Santa Luzia do Norte, no engenho Pau-Amarelo às margens do Mundaú, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros, viria a ser mais um destes que também viu com seus próprios olhos o cenário decadente dos banguês e teve que seguir um rumo distinto dos seus antecessores. A vila de Santa Luiza do Norte foi fundada em dezembro de 1830. No ano de 1915, passou a ser subordinada ao município de Rio Largo, se emancipado politicamente somente em 1962. Atualmente compõe a Microrregião de Maceió, distando pouco menos de 25 quilômetros da capital do Estado.

Ilustração 2 – Mapa de Santa Luzia do Norte-AL



Fonte: Governo do estado de Alagoas¹⁰⁴

A cidade está localizada na Zona da Mata alagoana, possuindo um clima tropical úmido, apresentando temperaturas sempre elevadas no decorrer do ano e um índice de umidade de elevado teor. Foi um dos primeiros polos de ocupação no território alagoano ainda durante o período colonial e teve como principal atividade econômica o cultivo da cana-de-açúcar.

¹⁰⁴ <<http://informacao.seplande.al.gov.br/alagoasmapas/20130228/mapa-politico-administrativo-alagoas-2013>> Acesso em 30 de abril de 2014.

Os engenhos de Santa Luzia do Norte em sua maioria eram instalados próximos às margens do Rio Mundaú e de seu afluente, o Satuba, que era uma das rotas dos produtos agrícolas até o porto de Jaraguá, em Maceió ou para o estado de Pernambuco. Os tabuleiros presentes a leste da região são cortados pelas várzeas amplas do rio que estão sempre a necessitar de drenagem para que possam ser cultivadas e que nas proximidades da foz se apresentam afogadas e invadidas pelo mar até alguns quilômetros para o interior.¹⁰⁵

Sobre sua mãe, Rosa Moreira da Silva Calheiros, pouco se sabe de sua origem familiar, como também de sua vida. Foi possível, através dos relatos dos familiares, descobrir que ela faleceu quando Manoel Calheiros tinha apenas três anos de idade devido a complicações durante um parto. Já seu pai, Manoel Rodrigues Calheiros Lins, era proprietário do engenho Pau-Amarelo e membro de uma tradicional família da localidade, como já foi exposto. Em uma tabela datada de 1849, que foi publicada no livro de Moacir Medeiros Sant'ana¹⁰⁶ é possível verificar presença considerável das famílias: Rodrigues, Calheiros e Lins, na região. Nesta tabela, dos 37 engenhos registrados na Vila de Santa Luzia do Norte, 13 deles pertenciam a essas três tradicionais famílias. O engenho que nasceu pertencia naquele período a Luiz José da Rocha Lins Calheiros. Numa listagem da década posterior, correspondente ao ano de 1859, dos 40 engenhos existentes na Vila pode-se observar que 11 deles ainda eram controlados pelas três famílias citadas. O engenho Pau Amarelo naquele momento já pertencia a Antonio Rodrigues Leite Gijuiba. Infelizmente não foi possível encontrar outras listas, para que se pudesse chegar até o começo do século XX e assim desembocar nos seus genitores. No entanto, é possível supor que houve ainda a passagem de uma ou duas gerações até que chegasse às mãos de seu proprietário do início do século XX.

O engenho Pau-Amarelo, onde nasceu personagem aqui estudado, não ficou imune ao avanço das usinas em Alagoas, sentido seus efeitos com mais intensidade a partir dos primeiros anos do século XX. Apesar do longo esforço do pai e mais tarde de seus irmãos para contornar a crise que vinha se agravando gradualmente, pouco pode ser feito.

Devido à escassez de documentos relacionados a este período, como também da ausência de informação por parte dos parentes, pouco se sabe o que se passou na vida do de Manoel Rodrigues Calheiros. No entanto, é possível supor que todo este cenário de decadência tenha influenciado no rumo tomado pelo jovem Calheiros. No livro de memórias de sua filha Marília Calheiros Guerra, é narrada uma passagem marcante em sua vida e que remete aos primeiros anos de vida do seu pai:

¹⁰⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit., p. 41.

¹⁰⁶ SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Op. cit., p. 243.

“Dias antes de falecer (15/06/86), na hora do almoço, estando com ele somente mamãe e eu, nos revelou uma passagem de sua infância que nunca esquecera: estava ele, com alguns coleguinhas da pequena escola do ‘Engenho Pau Amarelo’, onde nascera, a poucos metros do seu pai que conversava com outros fazendeiros sobre negócios, quando escutou uma voz lhe dizer: ‘Estude, para ajudar a humanidade!’. Tímido o menino de sete anos, desconfiado, com medo de ser chamado de mentiroso, ficou calado e guardou aquele segredo setenta e seis anos para contá-lo à sua filha e à esposa uma semana antes de partir”!¹⁰⁷

Bem, cabe ao historiador analisar este depoimento deixado por Manoel Calheiros. É bem provável que esta voz tenha sido de alguém que não andava muito esperançoso com o que se vivia naquele momento. Como também é possível deduzir que a conversa com alguns fazendeiros se tratasse de uma reunião entre proprietários de engenhos da região, que não andavam felizes com o avanço implacável das usinas nas terras próximas. Possivelmente alguns deles poderiam ser os próximos a serem abocanhados pelo avanço dos usineiros na zona da mata alagoana. O trecho que diz: “Estude para ajudar a humanidade”, pode também ser entendido com um alerta de que aquele mundo não mais pertencia ao jovem Calheiros e que o futuro naquelas terras não deveria ser muito promissor. “Ajudar a humanidade” foi absorvido pelo jovem Calheiros, que mais a frente depositaria na Medicina e no comunismo as esperanças de transformação do mundo. Uma análise prudente feita pelo historiador Jorge Ferreira, se encaixa perfeitamente neste acontecimento da vida de Manoel Calheiros quando ao se referir às narrativas construídas em seus livros de memórias muitos militantes

“insistem nas motivações oriundas do ‘estômago’, do ‘coração’ e da ‘cabeça’ como caminhos que conduzem ao partido dos bolchevistas. Em minha avaliação, não se trata, absolutamente, de mais um equívoco de interpretação dos comunistas. Ao reconstituírem suas histórias de vida e as razões que os estimularam a entrar no partido, eles se esforçavam para legitimar, com argumentos lógicos e inteligíveis, as suas próprias escolhas e o modo de existência que optaram no mundo. Procuravam, na verdade, dar sentido e organização a impulsos, desejos e anseios muito difíceis de serem explicados racionalmente”.¹⁰⁸

Ainda quando criança, Manoel Calheiros foi para a capital Maceió para concluir os estudos básicos no Colégio XV de Março, que era coordenado pelo professor Agnelo Marques Barbosa. Não se sabe com exatidão quando, mas os indícios indicam que entre 1918 e 1919, após concluir os estudos básicos, Calheiros optou por estudar na Bahia, onde iniciou sua graduação na Faculdade de Medicina de Salvador, ficando na cidade apenas por um ano.

¹⁰⁷ GUERRA, Marília Calheiros. *Retalhos do Passado*. Ed. do autor: Recife. 2007, p. 116.

¹⁰⁸ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito...* Op. cit., p. 63.

Achou melhor ir para o Rio de Janeiro para concluir o curso de Ciências Médicas na Capital Federal. Nesse tempo já tinha perdido seu pai e passou a viver com o auxílio enviado pelos irmãos que administravam as terras herdadas. Segundo informações presentes no livro de memórias do seu filho Vladimir Calheiros,¹⁰⁹ devido à intensificação dos problemas financeiros, além de divergências familiares, a ajuda financeira que era enviada foi sendo reduzida, o terminou gerando a necessidade de ter que trabalhar pela noite no Hospital Miguel Couto para complementar sua renda. O curso foi concluído em 1925 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde defendeu sua tese de doutoramento no início de setembro do mesmo ano na Cadeira de Clínica Psiquiátrica. Nesse período que viveu no Rio de Janeiro, devido ao ritmo exaustivo de estudos e trabalho, terminou ficando muito debilitado, o que fez com que decidisse voltar para Alagoas para se tratar logo após ter concluído o curso superior. Seu filho Vladimir, retratou bem esta passagem da vida do pai:

“Antes de começar a trabalhar como médico, trancou-se na casa da irmã mais velha, Maria (Maroquinha), no parque Gonçalves Lêdo, nas proximidades do centro de Maceió, esperando a morte. Como a indesejada das gentes não apareceu com a precocidade que ele esperava, resolveu encarar a vida. E o fez de maneira habitual de uma grande parte dos membros da Família Calheiros, metendo os pés na estrada. Tomou um vapor Costeira (Companhia de Navegação Costeira) no porto de Jaraguá, Maceió, e, alguns dias depois desembarcou em Santos, São Paulo”.¹¹⁰

Interessante notar que nesta passagem consta um dado indicativo a respeito do rumo tomado pelos Calheiros, que seria o de “meter o pé na estrada”. Vladimir afirma que dos sete irmãos do seu pai, nenhum deles permaneceu no engenho Pau-Amarelo, quando muito ficaram em Alagoas.

Em meados de 1927, Manoel Calheiros partiu de Alagoas em direção a São Paulo, passando por algumas cidades do interior como Marília, Novo Horizonte, e por fim, em Borborema, onde passou a residir em 1928. Nesta cidade exerceu seu ofício, por sinal era naquele momento um dos poucos médicos residentes na cidade, tornando-se rapidamente uma figura popular e bem articulada socialmente. Pouco tempo depois fez um breve retorno para Alagoas onde se casou com Luiza Maia Gomes em 12 de fevereiro de 1930 às margens do Mundaú de outrora. A cerimônia ocorreu no engenho Dois Paus, de propriedade do pai da noiva, José Maia Gomes, dono da Usina Campo Verde, o qual chegou a acumular ainda vivo uma soma de 21 engenhos. Segundo informações dos seus familiares, o jovem Calheiros

¹⁰⁹ CALHEIROS, Vladimir. *Contagem Regressiva: história e memória*. Recife, Ed. Do autor, 1998.

¹¹⁰ Idem, p. 23.

conhecera a herdeira da próspera família Maia Gomes ainda antes de ir estudar Medicina na Bahia. Os dois se reaproximaram durante o breve retorno de Calheiros para se tratar em Maceió, quando ele ficou hospedado na casa da sua irmã Maria, esposa de Fernando Maia Gomes, irmão do pai de Luiza, que mais tarde se tornara esposa de Calheiros.

Ao expor estes acontecimentos na vida deste personagem não tenho como objetivo simplesmente apresentar a sua vida privada, visto que sem uma análise cuidadosa e crítica do historiador essas informações podem aparentar apenas ser meros detalhes. Almejo aqui demonstrar que apesar das consideráveis transformações estruturais vindas com a implantação da República e com a modernização da produção do açúcar, vide a expansão das usinas em Alagoas, sobreviveria na cultura da classe aristocrática a ideia do matrimônio baseado nos laços familiares e/ou econômicos. Não seria o caso de pensar o casamento de Calheiros como um negócio, mas apenas de entender que além do afeto entre os jovens, existia um critério: o da origem, que pesava muito, principalmente pelo lado da família da mulher. Calheiros, apesar de ser um profissional liberal recém-formado, era médico, ofício cobiçado e respeitado naquele momento. Era, além disso, membro de uma família cujo status aristocrático ainda permanecia, apesar do evidente declínio iniciado na virada do século XX.

Aos 28 anos Calheiros não tinha herdado grandes extensões de terras, pois ainda teve que dividir um modesto engenho com seus sete irmãos. É neste contexto que optou por viver no interior de São Paulo com sua esposa, distante de seus familiares. Além disso, estava longe de um local marcado pelo drama que acometera seus familiares desde os seus primeiros anos de vida. Já sua esposa, a jovem Luiza Maia Gomes, não sofria do mesmo mal, pois seu pai vivia outra realidade: era usineiro, símbolo de prosperidade naquele momento.

Nas margens do Tietê

Ribeirão dos Fugidos, cidade próxima à Araraquara e banhada pelo Grande Tietê, era um pequeno vilarejo no começo do século XX que foi habitada inicialmente por posseiros, muitos desses imigrantes de origem italiana e japonesa. O povoado foi fundado em 1902 e em 1909 foi elevado à categoria de distrito do estado de São Paulo, quando recebeu uma nova denominação, passando a ser chamado de Borborema. Em 1925 passou a categoria de município, quando contava com uma população de aproximadamente seis mil habitantes.¹¹¹

¹¹¹ <http://borborema.sp.gov.br/?page_id=359>. Acessado em 30. Jul. 2013.

Ilustração 3 – Mapa de Borborema-SP



Fonte: Dados cartográficos do Google Maps.

Calheiros, apesar de exercer as funções de médico obstetra e ginecologista na cidade, era uma figura presente nos debates por melhorias na localidade. Já em fins da década de 1920, participava ativamente das reuniões que defendiam a criação de uma via férrea que passasse pela região, que culminou com a fundação da Companhia de Estrada de Ferro Novo Horizonte, em 15 de outubro de 1929. Calheiros foi um de seus fundadores, como também fez parte de sua diretoria, ampliando suas redes de contato e sua popularidade.

Esse prestígio seria ratificado no ano seguinte, quando em outubro de 1930 foi nomeado para o cargo de prefeito da cidade pelo interventor do Estado de São Paulo, João Alberto Lins de Barros.¹¹² Segundo informam os dados escassos da prefeitura local, a década de trinta foi um período de grande crescimento industrial na região, com destaque o setor algodoeiro. Da gestão de Calheiros em Borborema, o que consta no memorial dos prefeitos locais é que durante sua gestão:

“Organizou trabalhos internos da Prefeitura, corrigiu as taxas dos impostos em consideração ao contribuinte. Pagou dívidas atrasadas, cobrou dívidas ativas, melhorou muito as estradas, denominou ruas da cidade, organizou uma guarda noturna, promoveu a limpeza das ruas e terrenos urbanos, retificou o Córrego do Sapé, criou um serviço de inspeção de higiene para combater a maleita (febre intermitente) no município, estabeleceu tabela para venda de gêneros de primeira necessidade,

¹¹² < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/joao_alberto > Acessado em 30. Jul. 2013.

fiscalizava com rigor. Criou escolas durante sua gestão, o município progrediu em todos os setores, fundou o Clube Recreativo de grata memória instalando a 1ª rádio da cidade, também foi um dos fundadores da Cia de Estrada de Ferro Novo Horizonte”.¹¹³

Em 29 de dezembro de 1930 nasceu sua filha que recebeu o nome de Marília, quando Calheiros já era o prefeito da cidade. Foi também em Borborema que teve contato com os ideais socialistas. Sua filha Marília relatou em seu livro de memórias que o pai absorveu as ideias marxistas através do contato com um sapateiro italiano que um dia o perguntou se ele já havia lido “o manifesto de Marx”. Calheiros respondeu negativamente. O episódio serviu para despertar sua curiosidade, tanto é que quando foi à capital do estado de São Paulo tratou de adquirir aquela obra e a leu com muita atenção, segundo sua filha. Marília ainda relata que ouviu o pai dizer inúmeras vezes durante sua vida que após ler o Manifesto Comunista, “sentira como se uma cortina de um novo mundo se abrisse para ele”.¹¹⁴ Assim como para muito militantes comunistas, o relato do choque de realidade e logo em seguida uma abertura de um novo horizonte, foi muito comum. Cito aqui uma passagem descrita no livro de memórias do comunista Leôncio Basbaum que após entrar no partido em meados da década de 1920 afirmou que

“o mundo parecia como uma caixa misteriosa que eu não conseguia abrir. Era como a caixa de Pandora. Pois ela estava aberta. Meti-me dentro dela em busca do mundo. Mas não percebi, senão muito tarde que, entrando na caixa, deixara o mundo do lado de fora. O que eu via, e me parecia ser o mundo que eu buscava, países, povos, gentes, com suas esperanças, seus sofrimentos, era apenas uma parte do mundo: um mundo restrito em que só havia comunistas, em que tudo o que eu dizia eles já sabiam e tudo o que eles diziam eu já sabia antes que o dissessem. A princípio fora um mundo grandioso de homens que haviam marcado para si mesmos uma tarefa e um ideal, com o desprezo pelas coisas terrenas e interesses pessoais. Tudo era sacrificado. Éramos como santos e não sabíamos”.¹¹⁵

Basbaum não foi uma exceção e seu relato apresenta algumas semelhanças com algumas passagens da vida de Manoel Calheiros, pois nasceu no Recife em 1907 e aos dezesseis anos foi para o Rio de Janeiro cursar Medicina, assim como Calheiros. No entanto, Basbaum era filho de comerciantes judeus vindos da Bessarábia e teve contato com a literatura marxista ainda quando estava na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro depois de conviver com integrantes do Partido Comunista, como Astrogildo Pereira Filho e Cristiano Cordeiro.

¹¹³ <http://www.borborema.sp.gov.br/_portal/autoridades/ver.asp?id=204>. Acessado em 30. Jul. 2013.

¹¹⁴ GUERRA, Marília Calheiros. Op. cit., p. 114.

¹¹⁵ BASBAUM, Leôncio. Op. cit., p. 41.

Basbaum, inclusive, foi o responsável pela criação da primeira célula comunista dentro da Faculdade de Medicina na Capital Federal. Outro testemunho emblemático foi exposto pelo ex-militante Heitor Ferreira Lima no seu livro de memórias onde narrou a respeito do seu primeiro contato com os ideais comunistas, ao ser informado por um tenente de nome Lucas, sobre os últimos acontecimentos na União Soviética. Segundo relatou o próprio Heitor:

“Para mim aquilo foi uma revelação inesperada, desvendando-me os olhos, coisa nova e impressionante, que aceitei logo como muito agrado, com contentamento mesmo. Até aí, nunca pensara em problemas políticos e menos ainda sociais. Era católico (não praticante) devido à minha educação nos colégios salesianos”.¹¹⁶

Ainda neste trecho é interessante atentar para outro aspecto interessante quando nas últimas linhas o comunista narra a sua condição de católico, mesmo que não praticante, pois a religião não foi algo fácil de ser desvinculado do imaginário dos militantes comunistas. Ainda que despercebidamente - ou não - essa coexistência entre os princípios cristãos e comunistas foi algo muito comum. Isso não foi diferente na vida do Manoel Calheiros, que também recebera uma educação de influência cristã e mesmo com sua adesão ao materialismo marxista buscava sempre que possível fazer uma relação “lógica” dos ensinamentos de Jesus Cristo com o seu projeto de revolução comunista. Segue abaixo um trecho que foi descrito pela sua filha Marília em seu livro, que serve como ilustração disso:

O comunismo do meu pai era Cristianismo puro e ele dizia, citando o evangelho: “não fui eu que inventei não, são palavras de Jesus Cristo”: “Não acumuleis tesouros na terra”. E se revoltava com as guerras entre as religiões cristãs quando bastaria “amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”.¹¹⁷

Mais a frente ela volta a esta questão, expondo desta vez a sua visão e como havia assimilado as ideias tão repetidas pelo pai:

“De minha parte penso exatamente como ele. Só o socialismo (unido ao cristianismo) solucionaria esses graves problemas com os quais convivo desde criança. O capitalismo (a exploração do homem pelo homem) é o maior ou o único responsável por esta desigualdade gritante, o resto é conversa”.¹¹⁸

¹¹⁶ LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 34.

¹¹⁷ GUERRA, Marília Calheiros. Op. cit., p. 114.

¹¹⁸ Idem, p. 115.

O relato da filha, apesar de ter sido fruto da apropriação de uma visão de mundo de seu pai - ou até mesmo resultante da ação não ingênua da memória,¹¹⁹ ilustra bem e serve como mais um indício de que a relação dos ensinamentos religiosos com os do marxismo, não pode ser analisada de forma dissociada, visto que a ação de muitos militantes era mediada ao mesmo tempo pelo espírito de transformação por uma via revolucionária e por outro lado pelo de contenção e sujeição que tem ligação forte com o catolicismo. É preciso aqui esclarecer que Manoel Calheiros cresceu numa região marcada pela forte influência da Igreja Católica e foi educado dentro desta tradição religiosa. Ao aderir aos princípios socialistas, passou a estabelecer um diálogo perene entre os princípios do cristianismo e do marxismo.

Isso é possível verificar através do que escreveu sua filha ao relatar suas memórias, acrescentando-se ainda algumas práticas no decorrer de sua vida que indicam a permanência destas tradições. Primeiramente, o colégio que Calheiros havia estudado na infância era de matriz religiosa, assim como sua família. Mais a frente quando retorna para Alagoas casa-se com direito à cerimônia nos moldes cristãos. Outro indicativo foi o de seus filhos terem estudado em colégios de orientação religiosa cristã, prática que apesar de comum naquele momento, poderia ser vista como um empecilho para um comunista. Pode-se pensar por outro viés: a opção por casar-se nos moldes cristãos e a opção religiosa para a educação dos filhos, pode ter sido uma escolha feita pela esposa, que não tinha ligação alguma com o comunismo, apesar de respeitar a opção política do marido até seus últimos dias. É pouco provável e não fica explícito em nenhum momento nos relatos dos seus filhos a oposição ou resistência do pai, por exemplo, ao encaminhar os filhos para colégios de ordens cristãs.

É interessante pensar também sobre esta coexistência no imaginário de alguns comunistas de elementos da tradição judaico-cristã com outros do comunismo.¹²⁰ Isso ficou bem exposto na tese defendida pelo historiador Jorge Ferreira, no seu livro *Prisioneiros do mito*, onde expõe com maestria, algumas possíveis explicações para a origem desta relação e de como ela foi sendo apropriada pelos comunistas em seu cotidiano. No texto *Ser comunista? Uma maneira de ser*, Gérard Vincent, retrata a ocorrência dessa mesma prática, entre os comunistas franceses. Segundo o autor “Existe, se podemos nos exprimir dessa maneira, uma sucessão a ser preenchida, o que explica que tantos comunistas sejam

¹¹⁹ Se entendermos que a memória só se explica pelo presente, isso significa também afirmar que é deste presente que ela recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de determinado grupo. São, assim, os apelos que explicam porque a memória retira do passado apenas alguns elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente. FERREIRA, Marieta Moraes. “História, Memória e Tempo Presente”, In: *Novos Domínios da História*. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 25.

¹²⁰ Ver PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 38.

provenientes do cristianismo, e que certos adeptos vejam no proletário o vetor da redenção”.¹²¹ É interessante notar um pouco de semelhança entre esse trecho, como também de muitos outros relatos de militantes que viam no proletário, assim como na revolução, de preferência aos moldes da bolchevique de 1917, a chave da redenção e cura de todos os males da humanidade. Tudo isso tem fortes ligações, voluntaria ou involuntariamente, com a presença dos mitos e representações que eram construídas e alimentadas dentro do imaginário dos comunistas. Um rabisco elaborado por Calheiros em meados de 1934 deixa claro que já havia absorvido claramente este pensamento quando ao falar de Upton Sinclair, político ligado ao partido comunista norte americano, que foi eleito governador da Califórnia, comentou que:

“Esse fato vem demonstrar que dentro da democracia todas as transformações político-econômicas são perfeitamente realizáveis e que as medidas mais radicais poderão ser tomadas e decretadas pelo povo quando as circunstâncias o exigirem (...) Tudo tem seu dia. Tudo teve os seus dias. Tudo terá o seu dia. Amanhã, quando menos se esperar, a humanidade despertará aliviada do enorme pesadelo que a vem martirizando há tanto tempo. Do oriente já nos vem o exemplo magnífico, cheio de promessas de redenção para todos homens sofredores”.¹²²

O primeiro contato com os ideais socialistas já havia ocorrido na vida de Calheiros, passando assim a ler os clássicos do pensamento marxista, como também passou a adquirir jornais daquela época que eram vinculados aos movimentos socialistas em geral. Isso pode ser afirmado a partir da análise de uma série de documentação encontrada em sua casa, quando já estava vivendo em Pernambuco, no decorrer 1935. Dentre os documentos estavam alguns exemplares de jornais que circulavam em São Paulo como *A plebe*, de viés anarquista, e *Luta Social*, editado por membros do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. Os dois circulavam em São Paulo. Os exemplares apreendidos na casa de Calheiros datavam de finais de 1933 e do início de 1934 quando ele ainda vivia em Borborema e tinha acesso aos periódicos socialistas que circulavam na capital do estado. Consta ainda um panfleto do Partido Socialista de São Paulo, datado de novembro de 1933 e outro do Partido Democrático Socialista que foi impresso no Rio de Janeiro sem registro de data. É possível supor que o Calheiros durante este período era no máximo um simpatizante das ideias socialistas ou de partidos socialistas, não sendo possível comprovar seu vínculo com quaisquer organizações

¹²¹ VICENT, Gerard. “Ser comunista? Uma maneira de ser”. In: Antoine Prost e Gérard Vincent (orgs.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, vol. 5, p. 428.

¹²² Prontuário Individual, Nº 4.612, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

partidárias nesse período. De fato, membro do PCB ele não era naquele momento, essa afirmação pode ser feita tendo como base os periódicos de matriz trotskistas e socialistas que eram apreciados por Calheiros e eram claramente combatidos pelos stalinistas que estavam à frente do PC. É preciso lembrar que neste momento foi iniciada uma renovação dentro do partido ao mesmo tempo em que a disputa pela hegemonia no movimento operário iria causar um rompimento considerável dentro das esquerdas. Os que divergiam do viés stalinista, como no caso dos anarquistas e trotskistas passaram a ser tidos como traidores – ligados a um pensamento pequeno-burguês – considerados elementos nocivos ao proletariado e que deviriam ser excluídos das fileiras revolucionárias.

Calheiros ocupou o cargo de prefeito de Borborema até maio 1933, passando em sua gestão pelo conturbado período da Revolução de 1932, quando em São Paulo houve um dos maiores conflitos militares já ocorridos no Brasil. Como prefeito apoiou a causa dos paulistas, chegando a organizar uma comissão com intuito de receber donativos para a Revolução. O conflito terminou em fins de 1932 e com a derrota dos revolucionários, Vargas retomou o controle da situação em São Paulo. Nesse momento governava o estado o militar gaúcho Valdomiro Castilho de Lima. Não se sabe exatamente o motivo que provocou a saída de Calheiros da prefeitura, no entanto, é possível supor que depois da derrota dos revoltosos Vargas optou por fazer uma reformulação no quadro de gestores municipais e o nome de Calheiros possivelmente estava fora dos planos. Mesmo apoiando os revoltosos paulistas em 1932, posteriormente ele diria aos filhos que não acreditava no caráter democrático e progressista daquele movimento, passando assim a afirmar que aquela revolta não era nada menos que uma articulação política elitista, servindo apenas aos interesses de uma minoria que havia sido prejudicada pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Depois que deixou a prefeitura continuou como médico na cidade e pouco tempo depois optou por voltar para o Nordeste. Desta vez não voltaria para Alagoas, mas sim para o estado vizinho, instalando-se ainda no início de 1934 na capital pernambucana. Segundo os relatos de Marília Calheiros, seus pais optaram pelo retorno à região, principalmente devido às dificuldades de comunicação com familiares. Passaram os primeiros dias numa pensão no centro do Recife e depois fixaram residência em Jaboatão, a pouco mais de vinte quilômetros da capital.

Nas margens do Jaboatão

Em Pernambuco, Manoel Calheiros instalou-se com a família na Rua Barão de Lucena, na região central de Jaboatão, que era margeada pelo rio que recebia o mesmo nome

do município. Exerceu seu ofício de médico nesta cidade e eventualmente fazia alguns trabalhos no Recife. Como “médico de senhoras” foi se popularizando e adquirindo confiança entre habitantes da cidade, que passaram a respeitá-lo e a apreciar seus serviços. Estava também mais perto dos parentes de Alagoas, o que propiciou uma maior aproximação com a família de sua esposa, é válido destacar que os Maia Gomes, com sua Usina Campo Verde, viviam um período de prosperidade econômica. Foram diversas as passagens retratadas pela filha Marília, em seu livro de memórias, no qual ficou evidente o apreço e o quão era agradável passar alguns dias nos engenhos do seu avô José Maia Gomes em companhia dos seus familiares.

Em Pernambuco Calheiros foi com o passar do tempo aprofundando sua participação política. Em seu prontuário na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE), constam ainda alguns jornais locais que difundiam as ideias socialistas no Recife. Estão incluídos recortes de Jornais como *O homem livre*, de distribuição local e que começara a ser impresso em junho de 1934 pela Acção Pernambucana Contra o Fascismo, publicado semanalmente com teor claramente socialista. Neste período o Recife era um grande centro de atuação dos comunistas. Em outubro de 1934, nas eleições para deputados federais e estaduais, parte das esquerdas havia se articulado em torno da frente única proletária sob a legenda do partido Trabalhador Ocupa teu Posto (TOP). O Partido Comunista neste período permaneceu na ilegalidade e por isso apoiou a legenda. Foi eleito, mas não empossado o comunista Cristiano Cordeiro, um dos fundadores e líderes do PCB em Pernambuco.

No primeiro semestre de 1935 foram iniciadas as atividades da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Pernambuco recebeu uma secção, instalada na Rua do Imperador, no centro do Recife. Segundo o comunista Gregório Bezerra em seu livro de memórias,¹²³ o movimento recebeu grande adesão na capital pernambucana e nas cidades vizinhas. Mesmo depois da ANL ter sido posta na ilegalidade pelo governo Vargas, os aliancistas vendo essa larga aceitação em Pernambuco optaram pela instalação no Recife da sede do Secretariado do Nordeste em julho de 1935, que deveria se tornar o centro das atividades de toda região nordeste.¹²⁴ Calheiros participou ativamente de suas reuniões em Recife e Jaboatão. Entre os documentos apreendidos pela polícia em sua casa existem alguns comprovantes de contribuições a esta organização a partir do mês de maio de 1935, que variavam entre 2\$000 e 10\$000 reis. Nesse período também fez parte da organização de um comício comemorativo do 1º de maio no Sindicato dos Ferroviários em Jaboatão. Paulo Cavalcanti, militante do PCB

¹²³ BEZERRA, Gregório. *Memórias*: primeira parte - 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹²⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Op. cit., p. 288.

em Pernambuco, narrou uma passagem que confirma a presença do médico no comício: “No Sindicato dos Ferroviários da Great Western foi orador oficial o médico Manoel Rodrigues Calheiros, conhecido por suas ideias marxistas”.¹²⁵ O fato exposto demonstra sua popularidade entre os operários de Jaboatão já nesse momento.

Descobriu também neste ano que sua mulher, Luiza, estava esperando o seu segundo filho. Esta seria uma gestação perturbada devido ao envolvimento de Calheiros com o movimento aliancista. Em meados de 1935 mudou-se para a Rua Bernardo Vieira de Melo em Prazeres, na zona litorânea de Jaboatão, afastando-se um pouco do centro da cidade, com o intuito de oferecer um maior conforto para a família. Os embates políticos neste ano são intensificados, principalmente depois da adesão declarada do PCB¹²⁶ ao movimento aliancista, tendo inclusive Luís Carlos Prestes figurado como presidente de honra da organização. A partir daí, o governo de Vargas iria passar a reprimir oficialmente tudo que fosse ligado à Aliança. Após declarar a ilegalidade desta organização no início de Julho de 1935, deu início também a uma verdadeira “caça as bruxas” nas principais capitais do Brasil. Neste contexto de perseguições e prisões, Calheiros foi detido em 17 de agosto de 1935 a pedido da Inspetoria de Ordem Política e Social,¹²⁷ constando em sua ficha de registro as seguintes informações:

“Nesta data foi preso como simpatizante comunista tendo sido encontrado vários documentos em sua residência, documentos do partido comunista; foi registrado no livro competente sob o nº 7 pag. 1, foram tomadas declarações e foi posto em liberdade no dia 19-8-935”.¹²⁸

Durante esta curta passagem pela inspetoria, Calheiros prestou um depoimento onde afirmou desconhecer o caráter “extremista” da Aliança Nacional Libertadora. Foi questionado ainda a respeito de algumas reuniões que havia participado em Jaboatão, afirmando que foi convidado, mas não compareceu aos encontros realizados devido à falta de tempo. Negou que essas reuniões tivessem ocorrido em sua residência e explicou que em sua casa também funcionava o seu consultório, o que justificava a movimentação intensa diariamente. Disse

¹²⁵ CAVALCANTI, Paulo. Op. cit., p. 128.

¹²⁶ Marly Vianna narra que em julho de 1934 foi realizada uma Conferência Nacional do Partido Comunista, cujo manifesto deixava clara a perspectiva política do grupo que conduziria os acontecimentos de novembro de 1935. VIANNA, op. cit., p. 75.

¹²⁷ Pouco tempo depois do Levante de novembro de 1935 esta delegacia passou a ter autonomia e a ser denominada Delegacia de Ordem Polícia e Social (DOPS-PE).

¹²⁸ Ficha de registro encontrada em: Prontuário Individual, Nº 4.612, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

ainda que esses encontros tinham fins apenas eleitorais, onde se reuniam alguns candidatos às eleições municipais pela Coligação Eleitoral de Jaboaão. Afirmou também que os membros da Coligação citada pertenciam ao Diretório Municipal da ANL em Jaboaão. Declarou que tinha por chefe da Aliança o comandante Herculino Cascardo e que Luís Carlos Prestes era apenas o chefe honorário da mesma, mas disse que desconhecia que este último fosse o principal orientador. Teve ainda que explicar a origem de todos os documentos apreendidos em sua casa. Em geral respondeu a todos os questionamentos serenamente.

Segue uma possível análise desta pequena inquirição: Primeiramente é perceptível que Calheiros esclareceu todas as questões feitas, porém, demonstra claramente uma ingenuidade, ao supor que os policiais não saberiam do seu papel no diretório da ANL em Jaboaão, afirmando em primeiro momento não ter podido comparecer, mas depois declarou o que havia sido discutido nas reuniões. Outra questão interessante foi ele ter afirmado que a Aliança Nacional Libertadora não tinha caráter extremista pelo fato de ser chefiada por Herculino Cascardo, um oficial da armada. Ele novamente queria abusar da inteligência dos investigadores, visto que era evidente até para os mais leigos da época que Prestes neste período – agosto de 1935 - já estava à frente do movimento aliancista. Também sabiam que os comunistas, após o seu fechamento da ANL, passaram a se utilizar da legenda estrategicamente para colocar em prática seus planos.¹²⁹ Isso se agravava e se tornava mais incriminador quando em um dos documentos apreendidos em sua posse, sob o título “Ao povo de Jaboaão”, elaborado pelo diretório da ANL daquela cidade, o qual Calheiros era membro, informava que:

“Acaba de ser fundada na Capital da República a Aliança Nacional Libertadora sob a inspiração e patrocínio do invicto Cavaleiro da Esperança, LUIZ CARLOS PRESTES. O herói da coluna gloriosa está de novo ao nosso lado para conduzir o nosso Brasil a destinos mais belos e mais gloriosos”.¹³⁰

Em nenhum momento se citou o nome do militar socialista Herculino Carcardo que era o presidente e líder maior da Aliança Nacional Libertadora, já o de Prestes era enfatizado e quase que glorificado, uma prática que foi muito utilizada pelo PCB na tentativa de

¹²⁹ Segundo Francisco Cascardo, a exploração política do nome da ANL apresentava grande utilidade para o PCB, que visava angariar a simpatia daqueles que se inclinavam politicamente a ela, bem como para evitar a rejeição dos que eram contrários ao partido. CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. “A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). In: As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p. 478.

¹³⁰ Prontuário Individual, Nº 4.612, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Documento 137.

capitalizar para si alguns membros e o espírito de mobilização que a ANL tinha criado durante os quatro meses de sua existência legal. Suponho que a construção do depoimento de Calheiros apresentava uma série de estratégias narrativas que foram utilizadas com o intuito de convencer as autoridades de sua inocência. Mesmo com as provas materiais encontradas em sua residência, como jornais socialistas e manuscritos de sua autoria com fortes indícios de, no mínimo uma simpatia muito afluída pelos ideais socialistas, tentou demonstrar que tudo não passava de um mal entendido.

De fato os investigadores não ficaram convencidos por completo, visto que Calheiros foi novamente preso pela inspetoria em 7 de setembro de 1935. Segue um trecho do que foi registrado na ficha de Calheiros desta vez: “Nesta data foi preso por ter sido denunciado nesta Inspetoria de haver tomado parte em reuniões onde preparavam um movimento subversivo que deveria rebentar nos dias 23 e 25 de agosto deste ano”.¹³¹ Neste segundo momento Manoel Calheiros foi questionado novamente a respeito da movimentação intensa de militares em sua residência, reafirmando que eram apenas clientes e que existia somente um contato profissional. Os investigadores suspeitavam que os comunistas estivessem planejando uma insurreição para o dia 23 de agosto, como fica exposto na ficha de registro citada acima, no entanto o médico alegou que desconhecia essa informação. Por fim, questionaram sobre as ligações que vinha mantendo com pessoas do Recife, ao qual ele respondeu que raramente comparecia na maternidade da capital do estado, onde era interno assistente. Continuou afirmando que não possuía tempo para gastar com conversas durante sua curta passagem pela capital pernambucana. Depois de esclarecer estas questões, foi posto em liberdade ainda no mesmo dia.

Pelo visto, Calheiros escapou bem dos interrogatórios, afinal depois deste último não foi mais chamado para depor na inspetoria. A polícia, apesar de ter fortes indícios de seu envolvimento com os membros da ANL, não tinha provas concretas de seu papel dentro da organização, como também podia ter pensado que ele solto poderia ser mais útil por ser uma figura fácil de ser monitorada diariamente. É possível supor que a estrutura interna da Inspetoria de Ordem Política e Social não fosse das melhores.¹³² Essas limitações terminavam por deixar brechas, para que assim fossem arquitetados os planos dos aliancistas, que conseguiram pelo menos aparentemente despistar os investigadores em Pernambuco.

¹³¹ Ficha de registro encontrada em: Prontuário Individual, Nº 4.612, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

¹³² Alguns progressos administrativos iriam ocorrer a partir de fins de 1935 quando ganhou nova forma e recebeu a denominação de Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

Na segunda metade do ano de 1935, mesmo que atacada em seus principais focos de atuação, a seção pernambucana da ANL continuou agindo e encaminhando seu plano de ação política. O envolvimento do PCB afastaria de fato alguns setores e assim o movimento passou a se distanciar de sua forma original como uma frente ampla apartidária. Prestes havia voltado da União Soviética no começo deste ano junto com sua companheira Olga Benário e outros membros da Internacional Comunista, com o intuito concretizar a “revolução brasileira”.¹³³ Seu prestígio dentre os militares iria fazer com que o movimento ganhasse forte adesão dentro dos batalhões,¹³⁴ uma das zonas estratégicas para deflagração da insurreição. Nesse tempo já circulavam notícias que buscavam reforçar, perante a opinião pública, as relações entre a ANL com a 3ª Internacional, na capa do Diário de Pernambuco em 30 de agosto havia uma nota informando que

“Foram entregues hoje, ao presidente da república vários documentos sobre as relações da A.N.L. com os soviets. Trata-se de um número do ‘Moscou Dally News’, de três de agosto corrente, trazendo declarações do líder vermelho Dimitroff no 8º Congresso Internacional Comunista encerrado há dias em Moscou. O secretário geral do ‘Komintern’ refere-se às relações entre a A.N.L. e a Terceira Internacional, elogiando o Sr. Dimitroff os esforços realizados entre jovens e mulheres”.¹³⁵

Devido a este temor a polícia teve que redobrar sua atenção, passando a intensificar as buscas por indícios que levassem às peças-chave da articulação dos planos “secretos”.

Vale ressaltar que Jaboatão passaria a ser uma zona estratégica no combate a quaisquer tentativas de um levante, principalmente após 25 de agosto de 1935 quando foi inaugurada a Vila Militar Floriano Peixoto, em Socorro, bairro próximo ao centro de Jaboatão, onde se estabeleceria o 29º Batalhão de Caçadores (BC). Este batalhão, inclusive, passou a ser uma das maiores unidades de infantaria do Nordeste¹³⁶ brasileiro, o que provavelmente causou uma sensação de proteção aos que temiam uma iminente ação dos comunistas.

Os indícios nos levam a crer que foi em Pernambuco, após se relacionar com os articuladores da ANL que Calheiros inevitavelmente passou a se aproximar de alguns membros do Partido Comunista. Após passar a conviver com outros comunistas de forma

¹³³ Ver WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹³⁴ Segundo Marly Vianna, os dois anos de marcha da Coluna cimentaram a admiração pelos tenentes, criando um verdadeiro mito em torno da figura de Prestes, mesmo depois do rompimento com os tenentes. O encanto não foi quebrado e Prestes não foi identificado com o PC, conservando em torno de sua pessoa o grande prestígio que conquistou no comando da Coluna. VIANNA, Op. cit., p. 76.

¹³⁵ *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de Agosto de 1935, 1ª página.

¹³⁶ É preciso esclarecer que neste momento, Pernambuco estava incluído no que se chamava de Região Norte Oriental.

mais assídua, o médico descobriria o caminho para a construção de um “novo mundo”, assim como muito militantes comunistas relataram ter encontrado. Segundo a afirmação do historiador Daniel Aarão Reis, “os comunistas tem a chave de compreensão do mundo, do passado e do futuro. Mas sua vida não será fácil”.¹³⁷ É possível que Calheiros tenha sido levado por um pouco de humanitarismo, ou seja, pelo “coração” e também um pouco pela “cabeça”, ao fazer uma análise crítica de tudo que vinha se passando na política nacional, como também internacionalmente com a difusão do fascismo, acrescentando-se às leituras marxistas que havia tido contato outrora. Agildo Barata narra em seu livro de memórias que no momento em que estava exilado em Portugal em pleno governo fascista do Salazar, passou a desenvolver: “a repulsa ao fascismo e a convicção de que a solução do problema social se encontrava nas soluções indicadas por Marx e Engels, na pureza e simplicidade das fórmulas por eles apresentadas”.¹³⁸

As tensões que marcaram o ano de 1935 tiveram como desfecho o levante iniciado em Pernambuco no dia 24 de novembro,¹³⁹ um dos focos principais da insurreição terminou sendo justamente na recém-inaugurada Vila Militar Floriano Peixoto, em Jaboatão. Poucos dias antes havia ocorrido uma greve dos ferroviários, que foi articulada pelos comunistas. Os trens da Great Western, empresa de capital britânico que controlava o transporte ferroviário no nordeste desde princípios do século XX, ficaram parados por alguns dias, havendo durante a greve uma grande mobilização dos operários desta empresa, que não voltaram aos seus postos de trabalho até que as suas reivindicações fossem atendidas.

A Great Western era responsável pelo transporte ferroviário que ia das terras alagoanas até o Rio Grande do Norte e suas oficinas estavam situadas em Jaboatão, município onde residia a maioria dos operários da empresa, fazendo com que o foco de ação dos grevistas se concentrasse na cidade. A greve logo foi considerada ilegal nos estados prejudicados pela ausência dos trens, mesmo assim os grevistas persistiram e contaram com o apoio de alguns comitês de greve, além da solidariedade de parte da população que achava justa a motivação dos trabalhadores. Até mesmo alguns soldados do 29º BC, que teriam sido convocados para conter os grevistas, terminaram, segundo Gregório Bezerra, se sensibilizando com a situação dos grevistas e chegaram a abrir as portas da cantina da vila militar para os trabalhadores se abastecessem dos alimentos que ali estavam disponíveis.

¹³⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 121.

¹³⁸ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, p. 221.

¹³⁹ É preciso destacar que o levante de 1935 começou em 23 de novembro no 21º Batalhão de Caçadores em Natal e se alastrou pela capital do Rio Grande do Norte. Os insurgentes chegaram a ficar no poder por quase quatro dias, mas logo em seguida foram contidos pelas tropas legalistas.

Houve ainda um incidente que terminou com a morte do Tenente Santa Rosa após ter sido baleado misteriosamente quando tentava conter uma manifestação dos grevistas. É possível afirmar que o 29º batalhão estava dividido naquele momento entre os que estavam do lado dos grevistas, que possivelmente tinham ligações com o movimento aliancista, enquanto que outra parte manteve-se na defesa da ordem política vigente.

A greve pouco tempo depois se encerrara tendo os trabalhadores conseguido um aumento considerável de seus salários, porém, o clima de tensão havia se instalado dentro da Vila Militar em Jaboatão. O clima de revolta foi iniciado no quartel após ter sido aberto um inquérito para o esclarecimento da morte do tenente Santa Rosa. Em meados de novembro a divisão existente no 29º BC ficou ainda mais evidente: de um lado ficavam os que viam na ANL uma forma de progresso para a nação e do outro os defensores da ordem vigente, que se juntavam aos simpatizantes dos ideais fascistas. Este clima de cisão foi o suficiente para convencer os comunistas de que seus planos estariam dando certo e o tão sonhado projeto revolucionário tomaria progressivamente formas mais concreta.

As suspeitas dos inspetores enfim, foram concretizadas e os pernambucanos viveram dois dias de tensão, período onde os insurretos dominaram o 29º BC em Jaboatão. O movimento foi marcado pelos desencontros, que não foram poucos. O comunista Gregório Bezerra que havia recebido ordens do comitê revolucionário para iniciar a insurreição pela manhã do dia 24 de novembro no Recife teve que atuar praticamente sozinho. O problema foi que neste dia, um domingo, a maior parte dos soldados estava de folga, o que dificultou as ações na capital pernambucana. No 21º BC do Rio Grande do Norte o movimento havia iniciado no dia anterior e serviu como estopim para o início da insurreição no Recife e em Jaboatão. Gregório, um dos articuladores do movimento aliancista dentro dos quartéis, tinha como função a de fornecer armas para os revoltosos, o problema foi que estes últimos faltaram ao encontro.¹⁴⁰ No Recife e em Olinda houve apenas tentativas de um levante que foram rapidamente frustradas, porém em Jaboatão as coisas não foram tão simples. Desde a manhã do dia 24 os soldados, liderados pelos tenentes Alberto Bomilcar Besouchet e Lamartine Coutinho, conseguiram organizar uma resistência considerável.

É preciso destacar um detalhe que foi muitas vezes repetido pelos que estudaram o levante de 1935 com relação ao local onde de fato começou a sublevação em Pernambuco, sendo quase unânime a referência somente ao Recife como foco de ação dos revolucionários e

¹⁴⁰ Anos mais tarde em suas memórias o militante Moisés Vinhas iria ressaltar que não houve participação popular no levante de 1935, identificando o episódio mais com um golpismo tenentista do que o com os comunistas. VINHAS, Moisés. *O partido: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 72.

Jaboatão sequer ser chega a ser citada. Logo, isso não corresponde aos fatos ocorridos, visto que pode-se dizer que houve uma tentativa de levante no Recife, como também em Olinda, mas resistência de fato, ocorreu em Jaboaão onde os revoltosos dominaram o 29º BC e conseguiram resistir por quase dois dias. Segundo as palavras de Marly Vianna, “O movimento ficou restrito à área compreendida entre o Largo da Paz, Jaboaão e Moreno, distante 30 quilômetros do Recife e ocupada pelos rebeldes na manhã de domingo”.¹⁴¹

Os articuladores do movimento erraram o cálculo, foram demasiadamente otimistas e/ou ingênuos ao acreditarem ter em suas mãos uma massa revolucionária disposta para a luta. Os levantes ocorridos em Natal, Jaboaão e no Rio de Janeiro demonstraram a falta de articulação e de sincronia dos “revolucionários”, o que nos faz até suspeitar do real poder dos comunistas dentro destes movimentos que ficaram restritos aos quartéis. Marly Vianna, ao analisar os processos no acervo do Tribunal de Segurança Nacional, recolheu alguns números referentes ao levante, afirmando que em Pernambuco “os militares foram, assim como no Rio Grande do Norte, a maioria dos participantes da insurreição também como lá, a maior parte dos rebeldes – 75% – não era originária da classe operária”.¹⁴²

Alguns participantes do levante chegaram a afirmar que os tenentes Lamartine e Besouchet, distribuíram por volta de seis mil armas entre os civis, que deveriam apoiá-los, porém, isso não ocorreu, ficando os militares praticamente isolados nos embates. Outro dado interessante também informado por Marly Vianna foi o de que, dos envolvidos que foram processados no Recife apenas uma pequena parte tinha relação comprovada com o partido comunista. Isso nos faz refletir sobre este acontecimento, que terminaria sendo enquadrado pela nossa cultura histórica¹⁴³ como um levante comunista. De fato os comunistas bem que tentaram e chegaram a articular o movimento ao tomarem a frente da ANL. Tiveram, assim, um papel fundamental em sua organização e difusão perante as classes trabalhadoras, porém não foi o suficiente para levá-las à rua. A primeira etapa foi de fato eficaz: estourar o movimento entre os militares, porém, a segunda, que deveria contar com o apoio popular, não teve sucesso. Sendo assim, observando isoladamente o caso de Pernambuco é possível verificar que a resistência ocorrida na região foi oferecida predominantemente pelos militares, que nem sempre tinham ligações com os comunistas. Portanto seria exagerado e incoerente afirmar que ocorrera em Pernambuco um levante comunista, visto que essa ideia foi, em

¹⁴¹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Op. cit., p. 303.

¹⁴² Idem, p. 312.

¹⁴³ Sobre o termo ver: GOMES, Angela de Castro. “Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo”. In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

grande parte, fruto de um discurso construído pela polícia varguista e que posteriormente seria apropriado pelos que escreveram sobre este episódio da nossa história. Registra-se aqui a sugestão para que seja feita uma análise mais cuidadosa e que evite fazer generalizações sobre este episódio, pois algumas lacunas ainda não foram devidamente preenchidas.

Com o fracasso do levante, os planos dos aliancistas tinham ido por água abaixo e nos dias seguintes aos conflitos foi intensificada a vigilância pela polícia varguista ao mesmo tempo em que teve início uma onda de prisões que iriam lotar as detenções nos estados onde havia estourado o movimento. Neste contexto, Manoel Calheiros passou a ser um dos alvos da polícia política de Pernambuco. Na época o chefe de polícia Malvino Reis iniciou uma verdadeira caçada aos que tivessem qualquer envolvimento com a sedição. O médico teve que se esconder, passando um tempo num convento e depois em casas de conhecidos até que a “poeira baixasse”. Quatro dias depois do fim da insurreição a casa de Calheiros foi revirada pelos policiais que estavam à procura não só dele, mas também de novas provas que o incriminassem. Sua mulher, Luiza, estava nos meses finais de gestação e teve que passar por todo o constrangimento de ver sua casa invadida, além de ser interrogada sobre o paradeiro do seu marido, não informando nada aos policiais, segundo o relato de sua filha Marília, que observara esta cena e lembrou-se de ter ouvido a mãe dizer aos policiais, em bom tom, que mesmo se soubesse de algo não diria nada para eles.

Depois disso, Luiza prevendo uma nova abordagem, quem sabe até mais agressiva que pudesse colocar em risco sua gravidez, decidiu ir para Alagoas, onde ficou resguardada pelos seus familiares. A angústia por notícias do marido fazia com que os últimos meses de sua gestação fossem os mais tensos. A filha do casal, Marília, relatou posteriormente sua emoção ao reencontrar seu pai já em terras alagoanas, no natal de 1935:

“Sentindo-se, mamãe, protegida em casa de sua família, pairava em seu espírito, no entanto, a incerteza pela sorte do marido. Onde estaria meu pai? Em um fétido calabouço e sofrendo as maiores torturas ou em um lugar seguro entre amigos? E faltavam apenas dois meses para dar à luz ao seu segundo filho. Tudo isso mamãe deveria pensar durante a Missa do Galo a que fora assistir com os pais e irmãos em Murici. No entanto, por misericórdia divina, durante a ausência de mamãe, papai chegara à ‘Campo Verde’, sem que fosse esperado. E, acordando de manhã e sabendo que era Dia de Natal, gritei, vendo meu pai no quarto em que dormíamos: ‘Mamãe Papai Noel trouxe o seu presente!’”¹⁴⁴

¹⁴⁴ GUERRA, Marília Calheiros. Op. cit., p. 109.

A polícia, apesar de não ter detido Calheiros, sabia detalhadamente de seu rumo, o que de acordo com os relatos os relatos dos filhos era tido como inimaginável. Através dos documentos contidos no prontuário de Antônio Muniz de Farias¹⁴⁵ no acervo da DOPS-PE, é possível notar que os passos do médico estavam sendo claramente monitorados.

“A respeito do Sr. Dr. Calheiros, médico em Jaboatão e que fugiu em companhia do Tenente Besouchet, colhi informações seguras que foi levado para Alagoas, pelo Dr. Aurino Maciel e que está em um dos engenhos pertencentes a Usina Campo Verde, situada entre as estações de Branquinha e Nicho”.¹⁴⁶

Neste trecho fica claro que a polícia sabia do percurso exato que havia feito Calheiros, resta saber apenas o porquê de não ter sido feita a sua prisão. Exponho duas suposições que podem ter motivado esta atitude por parte dos investigadores: primeiramente, pode-se pensar numa possível lista de prioridades da polícia, logo Calheiros não figurava nela como um dos principais articuladores da insurreição. Entretanto é preciso ressaltar que conforme ficou evidenciado no relatório do investigador exposto acima: Calheiros havia fugido com ninguém menos que o líder do levante na Vila Militar em Jaboatão, o tenente comunista Alberto Besouchet,¹⁴⁷ fato que serve como indício da confiança que os aliancistas tinham no médico. Uma segunda possível causa foi considerada pelo que narrou o filho de Calheiros em seu livro de memórias, quando ao comentar sobre este episódio afirmou que “O prestígio da família da minha mãe – um amigo aqui, um parente ali – foi esfriando a conta que meu pai tinha que ajustar com a Justiça Militar da ditadura Vargas”.¹⁴⁸

O fragmento expõe bem o peso da variante “família” no encaminhamento das questões. O fato é que não consta no histórico de Calheiros mais nenhum registro de recolhimento até o final do governo de Vargas em 1945, nem mesmo de uma convocação para esclarecimentos na Delegacia de Ordem Política e Social. Isso nos levar a crer que seu filho tinha razão ao afirmar que a influência da família tenha contribuído no encaminhamento dos fatos, porém pode-se afirmar que isso não era suficiente para evitar, no mínimo, uma nova

¹⁴⁵ Prontuário Individual, Nº 2.335, Antonio Muniz de Farias. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

¹⁴⁶ Documento datado de 1.1.1936, está incluso no Prontuário Individual, Nº 2.335, Antonio Muniz de Farias. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

¹⁴⁷ Segundo John F. Dulles, o tenente Besouchet era originário de uma família de comunistas e depois do Levante ocorrido em Pernambuco conseguiu fugir, mesmo baleado para a Espanha, onde chegou em fevereiro de 1937, via Argentina e França. Na Espanha, segundo indicam os dados, participou da Guerra Civil neste país, chegando a ser promovido a coronel durante a Batalha de Guadalajara. Morreu poucos anos depois, segundo o autor fuzilado por stalinistas ao fim do conflito. Ver: DULLES, John Watson Foster. Op. cit., p. 175.

¹⁴⁸ CALHEIROS, Vladimir. Op. cit., p. 25.

convocação por parte da polícia política. Visto isso, é possível supor que os investigadores, por fim verificaram que Calheiros sozinho e desarticulado, não oferecia qualquer ameaça à ordem pública. Esta afirmação foi construída tendo como base uma análise das correspondências trocadas entre o secretário de segurança pública de Alagoas e Pernambuco, os Capitães Mendonça Braga e Frederico Mindello, respectivamente. Em 9 de junho de 1936 o secretário de Alagoas afirmou:

“Estou informando chegar onde se encontra Dr. Manoel Rodrigues Calheiros, por isso consulto vossencia se interessa política pernambucana sua detenção ainda me informou um seu parente que aludido medico quer mesmo apresentar-se polícia afim desfazer o que consta existir contra ele”.¹⁴⁹

No mesmo dia o Capitão Mindello respondeu:

“Medico Manoel Rodrigues Calheiros não está indiciado inquérito movimento extremista este Estado. Apresentação espontânea referido medico virá seu beneficio, desfazendo dúvidas motivadas seu afastamento após surto extremista”.¹⁵⁰

Os dois documentos não deixam quaisquer dúvidas de que as autoridades estavam monitorando os passos de Calheiros. No entanto, como afirmou Mindello não havia necessidade de apreendê-lo, pois seu nome não estava presente no inquérito correspondente ao levante ocorrido em novembro de 1935. Não há documentos que comprovem o comparecimento de Calheiros para depor depois dessa data, ficando claro que o médico não tinha contas a acertar com a polícia, como comprova a correspondência citado. Ficou por alguns meses em Alagoas, “escondido”, até que a situação voltasse à normalidade. Enquanto a mulher ficava em Campo Verde, ele se alternava entre as diversas fazendas do sogro, realizando visitas eventuais à esposa e a filha. Durante este período, mais exatamente ao meio dia de 17 de fevereiro de 1936, Calheiros realizou o parto de seu segundo filho e determinou que a criança fosse registrada com o nome de Vladimir em homenagem ao líder da revolução bolchevique. Provavelmente, almejava que quando adulto o filho desse continuidade ao seu projeto revolucionário, foi mais uma utopia alimentada em sua mente. O próprio Vladimir afirma em suas memórias que foi seu avô materno o responsável por levá-lo ainda recém-nascido ao cartório da cidade de Muricí, em Alagoas, para registrá-lo. Para não fornecer

¹⁴⁹ Prontuário Individual, Nº 4.612, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Documento 127.

¹⁵⁰ Prontuário Individual, Nº 4.612, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Documento 126.

indícios à polícia de que o Calheiros estava por perto, o sogro mandou preencher o paradeiro do pai como desconhecido na certidão de nascimento.

A convivência com a família da esposa, especialmente com seu sogro, um usineiro com patente de coronel em Alagoas, não deveria ser coisa fácil para Calheiros. Mas pelo que narraram seus filhos, apesar dos embates e diferenças existentes, terminaram se respeitando. Interessante expor uma das lembranças que seu filho Vladimir guardou em sua memória e registrou em seu livro:

“Convivi ao lado dos meus pais, com alguns intervalos, até os 38 anos, quando me mudei de Recife para Maceió. No café da manhã, almoço e jantar em casa, no Recife, ou nas férias geralmente na usina dos meus avós maternos, o assunto para meu pai era um só: fome, miséria e a necessidade de um regime que acabasse com todas essas desgraças. Nas discussões na usina Campo Verde, meu pai era contra o mundo inteiro. Um comunista em meio a usineiros e plantadores de cana nas décadas de 30, 40 e 50”.¹⁵¹

Sua filha Marília registrou algo parecido se referindo ao pai:

“Vi-o revoltar-se diante de pessoas famintas, proclamar onde estivesse, mesmo entre reacionários convictos, que só o socialismo salvaria o mundo: ‘o latifundiário’, ‘propriedade privada’, ‘proletariado’; foram algumas palavras que aprendi mesmo antes do ABC, por força de tanto ouvi-las, embora não conhecesse a fundo o seu significado. Meu avô, que admirava o genro, de quem elogiava as virtudes, dizia, no entanto, que o seu único defeito era ‘proteger cabra safado’”.¹⁵²

Este período de refúgio teve fim ainda em 1936, quando decidiu voltar com a família para Pernambuco, mesmo com a insistência da mulher para que eles ficassem em Alagoas. Saíram de Jaboatão, passando a morar no bairro da Torre, região predominantemente habitada pela classe média recifense.

Nas margens do Capibaribe

Quando Calheiros retornou para Pernambuco, o clima de agitação no Recife já estava apaziguado depois de uma série de prisões e deportações efetuadas pela polícia de Vargas, que se aproveitou do decreto de estado de sítio¹⁵³ para reprimir com rigor qualquer suspeito de ter ligação com a insurreição ocorrida em novembro de 1935. Segundo relatos da filha, até

¹⁵¹ Calheiros, Vladimir. Op. cit., p. 30.

¹⁵² Guerra, Marília Calheiros. Op. cit., p. 112.

¹⁵³ Segundo Dulles: Graças ao estado de sítio autorizado por 30 dias pelo congresso, em 25 de novembro de 1935, os órgãos policiais puseram-se em campo, detendo qualquer pessoa suspeita de haver favorecido os levantes. As prisões se encheram com centenas de civis, apanhados de surpresa pelo inopinado dos acontecimentos. DULLES, John Watson Foster. Op. cit., p. 14.

aquele momento moravam de aluguel, o que justificava as diversas mudanças de residências que família a fazia. Só na Torre, bairro localizado na zona norte do Recife e margeado pelo Rio Capibaribe, viveram em três casas diferentes num período de pouco menos que dois anos. Depois disso foram viver no bairro conhecido como Capunga, na margem contrária do rio e mais próximo da região central do Recife, fixando-se por um tempo maior, até meados de 1941. Ainda neste ano, a família se mudou novamente, passando a morar no bairro do Derby, quase de frente ao prédio que funcionava a Faculdade de Medicina de Recife, também na região central da cidade. Durante as férias escolares das crianças ou em caso de algumas eventualidades, a família se deslocava para as terras alagoanas. Marília Calheiros lembra-se, em diversas passagens de seu livro, os momentos vividos com os parentes em Campo Verde. A viagem era longa, aproximadamente 10 horas de trem partindo-se da estação central do Recife até chegar à estação de Branquinha, em Alagoas, onde geralmente a família era recebida pelo sogro de Calheiros, José Maia Gomes, que os levava as terras da Usina Campo Verde.

Ocupou-se nesse período, pelo que indicam os dados, com suas atividades profissionais. Abriu consultório especializado em doenças da mulher e em partos na Rua da Palma, no centro da capital pernambucana. Dedicou-se também à família, não constando em seu registro policial desse momento nenhum indício de envolvimento com os comunistas. Porém, está anexado ao seu prontuário um relatório de espionagem feito por um investigador que foi encarregado pela Delegacia de Ordem Política e Social para vigiar os passos de Calheiros. No diário de campanha - elaborado entre o período 30 de outubro e 10 de novembro de 1940 - não foi apresentada nenhuma movimentação suspeita do médico, que apenas fazia seu trajeto diário de casa para o trabalho. Seria novamente perseguido entre 27 de fevereiro até 20 de março de 1942, com um intervalo sem registro entre os dias 13 e 16 de março. Novamente não foi notado nada fora do habitual na vida de Calheiros pela polícia. Um dado complementar a esta informação e que não foi registrado pelo investigador está presente no livro de memória da sua filha Marília. Ela ouvia o pai comentar sobre que algumas vezes percebia que estava sendo seguido, segue o trecho:

“Por volta de 1939, papai, ainda sem carro, usava o bonde que passava à nossa porta. Escalado para acompanhá-lo um ‘tira’ o seguia como sua sombra. Papai chegava à casa e, descendo do mesmo bonde, lá ficava o investigador diante da nossa residência. Papai dava um plantão na Maternidade do Derby às quartas-feiras, e o ‘tira’, fiel à sua missão o esperava à saída, no dia seguinte. Ia ao consultório, no centro do Recife, e lá ficava o indivíduo a esperá-lo durante o expediente. De tanto ver aquela cara (ou aquele cara), papai chegou a cumprimentá-lo distraidamente, pensando se tratar de

algum conhecido”.¹⁵⁴

Apesar de errar por um ano ao fazer referência à data, sua memória guardou os detalhes do registro deste episódio. Os documentos de seu prontuário demonstram claramente que a polícia não perdera Calheiros de vista que teve sua vida privada violada sem nenhum pudor pelos investigadores, prática que se reproduziu na vida de outros comunistas sempre que houvesse a suspeita por parte dos policiais da DOPS-PE.

Nos anos seguintes ao levante, a atuação dos comunistas na sociedade foi sendo minada e seus principais articuladores foram perseguidos e presos, salvando-se uma minoria que passou a viver na clandestinidade com o intuito de despistar os investigadores da polícia. As células dos sindicatos, por exemplo, a dos ferroviários da Great Western, com sede em Jaboatão, ficou quase que inoperante a partir de 1936. Esse ano foi marcado pela atuação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Vargas se aproveitou da atuação deste órgão para solicitar a renovação, por vezes consecutivas, do estado de guerra. Sempre era pedido um adiamento de 90 dias, se estendendo de março de 1936 até maio de 1937, quando, enfim, foram dados os vereditos finais das apurações feitas pelo TSN. Durante este tempo o presidente e seus auxiliares agiram à sua maneira ao reprimir os seus opositores.

Em Pernambuco, a polícia cometeu atrocidades aleatórias dentro da Casa de Detenção do Recife e também fora dela. Os relatos de torturas ocorrido nas detenções pelo Brasil não foram poucos, bem como a ocorrência de mortes de prisioneiros. A polícia, sempre que possível indicava o suicídio como causa do óbito do detento.¹⁵⁵

Governava o estado Carlos de Lima Cavalcanti, que era o interventor de Pernambuco desde a Revolução de 1930, sendo eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa em dezembro de 1935 para mais um mandato. Durante 1937, ano que antecederia à realização das eleições presidenciais, Lima Cavalcanti e o governador da Bahia, Juracy Magalhães, estavam se articulando nacionalmente para garantir a realização das eleições em 1938. Isso não agradou a Getúlio Vargas e ao seu Ministro da Justiça, o pernambucano Agamenon Magalhães que assim passaram a articular uma saída “legal” para possibilitar sua permanência na presidência. A “solução” viria, enfim, com o golpe ocorrido em 10 de novembro de 1937, que oficializou a continuidade de Vargas no poder da nação, com o início do período do Estado Novo. Vargas contava com o apoio dos militares e de alguns governadores, quando ordenou o fechamento do Congresso Nacional, cancelou as eleições presidenciais e outorgou

¹⁵⁴ CALHEIROS, Vladimir. Op. cit., p. 29.

¹⁵⁵ Ver os casos relatados por DULLES, John Watson Foster. Op. cit., p. 93-95.

uma nova Constituição. É válido ainda deixar claro, que a população brasileira, em sua maior parte, também confiava a Vargas o papel de promotor do progresso e acima de tudo de protetor da nação contra o “perigo vermelho”,¹⁵⁶ o que foi um dos elementos que contribuiu para sua continuidade no poder.

Após a repressão iniciada a partir de fins de 1935, muito comunistas foram presos, causando o esfacelamento de parte considerável de toda organização existente. Distribuídos pelas prisões do país, as principais lideranças do PCB buscaram formas alternativas para tirar algum proveito desta situação. Dulce Pandolfi ao analisar a trajetória do Partido Comunista do Brasil afirmou que

“Centenas de aliancistas e comunistas foram presos entre o final de 1935 e inícios de 1936. Diversos aliancistas que vieram a ser importantes dirigentes do PCB, tiveram, na prisão, seus primeiros contatos com as ideias comunistas. Além do ensinamento sobre marxismo, os comunistas organizavam cursos de alfabetização e conhecimentos gerais. Nos porões da ditadura Vargas foi montada uma grande escola de formação política do PCB”.¹⁵⁷

Para os que conseguiram escapar de ser preso, o trabalho na clandestinidade, apesar de ser intensamente monitorado pela Polícia Política, teve que continuar a duras penas. Como já foi visto no primeiro capítulo, o choque foi grande, afinal o partido só começou a se reorganizar nos primeiros anos da década de 1940 e passaria a atuar abertamente somente em princípios de abril de 1945, quando o Estado Novo demonstrava graves sinais de desgaste.

Quando teve início o processo de abertura política, Manoel Calheiros apareceu pela primeira vez como membro de fato e declarado do PCB. Seu nome foi apresentado numa nota do *Jornal do Comercio* em fins de agosto de 1945, que informava a respeito da organização dos partidos em Pernambuco. Em relação aos comunistas, a nota comunicava que no começo de setembro seria inaugurada a sede da secção pernambucana do Partido Comunista. Logo abaixo segue a seguinte informação:

“Acha-se em organização a Célula dos Trabalhadores das Profissões Intelectuais e Liberais. Hoje às 20 horas, na sede do PCB, à Rua Barão de São Borja, nº 218, efetuar-se-á mais uma reunião, sendo convidados a comparecer quantos o queiram. A comissão organizadora é constituída dos Drs. Rodrigues Calheiros, Eleazar Machado e Estácio Souto Maior, médicos”.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Ver MOTTA, Rodrigo Sá. *Em guarda contra...* Op. cit.

¹⁵⁷ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 119.

¹⁵⁸ *Jornal do Comercio*, Recife, 22 de agosto de 1945, p. 5.

O trecho acima nos informa da condição assumida publicamente por Calheiros, ao ter seu nome vinculado ao Partido Comunista. Além disso, era exposto como uma figura de destaque na organização da célula dos intelectuais e profissionais liberais. Esta célula teve um papel fundamental na fase de reorganização do partido, visto que os intelectuais e profissionais liberais exerceram um papel importante no projeto de ampliação e difusão da cultura política comunista. Cito o exemplo do projeto assistencialista que o partido desenvolvia neste período, o qual consistia na organização de um quadro permanente de profissionais que estariam à disposição dos militantes sempre que preciso. Era mais comum nessas listas a presença de médicos e advogados dispostos a valer-se seu ofício como uma forma de contribuição ao projeto comunista de revolução no Brasil. No acervo documental da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ) consta, em um dos dossiês referentes à Pernambuco, uma série de documentos pertencentes aos comunistas que haviam sido apreendidos pela polícia. Em um deles, que não possui data, mas supostamente remete-se a fins da década de 1940, está presente uma relação de médicos que prestavam serviços gratuitos aos “elementos vermelhos”, termo utilizado pelo investigador para se referir aos comunistas. Segue tabela elaborada a partir dos dados encontrados:

Tabela 3 - Lista de médicos que prestavam serviços gratuitos por indicação do PCB.

MÉDICO	ESPECIALIDADE	ENDEREÇO
Dr. Arnaldo Marques	Clínico geral	Rua Nova, 371 – 1º andar
Dr. Artur de Sá	Nariz e ouvido	Rua do Hospício, 208
Dr. Brivaldo Xavier	Clínico geral	Av. Beberibe
Dr. Dias Guimarães	Senhoras	Ed. Ouro branco – 5º, 511
Dr. Gumercindo Amorim	Clínico geral	Junto do Cine Rivoli
Dr. Eliazar Machado	Clínico geral	Rua do Hospício, 179
Dr. Hermes Guedes	Clínico geral	Ed. IAPETEC – 8º Andar
Dr. José Bancovsky	Crianças	Rua da Imperatriz – 202
Dr. Rodrigues Calheiros	Senhoras	Ed. Santo Antônio, 2º
Dr. José Souto	Nariz e ouvido	Casa de Saúde Artur Moura
Dr. Nilton de Souza	Coração	Ed. São Marcos – 3º Andar
Dr. Silvio Marques	Cirurgia	Ed. Sulacap – 2º, 218

Fonte: Fundo DPS Rio de Janeiro.¹⁵⁹

Apesar de não ser informada exatamente a data que a lista foi elaborada ou quando passou a circular entre os militantes e simpatizantes comunistas, o documento é emblemático servindo para ilustrar as ações dos comunistas naquele período, que consistia em atuar nos

¹⁵⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 7, Volume 2: Comitê Estadual de Pernambuco, p. 524.

campos onde o Estado não chegava satisfatoriamente, como no caso da saúde pública. Isso fazia com que esses profissionais passassem a ser respeitados pelo público carente que os procuravam sempre que fosse necessário. Assim como também os comunistas criariam uma aura em volta de sua legenda partidária, essa prática assistencialista possivelmente atraiu muitas pessoas para engrossar as fileiras do partido. Como visto, na lista estava o nome de Calheiros, já nessa época era uma figura bastante popular e respeitada até mesmo entre os seus opositores que reconheciam essas ações como uma virtude.

A polícia não estava alheia a essa retomada na organização do PCB, monitorando suas ações, constando, inclusive, no prontuário de Calheiros algumas informações do ano de 1945. Os investigadores demonstram que tinham ciência de sua filiação e relação com o partido Comunista quando informam em sua ficha de registro que em 28 de junho de 1945 ele pertencia ao Comitê Estadual do Partido Comunista que foi instalado no Recife. Também haviam apurado na nota do Jornal do Commercio, já citada, informações referentes à sua atuação na célula comunista de intelectuais e profissionais liberais.

Com Prestes em liberdade e pouco tempo depois da deposição de Vargas, o PCB passaria a viver uma nova fase e sua principal meta era a criação de uma “roupagem” adequada à ocasião. Assim, os comunistas passaram a vincular seu discurso à ideia de “união nacional”, buscando demonstrar sua adesão ao projeto de democracia que iniciaria após o fim do Estado Novo. A tática funcionaria por algum tempo e o partido foi ampliando o número de militantes e simpatizantes nesse período. Como já foi exposto no capítulo anterior, nas eleições realizadas em dezembro de 1945 os comunistas alcançaram uma votação considerável nas principais cidades do país fato que provavelmente trouxe um otimismo nunca sentido pelos membros do PCB desde sua fundação na década de 1920. Mesmo estando oficialmente legalizado como partido, os membros do PCB continuaram a ser alvo das perseguições por parte dos anticomunistas que tinham grande dificuldade em compartilhar o espaço de disputa política com os comunistas, vistos como “servos de Stalin”, “inimigos da pátria”, entre outras denominações. Os resultados positivos obtidos em fins de 1945 deixaram os comunistas otimistas e motivados a se expandirem perante o eleitorado nacional. O ano de 1946 deveria ser de muito trabalho para todas as células do Partido Comunista do Brasil visando à obtenção de novos postos nas eleições seguintes, que ocorreria em janeiro do ano seguinte.

Pouco antes do pleito de 1945, ocorreu no Recife, em 26 de novembro, um comício dos comunistas que teve como convidado especial, Luís Carlos Prestes. O evento ocorreu no Parque 13 de Maio, localizado na região central da capital pernambucana. A fala de Prestes

foi transcrita na íntegra no livro de Moisés Vinhas¹⁶⁰ e demonstra claramente o entusiasmo dos comunistas e simpatizantes que ali estavam para prestigiar aquela solenidade com intuito de legitimar os candidatos indicados pelos comunistas para o pleito de dezembro. Em meio à multidão atenta que ouvia seu líder supremo, “o cavaleiro da esperança”, “o herói da coluna invicta”, estava o médico. Manoel Calheiros não só foi ao comício como também levou seu filho Vladimir, que com apenas 9 anos de idade viu pela primeira vez o personagem tão falado e respeitado pelo seu pai. Anos mais tarde ele narraria em seu livro de memórias esse episódio:

“Quando Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro – o Cavaleiro da Esperança – ia ao Recife na década de 40, para fazer comícios, era um grande acontecimento. Milhares de pessoas procedentes dos bairros da capital e de cidades do interior de Pernambuco e Estados vizinhos, acorriam ao Recife, mais exatamente, ao Parque 13 de Maio, para ver e ouvir o líder comunista. Entre essas pessoas estava meu pai, médico Manoel Rodrigues Calheiros. Ou porque era uma oportunidade para sair comigo, coisa rara na agitada vida do dr. Calheiros – ou porque pretendia fazer de mim militante comunista, meu pai, quando ia aos comícios de Prestes, levava-me, embora eu tivesse apenas pouco mais de 10 anos de idade”.¹⁶¹

A partir da análise deste trecho é possível verificar o desejo que Calheiros tinha de ver o filho ao seu lado em defesa do ideal comunista. O pai fez o que pode para encaminhar o filho em direção ao comunismo desde muito cedo, a começar pela escolha do nome, passando por travesti-lo com fantasias de russo nas festas de carnaval e, sempre que podia, levava-o para os eventos organizados pelo partido. Por volta dos 15 anos Vladimir passou a trabalhar na redação do jornal comunista em Pernambuco, *Folha do Povo*, escrevendo a coluna de esportes, no início da década de 1950. Era uma tentativa do pai de atraí-lo cada vez mais para dentro do universo da cultura política comunista. “Calheirinhos”, como ficaria conhecido, também já fazia parte nesta época da União da Juventude Comunista (UJC).

Pouco depois, integrou a comissão junto com cinco jovens da UJC de Pernambuco para ir ao 3º Festival da Juventude e dos Estudantes pela Paz que ocorreu em Berlim Oriental no ano de 1951. Em suas memórias explicou as motivações que levaram a ser convidado para ir ao encontro na Europa: “Eu era um jovem e combativo militante, com um sobrenome famoso dentro do partido, meu pai tinha condições de financiar minha passagem e eu queria ir. O que ouvi de pregação comunista do meu pai não está no gíbi”.¹⁶² Segundo Vladimir, o

¹⁶⁰ VINHAS, Moisés. Op. cit.

¹⁶¹ CALHEIROS, Vladimir. Op. cit., p. 21.

¹⁶² Idem, p. 30.

evento foi um sucesso. Porém, para aquele jovem na mais tenra idade, todas aquelas ideias, todas as cerimônias, todo o ritual que deveria seguir um comunista passou a ser um peso insuportável na sua vida. Isso é possível de se observar nas entrelinhas do seu livro de memórias, no entanto ele não precisou usar das entrelinhas para declarar sua guinada para a “extrema direita”, pouco tempo depois de voltar da Europa. Reconhece em seu discurso que muito se deveu ao seu despreparo para a vivência dentro do partido, pois até aquele momento não havia lido nada sobre o marxismo e tudo que sabia sobre comunismo tinha ouvido do pai ou de outros militantes. Passou a rebater os ensinamentos comunistas que havia recebido desde muito cedo. Suponho que não deve ter sido nada fácil para aquele jovem tomar a decisão de romper com tudo que até pouco antes era tido como verdade única e incontestável. Mais difícil ainda deve ter sido explicar a decisão ao pai. É possível sentir no seu relato o peso daquele rompimento para sua vida:

“Durante muito tempo, meu pai imaginou que eu poderia me transformar num bom comunista. Imagine a decepção que teve quando me viu exatamente no outro extremo. A minha ida para o Festival da Juventude foi um esforço especial para que aperfeiçoasse minha formação comunista”.¹⁶³

Pelo que foi visto a tentativa fracassou. É interessante buscar compreender o que se passava na mente do jovem Vladimir – quase doutrinado pelos pensamentos comunistas tanto quanto o pai havia sido pelas ideias cristãs. Mais interessante ainda é observar as diferenças na construção dos discursos entre os filhos de Calheiros, Marília e Vladimir. A filha, em boa parte do livro de memórias, relembra o afeto e carinho do pai, dos momentos felizes, do bom homem que tinha sido e do bom cristão acima de tudo. Já nas páginas escritas por Vladimir, nota-se claramente seu receio de falar do pai – não como um desprezo – mas é notável a existência de um conflito que, aparentemente, não foi resolvido. Quando se lembra do pai, na maioria das vezes, o retrata como um homem muito ocupado, pouco presente e que colocava o Partido Comunista acima de tudo em sua vida. Marília, de fato, nunca se aproximou do comunismo, mesmo que conhecesse alguns comunistas amigos do pai, deixa claro que não foi educada para ser uma militante. Apesar disso, ela guardou com carinho os ensinamentos e pensamentos do pai, ao contrário do irmão que insiste em afirmar, com orgulho, o fato de ter seguido um rumo diferente do pai. Expressões como “contágio” e “vírus socialista” são utilizadas para narrar a trajetória do pai e os primeiros contatos dele com os ideais socialistas, deixando nas entrelinhas a clara influência do discurso anticomunista na construção de sua

¹⁶³ Idem, p. 31.

narrativa. O trauma¹⁶⁴ ou ressentimento é perceptível quando comenta o fato de na sua certidão não estar registrado o nome do pai, como também ao ver o sofrimento da mãe devido às perseguições que sofria o pai, o aparente desconforto desde muito jovem convivido com as “pregações” comunistas do pai, enfim, são peças de um quebra-cabeça que se forem juntadas, passam a ter coerência e nos indicam as possíveis motivações de sua mudança de lado ainda na juventude. Vladimir, mesmo depois de tanto tempo, ainda demonstrava ter dificuldade em entender as motivações que o levaram a aderir um novo projeto político e de vida, afirmando em seu livro de memórias, escrito em 1998:

“Muitas vezes me pergunto sobre as verdadeiras razões pelas quais, numa certa etapa da minha vida, saltei da extrema esquerda para a extrema direita. Encontro muitas explicações. Eu, aliás, não fui o primeiro. Estou muito bem acompanhado por Mussolini, Carlos Lacerda, uma longa série de pessoas, umas mais, outras menos importantes”.¹⁶⁵

A vida de Calheiros, de fato, havia se tornado bastante tumultuada depois de sua adesão ao partido comunista, principalmente pelo papel de articulador que assumiu a partir da legalização do PCB. Em Pernambuco, o partido conseguiu rapidamente se fortalecer, visto que o estado tinha uma tradição, que remete à fundação do PCB na década de 1920, mantendo esse posto durante a redemocratização. Neste período, pode-se ver o nome do Dr. Calheiros no jornal *Folha do Povo*, que diariamente anunciava os trabalhos oferecidos por ele nos seus dois consultórios no Recife. Era mais uma forma de ajudar o partido, que recebia uma quantia pelos anúncios diários no jornal, como pode ser visto o médico almejava conservar o título de “bom comunista”.

Panorama de uma trajetória

Vista a trajetória de Manoel Rodrigues da Silva Calheiros, é possível extrair diversos elementos que são ricos para a historiografia. Foi um homem do seu tempo, acompanhou diversas fases da política brasileira, viu ruir alguns pilares e emergir outros. Observou atentamente o processo de decadência dos senhores de engenho, sentido na pele todas as suas consequências. Ao buscar um novo rumo para sua vida, pensou ter encontrado nos princípios marxistas a chave para todas as mazelas do mundo, embriagou-se desta utopia e mergulhou no universo paralelo no qual viviam os comunistas.

¹⁶⁴ Sobre o conceito ver: POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

¹⁶⁵ CALHEIROS, Vladimir. Op. cit., p. 33.

Sua trajetória, apesar de particular, tem um pouco de universal, pois construção dos seus pensamentos foi fruto de um misto de ideias, seja o cristianismo na infância, o socialismo na juventude, a práxis no Partido Comunista na maturidade, a doutrina espírita já em fins de sua vida. Circulou durante por diversos universos culturais e assimilou um pouco das ideias de cada sem muita dificuldade, pelo menos aparentemente. Ao mesmo tempo, que convivia com aristocratas da lavoura canavieira de sua família, dialogava com militantes comunistas de origens sociais diversas. Por outro lado, pode-se dizer que permaneceu cristão durante sua vida ao mesmo tempo em que era um crítico da Igreja, assimilando alguns princípios que confluíam com o seu projeto maior, o comunismo. Para embaralhar mais ainda nas duas últimas décadas de sua vida, entrou em contato com a doutrina espírita, justificando sua adesão após ter presenciado durante um parto a manifestação de um espírito. Seu imaginário era um caldeirão de ideias que jamais formaram um conjunto coerente e unívoco.

O estudo desse personagem nos obrigou a traçar uma narrativa que percorreu um caminho longo e de muitos meandros, buscando situá-lo sempre dentro de uma conjuntura mais ampla. Somente ao inseri-lo nestes contextos foi possível compreender suas escolhas e suas motivações. Foi preciso também demonstrar a existência de um Partido Comunista que ia além dos aparentes doutrinamentos e de suas principais lideranças. Os comunistas se apropriavam de elementos diversos para compor seu universo particular, ao mesmo tempo em que alguns compartilhavam de projeto de vida comum, fator que os unia.

Em geral, pode-se verificar na história do comunismo no Brasil a existência de vários prismas e fases. É interessante a proposta feita por Dulce Pandolfi¹⁶⁶ quando sugere que ao se estudar o Partido Comunista deve-se tratá-lo com uma noção que transpassa as fronteiras partidárias e do político, entrando no universo do cultural. Isso, de fato, é um elemento que nos faz entender melhor os comunistas, como no caso de Calheiros que não viveu exclusivamente cercado por comunistas e por ideias comunistas, logo seu imaginário foi construído através do diálogo e das trocas efetuadas com as diversas culturas políticas existentes. Neste ponto opto por interromper a narração da trajetória de Manoel Rodrigues Calheiros, tendo em vista que ela se entrelaça ao objeto maior desta pesquisa.

¹⁶⁶ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 35.

Capítulo III – O Longo ano de 1947

Primeiro Ato: As eleições de janeiro de 1947 em Pernambuco

O ano de 1947 teve seu início marcado pela realização das eleições estaduais em todo o país. O pleito estava marcado para o dia 19 de janeiro e as campanhas políticas foram iniciadas ainda nos últimos meses do ano anterior. Em Pernambuco, como foi exposto anteriormente, o Partido Social Democrático (PSD), em fins de 1946, optou pela indicação de Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) durante o Estado Novo e homem bastante estimado pelo líder pessedista local, Agamenon Magalhães. Naquele momento, Lima Sobrinho ocupava uma cadeira na Câmara Federal e a decisão de lançá-lo como candidato ao governo de Pernambuco terminou por gerar o descontentamento de alguns membros do partido. Em consequência desta escolha surgiu uma dissidência no PSD local, quando figuras influentes abandonaram o partido, como no caso do ex-ministro da agricultura indicado em 1946 pelo presidente Dutra, Neto Campelo e o ex-prefeito do Recife, Antônio Novais Filho, que no ano anterior tinha sido eleito senador de Pernambuco pela legenda do PSD. É válido destacar que os líderes da dissidência eram de membros de famílias tradicionais e ligadas à produção de cana-de-açúcar, ou seja, eram figuras importantes e com forte influência – e votos – na Zona da Mata, onde estavam espalhadas as usinas de açúcar do estado. Logo, a saída de Neto Campelo e Novais Filho foi uma grande perda para Agamenon Magalhães. O choque deve ter sido maior quando ele tomou conhecimento de que ambos estavam dispostos a juntar-se com a UDN local e reforçar o “front” contra o líder pessedista.

Existia nacionalmente uma política antivarguista encabeçada pela gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra. A campanha se estendia à correligionários de Getúlio Vargas. Desta forma Agamenon Magalhães e seus seguidores deveriam ser alvo da nova gestão nacional. Sabe-se que Neto Campelo, durante o ano de 1946, aprofundou seus contatos com o presidente Dutra, quando foi nomeado Ministro da Agricultura. Enquanto ocorriam os debates em torno da elaboração da Constituição Nacional, o presidente encaminhava seu projeto de expurgo do “agamenonismo” em Pernambuco, gerando fortes abalos nos aliados do prócere do Estado Novo que viviam no estado. A guerra declarada por Dutra era ao mesmo tempo uma luta fratricida se for considerado que tanto o presidente nacional como também Agamenon pertenciam ao mesmo partido, o PSD. Isso deixava evidente as amplas facetas do partido que variavam de acordo com o perfil e as necessidades de cada região, estado e

cidade. De fato, quem colheu os frutos desta disputa era o partido do brigadeiro, a UDN¹⁶⁷ que soube abrir suas portas na hora que percebeu o descontentamento de algumas figuras de renome do PSD pernambucano, como os que foram citados logo acima.

Não satisfeita em apenas acolher os pessedistas “exilados”, a coligação comandada pela UDN local tomou uma atitude mais surpreendente – e mesmo arguciosa – ao apoiar em novembro de 1946 a candidatura de Neto Campelo para o cargo de governador de Pernambuco. Os dissidentes do PSD utilizaram-se da legenda do Partido Liberal (PL), formando em seguida a Coligação Pernambucana juntamente com a UDN e o PDC. Para os pessedistas foi o suficiente para considerar Neto e os dissidentes como traidores, passando a se referir à coligação como a chapa “udeno-calabarista”.¹⁶⁸

Estava, assim, armado o cenário das disputas políticas que marcaram o findar do primeiro ano da gestão do presidente Dutra, por sinal bastante satisfeito com a indicação de um aliado para o governo do estado. Os jornais locais assumiam claramente suas posições, empenhando-se, de acordo com o lado de cada um, na destruição da imagem dos seus opositores, contribuindo para o acirramento das disputas e a tomada de posições por parte da opinião pública.

Como havia ocorrido no pleito para presidente em fins de 1945, os udenistas tinham a vitória de Neto Campelo como certa, trabalhando suas mensagens na imprensa¹⁶⁹ com sinais de soberba e desprezo pelo opositor, que era visto como o representante do retorno de um passado obscuro e repressor. Assim era retratado o período da gestão de Agamenon Magalhães, pejorativamente chamado de “china gordo” ou “malaio”, por conta dos seus olhos razoavelmente puxados, o que remetia diretamente ao estereótipo típico de um oriental. Agamenon, por sua vez, havia sido eleito deputado federal e estava vivendo na Capital da República desde princípios de 1946. O afastamento era apenas territorial, tendo em vista que havia deixado alguns correligionários de confiança na dianteira do PSD local e sua influência manteve-se forte, mesmo após os contínuos ataques empreendidos pela oposição.

¹⁶⁷ Como era também a UDN no período por abrigar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da republica.

¹⁶⁸ Calabarista remete a Calabar, personagem marcante da história colonial pernambucana. Até onde se sabe, no período em que os holandeses estavam atacando a Capitania de Pernambuco no século XVII a invasão só foi efetivada devido à “traição” do senhor de engenho Domingos Fernandes Calabar que teria entregado as táticas de seus patrícios e aliou-se aos holandeses. Por muito tempo foi um personagem tido como o maior traidor da história brasileira. A narrativa sobreviveu por séculos e em plena redemocratização foi resgatada para agredir e difamar os opositores da dissidência do PSD.

¹⁶⁹ Ver os jornais *Diário da Manhã* e *Diário de Pernambuco* entre os meses de dezembro de 1946 e janeiro de 1947.

Dentro deste turbilhão de acontecimentos que se assemelhava a um tabuleiro de xadrez, foram sendo encaminhadas as campanhas pelos partidos que dividiam o espaço na política pernambucana. A partir de uma análise acurada da imprensa local do período é possível verificar o acirramento das disputas entre os dois principais candidatos, enfatizando que localmente predominava a polarização: um lado liderado pelo PSD e outro pela UDN, sem esquecer, no entanto, de uma terceira via liderada pelo PCB que em Pernambuco detinha um número considerável de militantes no Recife e nas cidades industrializadas mais próximas da capital. Para concorrer ao cargo de governador do estado, os comunistas optaram por lançar um candidato próprio ao indicar o nome de Pelópidas Silveira, engenheiro e ex-prefeito do Recife, que detinha uma considerável popularidade na capital pernambucana e nas suas adjacências. Apesar de não ser militante ativo do Partido Comunista, Pelópidas demonstrava-se simpatizante das reivindicações populares quando ocupou o cargo de prefeito entre fevereiro e agosto de 1946. A indicação feita pelos comunistas de Pernambuco pode ser enquadrada dentro da postura de “união nacional”, defendida pelo PCB durante a transição democrática, assim como fez no pleito presidencial de dezembro de 1945 ao registrar como candidato o também engenheiro Iedo Fiúza.

Enfatizo ainda que tanto a UDN como o PSD chegaram a pedir o apoio dos comunistas para o pleito. No entanto as lideranças do PCB persistiram na ideia de lançar um candidato próprio.¹⁷⁰ Sobre o assunto, o documento elaborado pelo PCB de Pernambuco no início maio de 1947 é claro com relação à medida assumida pelos comunistas:

“Tivemos entendimentos com representantes do PSD, da UDN para ver se chegamos a um acordo para apoiar um dos seus candidatos mas não concluímos nenhuma aliança porque nas direções desses partidos predominaram os elementos reacionários que do modo nenhum queriam, marchar conosco nas eleições, como Etelvino Lins do PSD, Novais Filho da dissidência do PSD, João Cleofas da UDN, que antes preferiam que tivéssemos candidatos próprios, porque assim a candidatura de Neto Campelo teria possibilidade de vitória sobre a candidatura Barbosa Lima Sobrinho. Ambos os candidatos são representantes dos interesses dos usineiros a que são ligados, como demonstra a eleição da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco que de 54 votantes 28 votaram a favor de Neto Campelo e 26 a favor de Barbosa Lima. Nas zonas do Agreste e do Sertão os chefetes locais também se dividiram a favor de um ou de outro candidato como demonstram os resultados das eleições”.¹⁷¹

¹⁷⁰ Segundo Gregório Bezerra: “Quando foi iniciada a campanha eleitoral do Estado, nosso intuito era apoiar um candidato a governador que apresentasse um programam mínimo capaz de sensibilizar as camadas populares. Mas tanto o PSD com a UDN, que desejavam o nosso apoio, tinham receio de recebê-lo abertamente. Queriam-no mas clandestinamente. É claro que nós, comunistas, não podíamos aceitar tal cambalacho.” BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte - 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 40.

¹⁷¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 7, Volume 2: Comitê Estadual de Pernambuco. I Conferência Estadual de Pernambuco para o IV Congresso Nacional, p.12.

A partir da análise do documento, fica evidente que os comunistas tinham noção plena a respeito das posturas das legendas majoritárias no estado, não alimentando ilusões a respeito de suas posturas políticas do momento e de seu enquadramento socioeconômico. Apesar do pedido de apoio ter vindo de ambos os lados, como pode ser compreendido no trecho acima, pessedistas e udenistas não poupavam agressões e ofensas que eram publicadas diariamente nos jornais de sua influência. A exemplo desta questão, segue a publicação feita no jornal pessedista *Folha da Manhã*¹⁷² a respeito da postura tomada pelo candidato da coligação Neto Campelo:

“O senhor Neto Campelo, ligado às forças vivas do reacionarismo ideológico, lançaria mãos de todos os recursos para amparar os camisas-verdes, embora aceitando um acordo com os comunistas. Amanhã, no poder – o que não será possível, haveria um partido traído mais uma vez: o integralismo ou o comunismo. Egresso de uma junção partidária, onde pontificou a traição, de nada valem as literatices do pregoeiros e lava-pratos do Sr. Neto Campelo, pois é um homem definido. Veio de um pacto de traição. Vestiu a camisa-verde do integralismo. Procurou colaborar com os comunistas. Seu partido a U.D.N. fez pactos com o P.C.B. em Sergipe, Alagoas, Minas Gerais e assim sucessivamente. É partido de âmbito nacional [...]. Podem os católicos, confiar nessa espécie de gente?”¹⁷³

No trecho a folha dos pessedistas denunciava a chapa opositora, demonstrando ojeriza a qualquer tipo de contato com os comunistas. Chama atenção também o apelo final à tradição católica do povo local que não devia, nem podia, jamais ser esquecida. Apesar de demonstrar publicamente essa postura crítica e de ojeriza para com os comunistas, é interessante esclarecer que no mesmo período os líderes do PSD também haviam solicitado o apoio dos membros do PCB, indo ao encontro dos comunistas em busca de apoio para o pleito de janeiro. Sobre o assunto, o comunista Paulo Cavalcanti deixou registrado em seu livro de memórias:

“Nunca houve mistério nos acordos celebrados entre os comunistas e as outras correntes partidárias em Pernambuco. Nenhuma cláusula secreta marcou qualquer manobra eleitoral do PC, ao juntar-se a aliados em campanhas sucessórias. A exploração política que sempre se fez em torno desses entendimentos decorria de posições de despeito da parte dos grupos não contemplados pela preferência dos votos dos comunistas. Que todos eles, indiscretamente, cortejavam o PC, não havia dúvida. Nem mesmo o Partido Democrata Cristão, do feroso padre Arruda Câmara, ‘inimigo

¹⁷² O jornal foi fundado durante o Estado Novo por aliados de Agamenon Magalhães e nos anos 1940 tinha como diretor Paulo Germano Magalhães, filho de Agamenon e membro do PSD pernambucano.

¹⁷³ *Folha da Manhã*, Recife, 16 de janeiro de 1947, p. 9.

peçoal' do marxismo, fugiu à regra. Creio que, no meu tempo, a única facção política que jamais se aliou ao PC, por mútua repugnância, foi o Partido de Representação Popular, sucedâneo eleitoral da extinta Ação Integralista Brasileira. Quanto aos outros grupos políticos, não houve exceção, dependendo do momento ou da conveniência de cada instante".¹⁷⁴

As duas primeiras semanas de janeiro de 1947 que antecederam ao pleito foram marcadas por um clima de tensão e por algumas cenas de violência¹⁷⁵ ocasionadas pelos excessos cometidos por correligionários das legendas majoritárias que disputavam palmo a palmo os votos nas cidades do interior do estado, onde realmente eram decididas as eleições naquele momento. Em meio a este clima e ao evidente apoio do presidente Dutra a Neto Campelo, chegou o reforço para os pessedistas. Tratava-se nada menos do que o ex-presidente Getúlio Vargas que além de enviar uma carta de apoio aos pessedistas pernambucanos – publicada na íntegra na *Folha da Manhã*¹⁷⁶ –, veio ao Recife para participar do comício e declarar seu apoio e do PTB à candidatura de Barbosa Lima Sobrinho, sendo ovacionado por milhares de pessoas no Parque 13 de Maio no centro do Recife poucos dias antes do pleito.

É preciso lembrar que estava em jogo além do cargo de governador, uma vaga para terceiro senador do estado e de três suplentes¹⁷⁷ e 55 cadeiras na Assembleia Legislativa que teria como missão maior a de elaborar uma nova Constituição para o estado. Para o pleito de 19 de janeiro estavam inscritos em todo estado de Pernambuco um total de 344.799 eleitores. As seções eleitorais eram 1.293 distribuídas em 84 zonas, ficando 299 destas na capital e 994 espalhadas pelo interior do estado.¹⁷⁸ Ao findar as apurações o candidato do PSD, Barbosa Lima Sobrinho, sagrou-se vencedor do pleito para governador, somando 91.410 votos. Em segundo lugar, por uma diferença de 575 votos, ficou o candidato Neto Campelo lançado pela aliança UDN-PDC-PL. Em seguida veio o candidato do PCB, Pelópidas Silveira que obteve uma votação expressiva, somando 58.155 votos, conquistando 24% do eleitorado pernambucano. Nos meses seguintes ao pleito os comunistas pernambucanos passaram a avaliar a indicação de Pelópidas da seguinte forma:

¹⁷⁴ CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi*: Fatos do meu tempo. Recife: CEPE, 2008, v. 2, p. 137.

¹⁷⁵ Ver alguns episódios narrados na *Folha da Manhã* e *Diário da Manhã* entre os meses de dezembro de 1946 e janeiro 1947.

¹⁷⁶ *Folha da Manhã*, Recife, 11 de janeiro de 1947, 1ª página.

¹⁷⁷ Destaca-se que neste pleito além do suplente do 3º senador deveriam ser eleitos mais dois suplentes para os senadores que tinham sido eleitos em dezembro de 1945. Relatório do Tribunal Regional Eleitoral das Eleições de 19 de janeiro de 1947, p. 2.

¹⁷⁸ Relatório do Tribunal Regional Eleitoral das Eleições de 19 de janeiro de 1947, p. 2.

“O Comitê Estadual teve a ilusão de que poderíamos vencer as eleições, devido a desmoralização dos partidos burgueses, que a massa eleitoral tinha evoluído muito e que poderíamos fazer uma surpresa aos fazendeiros, dando a vitória ao nosso candidato. Esta apreciação foi fruto de concepções pequeno-Burguesas ainda existente no C.E. de queremos confundir os nossos desejos com a realidade. O que os resultados eleitorais dizem é que onde tínhamos o Partido funcionando tivemos uma votação de acordo com a influência do Partido e onde não o tínhamos tivemos bem poucos votos e em alguns municípios nenhum”.¹⁷⁹

Destaco a presença neste trecho do exercício da autocrítica¹⁸⁰ dos comunistas que era uma prática comum nesse período sempre que os militantes se deparavam com situações de fracasso. Apesar dessa construção negativa sobre os resultados obtidos no pleito por parte dos comunistas, acredito que diante no cenário vivenciado naquele momento a votação do candidato do PCB foi significativa. Segundo Antonio Lavareda, os comunistas conquistaram 56,7% dos votos no Recife e na área industrializada do estado. Por outro lado, a votação dos comunistas na região do sertão foi inexpressiva obtendo pouco mais que 4% dos sufrágios da região.¹⁸¹ Os números indicavam claramente que os comunistas foram bastante eficientes na campanha de difusão realizada entre agosto de 1946 até princípios de 1947 ao concentrar suas ações na zona da mata e no litoral do estado, onde trabalharam estrategicamente na região que concentrava a maior parte das indústrias e tinha a maior densidade operária de todo o estado.

A apuração final decretou mais uma vitória para o PSD pernambucano para o executivo, porém, anunciou que o partido não detinha a hegemonia política do estado, tendo em vista a pequena diferença de votos do primeiro para o segundo candidato mais bem votado. Os pessedistas ainda conseguiram eleger mais um senador e a maior bancada para a constituinte estadual. É interessante verificar o quadro final de distribuição das cadeiras na Assembleia Legislativa:

¹⁷⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 7, Volume 2: Comitê Estadual de Pernambuco. I Conferência Estadual de Pernambuco para o IV Congresso Nacional, p. 12.

¹⁸⁰ Segundo Jorge Ferreira: “Ao ritual de ‘confessar os pecados’, nas sessões de crítica e autocrítica, era conjugado outro, com a mesma função de regenerar o tempo mítico pela purificação da comunidade: a ‘expulsão dos demônios’, conhecida na cultura comunista como depuração.” FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito...* Op. cit., p. 156.

¹⁸¹ LAVAREDA, Antônio. Op. cit., p. 81.

Tabela 4 - Resultado das eleições de 19 de janeiro de 1947 para deputados estaduais

PARTIDO	VOTOS	CADEIRAS
PSD	83.390	18 + (5 das Sobras)
Coligação UDN-PDC-PL	79.912	18
PCB	43.563	9
PR	14.471	3
PRP	6.248	1
PTB	5.748	1
PRD	3.941	--
ED	2.919	--
PSP	584	--
TOTAL	242.644	55

Fonte: Atas do Tribunal Regional Eleitoral das eleições de 19 de janeiro de 1947.

Tendo como base o quociente eleitoral, os pessedistas teriam direito ao mesmo número de cadeiras que os candidatos da coligação liderada pela UDN. No entanto, graças ao mecanismo das sobras que privilegiava sempre o partido com maior número de votos, o PSD levou mais cinco cadeiras que não tinham sido preenchidas por nenhum dos partidos que não atingiram o quociente. Aparentemente estava tudo resolvido, até mesmo para o TRE que em princípios de abril de 1947 divulgou o relatório geral do pleito realizado em janeiro.

Todavia, os pessedistas não teriam vida fácil. Afinal os 23 deputados eleitos para a Assembleia Legislativa não os deixariam numa posição confortável, tendo em vista que o grupo opositor liderado pela UDN passou a agregar forças com os partidos de menor representação e formando um grupo majoritário. Porém, existia uma pedra no caminho, uma pedra vermelha e valiosa. Matematicamente essa situação seria resolvida a partir da escolha de lado por parte dos comunistas que eram a terceira força dentro da Assembleia com nove deputados eleitos. Essa situação bastante peculiar terminou por provocar o surgimento de um cenário político local bastante complexo e ao mesmo tempo incoerente. A afirmação tem como base a ideia de que a reorganização partidária ocorrida em 1945 exigia um caráter nacional das legendas para aprovar a criação do partido, ou seja, pode-se supor que as agremiações criadas deveriam ter um diretório nacional responsável pela criação da diretriz geral e planos de ação dos seus correligionários em todo o país, logo esperava-se um mínimo de coerência e sintonia entre as partes envolvidas. Esse é um ponto interessante do sistema

partidário nacional do período, pois o que se verifica no caso de Pernambuco é que na prática existia um sistema político fragmentado e marcado pela prevalência do caráter localista no encaminhamento das decisões, pelo menos das legendas majoritárias, ou seja, o PSD e a UDN. Essa questão pode ser problematizada de várias maneiras, mas opto por ficar na explanação apenas de alguns pontos que confirmam a afirmação feita logo acima. Deve-se atentar para as posturas assumidas pelos pessedistas e udenistas em Pernambuco no período estudado.

Inicialmente o PSD detinha a hegemonia política nacionalmente, sendo o partido responsável por “dar o tom” da transição democrática. Era majoritário nos poderes executivo e legislativo. Os interventores do Estado Novo continuaram a exercer seus poderes localmente, mesmo com ausência de seu antigo líder, Getúlio Vargas na presidência da república. Existiam muitos poderosos no partido. Seria difícil existir quem desse a palavra final no encaminhamento das diretrizes e posturas do partido e de seus correligionários. Era Benedito Valadares em Minas Gerais, Ernani do Amaral Peixoto no Rio de Janeiro, Ismar de Góis Monteiro em Alagoas, entre outras figuras conhecidas nacionalmente e que ganharam destaque na política estadual durante o tempo que Getúlio Vargas esteve na presidência da república. Em Pernambuco, o PSD, sob a liderança de Agamenon Magalhães, foi deveras agredido pela política nacional encaminhada pelo presidente Dutra, que visava à supressão dos antigos aliados de Vargas. No início do seu governo, o presidente nomeou um dos principais nomes do PSD pernambucano, Neto Campelo Jr. como Ministro da Agricultura. Campelo que não se demonstrava satisfeito e relutava em aceitar a indicação de Barbosa Lima como candidato ao governo de Pernambuco optou pelo rompimento com os pessedistas locais. Nos meses seguintes se juntou com os udenistas, que por sua vez optaram por indicar seu nome para disputar o pleito contra Lima Sobrinho. Para o pleito de janeiro de 1947 o presidente Dutra, eleito em fins de 1945 pelo PSD, decidiu apoiar Neto Campelo que andava coligado com os udenistas. Enfim, este era o quadro geral da disputa política em Pernambuco.

Visto isso, retorno o foco para os nove comunistas que foram eleitos para a Assembleia Legislativa em Pernambuco. Desde fins de 1946 os comunistas eram procurados por lideranças do PSD e da UDN que desejavam seu apoio no pleito de janeiro. No entanto, com o intento de demonstrar seu poder, os comunistas optaram por lançar um candidato próprio, mesmo sabendo que eram escassas as chances de sagrarem-se vencedores no pleito. Negando o seu apoio às legendas majoritárias, deixavam a decisão final nas mãos dos eleitores. A neutralidade terminou ajudando os pessedistas que, por uma pequena margem de diferença, venceram o pleito. Restava decidir qual postura assumir dentro da Assembleia.

Optar pelo isolamento não seria a medida mais recomendável dentro da postura política de “união nacional” defendida pelos comunistas naquele período.

Em princípios de abril, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) publicou o resultado final da apuração que declarou Barbosa Lima Sobrinho vencedor para o cargo de governador. Nos dias seguintes teve início uma cansativa e desgastante “guerra” judicial encaminhada pelos líderes da coligação UDN-PDC-PL que não aceitavam o fato do PSD ter vencido o pleito, alegando a existência de fraudes em diversos locais de votação. Esse episódio ficou conhecido como a “batalha das nulidades”¹⁸² que se estendeu durante todo o ano de 1947, o que terminou por impedir a posse do governador eleito até meados de janeiro do ano seguinte, quando, por fim, chegou-se à conclusão que mesmo após a recontagem dos votos e a anulação de diversas urnas, ainda assim prevalecia como vencedor o candidato do PSD. Um detalhe deve ser enfatizado, em abril de 1947 a diferença de votos entre os candidatos era de 575 votos e em fevereiro do ano posterior passou a ser de 888 sufrágios, ou seja, no final de tudo a vantagens dos pessedistas terminou sendo ampliada.

Tendo em vista a disputa judicial em torno da diplomação do candidato pessedista como governador, é possível afirmar que durante todo o ano de 1947 foi vivenciado em Pernambuco um clima de intensa instabilidade. Para o PSD as coisas não iam nada bem. Afinal Barbosa Lima estava impedido de tomar posse e isso significava a extensão do mandato do interventor, nomeado por Dutra, até que a questão estivesse plenamente resolvida no Tribunal Eleitoral. Desde agosto de 1946 o ex-comandante da 7ª Região Militar, o general Demerval Peixoto, ocupava o cargo de interventor estadual onde ficou até princípios de março do ano posterior quando passou seu posto para o seu Secretário do Interior e Justiça Amaro Gomes Pedrosa. Ou seja, até que não fosse solucionada a querela em torno da apuração dos votos, o governo estaria nas mãos dos indicados de Dutra, o que não era nada interessante para os pessedistas pernambucanos.

Os comunistas na Assembleia

Como já exposto, os comunistas obtiveram êxitos consideráveis nos pleitos realizados em 1945 e 1947. Em todo o país o PCB conseguiu eleger um total de 63 deputados estaduais, feito inédito que demonstrava uma considerável aceitação nos principais centros urbanos do Brasil. Em Pernambuco, aproximadamente 18% do eleitorado votaram nos candidatos comunistas, o suficiente para tornar o PCB a terceira força política do estado. Ao confirmar-se

¹⁸² Sobre os debates em torno da disputa judicial consultar: LIMA FILHO, Andrade. *China Gordo: Agamenon Magalhães e sua época*. Recife: UFPE/Editora Universitária, 1976.

a situação, os pessedistas partiram em direção aos comunistas com intuito de formar um bloco majoritário na Assembleia. Segundo Paulo Cavalcanti:

“Dividida, assim, a composição da Assembleia, Agamenon correu a procurar o PC. Sua primeira reunião com a cúpula do Partido se deu no consultório do seu irmão Ageu Magalhães, médico, de acentuadas tendências de esquerda. Pelo PSD, compareceram Agamenon e Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima, o ‘marechal’, assim chamado pelas *medalhas* conquistadas, como comandante das ‘batalhas campais’ da prolongada querela jurídica na Justiça, com a final diplomação de Barbosa Lima Sobrinho. Em nome dos comunistas, participaram da reunião David Capistrano da Costa, 1º secretário do comitê estadual do PCB, e José Leite Filho, ambos ex-militares, o primeiro, cabo da Aeronáutica, o outro, marinheiro, egressos do movimento ‘aliancista’ de 1935”.¹⁸³

A partir da leitura do testemunho do comunista Paulo Cavalcanti, é possível ter uma breve noção de como se fazia política na região. Afinal para um partido que atacava a legenda de oposição nos meses anteriores por estarem negociando o apoio dos comunistas, naquele momento solicitar uma aliança com os deputados do PCB realmente demonstra o descompasso entre o discurso e a prática dos pessedistas.

Dentre os candidatos concorrentes pelo PCB no pleito de deputado estadual estava o nome do médico Manoel Rodrigues Calheiros que foi apresentado ao lado de outros comunistas como Adalgisa Cavalcanti, Amaro de Oliveira e David Capistrano. Segundo os relatos de sua filha, Marília Calheiros, o pai participava ativamente dos comícios organizados pelos comunistas, porém pedia votos para os candidatos prioritários do partido.¹⁸⁴ Um fato interessante e que merece ser destacado é que os próprios familiares, inclusive a sua filha, eram contra a candidatura de seu pai nas eleições e que ele só havia participado do pleito por ter sido praticamente obrigado pelos dirigentes locais do PCB. É preciso entender a aura mística que envolvia o “ser militante comunista” nesse período e ter em mente que receber um chamado do partido era visto como uma obrigação, ou seja, uma missão a ser aceita e cumprida com maestria. O relato registrado pelo comunista João Falcão ao narrar um episódio em que foi incumbido pelo partido a participar de um pleito na década de 1950 por outra legenda partidária é emblemático para explicar uma situação que provavelmente acometeu alguns dos militantes do PCB – quiçá o médico Manoel Calheiros – segue o testemunho:

“Não fiz aí um com comício sequer, não coloquei faixas nas ruas, não visitei nenhum eleitor, o que veio a prejudicar-me. É que, na verdade, não estava entusiasmado com

¹⁸³ CAVALCANTI, Paulo. Op. cit., p. 142.

¹⁸⁴ Entrevista realizada com Marília Calheiros Guerra em 9 de agosto de 2010.

essa candidatura, que me foi imposta como tarefa. Aceitei-a por disciplina. Naqueles dias a minha atividade profissional estava se tornando importante, ocupando grande espaço na minha vida”.¹⁸⁵

Falcão foi enfático ao dizer “aceitei-a por disciplina”, ou seja, era algo que envolviam mitos e crenças que motivavam as ações dos militantes comunistas cotidianamente.¹⁸⁶ Provavelmente, da mesma forma, os líderes do PCB em Pernambuco escolheram Calheiros devido à sua popularidade no Recife e nas cidades vizinhas da capital, fator que poderia servir de atrativo de votos para o partido. Manoel Calheiros, ao fim da eleição, somou um total de 850 votos, sendo o décimo oitavo comunista mais bem votado no estado, dentro de uma lista de 52 candidatos indicados pelo partido. Outro fato interessante é que Adalgisa Cavalcanti, militante ativa do PCB desde os anos 1930, obteve uma das maiores votações entre os candidatos do PCB, se tornando a primeira mulher eleita para ocupar o cargo de deputada no estado de Pernambuco. Tinham sido eleitos pelo Partido Comunista junto com ela: o ex-cabo da aeronáutica David Capistrano; o jornalista e editor da *Folha do Povo*, Rui Antunes; Valdú Cardoso, operário gráfico; Amaro de Oliveira, operário da Great Western; José Leite Filho, pequeno comerciante; Francisco de Leivas Otero, também ex-militar; Eleazar Machado, médico e Etelvino de Oliveira Pinto, transviário.¹⁸⁷ Tendo em vista a lista acima, pode-se observar que os deputados eleitos tinham ocupações diversificadas, estando entre eles apenas três operários, sendo os demais figuras bastante respeitadas entre os comunistas por terem uma longa tradição de militância dentro do PCB.

Em 14 de abril de 1947 os deputados eleitos foram diplomados no Palácio da Justiça de Pernambuco. Enquanto que no Distrito Federal, nesse mesmo mês, foram retomadas as discussões em torno do projeto de cassação do registro do PCB, que foi trazido à tona novamente devido ao parecer encabeçado pelo Procurador-Geral Eleitoral Alceu Barbedo. A conquista de cargos legislativos dos comunistas pode ser vista como um dos agravantes para que fosse efetivado o Projeto de Lei que visava o cancelamento do registro do PCB, mas acrescia-se também ao forte anticomunismo que estava impregnado em diversas culturas políticas do país, o qual pesou bastante no encaminhamento das decisões. É preciso ainda enfatizar que o contexto internacional também influenciou¹⁸⁸ nesse processo de tomada de

¹⁸⁵ FALCÃO, João. *O partido comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, p. 392.

¹⁸⁶ Ver FERREIRA, Jorge. Op. cit.

¹⁸⁷ Trabalhava na Pernambuco Tramways, empresa que era responsável pelo fornecimento de luz elétrica, telefone, gás e transporte de bondes na capital pernambucana.

¹⁸⁸ Apesar de ser notável a influência da política dos EUA no processo de cassação do registro do PCB e na perseguição aos comunistas em todo Brasil, deve-se enfatizar que a decisão final coube ao Tribunal Superior

decisões, tendo em vista que a aliança do ocidente com os soviéticos, que havia marcado o conflito contra os Países do Eixo foi rompida principalmente depois das medidas assumidas pelo então presidente dos Estados Unidos (EUA), Harry Truman que marcaram o início do período conhecido como Guerra Fria.¹⁸⁹ Seu plano político tinha como meta principal o tenaz combate ao avanço do comunismo no mundo ocidental. O Brasil, por ser uma zona estratégica que atraía os olhares de ambos os lados, mereceu atenção especial dos norte-americanos. Conjugado a estes fatores, deve-se acrescentar que o presidente Dutra optou por política externa alinhada de maneira incondicional com os Estados Unidos.¹⁹⁰

Após as eleições de janeiro de 1947 e a posse dos comunistas eleitos na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Comitê Estadual do PCB em Pernambuco, sob a liderança do seu secretário político David Capistrano, passou a organizar os trabalhos para a realização da I Conferência Estadual que deveria debater os pontos a serem levados para o IV Congresso Nacional que estava marcado para ser realizado no dia 23 de maio de 1947 no Rio de Janeiro. O informe político sobre a Conferência Estadual encontra-se no acervo da DPS do Rio de Janeiro. O documento é datado de 2 de maio de 1947, período em que o projeto de cassação do PCB já estava novamente em pauta e na iminência de ser aprovado. O documento em si demonstra que os comunistas estavam confiantes na crença de que a legalidade de sua legenda seria assegurada, assim como deixava claro o posicionamento de combate ao imperialismo norte-americano e ao que eles denominavam de restos do fascismo no Brasil.

No relatório publicado a direção do Comitê Estadual do PCB em Pernambuco fez um balanço de suas ações nos últimos meses, demonstrando um crescimento razoável do número de filiados, como pode ser visto no trecho do documento elaborado após a realização da I Conferência Estadual do PCB em Pernambuco:

“Da campanha eleitoral até agora recrutou o nosso Partido cerca de 15 000 novos filiados, mais do que durante os 18 meses de vida legal, isto demonstra as grandes possibilidade de recrutamento de temos para construirmos um grande Partido de massas como necessita o nosso povo. Fizemos recrutamentos porém não estruturamos ainda todos os recrutados em células, esta tarefa deve ser empreendida em vigor e entusiasmo sem perca de tempo. Muitos dos companheiros se queixam que o trabalho

Eleitoral que avaliou cuidadosamente cada tópico do processo que defendia a necessidade da anulação do registro do Partido Comunista.

¹⁸⁹ Segundo Hobsbawm: “A União Soviética controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras forças armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.” HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 224.

¹⁹⁰ Ênfase o papel de destaque exercido pelo General Dutra durante o governo de Getúlio Vargas no combate aos comunistas, sendo marcante em sua trajetória a participação na repressão ao levante de 1935.

não está melhor porque faltam quadros. Será justo afirmar que um Partido de 25 500 membros não tenha quadros para dirigi-lo”?¹⁹¹

A afirmação final dos dirigentes locais de que o partido possuía mais de 25 mil membros registrados – embora o número seja possivelmente inflacionado – é bastante valorosa para que se possa compreender a força do PCB em Pernambuco. O número demonstra a popularidade dos comunistas na região e tornava o diretório local com um dos mais imponentes de todo o país. Logo, isso fazia com que as exigências do Comitê Nacional fossem maiores durante as campanhas de recrutamento e de arrecadação de dinheiro. O trecho exposto também ilustra a preocupação em formar quadros para tomar a frente na organização do partido evidenciando as falhas no processo de recrutamento que nos faz suspeitar da prevalência dos critérios quantitativos sobre os qualitativos. Era mais um problema a ser enfrentado pelos comunistas. No transcorrer do mesmo documento os dirigentes locais apontam que o Plano de Trabalho “Olga Benário Prestes” buscou planificar as tarefas para todos os Comitês Municipais, entre as quais se destacaram no ponto que se refere à organização. Alegava que grande parte das metas estabelecidas foram executadas com êxito, apresentando deficiências apenas no que tangia à organização das massas e na estruturação de novos membros.

Nesse período os comunistas mantinham-se firmes no apoio ao projeto de “união nacional”, sugerindo que as greves fossem evitadas na medida do possível para que não servissem de pretexto para que os seus opositores empreendessem novas campanhas contra o PCB.¹⁹² Segundo os dirigentes locais o foco das ações dos meses seguintes deveria ser nos sindicatos das indústrias, nas associações de trabalhadores do campo e também ao trabalho feminino e juvenil. Ainda de acordo com a avaliação dos dirigentes locais, era preciso melhorar a situação da *Folha do Povo* que apresentava deficiência de circulação no interior e na capital, além da falta de publicações que anunciassem as tarefas a serem cumpridas pelos militantes. Falava-se também em aumentar o número de folhas e sua feição material. Para melhorar as finanças do Diretório local era solicitado que os militantes fossem mais vigorosos na venda de livros e folhetos que, segundo informava o documento da Conferência Estadual, estavam se estragando em consequência da distribuição ineficaz dos volumes guardados no Comitê Estadual (CE). Por fim, a direção local comunicava a falta de controle das finanças de algumas células estava comprometendo a situação financeira do CE. Segundo os dados

¹⁹¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 7, Volume 2: Comitê Estadual de Pernambuco. I Conferência Estadual de Pernambuco para o IV Congresso Nacional, p. 18.

¹⁹² Idem, p. 20.

informados, o Comitê Pernambucano possuía dívidas com o Comitê Nacional e com as editoras e empresas do partido que vinham se acumulando desde 1945. E finalizava o documento com a seguinte informação:

“A campanha de finanças para o IV Congresso está muito atrasado, principalmente em Recife que tem a maior quota e é a garantia do seu êxito. Temos que enviar uma numerosa delegação ao Rio e ainda não dispomos do dinheiro para comprar as passagens de ida e volta, o que é muito grave. É urgente que mobilizemos todo o Partido, lançando-o na rua para conseguirmos superar o atraso em que já estamos nesta campanha”.¹⁹³

Enfim, ficava claro que apesar dos êxitos com relação a critérios quantitativos no que tange a recrutamento de membros, o Comitê Pernambucano era acometido por mazelas administrativas que representavam um empecilho para o avanço do partido na região de forma qualitativa.

Em meio a esta situação administrativa preocupante do CE e à iminência da aprovação do projeto que visava à cassação do PCB, os comunistas em Pernambuco atuavam em conjunto com o pessedistas nos debates em torno da elaboração da Constituição Estadual, formando uma aliança de ajuda mútua que ultrapassou em alguns momentos os muros da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Sobre esta união segue um trecho do relatório feito pelo PCB pernambucano em maio de 1947:

“A campanha de desmoralização da Câmara Federal e do Senado feita pela imprensa a soldo do imperialismo visa preparar ambiente na opinião publica para continuar violando a Constituição. Bem assim a atitude hostil da imprensa do Estado, exceção da Folha do Povo e da Folha da Manhã, a Assembleia Constituinte Estadual, mostra a necessidade de mobilizarmos a massa para apoiar-la; para desmascarar esses reacionários em todas as manifestações que tomamos parte”.¹⁹⁴

Chama a atenção no trecho a referência ao matutino do PSD, *Folha da Manhã* que junto com a *Folha do Povo* eram os únicos órgãos da imprensa local a apoiar – ainda que discretamente e sofrendo a resistência de alguns dos seus integrantes – a causa dos comunistas contra a cassação da legenda partidária dos comunistas. E continua o documento: “Não subestimamos estes entendimentos que facilitam o processo de “união nacional”, pelo contrário, devemos aprofunda-los, para isolarmos os elementos mais reacionários, tanto do PSD como da

¹⁹³ Idem, p. 25.

¹⁹⁴ Idem, p. 6.

Coligação.”¹⁹⁵ Tendo em vista este trecho, pode-se observar que naquele momento os membros do PCB estavam em busca de apoio para a manutenção da legalidade de seu partido, deixando claro que na maior parte das legendas partidárias existiam elementos progressistas – que podiam apoiar sua causa – e possuíam, por outro lado, elementos reacionários que deveriam ser postos de lado.

Mesmo com todo esforço e mobilização da opinião pública, em 7 de maio de 1947 foi aprovada a proscricção do registro do PCB, uma medida que surpreendeu até mesmo os dirigentes do partido que não acreditavam na possibilidade do projeto ser efetivado. A cassação do registro do PCB provocou reações diversas na sociedade brasileira e protestos diários dos militantes comunistas que haviam novamente sido colocados à margem das disputas eleitorais no Brasil. Neste período ocorreu um intenso debate com relação à questão da participação dos comunistas no processo democrático nacional, sendo verificada a presença de integrantes de diversos partidos. Porém, foi uma minoria que defendeu o direito dos comunistas participarem das eleições, tendo em vista a legitimação do processo democrático vigente desde fins do Estado Novo e que foi assegurado com a Constituição de 1946.

Nos dias seguintes à cassação do PCB, *Folha do Povo* passou a divulgar as medidas repressivas tomadas pela polícia política que havia ocupado as sedes do Comitê Estadual e dos Comitês municipais do Recife e Jaboatão, dois grandes centros de forte atuação dos comunistas no estado. Verificando a redução de sua zona de ação, os comunistas passariam a buscar novas estratégias de atuação, visto que com a extinção da legenda do seu partido eles teoricamente não teriam como disputar as eleições. É preciso enfatizar que o PCB estava na ilegalidade, porém o senador Luís Carlos Prestes e os parlamentares que já haviam sido eleitos democraticamente não poderiam ter seus cargos eletivos cassados, segundo a legislação vigente na época.

A partir do segundo semestre de 1947 um fato aumentaria o sentimento de revolta dos comunistas, visto que estava sendo discutida a aprovação de um novo Projeto de Lei proposto pelo senador Ivo de Aquino, do PSD, que visava à anulação dos mandatos dos comunistas eleitos. Estava em curso mais uma ofensiva dos anticomunistas que visava conter o avanço dos comunistas no Brasil, buscando eliminar sua atuação em todo território brasileiro.

Enquanto isso, em Pernambuco, os comunistas e pessedistas atuavam em conjunto dentro da Assembleia fato que deixou a situação mais confortável para ambos, porém a

¹⁹⁵ Idem, p. 14.

oposição não daria sossego. Ao mesmo tempo instalou-se no estado clima de tensão em que a imprensa udenista e seus aliados passaram a difundir alertas sobre a situação da política local em que a aliança do PSD com os comunistas estavam sendo danosas para a democracia. No fundo deste cenário estava o embate em torno da questão judicial que apurava a cada dia as denúncias de fraudes nas urnas em algumas cidades do estado. Até aquele momento não se tinha chegado a uma conclusão e a batalha era empreendida de ambos os lados que ganhavam e perdiam votos a cada recurso julgado pelo TRE. Os comunistas observavam e assumiram uma postura, escolhendo um lado, porém sem alimentar quaisquer ilusões sobre seus aliados do momento:

“O que querem em desespero de causa os partidários mais reacionários de Neto Campelo é criar um ambiente que faculte a intervenção federal, para anular as eleições. Devemos compreender no entanto que os partidários do Sr. Barbosa Lima se estivessem na situação do seu competidor estariam do mesmo modo. Sobre isto não devemos ter ilusões de classe com esses senhores. No entanto é mais conveniente para nós, no momento apoiarmos o PSD naquilo que diz respeito assegurar a autonomia do Estado. Nesse sentido fizemos um acordo para a emoção da Mesa da Assembleia Constituinte com o PSD e com o PR, e conquistamos assim duas secretarias – a 1ª e a 3ª”¹⁹⁶.

Os trabalhos da constituinte estadual já haviam iniciado desde abril e foram marcados pela atuação dos comunistas ao lado do pessedistas que logo de início conseguiram juntos eleger Otávio Correia de Araújo do PSD como presidente da Assembleia. Sobre o assunto relatou Paulo Cavalcanti:

“O homem de Agamenon à presidência do Legislativo era o líder da bancada do PSD, o velho Armando Monteiro. De partida, os comunistas insurgiram-se contra sua candidatura, alegando tratar-se de um usineiro e latifundiário, de pouco prestígio político no Recife, além de ultraconservador. [...] Valendo-se do veto do PC, o grupo de Osvaldo Lima manobrou no sentido de lançar a candidatura do recém-eleito deputado estadual Otávio Corrêa de Araújo, advogado e proprietário rural no município de Bom Jardim, feudo dos Costa Lima. Ninguém das forças de esquerda conhecia Otávio”¹⁹⁷.

Vê-se que os comunistas obtiveram algumas concessões a partir do estabelecimento da aliança com os pessedistas em Pernambuco. Tendo em vista o encaminhamento dos fatos políticos nacionalmente e a retomada das práticas repressivas, estar em Pernambuco ao lado da força política majoritária, possibilitou a minimização dos efeitos da repressão ocorrida a

¹⁹⁶ Idem, p. 13.

¹⁹⁷ CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi*: da Coluna Prestes... Op. cit., p. 148.

partir de maio, o que não quer dizer que foi suficiente para evitá-la. A chapa comunistarista – como era chamada pelos opositores da coligação liderada pela UDN – foi determinante para que os pessedistas mantivessem sua hegemonia política sobre os udenistas no estado. Sergio Augusto Silveira discorrendo sobre a trajetória política de Oswaldo Lima um dos constituintes do PSD pernambucano afirmou:

“Oswaldo Lima Filho participou dos entendimentos iniciais com o PCB e o Partido Republicano (PR) para que se viabilizasse uma força unida em favor de medidas visando o progresso social. Nas frequentes reuniões, na casa do líder da bancada do PSD, Luiz Magalhães Melo, na avenida Visconde de Suassuna, lá estava Oswaldo se entendendo com Nilo Coelho e os comunistas David Capistrano e Rui Antunes. ‘Chegamos às fronteiras de Moscou’, dizia, brincando, o constituinte pessedista José Francisco Cavalcanti. ‘Durante o período constituinte – escreveu Oswaldinho – graças à nossa aliança com o PCB e ao espírito progressista do líder Magalhães Melo, dos deputados Paulo Germano de Magalhães e Torres Galvão, e do apoio dos deputados da UDN Mário Lira e Carlos Rios, foi possível aprovarmos medidas de relevante progresso social’”.¹⁹⁸

Depois de meses de debates acalorados foi aprovada a Constituição Estadual, datada de 25 de julho de 1947, que apresentava conquistas interessantes, muitas delas consequentes da participação ativa dos comunistas em sua elaboração. No trabalho elaborado por Sergio Augusto Silveira, ainda consta a seguinte informação a respeito da Carta aprovada em julho de 1947: “Entre estas medidas ele lembra a extinção das milícias privadas nas usinas, engenhos e fábricas, a proibição de se jogar vinhoto nos rios da área canvieira e a proibição de se instalar vila ou cidade em terras de um só dono.”¹⁹⁹

Em linhas gerais a Constituição promulgada apresentava alguns avanços para a democracia que estava em processo de construção. Seu Artigo 8º, por exemplo, discorria: “Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política ninguém será privado de nenhum dos seus direitos”,²⁰⁰ ou seja, de acordo com a Lei os comunistas estavam assegurados pela Carta Magna estadual para o livre exercício de sua liberdade de expressão e atuação. Os membros da coligação votaram com restrições para a aprovação, porém isso não foi suficiente para impedir a aprovação da Constituição que foi tida comemorada como uma vitória pelos pessedistas. Falo em vitória principalmente por conta artigo segundo das disposições constitucionais transitórias o qual determinava que se após a promulgação da Constituição o

¹⁹⁸ SILVEIRA, Sergio Augusto. *Oswaldo Lima Filho: ação política na trincheira nacionalista*. Série Perfis Parlamentares, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco: Recife, 2001, p. 13.

¹⁹⁹ Idem, p. 13.

²⁰⁰ Constituição do Estado de Pernambuco aprovada em 25 de julho de 1947.

governador não tivesse sido diplomado, deveria assumir o cargo interinamente o presidente da Assembleia Legislativa. Sendo assim, em princípios de agosto estava encerrado o martírio dos pessedistas, quando, por fim, foi empossado no cargo de governador o pessedista Otávio Correia, mesmo que a contragosto de seus opositores. Paulo Cavalcanti registrou em suas memórias:

“A Coligação Pernambucana, com a UND à frente, que ensaiara alguns contatos com o PC através do deputado estadual padre Felix Barreto, renovava suas investidas de entendimento, visando impedir a posse de Otávio. Vantagens em todos os sentidos ofereciam-se aos comunistas contanto que não concordassem com a ascensão do PSD ao governo, pela via da posse do presidente da Assembleia. O PC manteve seus compromissos, rejeitando as ofertas”.²⁰¹

A sede pelo poder era grande e logo nos dias seguintes, após a retomada do governo, os pessedistas deram início ao processo de reformulação geral dos quadros de secretários e prefeitos interventores. Dos que estavam ocupando as secretarias administrativas do estado, apenas o Secretário de Segurança Pública, o capitão do exército Murilo Rodrigues e o Secretário do Interior, Amauri Pedrosa, foram mantidos nos seus cargos.²⁰² Segundo o cronista Andrade Lima Filho, o capitão Murilo era intocável no seu posto da Segurança Pública por ser protegido diretamente pelo comandante da 7ª Região Militar e pelo presidente Dutra.²⁰³ Os comunistas através de muita barganha conseguiram indicar o nome para duas secretarias, o de Hélio Coutinho para Agricultura e o de Otávio Pinto para Fazenda.

A nova Constituição determinou que as eleições municipais fossem realizadas em 26 de outubro, ou seja, havia pouco mais que dois meses para serem decididas as chapas que iriam concorrer aos cargos de prefeito e vereadores nas cidades de todo o estado. Para os comunistas a grande conquista viria com o fechamento da Delegacia de Ordem Política e Social, transformada na Delegacia de Ordem Econômica tendo como função apenas a de zelar pela economia popular, o que terminou por aumentar ainda mais a revolta dos setores anticomunistas do estado. Ao mesmo tempo a UDN e seus aliados continuavam a utilizar seus órgãos de divulgação, com destaque para os jornais, para construir um cenário de ameaça comunista e de instabilidade política, chegando a clamar em alguns momentos pela intervenção federal, ou seja, uma medida que, se concretizada, seria bastante favorável aos udenistas que contavam com o apoio do presidente.

²⁰¹ CAVALCANTI, Paulo. Op. cit., p. 152.

²⁰² *Folha da Manhã*, Recife, 1 de agosto de 1947, 1ª página.

²⁰³ Ver LIMA FILHO, Andrade. Op. cit.

Os meses seguintes foram marcados pela instabilidade da política local que terminou por ficar ainda mais intensa quando começaram a ser formadas as chapas de candidatos para as eleições municipais de outubro. Os comunistas, embora abalados desde maio, passaram a trabalhar com o que tinha disponível em suas mãos, mantendo-se ainda em defesa do projeto de “união nacional”, porém, apresentando um discurso mais agressivo e crítico ao governo Dutra. Enfim, a “união” estava por um fio.

Apesar de reconhecerem a pequena chance de voltarem à legalidade, os dirigentes do PCB demonstravam nos meses seguintes à cassação ainda acreditar na possibilidade de ser reconhecido o recurso contra a decisão do TSE e de poder assim reconquistar o direito de participarem do pleito seguinte. Os comunistas, no entanto, não deixaram de percorrer caminhos alternativos para minimizar o fato de seu afastamento das disputas eleitorais. Desde meados de fevereiro de 1947 os comunistas, servindo-se do apoio de simpatizantes,²⁰⁴ passaram a recolher em todo país o quantitativo de assinaturas necessárias para pleitear o registro no Tribunal Eleitoral do Partido Popular Progressista (PPP).²⁰⁵ Era uma alternativa viável e que foi bem recebida pelos dirigentes do PPP que careciam de adeptos suficientes para solicitar o registro no TSE.²⁰⁶ Ou seja, a ligação com os comunistas poderia tornar viável a criação do partido e em troca eles teriam de acolher alguns candidatos comunistas, caso a cassação fosse realmente efetivada. Logo nos primeiros meses de 1947 os dirigentes do PPP já estavam sendo vigiados pela Polícia Política.

A partir de junho, coincidentemente no mês seguinte ao fechamento do PCB, verificase a intensificação das campanhas de recolhimentos de assinaturas e ao mesmo tempo a instalação de diversos diretórios nos principais centros de atuação dos comunistas. Segundo

²⁰⁴ A conceito utilizado por Berenice Cavalcante é interessante e esclarecedora: “Os simpatizantes funcionam junto à sociedade como “membro” do partido, pelo fato de a sociedade identificá-los como tal. No entanto, são legais, não são “fanáticos”, podendo assim apresentar o movimento para a sociedade com as características de normalidade”. CAVALCANTI, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986, p. 145.

²⁰⁵ Segundo nota publicada no jornal comunista *Tribuna Popular* de 22 de julho de 1947, o PPP possuía registro aprovado de pessoa jurídica desde 16 de julho de 1946. Segundo afirmou seu presidente Abel Chermont, a legenda já estava organizada desde essa data em dez estados, incluindo-se Pernambuco, Bahia, São Paulo e Distrito Federal. Essa afirmação contradiz ao mesmo tempo a alegação feita por Antonio Lavareda e por Dulce Pandolfi que reafirmam a tese dos anticomunistas de que o PPP era uma criação dos comunistas no pós-maio de 47. Lavareda afirma: “Na incerteza, o PCB vai empreender a primeira alternativa que lhe possibilitaria participar do pleito. Construir paralelamente outro partido, de massas, com seu programa conjuntural. Transferindo para essa nova legenda o seu eleitorado.” LAVAREDA, Op. cit., p. 102. Já Dulce Pandolfi alega: “Em seguida, os comunistas tentaram articular uma nova agremiação partidária para continuar intervindo no processo político-eleitoral. O Partido Popular Progressista (PPP), cujo manifesto-programa veio a público em julho de 1947, incorporava as teses centrais do PCB.” PANDOLFI, Dulce. *Camaradas...* Op. cit., p. 168.

²⁰⁶ Lembrar que os comunistas já haviam tentado em junho de 1947 o registro do Partido Constitucionalista Brasileiro. Ver PETERSON, Phyllis. *Brazilian Political Parties, Formation, Organization and Leadership, 1945-1959*. Tese de doutorado, Universidade de Michigan, 1962, p.106 apud CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista do Brasil: conflito e integração*. São Paulo: Edições Graal, p. 100.

um relatório informativo do Setor Trabalhista da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ), entre julho e agosto a direção do partido já se aproximava das 50 mil assinaturas necessárias para a aprovação de seu registro, sendo a maior parte delas advindas de São Paulo, Pernambuco e Distrito Federal.²⁰⁷ Ainda no segundo semestre de 1947 o PPP era reconhecida apenas como sociedade civil e aguardava a aprovação de seu registro como partido no Tribunal Eleitoral. Os comunistas em Pernambuco, através da *Folha do Povo*, passaram a divulgar diariamente a fundação de alguns diretórios do PPP em alguns bairros do Recife e nas cidades mais próximas a capital, onde a popularidade dos comunistas já era conhecida. Segundo informações presentes no prontuário da DPS-RJ, neste tempo os dirigentes do Partido Popular Progressista acreditando na aprovação inevitável de seu registro, já cogitavam alguns nomes para as eleições municipais, entre eles constava o do deputado estadual pelo PCB em Pernambuco Amaro de Oliveira para o cargo de prefeito de Jaboatão.²⁰⁸ Tratava-se de mais uma das estratégias utilizadas pelos comunistas, que começaram a atuar clandestinamente através destas brechas deixadas pelos seus opositores. Enquanto aguardavam a aprovação do registro do PPP, os comunistas também buscaram estabelecer acordos interpartidários nas regiões onde tinham forte atuação e poderiam servir aos partidos que tivessem interesse nos seus votos.

Dentro deste contexto, Luís Carlos Prestes fez publicar em toda imprensa comunista nacional em agosto de 1947,²⁰⁹ um discurso feito no Senado no início do mês, no qual discorreu sobre a questão dos boatos de conspirações que estavam sendo espalhados em vários locais do Brasil. O líder do PCB definiu neste discurso a posição dos comunistas em face da situação política brasileira, reafirmando a postura de “união nacional” que ainda estava em vigor. Declarando também no decorrer do texto que “estamos dispostos a colaborar com todos, inclusive com o general Dutra, caso queira realmente voltar à Constituição e à democracia”.²¹⁰ Ainda no discurso, Prestes propôs a criação de uma comissão interpartidária com o objetivo de promover o progresso no país através de uma política pacifista e conciliadora. Essa proposta culminou com a realização de diversos acordos entre os comunistas e os “partidos legais” por todo o Brasil que variavam de acordo com os contextos locais. Naquele cenário, se aliar com os demais partidos era mais prudente para reduzir os impactos que foram provocados após a cassação de maio. Até aquele momento, em que estava

²⁰⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 618: Partido Popular Progressista (PPP), p. 22.

²⁰⁸ Idem, p. 26.

²⁰⁹ A *Folha do Povo* em Pernambuco publicou o texto na íntegra na edição de 10 de agosto de 1947.

²¹⁰ *Folha do Povo*, Recife, 10 de agosto de 1947, 1ª página.

em vigor o projeto de “união nacional”, as alianças eram vistas como uma alternativa saudável, como demonstra a recomendação feita durante a I Conferência Estadual do PCB:

“Precisam as direções dos CC.MM. se capacitarem dos problemas locais para melhor se orientarem nas conversações. Pode acontecer que em dado município tenhamos que marchar com o PSD, em outros com a UDN e em outros ainda sozinhos. Ter flexibilidade e sensibilidade política nas conversações onde sempre o C.E. ao corrente das mesmas para aprovar ou não as propostas de acordo com qualquer desses partidos”.²¹¹

Antonio Lavareda ao retratar esta política de alianças, remete ao termo *entrismo* – que para mim não é adequado. Inicialmente por não ver quaisquer referências ao termo na imprensa comunista ou nas memórias dos que retrataram o período. Segundo, pelo fato da prática do *entrismo* remeter aos trotskistas brasileiros da década de 1930, quando eles se utilizavam das legendas partidárias “de esquerda” para lançar seus candidatos.²¹² A aplicação do termo *entrismo* não será feita neste estudo. Acredito que a expressão *aliança* é mais explicativa ao fazer referência aos interesses políticos entre os comunistas e os demais partidos no período aqui abordado.

Um fato importante que estava relacionado ao contexto político internacional foi a realização da Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança do Continente, que ficou conhecida popularmente como Conferência de Petrópolis e reuniu os líderes dos países do continente americano na região serrana do Rio de Janeiro entre 15 de agosto e 2 de setembro de 1947. A reunião foi organizada pela União Pan-Americana e tinha como objetivo maior reunir os países do “novo mundo” para formular um programa de medidas de defesa do hemisfério que deveria ser aprovado unanimemente pelas nações participantes.²¹³ A Conferência realizada no Brasil aconteceu no mesmo período em que a Doutrina Truman²¹⁴ se

²¹¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 7, Volume 2: Comitê Estadual de Pernambuco. I Conferência Estadual de Pernambuco para o IV Congresso Nacional, p. 15.

²¹² Termo usado para denominar a migração dos comunistas para outras legendas partidárias, por conta da situação de ilegalidade do PCB. Ver: AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife, da Frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993. p.69. e LAVAREDA, Antônio. Op.cit., p.103. Segundo Murilo Leal Pereira Neto em seu artigo “O movimento trotskista e a República democrática (1946-1964)”, o *entrismo* era uma tática adotada pela primeira geração de seguidores de Trotski no Brasil em 1935 e consistia no lançamento de candidatos comunistas trotskistas através de legendas partidárias de esquerda. PEREIRA NETO, Murilo Leal. O movimento trotskista e a República democrática (1946-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)*. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 141-172.

²¹³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1947, 1ª página.

²¹⁴ Segundo Antônio Lavareda: “A Doutrina Truman fez retroagir no Brasil, como em toda América Latina, a abertura em relação à União Soviética e ao socialismo que os acordos de Teerã e da Conferência de São Francisco haviam propiciado em quase todo o ocidente. Reiterava-se o exacerbado anticomunismo da cúpula da

consolidava no continente europeu através do Plano Marshall, no entanto as atenções maiores dos EUA no momento eram dadas para o apoio aos seus aliados na Europa, o que aparentou ter gerado alguns desconfortos para os representantes norte-americanos no evento de Petrópolis, segundo Eiiti Sato:

“Por ocasião da Conferência de Petrópolis, o Brasil fazia gestões para que os Estados Unidos se dispusessem a financiar um programa de desenvolvimento que beneficiasse o Brasil e os demais países da região. O próprio Secretário Marshall teria reagido com certa exasperação argumentando que países como o Brasil e a Argentina, que haviam terminado a guerra como credores, ao invés de estarem pleiteando cooperação financeira dos Estados Unidos deveriam estar preocupados em ajudar a reconstrução da Europa”.²¹⁵

No dia 1º de setembro, chegou ao Brasil o Presidente dos Estados Unidos, Harry Truman que foi recebido com festa no Rio de Janeiro. Logo depois partiu para Petrópolis, onde discursou no dia seguinte, no encerramento da Conferência ocorrida no Hotel Quintandinha. Após longos debates o evento terminou com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou apenas Tratado do Rio de Janeiro. O encontro que contou com a presença do general Marshall e do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) Trygve Lie, pode e deve ser pensado dentro das medidas de “proteção” do governo norte-americano contra o alastramento das ideias comunistas no continente com os países da América Latina no contexto da Guerra Fria. Aproveitando o ensejo, Truman permaneceu no Rio de Janeiro até o dia 7 de setembro quando acompanhou e participou da cerimônia comemorativa da independência do Brasil na capital federal. A visita do presidente dos EUA é simbólica e representa a consolidação dos laços políticos entre as duas nações, ao mesmo tempo em que demonstrava os claros cerceamentos dos debates com a União Soviética. Logo, isso teria novos reflexos no combate a ação dos comunistas dentro do país.

Em fins de setembro a *Folha do Povo* divulgou uma nota sobre o andamento dos acordos interpartidários nos municípios de Pernambuco para as eleições de 26 de outubro, citando as alianças já formadas nos municípios de Jaboatão, Olinda e Paulista. Informava ainda que após novos entendimentos com o PSD, os comunistas formaram uma nova chapa aliada, em que os candidatos a prefeitos das cidades de Goiana e Vitória de Santo Antão,

hierarquia militar e criavam-se, com a perspectiva de eliminação do PCB do plano institucional, condições para as frações burguesas diluírem o matiz classista da cena política reduzindo os riscos da mobilização popular, natural na contingência democrática.” LAVAREDA, Op. cit., p. 94.

²¹⁵ SATO, Eiiti. *Três Inflexões na Política Exterior do Brasil: 40 Anos de Política Externa Brasileira*. Revista Brasileira de Política Internacional, Edição Comemorativa, 1998, p. 8-28.

seriam indicados dois pessedistas e em troca foram lançadas as candidaturas de dois comunistas para as subprefeituras destes municípios, além da inclusão de outros “homens do povo”²¹⁶ sob a legenda do partido majoritário no estado. Sobre o assunto discorreu Lavareda:

“À exceção de partidos sem nenhuma base eleitoral, como o PSP que registra 14 ‘candidatos populares’ à câmara do Recife os demais impõem restrições à presença dos ‘candidatos populares’ em suas listas. Mesmo em Jaboatão, onde o PSD cede a inscrição do ‘candidato popular’ à prefeitura, cerca-se de precauções guardando para o si o cargo de vice-prefeito. Em outros municípios como Olinda, Cabo, São Lourenço, onde o PCB também foi sempre vitorioso, quer nas eleições proporcionais quer nas majoritárias, não lhe é dado disputar as prefeituras, tendo de se sujeitar a essas condições para obter o registro de seus candidatos”.²¹⁷

No início de outubro a *Folha do Povo* publicou uma nota, na qual, criticava a ação inconstitucional do Tribunal Eleitoral de negar o direito dos membros do PPP de realizarem quaisquer tipos de propaganda política, em virtude de um pedido dirigido pelo Secretário de Segurança Nacional. A nota discorreu também sobre a demora da aprovação do registro eleitoral do partido apoiado pelos comunistas que por serem registrados legalmente como associação civil estavam assegurados pela Constituição, a qual permitia que sociedades civis fizessem o uso livre de praças, teatros e outros locais públicos para promover debates com a população. Por fim, na referida nota o autor ainda pedia ao Tribunal a reconsideração de sua medida antidemocrática e se mantivesse em defesa da Constituição Nacional que não autorizava as medidas autoritárias que vinham sendo cometidas. Nesse período já é possível verificar nas páginas da *Folha do Povo* uma nova mudança de postura quando são diminuídas as informações sobre o PPP devido às dificuldades impostas pelo TSE que relutava em aprovar seu registro principalmente devido aos indícios que comprovavam a ligação dos comunistas com a direção da legenda. É preciso lembrar que as chapas interessadas em disputar o pleito de 26 de outubro deveriam ser registradas até o final da tarde do dia 6 de outubro. Dessa forma, a situação exigiu que o foco passasse a ser naquele momento a divulgação das alianças feitas com os partidos em situação legal, visto que a aprovação do registro do PPP se tornava cada vez mais improvável.²¹⁸

²¹⁶ O termo era utilizado na imprensa comunista para fazer referência aos candidatos que os comunistas estavam apoiando para o pleito que se aproximava.

²¹⁷ LAVAREDA, Antônio. Op. cit., p. 107.

²¹⁸ Para se ter ideia somente em 22 de janeiro de 1948 os Procuradores da República responsáveis pelo processo do registro do PPP tomaram uma decisão, quando foi indeferido o pedido da criação do partido. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1948, 1ª página.

No mesmo período, com enorme euforia, foi divulgada a notícia que anunciava a aprovação do projeto do deputado comunista Etelvino Pinto que visava à encampação da Pernambuco Tramways²¹⁹ empresa que prestava os serviços de transporte em bondes, força elétrica, gás, iluminação e telefone. O projeto foi aprovado pela maioria dos deputados na Assembleia Legislativa graças à atuação dos comunistas em conjunto com os pessedistas. Com esta medida, deveria passar para as mãos do estado, sob a gestão do governador Otávio Correia, o controle do serviço de bondes e a extensão da ação fiscalizadora do poder executivo estadual nos setores de luz e energia, que desde o início do século XX detinha o monopólio destes setores no estado. No entanto, faltava ainda o voto final do governador do estado.

Nesse tempo, o projeto do senador Ivo d’Aquino vinha sofrendo resistência para ser aprovado. A impressão que fica é que os mandatos dos comunistas estavam com os dias contados, porém as lideranças dos partidos majoritários nacionalmente relutavam em aprovar o projeto que foi sendo protelado até o final do ano. Acredito que um dos motivos do adiamento das discussões sobre a cassação dos mandatos tenha sido a necessidade dos partidos em alguns estados contarem com o apoio dos comunistas para os pleitos municipais que estavam agendados para os meses seguintes. É interessante notar a postura assumida pelas lideranças do PSD pernambucano, como a do senador pessedista Etelvino Lins que há tempos carregava a fama de ser o algoz dos comunistas em Pernambuco e que pela situação política no estado foi praticamente obrigado a defender a manutenção dos comunistas em seus cargos eletivos. Em entrevista publicada na capa da *Folha da Manhã* de 25 de setembro de 1947, consta a seguinte passagem:

“– Ficaré pronta este ano a lei contra os mandatos dos comunistas?

Foi a pergunta que fizemos ao senador Etelvino Lins, do P.S.D. de Pernambuco, membro da Comissão de Justiça e cuja opinião contrária á cassação, já é conhecida.

– Não! – Foi sua resposta. Já não há tempo para as discussões e votações necessárias, a fim de que a lei entre em vigor na atual legislatura. Só no próximo ano...”

Mais interessante ainda é notar o desfecho da entrevista que foi interrompida pelo senador Ivo d’Aquino, que enfatizo aqui, era correligionário do pessedista Etelvino Lins:

“– Sim! - retrucou o Sr. Ivo de Aquino, líder da maioria que deu o seu nome á proposição.

E concluiu, respondendo á nossa indagação:

²¹⁹ Segundo matéria publicada no *O Globo* em 10 de outubro 1947, a empresa concentrava entre 3 ou 4 mil operários e que grande parte destes eram simpatizantes ou membros do extinto Partido Comunista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1947, 1ª página.

– O projeto será transformado em lei ainda este ano. O seu andamento vai ser apressado, a fim de que alcance a presente legislatura, sem que haja necessidade de prorrogação dos trabalhos parlamentares – medida, aliás, com a qual não concordo e combaterei por todos os meios”.²²⁰

A análise desta curta entrevista é simbólica e representa bem o cenário que estava ao fundo das discussões feitas no Senado com relação à cassação dos mandados. Para alguns era salutar adiar ao máximo a aprovação do projeto, para, assim, poderem contar com o apoio dos comunistas, como no caso dos pessedistas pernambucanos. A tática era evidente, principalmente observando o apoio vindo de um ferrenho anticomunista que foi divulgado por um jornal comandado pelos seus próceres. Etelvino, assim como Agamenon Magalhães e os demais líderes do PSD em Pernambuco, temiam que a saída dos comunistas da Assembleia Legislativa terminasse por provocar uma reviravolta na política local e uma possível tomada da dianteira do governo do estado pelos coligados liderados pela UDN local. Ou seja, defendo a ideia de que os pessedistas pernambucanos mantiveram-se firmes no combate à aprovação da cassação dos comunistas, estrategicamente até que a batalha judicial em torno do pleito para governador fosse vencida. Por isso, era interessante defender a permanência dos comunistas em seus cargos, até que a situação estivesse totalmente sob controle.²²¹

Com a proximidade da realização das eleições, outro assunto também muito debatido nacionalmente foi à questão da perda de autonomia em cidades que fossem consideradas bases militares importantes para a proteção do território nacional. De acordo com o Artigo 28 da Constituição Federal de 1946 os eleitores dos municípios poderiam eleger seus prefeitos sem sofrer quaisquer intervenções por parte do Estado com as seguintes ressalvas:

“Art. 28 - A autonomia dos Municípios será assegurada:

I - pela eleição do Prefeito e dos Vereadores;

II - pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente,

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1º - Poderão ser nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os Prefeitos das Capitais, bem como os dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.

²²⁰ *Folha da Manhã*, Recife, 25 de setembro de 1947, 1ª página.

²²¹ Como, de fato, aconteceu em princípios do ano seguinte quando Barbosa Lima foi diplomado e assume como governador do estado. Coincidentemente a diplomação ocorreu na semana posterior à aprovação da cassação dos mandatos, enfim, as máscaras da política caíram e os comunistas perdiam o posto de aliados, adentrando mais ainda pelas veredas da clandestinidade.

§ 2º - Serão nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os Prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País”.²²²

Atentando-se para o último parágrafo do artigo exposto, pode-se verificar que o Governo Estadual poderia intervir diretamente nos municípios que fossem decretados como bases ou portos militares. Sendo assim, em meio às campanhas para as eleições municipais, surgiu uma nova discussão em nível nacional com relação à aprovação deste Projeto de Lei apresentado no Congresso Nacional em 29 de setembro e que decretava a perda de autonomia de algumas cidades do Brasil, entre as quais estavam os nomes de Recife, Olinda e Jaboatão. Vendo isso, os comunistas passaram a visualizar o encaminhamento de mais uma medida com intuito de reprimir sua atuação nacionalmente, afinal nestas três cidades de Pernambuco se concentravam os seus principais focos de atuação no estado. Os comunistas acreditaram até o último momento na possibilidade de eleger um prefeito para o Recife, tendo sido escolhido como candidato pela chapa do Partido Social Progressista (PSP) – outro partido que se coligou com os comunistas em Pernambuco – para a prefeitura da capital o deputado federal Gregório Bezerra, figura de grande popularidade e respeitado pelos comunistas nacionalmente. Segundo indicavam os números das últimas eleições realizadas o comunista venceria facilmente o pleito para prefeito da capital.

Em entrevista cedida ao jornal *Folha do Povo* de 5 de outubro 1947, o deputado federal pelo PCB, Agostinho Bezerra, afirmou ter participado das discussões na Câmara Federal sobre o Projeto Lei que visava anular a autonomia de alguns municípios do Brasil. Este parlamentar assegurou que nos debates não foram mencionados os nomes de Olinda e Jaboatão, ao contrário do que havia sido divulgado pela imprensa local. Sobre o assunto o deputado ainda disse: “Olinda e Jaboatão, não estão incluídas no projeto, como bases militares indispensáveis à defesa nacional, estando desde já assegurado o direito do seu povo eleger o seu prefeito. De Pernambuco, só está incluído no projeto o município do Recife.”²²³

Em 7 de outubro, quando ainda encontrava-se em discussão o Projeto de Lei no Congresso, a Assembleia Legislativa aprovou uma moção de protesto apresentada pelo deputado comunista Valdú Cardoso solicitando que fosse assegurada a autonomia das cidades pernambucanas. No mesmo dia foi divulgado na *Folha do Povo* o balanço final das chapas que seriam apoiadas pelos comunistas nos diversos municípios do estado. Merece ser

²²² Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 18 de setembro de 1946.

²²³ *Folha do Povo*, Recife, 5 de outubro de 1947, p. 4.

destacado que essas coligações foram feitas com as mais díspares legendas partidárias, verificando uma variação de acordo com cada cidade. Foram lançados – ou então apoiados – candidatos por quase todos os partidos que estavam em atividade em Pernambuco, o que comprovava a diversidade das composições feitas em cada município que terminou por gerar desconfortos entre os diretórios estaduais e municipais. Exemplo disso, em nota pública o padre Felix Barreto, deputado e líder udenista da época, informava que desautorizava qualquer entendimento de Diretórios Municipais com o ex-PC. Ao mesmo tempo o líder do PDC pernambucano, o Padre Arruda Câmara, ameaçava expulsar todo o correligionário que fizesse acordo com os comunistas. As ameaças e embates, de fato, não foram poucos e mesmo assim não foram suficientes para impedir a realização dos acordos entre os comunistas e as demais legendas.

No dia 9 de outubro, finalmente foi aprovado na Câmara dos Deputados, em ambiente de tumulto, o anteprojeto 748-A, listando os municípios considerados portos e bases militares de excepcional importância para a defesa do país. O projeto foi aprovado, em clima de protestos, principalmente dos deputados comunistas que deixaram claro a sua indignação após a aprovação da medida. Entre esses figuravam os nomes de Maurício Grabois e Carlos Marighella que foram os mais exaltados ao protestarem contra a medida. Na redação final do anteprojeto constavam os nomes de dezoito cidades ao total, entre as anunciadas no projeto aprovado estava a capital pernambucana.²²⁴ Entre os municípios que haviam perdido sua autonomia estavam as capitais das principais unidades federativas e também os maiores centros urbanos do país que possuíam forte concentração operária, com destaque para as cidades de São Paulo, Recife e Salvador. Essas cidades também eram locais de forte militância do extinto PCB, logo pode-se supor que este fator influenciou na elaboração do projeto final. No jornal *Correio da Manhã* de 10 de outubro de 1947, em matéria que discorria sobre a agitada sessão onde foi aprovada a cassação da autonomia das cidades-bases:

“A relação inclui a maioria das principais capitais brasileiras – como São Paulo, Recife e Porto Alegre, e numerosas cidades do interior, obedecendo a cassação da autonomia a critério eminentemente político, segundo a maior densidade do eleitorado nuns casos comunista, e noutros de elementos fiéis ao Sr. Getúlio Vargas”²²⁵.

²²⁴ Além do Recife, perderam sua autonomia as seguintes cidades: Belém-PA, Manaus-AM, Natal-RN, Salvador-BA, Niterói-RJ, Angra dos Reis-RJ, São Paulo-SP, Guarulhos-SP, Santos-SP, Florianópolis-SC, São Francisco do Sul-SC, Porto Alegre-RS, Rio Grande-RS, Santa Maria-RS, Gravataí-RS, Canoas-RS e Corumbá-MT.

²²⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1947, p. 12.

Após o projeto ser aprovado no Congresso Nacional, restava apenas ser sancionado, ou não, pelo presidente da república. Somente em 23 de outubro, ou seja, restando três dias apenas para a realização das eleições em Pernambuco, que o Dutra sancionou o Projeto de Lei autorizando a perda da autonomia das cidades bases e portos militares de excepcional importância para a defesa nacional. Sendo assim, os prefeitos que já haviam sido eleitos para algumas das cidades-bases teriam seus mandatos cassados. Já nos locais que tiveram sua autonomia cassada e que ainda não tinham realizado eleições para prefeito, os candidatos teriam os seus registros cancelados e as eleições para o cargo seriam suspensas.

A perda da autonomia da capital pernambucana vinda às vésperas das eleições municipais foi sentida principalmente pelos comunistas os quais tinham por certa a vitória do candidato Gregório Bezerra para a prefeitura da cidade que havia sido registrado pela legenda do PSP. No entanto, foi mantido o apoio para a candidatura de John Kirchoffer Cabral, para o cargo de vice-prefeito do Recife, de Vicente Barbosa para a subprefeitura e de 14 vereadores pela chapa popular do PSP. Além disso, merece destaque a indicação de três candidatos populares²²⁶ pela legenda do PSD para as cadeiras em disputa na Assembleia Legislativa.²²⁷ De fato, até hoje este assunto foi pouco abordado pelos estudiosos que pesquisaram o período, tendo em vista que em capitais como o Recife a população só reconquistou o direito de eleger seus candidatos a partir de 1955 quando a cidade recuperou sua autonomia.²²⁸

Em meio às campanhas para o pleito de outubro que se aproximava os udenistas ainda não conformados em ver os pessedistas com o poder no estado, deram continuidade em sua campanha de difamação contra seus opositores. A alegação ainda era a mesma, a de que Pernambuco estava entregue à coligação “queremo-comunista” com intuito de se intensificar o clima de instabilidade política local e reforçar a necessidade de uma intervenção federal imediata. Dentro deste contexto, chegou ao Recife o Ministro da Guerra, Canrobert Costa, e logo no primeiro dia de sua visita à capital pernambucana afirmou que não havia necessidade para intervenção e que a ideia só existia na cabeça dos provocadores. Alegou o governador Otávio Correia que a visita do Ministro era apenas com o único intuito de se fazer uma inspeção na 7ª Região Militar, mas é possível supor que tenha sido na verdade uma solicitação do presidente Dutra que diariamente observava as notícias alarmantes vindas do norte do país

²²⁶ Assim eram anunciados os nomes dos comunistas indicados por outros partidos

²²⁷ No pleito de outubro estava em disputa também mais dez vagas para a Assembleia Legislativa que só foi disputada por candidatos do PSD e da UDN.

²²⁸ Na ocasião do primeiro pleito realizado foi eleito Pelópidas da Silveira, que foi lançado pela coligação do PSB-PTB-PCB e com apoio “discreto” da UDN que ficou conhecida como a primeira Frente do Recife, o fato demonstrou que foi mantida a popularidade dos comunistas na região ainda na década seguinte. Ver: SANTOS, Taciana Mendonça. Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife: O autor, 2009. 118 f.

divulgadas por alguns órgãos da imprensa,²²⁹ então por que não comprovar o que realmente se passava na região?

Ao mesmo tempo os jornais que apoiavam os pessedistas passaram a dar ênfase aos acordos celebrados entre os udenistas e comunistas em alguns municípios do estado. Em 9 de outubro a *Folha da Manhã* divulgou em sua capa uma entrevista feita com o deputado comunista David Capistrano em que foram revelados os detalhes das conversações feitas entre os membros da UDN e do extinto PCB. A postura de formar alianças com os demais partidos já vinha sendo praticada mesmo antes da proscrição da legenda do PCB, sendo inclusive debatida na Conferência Estadual em princípios de maio de 1947, quando já era afirmado:

“Os Comitês Municipais devem estar em entendimento com as correntes políticas locais, ter iniciativas nossos entendimentos, sobre as próximas eleições municipais. Se pode alargar perfeitamente e aprofundar as nossas ligações com os elementos mais progressistas da classe dominante de qualquer partido, exceto o PRP”.²³⁰

Enfatiza-se ao final, alianças eram permitidas, exceto com o PRP, partido visto pelos comunistas como criação dos integralistas e fascistas, logo, os acordos não deveriam ser sequer cogitados, creio que a recíproca era a mesma. Estes embates também ocorreram em nível nacional quando os jornais da capital noticiavam a realização de acordos interpartidários para todos os gostos, em alguns lugares era PSD com os comunistas, em outro era a UDN que se coligava com o PSD e assim por diante, o que reforça a ideia da ausência de unidade – e em alguns aspectos até mesmo de coerência – entre as lideranças nacionais, regionais e locais das agremiações partidárias. Ao estudar o PSD Lucia Hippolito concluiu:

“Donos de um formidável arsenal de votos, controlando firmemente seus diretórios, esses líderes tinham total autonomia em relação à direção nacional em tudo aquilo que dissesse respeito à condução de partido dentro dos limites do seu estado. Alianças e entendimentos eleitorais, por exemplo, não passavam pela aprovação da direção nacional e perseguiam uma lógica estritamente regional”.²³¹

Neste período os principais órgãos da imprensa nacional divulgavam diariamente notas a respeito da reativação da Internacional Comunista em contraposição ao projeto norte-americano que através da Doutrina Truman e do Plano Marshall buscava claramente

²²⁹ Destaque para os jornais pertencentes ao grupo *Diários Associados* e *O Globo* impressos na Capital Federal e com maior tiragem e circulação no país.

²³⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 7, Volume 2: Comitê Estadual de Pernambuco. I Conferência Estadual de Pernambuco para o IV Congresso Nacional, p. 15.

²³¹ HIPOLLITO, Lúcia. Op. cit., p. 127.

influenciar nas políticas internas dos países europeus, ao mesmo tempo em que combatia “sutilmente” o avanço soviético no Velho Mundo. Na verdade o que tinha sido criado foi o *Cominform*, fundado entre setembro e outubro de 1947, com sede em Belgrado na antiga Iugoslávia que era comandada pelo marechal Tito. O órgão tinha como principal missão a de coordenar as ações dos partidos comunistas por todo o mundo que seguiam a orientação soviética, função semelhante a que era exercida pelo *Comintern* extinto em 1943.²³² A medida seria vista como uma afronta pelo bloco liderado pelos EUA, tendo este fato criado um clima de terror no mundo que temia a eclosão de um novo conflito de escala mundial.

Os acontecimentos internacionais mais uma vez influenciaram na política brasileira, tendo em vista que neste mesmo período foi reforçado o combate aos comunistas. Ainda em outubro, através de uma lei aprovada pelo Senado Federal, foi determinado que fossem demitidos todos os funcionários públicos suspeitos de serem comunistas. Além disso, em 20 de outubro o governo brasileiro aprovou o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética²³³. Esta medida apesar de estar sendo debatida desde dezembro de 1946, quando ocorreram alguns atritos entre os dois governos, pode ser considerada como uma reação ao avanço dado por Stalin ao optar pela criação do *Cominform*.²³⁴ O rompimento de relações terminou contribuindo para fechar ainda mais o cerco contra os comunistas que iam sendo encurralados e se enveredavam cada vez mais pelos caminhos da clandestinidade.

Mesmo afastados das veredas da legalidade e com um contexto cada vez menos favorável, pode-se notar a presença de alguns membros do PCB – ou pelo menos simpatizantes – durante o pleito de 1947. Em Pernambuco os acordos fechados entre os comunistas e os demais partidos tiveram como pano de fundo a disputa pela hegemonia local entre udenistas e pessedistas. Estes eram os dois partidos que detinham a maioria do eleitorado no cenário político em Pernambuco naquele momento. Devido à coligação formada com os pessedistas dentro da Assembleia Legislativa, os comunistas conseguiram lançar alguns candidatos através da legenda do PSD. Dentre algumas chapas constituídas, este trabalho pretende focar na que foi formada em Jaboatão, onde foi indicado como candidato para o cargo de prefeito o médico comunista Manoel Rodrigues Calheiros.

²³² Segundo Dulce Pandolfi: “É importante lembrar a dinâmica entre o movimento comunista intencional, sobretudo a URSS, e o PCB. Apesar do *Comintern* ter sido dissolvido em 1943, o Partido Comunista da URSS continuou a desempenhar um importante papel junto aos diversos partidos comunistas dos outros países, inclusive o do Brasil.” PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 136.

²³³ “Com a eclosão da Guerra Fria, em 1947, os governos latino-americanos adotaram políticas anticomunistas, frequentemente para ganharem o apoio dos Estados Unidos; e conseqüentemente, todas as nações, exceto três (Argentina, México e Uruguai), que tinham reconhecido a União Soviética, romperam relações com ela.” CHILCOTE, Ronald. Op. cit., p. 281.

²³⁴ Sobre a questão do impasse diplomático entre Brasil e União Soviética, ver Silva, Hélio. Op. cit., p.377-378.

Capítulo IV – Rumo à “Moscouzinho”

As eleições de Outubro em Jaboatão

As eleições municipais de outubro de 1947 devolveriam aos eleitores de Jaboatão o direito de eleger o seu prefeito após um longo período, tendo em vista que durante o Estado Novo a cidade foi administrada por prefeitos nomeados diretamente pelo interventor do estado. Após a saída de Vargas do poder a cidade continuou na mesma situação até que fosse realizado o pleito 1947. O último a ser indicado foi o advogado Aníbal Varejão que, naquele momento, ocupava o posto de presidente do diretório do PSD no município e foi indicado em agosto de 1947 para o cargo logo após a posse do pessedista Otávio Correia como governador do estado interinamente.

A trajetória profissional de Varejão foi marcada inicialmente por sua atuação em defesa das reclamações trabalhistas dos operários de Jaboatão. Logo ao graduar-se como bacharel em direito, passou a exercer as funções de advogado dos operários da Great Western em Jaboatão em princípios dos anos 1940. Neste período provavelmente passou a circular entre os funcionários da empresa, chegando a ganhar o respeito, inclusive, de alguns líderes do Sindicato dos Ferroviários que era um dos mais bem estruturados do estado. Por conta da intervenção nos sindicatos durante o Estado Novo, é possível notar o acanhamento das reivindicações por melhorias para a categoria. Filho do também advogado e membro do PSD Aniceto Varejão, Aníbal era apenas um jovem advogado quando aos 29 anos passou a ser um dos poucos bacharéis a se interessar pela causa dos trabalhadores da cidade e os ferroviários poderiam ser um bom início para sua carreira.

Como consequência de seus trabalhos junto aos trabalhadores de Jaboatão, ele ganhou um prontuário dentre os milhares registrados pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE) em meados de 1943. O motivo: estar defendendo os trabalhadores em suas querelas judiciais contra a empresa estrangeira. A comprovação está justamente entre os documentos contidos em seu prontuário da DOPS-PE. Entre eles constam alguns que tratam de uma questão que gerou o desconforto e o protesto por parte de Aníbal. Em agosto de 1943 o advogado respondeu a uma intimação feita pelo Secretário de Segurança Pública em nome do interventor do estado – que na época era Agamenon Magalhães – na qual havia solicitado que Varejão deixasse imediatamente de patrocinar os negócios dos trabalhadores contra a Great Western of Brazil Railway Company Limited. A resposta veio em três páginas em que o advogado explicou que não havia motivos para se afastar das causas judiciais dos trabalhadores e que era improcedente a representação feita pelos advogados da empresa

inglesa contra ele. Alegou logo de início que nunca incitou qualquer operário a abandonar os serviços, como havia sugerido a empresa, afirmando que estava apenas exercendo suas funções de advogado e expôs em seguida os nomes dos trabalhadores que estavam sendo patrocinados por ele até aquele momento. Interessante exibir uma parte do texto elaborado pelo advogado em que diz:

“O supte Snr. Dr. Delegado, residindo desde a data de seu casamento, na cidade de Jabotão, onde não há outros advogados militantes, por esse motivo talvez seja procurado pelos pobres operários que não contam com o apoio que era de esperar de seu órgão de classe, sendo voz, geral, que o Sindicato dos Ferroviários da GREAT WESTERN, não demanda com a empresa.

Vê assim V. S., que possivelmente pelo grande número de negócios que o supte patrocina contra a GREAT WESTERN, não tendo na relação apresentada sido incluída as de vinte operários que trabalhavam no Almojarifado e que pleiteiam diária corrida, como acontecia antes de 1935, essa Empresa tenha apresentada a calva representação contra o supte.

A Empresa, porém, diga-se de passagem, conta com um número bem regular de advogados, destacando-se dentre esses os nomes dos Drs. ANTIIOGENES CHAVES, PEDRO CAHÚ e PRAXEDES BREDERODES, que incontestavelmente são figuras de projeção no seio da classe, motivo porque, o procedimento de que lançou mão, caluniando o supte, deve merecer severa repulsa por parte das autoridades administrativas do Estado, e, assim pensando o supte espera seja reconsiderado a respeitável decisão que ordenou ao supte não mais patrocinar casos de operários contra a GREAT WESTERN”.²³⁵

Varejão encerrou o documento alegando que tinha o direito de exercer sua profissão pela Constituição e que, por ser pobre, pedia permissão para que pudesse concluir os trabalhos confiados a ele, tendo em vista que eram os trabalhos que garantiam seu sustento e da sua família.

Nota-se nos argumentos de sua defesa – além do temor aos poderes “supremos” das autoridades em pleno regime ditatorial – que Aníbal não estava fazendo nada além que exercer a sua profissão, deixando claro que não estava estimulando a revolta dos trabalhadores contra a empresa e que estava fazendo tudo aquilo apenas por questões profissionais. Infelizmente não consta no prontuário a resposta que foi dada ao advogado, mas, de fato, não constam mais notificações relacionadas com esta questão nas demais páginas de seu prontuário. Com o passar dos anos, Aníbal se tornou uma figura popular em Jabotão, passando a participar ativamente da vida política da cidade após o fim do Estado

²³⁵ Prontuário Individual, Nº 8.796, Aníbal Ribeiro Varejão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

Novo, quando se tornou um dos líderes do diretório municipal do PSD, onde pouco tempo depois assumiu posto de presidente.

Ao mesmo tempo, durante o período da redemocratização, os comunistas tinham sido bastante eficazes nas campanhas de recrutamento e difusão de suas ideias no município jaboatonense. Em 1946 o Comitê Municipal (CM) do PCB de Jaboatão tinha como secretários Amaro de Oliveira, Rivaldo Claudino, José do Rego Barros e Abimael Santos que eram lideranças imponentes do PC na cidade. Em documentação apreendida pelo DOPS de Pernambuco e logo em seguida encaminhada para a DPS do Rio de Janeiro, constam informações sobre as campanhas políticas realizadas no primeiro semestre de 1946, quando entrou em vigência o “Plano Olga Benário Prestes” que determinou uma série de metas a serem alcançadas pelo CM de Jaboatão entre fevereiro e março daquele ano.

A campanha se integrava às metas nacionais de ampliar a zona de atuação e o número de membros do partido. Segundo as ordens, os militantes do PCB em Jaboatão deveriam buscar agregar novos militantes para a organização, devendo concentrar o recrutamento nas fábricas e usinas de açúcar do município. Foi recomendado ainda que os novos recrutados deveriam ser distribuídos em células próximas às suas residências e que todos os membros das células deveriam ter algum tipo de atividade.²³⁶ O documento discorreu também sobre as finanças, a atuação do partido nos sindicatos da cidade, sobre a questão dos trabalhadores do campo, trabalho juvenil e feminino, sobre as campanhas eleitorais futuras, educação e propaganda na cidade. O Comitê Municipal de Jaboatão tinha um mês pela frente para recrutar um mínimo de 300 novos membros para a base do partido que deveriam estar distribuídos pelas 16 células controladas pelos comunistas naquele período. Interessante verificar que nas recomendações para o campo da educação e propaganda era sugerida a luta pela criação de escolas para alfabetizar adultos, principalmente na região de Prazeres, Muribeca e Comportas. De acordo com os documentos reunidos no prontuário sobre o PCB em Jaboatão no decorrer de 1946, as células do partido se expandiram principalmente na zona urbana da cidade, merecendo destaque a existência de uma dessas no Engenho Cova da Onça e de um sindicato camponês que reunia os trabalhadores rurais do Engenho São Salvador. As maiores indústrias da cidade possuíam células próprias como no caso das oficinas da Great Western, a Fábrica de Papel Portella e a União Indústria de Comportas. É verificável que as células com o maior número de membros eram justamente as que estavam fundeadas nas fábricas, indicando que o trabalho dos comunistas nelas era mais eficiente.

²³⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 1399: PCB Jaboatão.

Ao contrário da maior parte dos municípios pernambucanos onde o PSD e a UDN tinham conquistado o maior número de votos durante o pleito de janeiro de 1947, em Jaboatão os números sugerem a existência de um quadro político distinto. O comportamento eleitoral da cidade demonstrava semelhanças com os obtidos no Recife e nas cidades industrializadas do estado, ou seja, os comunistas levaram a maior parte dos votos e logo em seguida estavam os udenistas. Para se ter uma ideia da pouca popularidade do PSD na região, segue um quadro com os resultados dos pleitos para Governador e Senador das eleições de janeiro:

Tabela 5 - Eleições de 19 de janeiro de 1947 em Pernambuco

ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR		
Candidato	Votação Geral	Votação Jaboatão
Barbosa Lima Sobrinho (PSD)	91.985	398
Neto Campelo (UDS-PDC-PL)	91.410	1000
Pelópidas Silveira (PCB)	58.155	2.044
Eurico Souza Leão (PR)	1.685	7
ELEIÇÕES PARA 3ª SENATÓRIA		
Candidato	Votação Geral	Votação Jaboatão
Apolônio Jorge de Farias Sales (PSD)	94.534	464
Pe. Alfredo Arruda Câmara (UDN-PDC-PL)	87.925	940
Alcedo de Moraes Coutinho (PCB)	54.990	1.943
ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL		
Partido	Votação Geral	Votação Jaboatão
Partido Social Democrático	83.390	437
Coligação (UDN-PDC-PL)	79.912	753
Partido Comunista do Brasil	43.563	1709
Partido Republicano	14.471	234
Partido de Representação Popular	6.248	66
Partido Trabalhista Brasileiro	5.748	104
Partido Republicano Democrático	3.941	89
Esquerda Democrática	2.919	16
Partido Social Progressista	584	4

Fonte: Relatório do TRE das Eleições de 19 de Janeiro de 1947.

Os números da eleição evidenciam inicialmente a grande popularidade dos comunistas diante do eleitorado jaboatonense. Além disso, podemos atestar a inexpressiva votação do PSD na cidade. Os udenistas se apresentavam como o segundo partido mais bem votado e mesmo assim distavam dos comunistas por uma diferença superior aos mil votos para as eleições de governador e senador. Sabendo da deficiência perante aos eleitores do município, os pessedistas locais teriam que trabalhar duro para conseguir ampliar os sufrágios nos próximos pleitos. É preciso lembrar que Jaboatão era uma importante cidade para a economia do estado de Pernambuco e possuía algumas das maiores indústrias existentes no estado. Além disso, o centro da cidade estava localizado a menos de 20 km da capital pernambucana, logo pode ser tida como uma região estratégica em diversos aspectos para o governo do estado.

Após a aprovação da Constituição do estado em 25 de julho de 1947, os pessedistas conseguiram empossar interinamente seu correligionário Otávio Correia, que logo tratou de retomar os postos perdidos após a queda de Getúlio. Ao nomear Aníbal Varejão para o cargo de prefeito em Jaboatão, o governador havia entregado o poder estrategicamente para o líder do PSD da cidade e que era ao mesmo tempo uma figura simpática aos olhares dos comunistas da cidade, sendo em alguns episódios retratado como amigo do comunista Amaro de Oliveira que ocupava o posto de deputado estadual e era uma dos líderes de mais destaque entre os ferroviários da Great Western. Por sua vez, os operários das indústrias do município e das oficinas da empresa ferroviária correspondiam à parte considerável do eleitorado da cidade.

Ainda em fins de julho a *Folha do Povo* convocou a população de Jaboatão para um comício onde seria exposto o programa do Partido Popular Progressista, que até aquele momento era tido pelos comunistas como a primeira via alternativa para participarem das eleições de outubro. Entre os oradores do comício estava o deputado Amaro de Oliveira, que era um dos nomes mais cotados para ser lançado como candidato para o cargo de prefeito no pleito que se aproximava. No entanto, muitas águas ainda iriam rolar.

Em princípios de agosto, a posse de Aníbal Varejão na prefeitura da cidade foi noticiada pelos jornais da oposição como mais uma manobra dos “queremo-comunistas”, mantendo-se na postura de difusão do medo ao avanço do comunismo e de combate aos que estavam sendo coniventes com suas atividades. Na cerimônia estavam ao seu lado alguns comunistas, como Amaro Oliveira, Adalgisa Cavalcanti, Abimael Santos e Cláudio Tavares. Os comunistas tiveram um momento reservado para falar ao público, que segundo o investigador da DOPS-PE, Severino Victor Cavalcanti, tinha passado de mil e quinhentas

peessoas durante a realização do evento. O policial que acompanhou o episódio enfatizou ainda em seu relatório²³⁷ que o prefeito havia nomeado ainda na cerimônia de posse o comunista Abimael Santos²³⁸ como tesoureiro da prefeitura da cidade, fato que serve como um indicativo sobre as aproximações existentes entre os comunistas e pessedistas na cidade. Estava em curso o plano dos pessedistas e ao mesmo tempo dos comunistas que selando o acordo buscavam atingir seus objetivos: o PSD derrotar a UDN em uma importante cidade do estado e os comunistas abrirem brechas “legais” para continuar participando ativamente da política local.

Vendo a situação “alarmante” que se agravava a cada dia, a Delegacia de Ordem Econômica – que ficou encarregada pelas funções da polícia política extinta pela Constituição em julho de 1947 – enviou “gentilmente” – e sem ônus – em finais de agosto o investigador adido Mario Veloso da Silva para atuar junto à prefeitura da cidade.²³⁹ A medida provavelmente fazia parte da política de vigilância que não deixou de existir e mantinha – como nenhuma outra repartição – fortes resquícios ainda do Estado Novo, quando foi de fato institucionalizada e estruturada. Se havia denúncias que repercutiam na imprensa local – e às vezes nacional – nada melhor que vigiar de perto, assim foi feito. Mas não era somente na imprensa. Os investigadores locais estavam tendo um trabalho intenso naquele período, retratando diariamente, em relatórios enviados para a capital, a situação de completo domínio dos comunistas na cidade, onde eram realizadas com certa frequência conferências pelos comunistas, além de reuniões em casas de pessoas mais que suspeitas.²⁴⁰ Os comunistas – segundo o relatório do dia 2 de setembro do investigador Irineu Joaquim – “estão satisfeitos com a administração do Prefeito desta cidade”.²⁴¹

Nestes tempos já estavam sendo articuladas as campanhas para o pleito de outubro, sendo possível observar o aumento considerável da frequência do envio de relatórios do investigador da cidade para o chefe da Secretária de Ordem Política e Econômica que passa a

²³⁷ Prontuário Individual, Nº 8.796, Aníbal Ribeiro Varejão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Relatório de 4 de agosto de 1947 feito pelo delegado de Jaboatão Severino Victor Cavalcanti.

²³⁸ Abimael havia participado do levante de 1935 em Pernambuco e era integrante ativo da juventude comunista ainda na década de 1930. Ver *Diário da Manhã*, Recife, 10 de junho de 1936, 1ª página.

²³⁹ Prontuário Nº 1186, Jaboatão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Ofício 783 de 20 de agosto de 1947 enviado pelo delegado José de Mello ao prefeito de Jaboatão.

²⁴⁰ Prontuário Nº 26747, PCB Jaboatão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Relatório enviado ao chefe dos serviços de Ordem Política e Econômica em 31 de agosto de 1947 pelo investigador Irineu Joaquim Rodrigues.

²⁴¹ Prontuário Nº 26747, PCB Jaboatão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Relatório enviado ao chefe dos serviços de Ordem Política e Econômica em 2 de setembro de 1947 pelo investigador Irineu Joaquim Rodrigues

ser praticamente diário. Quem tivesse o apoio dos comunistas, poderia ter como certo a vitória, tendo em vista que os dados das últimas eleições deixavam claro o quão grande era a popularidade dos PCB entre a população votante do município. Finalmente, começavam a correr notícias – que não eram mais novidades – de que em Jaboaão os comunistas estariam de punhos cerrados com o PSD no pleito que se aproximava. Enfatizo que até fins de agosto circulavam notícias a respeito do lançamento do líder dos ferroviários, Amaro de Oliveira, como possível candidato caso o registro do PPP fosse efetivado no TSE. Vendo essa possibilidade cada vez mais distante, ainda na primeira quinzena de setembro, as fontes indicam que os planos já tinham sido mudados. Foi quando o investigador da polícia Irineu Joaquim relatou:

“Voltei para Jaboaão e os comunistas, reunidos pelas ruas, isto era quase toda parte. Em greve não se fala, mais se não for despachado em favor dos operários, o dissídio coletivo, os operários, juntos com o Deputado Amaro de Oliveira haverá uma novidade, assim dizem o operariado comunista, mais não foi definido a palavra novidade, se é greve, ou protesto, ou outra coisa qualquer. Não há nenhuma diferença, de Jaboaão para a Rússia, como se diz, porque um comunista, está com tanta consideração que faz admirar”.²⁴²

No dia seguinte relatou:

“Informo, que o que se fala, é que Dr. Aníbal Varejão, Prefeito desta cidade, vai ser Secretario da Segurança Pública, e Dr. Calheiros assume o lugar de Prefeito, é o que se houve falar. Sei que Jaboaão ainda tinha uma parte, que não era comunista, mais hoje está quase sem exceção. Os comunistas bem satisfeitos e dizendo que esperam coisa melhor”.²⁴³

O discurso construído pelo policial foi claro ao relatar a atividade política dos comunistas em Jaboaão e chegava a impressionar o investigador. Com o passar do tempo, as ações conjuntas dos pessedistas e comunistas foram intensificadas, como é possível observar no relatório seguinte:

“Informo, que a política aqui em Jaboaão, da U.D.N. com o P.S.D. ligado ao Partido Comunista, vai num sistema, que, queira Deus, não haja uma novidade daqui para terminar. Os comunistas estão tudo em exageros e satisfeitos pela notícia que está

²⁴² Prontuário Nº 26747, PCB Jaboaão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Relatório enviado ao chefe dos serviços de Ordem Política e Econômica em 14 de setembro de 1947 pelo investigador Irineu Joaquim Rodrigues.

²⁴³ Prontuário Nº 26747, PCB Jaboaão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Relatório enviado ao chefe dos serviços de Ordem Política e Econômica em 15 de setembro de 1947 pelo investigador Irineu Joaquim Rodrigues.

correndo que o Dr. Calheiros, vem ser Prefeito desta cidade. Como também tem Vereador Comunista, para ser votado. Estes que estão sendo nomeados são pessoas que não merece fé, para nosso meio”.²⁴⁴

Em suas palavras fica claro que as informações chegavam incompletas, mas não deixavam de indicar um caminho possível. No fragmento do relatório de 14 de setembro, por exemplo, o investigador fala no anúncio de uma novidade que, até aquele momento, ele demonstrava desconhecer qual seria, deixando a questão aberta. Já no dia seguinte ele narrou sobre a possibilidade do prefeito Aníbal Varejão deixar o cargo e o comunista Dr. Calheiros – referindo-se ao médico Manoel Rodrigues da Silva Calheiros – assumir o posto vago, ou seja, já estava circulando na cidade a notícia de que o médico poderia se tornar prefeito de Jaboatão. O policial Irineu, em 18 de setembro, falou com mais convicção:

“Os comunistas aqui em Jaboatão estão de parabéns, a noticia que corre, é que quem está nomeado para ser votado, para prefeito, é Dr. Calheiros; para Secretário, José Rego Barros, nesta prefeitura; para Vereador, o Comunista exaltado Paraíba; Abimael Maia, Comunista também para Vereador; Vicente Carício, também Vereador, simpatizante do Partido Comunista; e mais outros elementos, do mesmo modo, e por este motivo, os comunistas dizem, que tem que o Brasil, ter uns modos, do povo pobre, viver e ter o seu direito, que não pode ser negado, e realmente os Comunistas de Jaboatão, está se alastrando de mais à mais. Se por isto ou aquilo aparecer um comunista para ser delegado de policia em Jaboatão, e este for aceito, para o cargo, Jaboatão dará o que fazer, para dominar esta gente, que para os comunistas de Jaboatão só está faltando armas e munição, porque o mais está tudo nas mãos dos comunistas. É triste a situação de Jaboatão, com os comunistas exaltados”.²⁴⁵

Enfim, o investigador chegou à conclusão de suas suposições, confirmando o nome de Calheiros como candidato nas eleições de outubro para prefeito, junto com outros comunistas para demais cargos que estavam em disputa. É interessante notar também a construção do discurso do policial. Primeiramente a referência de alguns como comunistas “exaltados”, categoria que merecia mais atenção por ser mais nociva à ordem, enquanto outros, como o médico Calheiros, eram apenas “comunistas”. Voltaremos a esta questão num momento mais oportuno. O relato também já busca antecipar alguns possíveis acontecimentos, caso os comunistas realmente assumissem a dianteira na prefeitura da cidade, deixando evidente que estava aterrorizado e triste com aquela situação.

²⁴⁴ Prontuário Nº 26747, PCB Jaboatão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Relatório enviado ao chefe dos serviços de Ordem Política e Econômica em 17 de setembro de 1947 pelo investigador Irineu Joaquim Rodrigues.

²⁴⁵ Prontuário Nº 26747, PCB Jaboatão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE). Relatório enviado ao chefe dos serviços de Ordem Política e Econômica em 18 de setembro de 1947 pelo investigador Irineu Joaquim Rodrigues.

Os relatos do investigador foram fundamentais para a construção do entendimento sobre o contexto político do momento na cidade de Jaboatão, tendo em vista a ausência de informações na imprensa ou em outras fontes sobre os bastidores da política local. Não deixa de ser um testemunho de uma pessoa que buscava estar a par de tudo que se passava naquela cidade e ao mesmo tempo aparentava temer o avanço dos comunistas na região, ou seja, é ao mesmo tempo um relato de profissional responsável pela coleta de quaisquer passos suspeitos e de um homem que demonstrava suas fraquezas ao classificar as situações como “triste” ou clamando a “Deus” para que nada aparecesse nada de novo com relação ao avanço dos comunistas no município.

Em 20 de setembro, pouco mais de um mês antes das eleições municipais, a *Folha do Povo* anunciou a realização de um grande comício em Jaboatão para lançar a candidatura da chapa popular da cidade que já estava definida. Através da legenda do PSD, foi lançado para o cargo de prefeito da cidade o médico comunista Manoel Rodrigues Calheiros e o pessedista Aníbal Varejão como vice. Ficou comprovado que o primeiro nome dos comunistas na cidade, Amaro de Oliveira, foi excluído da disputa. Infelizmente não foram encontradas fontes que indiquem o motivo real da escolha do médico em detrimento do ferroviário, mas, como historiador, posso supor que se os comunistas tivessem oportunidade de utilizar a legenda do PPP possivelmente teriam registrado o líder dos ferroviários de Jaboatão, Amaro de Oliveira, vulgo Maribondo.²⁴⁶ O codinome sugere alguns dos seus possíveis caracteres, ou seja, era enquadrado como um comunista “exaltado”, na visão dos que não pertenciam ao partido. Sendo assim, era mais viável naquele momento indicar o nome de um comunista “moderado”. Sobre estas classificações estereotipadas direcionadas aos comunistas, bastante comuns no período, segue uma passagem escrita pelo cronista Van-Hoeven Veloso que viveu em Jaboatão durante o período abordado nessa pesquisa:

“Sentindo em 1947 o Partido Social Democrático (PSD) que não ganharia as eleições para a União Democrática Nacional (UDN), permitiu que o seu líder político nesta cidade, Dr. Aníbal Varejão, realizasse uma dessas alianças espúrias com o Partido Comunista e lançou a candidatura do Dr. Manoel Rodrigues Calheiros [...]. É necessário que se faça uma ressalva. O Dr. Calheiros, notável ginecologista, não era comunista agitador, baderneiro; era comunista idealista, teórico”.²⁴⁷

²⁴⁶ Inseto da família dos vespídeos bastante comum no nordeste brasileiro. Geralmente possui cor avermelhada, são agressivos e dotado de um ferrão que causa uma picada bastante dolorosa.

²⁴⁷ VELOSO, Van-Hoeven Ferreira. *Jaboatão dos meus avós*. 2. ed. Recife: Centro de Estudo de História Municipal, 1982, p. 187.

Veloso foi bastante enfático ao delimitar as fronteiras entre os dois tipos de comunistas, deixando claro também a boa imagem que Calheiros possuía na região. No acordo celebrado prevaleceu o consenso, nem um pessedista, nem um comunista “exaltado”. Provavelmente o nome de Calheiros foi aceito de bom grado por ambos os lados, principalmente para o PSD, tendo em vista que só o fato de ceder a candidatura do executivo da cidade para um membro do extinto PCB já seria suficiente para causar uma repercussão nacional muito negativa para o partido, logo os líderes do PSD local possivelmente pediram mais discrição aos comunistas.

Serve como indício da construção do argumento aqui utilizado uma passagem das memórias do comunista João Falcão:

“Ele comunicou-me que eu havia sido escolhido pela direção nacional para ser, na Bahia, o candidato dos comunistas à Câmara Federal, nas eleições de outubro de 1954, pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro. Meu nome tinha sido aceito pela comissão executiva deste partido, de modo que ele vinha trazer o assunto ao meu conhecimento como tarefa. Explicou que viera tão cedo porque naquele dia encerrava-se o prazo para a inscrição no Tribunal Regional Eleitoral e ele receava que eu saísse antes de sua chegada. Relutei, a principio. Sentia-me um pouco desprezado pelo Partido e não estava motivado para assumir essa responsabilidade. Tentei fazer algumas objeções, mas ele foi peremptório: - ‘Não adianta, companheiro, seu nome foi o único aceito pelo PTB, e nós sabemos que você tem consciência revolucionária suficiente para não nos faltar nessa hora’”²⁴⁸

Apesar de tratar-se de uma situação ocorrida da Bahia alguns anos depois, o relato do comunista João Falcão retrata a maneira como as alianças foram construídas entre os comunistas na clandestinidade com os partidos que existiam na época. É preciso enfatizar que Manoel Calheiros era uma figura bastante respeitada não somente pelos comunistas. Comprova essa alegação, o trecho de uma nota intitulada “A lenda da maioria comunista em Jaboaão” extraída do jornal *O radical* na qual o vereador da UDN, Wandenkolk Wanderley – vale ressaltar era um autentico anticomunista – se refere a Manoel Calheiros:

“Os extremistas tinham um adepto, médico humanitário, que não escolhe hora nem discute preço para chegar à cabeceira de um enfermo. Um ateu de profunda vocação religiosa. Os dirigentes comunistas sempre subestimaram sua eficiência como mandatário do partido, mas, diante da possibilidade de eleger o chefe do executivo municipal, não tiveram um segundo de hesitação”²⁴⁹.

²⁴⁸ FALCÃO, João. Op. cit., p. 388.

²⁴⁹ *O Radical*, Rio de Janeiro, 5 de Abril de 1949.

Além disso, é preciso lembrar que Calheiros, já havia demonstrado sua popularidade nas eleições de janeiro de 1947 quando obteve 850 votos, ficando entre os vinte comunistas mais bem votados no pleito.

No segundo capítulo desta pesquisa foi possível observar a atuação do médico desde os anos 1930 na cidade de Jaboatão, assim como sua ligação com os comunistas desde a sua chegada ao Recife. Calheiros podia ser comunista, mas era um “bom comunista”, não era um exaltado, seria “digerido” com menor resistência pelos que desconfiavam da “ruborização” dos pessedistas. Assim foi feito, e não quero aqui minimizar a conquista dos comunistas. Afinal é preciso enfatizar que o ano de 1947 estava sendo um verdadeiro tormento para os membros do extinto PCB e não havia indícios de que esse cenário iria mudar. Logo, ter a possibilidade de indicar um de seus membros para disputar um cargo no poder executivo já seria grande vitória e mais ainda dentro de uma cidade onde as chances de vitória eram grandes. No entanto, o acordo feito em Jaboatão terminou provocando novos problemas, principalmente para os pessedistas que tinham cedido o espaço para os comunistas e passaram a ser alvo de ataques nos jornais da oposição.²⁵⁰

Durante a cerimônia de lançamento da chapa dos candidatos populares em Jaboatão foram anunciados os nomes de Calheiros e Varejão para prefeito e vice da cidade e dos demais candidatos indicados pelo PSD no município. O comício foi promovido pelo diretório do PSD local e contou com a presença de vários membros do PCB, inclusive do deputado federal e conhecido comunista Gregório Bezerra.²⁵¹ No decorrer do evento foram divulgados os nomes que deveriam ser votados pelos comunistas e pessedistas. No total os comunistas registraram pelo PSD de Jaboatão além do candidato ao cargo de prefeito, mais dois nomes para as subprefeituras e quatro para o posto de vereador da cidade. A lista final dos candidatos indicados pelo PSD tinha os seguintes nomes:

²⁵⁰ Destaco as campanhas feitas em aparente sintonia entre os jornais: *Diário de Pernambuco* e *Diário da Manhã*, localmente, e *O Globo* e *Correio da Manhã* nacionalmente durante as duas primeiras semanas de novembro de 1947.

²⁵¹ No jornal *Folha da Manhã* Aníbal Varejão protestou publicamente contra a intervenção não autorizada do delegado Severino Victor que solicitou o auxílio de uma brigada da polícia do exército para acompanhar de perto o evento. Por isso, Varejão alegou que interrompeu por um momento a cerimônia e entrou em contato com o governador que logo em seguida ordenou a retirada dos policiais enviados e o comício voltou a ser realizado sem quaisquer “anormalidades”. *Folha da Manhã*, Recife, 23 de setembro de 1947, p. 2.

Tabela 6 - Chapa popular do PSD para as eleições municipais de 1947 em Jaboatão

CANDIDATO	CARGO
Manoel Rodrigues Calheiros (PSD indicado pelo PCB)	Prefeito
Aníbal Varejão	Vice-Prefeito
José do Rego Barros (PSD indicado pelo PCB)	Subprefeitura (distrito Sede)
Durvalino Mendes de Barros	Subprefeitura (distrito Muribeca)
Abimael Santos (PSD indicado pelo PCB)	Vereador
José Rodrigues de Melo (PSD indicado pelo PCB)	Vereador
Rivaldo Claudino de Oliveira (PSD indicado pelo PCB)	Vereador
Elias Manoel da Silva (PSD indicado pelo PCB)	Vereador
Vicente Alberto Carício	Vereador
José Domingos de Melo	Vereador
José Francisco de Almeida	Vereador
Malaquias Mendes de Azevedo	Vereador
Gilberto Dário da Silva	Vereador

Fonte: Atas do TRE das Eleições de 26 de outubro de 1947 em Jaboatão.

A partir deste evento ficou oficializada a aliança dos comunistas com o PSD, partido este que, para não perder o controle do município para os udenistas, optou por ceder a candidatura para os aliados comunistas. Esta medida dos pessedistas não fugiria muito de suas próprias práticas nesta fase de redemocratização. Lembro aqui a alegação feita por Barbosa Lima Sobrinho e já citada neste trabalho: “A idéia era procurar quem pudesse assegurar a vitória nos municípios...”.²⁵² Este relato demonstra qual era a pretensão do PSD, ou seja, eleger o maior número de candidatos possível para assim manter sua hegemonia na maioria dos estados e municípios. A partir da leitura deste trecho, fica mais fácil compreender as práticas do partido ao decidir ceder à sua legenda para figuras ligadas ao extinto PCB, mas é preciso lembrar que eles não foram os únicos a por em prática estas alianças, tendo em vista que em outros municípios a UDN, o PSP e PRD haviam cedido algum espaço para os comunistas. Mesmo tendo ciência destas práticas os grupos majoritários não poupavam de críticas os seus opositores através de seus canais na imprensa para divulgar os “absurdos” cometidos pelo outro, mas nunca por eles. A *Folha da Manhã* – aliada dos pessedistas – ao descobrir que alguns membros da coligação procuraram as lideranças comunistas denunciou com destaque na sua capa manchetes com os dizeres: “ACORDOS DA U.D.N. COM OS COMUNISTAS”,²⁵³ “DESMASCARADOS CONTRADIZEM-SE OS PRÓCERES UDENISTAS”,²⁵⁴ “A COLIGAÇÃO NO BANCO DOS RÉUS: Revela, o Sr. David Capistrano, no plenário da Assembleia Legislativa, os acordos firmados e negados na nota

²⁵² PANDOLFI, Dulce. *Pernambuco de Agamenon...* Op. cit., p. 97.

²⁵³ *Folha da Manhã*, Recife, 7 de outubro de 1947, 1ª página.

²⁵⁴ *Folha da Manhã*, Recife, 8 de outubro de 1947, 1ª página.

oficial da U.D.N.”.²⁵⁵ Do lado contrário durante o segundo semestre de 1947 os udenistas não poupavam as ofensas contra os pessedistas através do seu *Diário da Manhã* estampava em suas primeiras páginas: “EM JABOATÃO É ASSIM: Continua o Terror Queremo-Comunista”,²⁵⁶ “NÃO FAZ CONCHAVOS A COLIGAÇÃO”.²⁵⁷ Sendo assim, dentro do campo de disputas valia tudo para denegrir a imagem do opositor: eram pedras e mais pedras atiradas diariamente nas vidraças de ambos os lados.

A aliança dos comunistas com os pessedistas deve ser vista como uma via de mão dupla que iria trazer benefícios tanto para os pessedistas como também aos comunistas – que estavam na ilegalidade e utilizariam as brechas deixadas pelo sistema para se manterem ativos na política do estado. É preciso deixar claro que esta observação não pretende sugerir a existência de uma aliança fraterna entre os membros dessas duas vertentes políticas antagônicas. Reitero que desde a cassação do registro do PCB, em maio, o líder dos comunistas, Luís Carlos Prestes vinha defendendo a ideia de que os comunistas deveriam participar das eleições da maneira que fosse possível. E uma dessas manifestações, argumentou:

“Participaremos ativamente das eleições municipais. Naqueles em que formos mais fortes poderemos indicar o candidato a prefeito e registrar seu nome e o de nossos candidatos a vereador na legenda que melhores condições nos oferecerem. Noutros em que nossas forças forem menores, devemos sempre que possível apoiar o candidato a prefeito que contar com maior apoio popular e negociar esse apoio para conseguir o registro de nossos candidatos a vereador. As condições variarão de município a município, mas devemos estar prontos para entrar em entendimento com todos sem sectarismo ou ideia preconceituosa. Do sucesso das próximas eleições, vai depender em grande parte a consolidação da democracia no país e a destruição necessária da base política das velhas oligarquias locais e regionais [...] conseguir essa vitória popular é uma das maneiras práticas de lutar pela legalidade de nosso partido”.²⁵⁸

O discurso de Prestes legitimava os acordos que já estavam sendo arquitetados estrategicamente. Restava agora saber quais legendas estavam dispostas a acolher os nomes indicados pelos comunistas. Referindo-se aos acordos municipais estabelecidos em Pernambuco a *Folha do Povo* publicava um artigo em que afirmava:

"Em nosso estado também, as manobras para que se fechem as possibilidades desses acordos municipais e se faça a ‘união sagrada’ contra os interesses do povo, está

²⁵⁵ *Folha da Manhã*, Recife, 9 de outubro de 1947, 1ª página.

²⁵⁶ *Diário da Manhã*, Recife, 12 de setembro de 1947, 1ª página.

²⁵⁷ *Diário da Manhã*, Recife, 2 de dezembro de 1947, 1ª página.

²⁵⁸ *Folha do Povo*, Recife, 5 de setembro de 1947, 1ª página.

fadada ao mais virtual fracasso. Majoritários em Recife, Olinda, Jaboatão, Cabo, Paulista, Ribeirão e São Lourenço, fiel à balança em cerca de dezenas de municípios, força ponderável em dezenas de outros, serão as 43 mil legendas do partido de Prestes, um fator predominante na fixação dos rumos da política estadual, na consolidação do progresso e da democracia em Pernambuco”.²⁵⁹

Este fragmento demonstra a confiança dos comunistas, que acreditavam no sucesso de sua política de aliança interpartidária e, ao mesmo tempo, demonstra que o decreto que cassou o registro do PCB não seria eficiente o bastante para suprimir por completo as atividades dos comunistas em território nacional. Como é possível ver no trecho acima o nome de Jaboatão é citado como uma das regiões onde os comunistas eram majoritários e tinham a vitória quase certa.

A indicação de Calheiros foi estratégica. Primeiro por ser um personagem popular entre os jaboatonenses, que prestou durante muitos anos serviços à população local e também participou das articulações do levante ocorrido em 1935 na cidade, onde era um dos dirigentes das campanhas feitas pela Aliança Nacional Libertadora na cidade. Como médico exercia suas funções sempre que era solicitado pelo partido, participando, por exemplo, de eventos como a I Semana Anti-tuberculosa de Pernambuco ou realizando consultas e tratamentos voluntários para pessoas recomendadas pelo partido. Além disso, participava ativamente na organização dos comícios dos comunistas e nas campanhas organizadas pelo PCB.

Os problemas do município jaboatonense

Como já foi dito em outro momento, Jaboatão na década de 1940 ainda era uma cidade predominantemente rural, cercada por dezenas de engenhos, que forneciam suas canas para as três usinas existentes na região. Por estar próxima ao Recife a cidade absorvia parte da mão de obra que se deslocava diariamente para a capital onde se localizavam as grandes indústrias do Estado. Além disso, possuía na época, indústrias de grande porte e contribuía na geração de emprego e rendas para o município.

Em matéria publicada em fins de setembro na *Folha do Povo* foi exposto o cenário de pobreza que vivenciado pela maior parte da população local. Segundo a matéria, existiam na cidade aproximadamente 1.500 casas de alvenaria, com uma média de seis habitantes por casa. Ainda foi informado que dos quase 40 mil habitantes, 75% destes residiam em mocambos de estruturas precárias. A economia da região era sustentada principalmente pelas usinas locais, pela Fábrica de Papel e pelas oficinas da Great Western. Ainda na reportagem

²⁵⁹ *Folha do Povo*, Recife, 24 de setembro de 1947, p. 3.

citada, o jornalista Claudio Tavares expôs outros problemas que a cidade vinha enfrentando, informando ainda que:

“Cerca de 400 habitantes eram operários da Fábrica de Papel, cujos salários são de Cr\$ 10,80 vivendo em consequência disso num regime de fome, em vista do alto custo de vida na região. A maioria vive no campo da agricultura, vivendo num regime de semiescravidão, na dependência das usinas, engenhos, onde trabalhavam de 10 a 12 horas, com salários de 11 a 12 cruzeiros. Outra parte também numerosa vive do regime de foro das terras, pagando elevadas quantias pelo aforamento de terras, que vão desde 200 cruzeiros a quadra até mesmo 500 cruzeiros, sendo também obrigados ao dia de ‘cambão’ ou ‘condição’”.²⁶⁰

O jornalista ainda retratou as condições sanitárias da cidade que também eram precárias. O abastecimento de água já havia sido solicitado ao governo estadual pelo deputado Amaro de Oliveira, que clamava para que o município fosse incluído no Plano de Saneamento do estado de 1948. O pedido visava promover alguns melhoramentos estruturais da cidade que até aquele momento não possuía saneamento básico, além de não possuir um hospital e nem sequer uma maternidade. As usinas contribuíam para o agravamento desta situação caótica de Jaboatão através do lançamento do vinhoto nos rios da cidade, na época da moagem, o que de fato contribuía para a poluição nas águas dos rios e causava diversos tipos de transtornos para os habitantes da região.

Outro problema existente era a pavimentação das principais estradas que existiam na cidade que também estavam em estado preocupante. Além disso, relatou a ocorrência de confusões nas feiras públicas, pois, era comum nas duas feiras semanais, realizadas às quartas-feiras e aos sábados, a prática dos atacadistas que invadiam as feiras e levavam tudo que viam de melhor qualidade, deixando apenas “os restos” para o povo. O problema, inclusive, já havia chamado a atenção do prefeito Aníbal Varejão que tomou algumas medidas provisórias, para solucionar a situação, determinando que a entrada dos atacadistas fosse liberada após as 11 horas, medida esta que, segundo o jornalista, havia melhorado bastante a situação para o povo local.

Em linhas gerais todas essas questões expostas na *Folha do Povo* foram utilizadas com o intuito de informar em quais pontos os candidatos populares de Jaboatão iriam atuar, caso fossem eleitos no pleito de outubro. Ao final da reportagem Claudio Tavares destacou ainda alguns problemas vividos pelos ferroviários da cidade, que estavam sujeitos a condições degradantes de trabalho e recebiam ao final do mês salários miseráveis. Sendo narrado o fato

²⁶⁰ *Folha do Povo*, Recife, 24 de setembro de 1947, p. 4.

interessante de que em qualquer viagem de trem, o maquinista só recebia pelo tempo que o veículo estivesse em movimento, o que, de fato, resultava numa redução considerável dos salários dos trabalhadores.

Baseando-se nessa lista de problemas retratados, foi divulgado em princípios de outubro, na *Folha do Povo*, o programa mínimo da chapa popular para o município de Jaboatão, que tinha como metas as seguintes medidas:

Tabela 7 - Programa mínimo dos candidatos populares em Jaboatão

<p>I – PRINCÍPIO POLÍTICO</p> <p>1) Defesa intransigente da Constituição Federal e Estadual</p>
<p>II – PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS</p> <p>1) Intensificar a iluminação pública nas zonas ainda não iluminadas e nos distritos. 2) Melhoramento do matadouro público. 3) Aproveitamento da barragem situada na Vila Militar de propriedade de Guilhermando Pimentel, para o abastecimento da água na cidade. 4) Reconstrução das pontes existentes nas ruas Câmara Lima, Desembargador Henrique Capitulino e 6 de março. 5) Calçamento das ruas Câmara Lima, Floriano Peixoto, Entre Rios, Duas Unas, Estrada da Luz e conclusão do calçamento da Rua 13 de maio. 6) Reconstrução da Praça 4 de outubro. 7) Intensificação de calçamento de Cavaleiro. 8) Construção de uma Usina Elétrica. 9) Pelo aumento de salários dos empregados públicos de 50% para os que ganham menos de 600 cruzeiros. 10) Barateamento dos preços das casas tendo como base o valor locativo lançado na prefeitura. 11) Construção da estrada de rodagem de Piedade à sede municipal.</p>
<p>III – PRINCÍPIOS ECONÔMICOS</p> <p>1) Desapropriação pela Prefeitura de acordo com os artigos 102 e 155 da Constituição estadual, de uma faixa de terra no Engenho Duas Unas, e a margem da estrada de ferro de Prazeres para ser loteada e vendida a prestações módicas aos pequenos agricultores que as queiram cultivar. 2) Revisão do contrato lesivo entre a Fábrica de Papel e o Município.</p>
<p>IV – EDUCAÇÃO E SAÚDE</p> <p>1) Criação de escolas nas propriedades onde existem mais de 200 habitantes. 2) Criar um hospital-maternidade e ampliar o lactário em posto ambulatório. 3) Proibir os despejos de caldas nos rios pelas usinas Jaboatão e Bulhões. 4) Construir um pavilhão sanitário na Praça Dantas Barreto.</p>

Fonte: *Folha do Povo*²⁶¹

²⁶¹ *Folha do Povo*, Recife, 3 de outubro de 1947, p. 4.

Na edição de 21 de outubro, a *Folha do Povo* trazia destacado o anúncio com os seguintes dizeres: “Sufragaremos o nome de Calheiros para a prefeitura de Jaboatão”. Segundo o jornal, os 4.800 eleitores²⁶² existentes no município teriam a missão de eleger o médico Rodrigues Calheiros como prefeito da cidade. Na matéria constam alguns depoimentos dos habitantes da cidade, que se mostram crédulos que após a vitória de um prefeito comunista o município se livraria de muitas de suas mazelas. Uma das reivindicações da população local era pela criação de faixas-verdes, que consistiriam na criação de zonas produtivas de alimentos para a subsistência das camadas mais populares e que também serviriam para combater o câmbio negro praticado na região. O candidato a prefeito de Jaboatão cedeu uma entrevista para o jornal no dia seguinte afirmando: “Uma vez eleito, com o apoio do povo, lutarei contra o despejo das caldas das usinas nos rios, contra o analfabetismo, a Esquistossomose, pela distribuição de terras aos camponeses e pela construção de estradas”.

Em meio à campanha dos comunistas e pessedistas em Jaboatão aconteceu um fato interessante que demonstra o desespero por parte de seus opositores. Consta no principal órgão de notícias dos pessedistas, a *Folha da Manhã* do dia 19 de outubro, a nota intitulada “CHANTAGEM ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE JABOATÃO”, segue na íntegra:

“Temos em mãos uma chapa eleitoral do município de Jaboatão, da legenda PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, com os nomes dos candidatos udenistas Dr. Carlos Barbosa da Paz Portela e professor Osvaldo Severino Maranhão para prefeito e subprefeito, respectivamente, quando os candidatos pessedistas são os Srs. Manoel Rodrigues Calheiros e Aníbal Ribeiro Varejão. Trata-se dum processo desonesto, felizmente desmoralizado em tempo, e contra o qual já estão alertados os eleitores do Partido Social Democrático”.²⁶³

Em 23 de outubro, três dias antes da realização das eleições, uma nota divulgada na *Folha do Povo*, convidava a população jaboatonense para o último comício dos candidatos populares, antes das eleições municipais. O evento seria realizado na Praça Barão de Lucena, no centro de Jaboatão. Iriam falar para o público os “candidatos do povo”, juntos com os deputados Amaro de Oliveira, Agostinho Bezerra e Mauricio Grabois, este último que viera a Pernambuco em nome do senador Prestes para pedir ao povo que votasse nos candidatos da chapa popular. Os jornais de oposição da capital retrataram o evento como “um comício monstro” ainda na tentativa de se reforçar o clima de terror e de instabilidade política no

²⁶² *Folha do Povo*, Recife, 21 de outubro de 1947, 1ª página.

²⁶³ *Folha da Manhã*, Recife, 19 de outubro de 1947, p. 2.

estado de Pernambuco, vale a pena ver um trecho da matéria intitulada “Em Jaboatão é assim...” publicada na capa do *Diário da Manhã*:

“A cidade de Jaboatão, conhecida por Moscozinho, continua entregue aos guerrilheiros do queremo-comunismo, tendo à frente a figura simiesca do seu prefeito, o Sr. Aníbal Varejão. Ainda anteontem, aquela cidade esteve debaixo duma expectativa sombria, nada ocorrendo de anormal, dada a energia do delegado de polícia local, homem fiel às instituições, e que sabe honrar a farda que enverga”.²⁶⁴

Enfim, chegou o dia da realização do pleito. Em disputa estavam dez vagas suplementares para a Assembleia Legislativa, assim como os demais cargos que variavam de acordo com os municípios. Em Jaboatão estavam em disputa os cargos de prefeito e vice-prefeito, os de subprefeito da sede e do distrito de Muribeca, além de nove cadeiras para a Câmara de Vereadores da cidade. A partir da análise dos jornais da época, tudo transcorreu com tranquilidade, não havendo denúncias de abusos ou atritos durante a realização da votação.

Dois dias após as eleições, a *Folha do Povo* publicou a notícia de que não houve em Jaboatão uma abstenção tão alta quanto havia ocorrido na capital, segundo o jornal o número de abstenções foi inferior a 30% do número total de eleitores. A notícia foi recebida com entusiasmo pelo Secretário de Segurança Pública, Murilo Rodrigues como fica perceptível através da análise da reportagem publicada no *Jornal do Commercio* feita com o Secretário no dia seguinte ao pleito:

“No momento em que falávamos com o secretário de Segurança, chegou ao gabinete, vindo de Jaboatão, um seu emissário, que comunicou estar aquele município na mais perfeita ordem tendo havido grande abstenção, praticamente, – afirmou o emissário – do eleitorado comunista. O capitão Murilo não escondeu a satisfação que esta notícia lhe causou: - ‘Coitadinhos – declarou em tom de brincadeira – não farão o prefeito... Você não avalia quanto esta notícia é boa. Um prefeito comunista em Jaboatão iria dar-me muita dor de cabeça...’”²⁶⁵

No entanto, os primeiros números da apuração, ao contrario do que esperava o capitão Murilo, davam uma margem considerável a favor dos candidatos do PSD, pelo visto ele não se livraria tão fácil das temidas dores de cabeça. Prevendo a conquista de alguns postos pelos comunistas no pleito realizado, o jornal *Diário de Pernambuco*, publicou no dia 28 de outubro a matéria

²⁶⁴ *Diário da Manhã*, Recife, 25 de outubro de 1947, 1ª página.

²⁶⁵ *Jornal do Commercio*, Recife, 28 de outubro de 1947, p. 4.

sob o título: “Pernambuco bolchevisado” onde no seu último parágrafo consta a seguinte informação:

“A bolchevização de Pernambuco está em marcha. Só não veem os que voluntariamente se omitirem na ação que é preciso desenvolver para eliminar do país a quinta coluna cuidadosamente organizada pelos comunistas para ferir de morte a nação, quando isso lhes for ordenado de Moscou”.²⁶⁶

Ainda nessa mesma semana o projeto do senador Ivo d’Aquino terminou por ser aprovado no Senado Federal descendo para ser discutido e votado na Câmara dos Deputados, era um indicativo de que os cargos conquistados pelos comunistas democraticamente estavam com os dias contados. Neste clima de terror e tensão construído pela imprensa anticomunista foi divulgado no dia 30 de outubro o resultado final da apuração em Jaboatão. Manoel Calheiros havia sido o candidato mais bem votado, sagrando como prefeito da cidade. Os comunistas ainda conseguiram obter resultados consideráveis em outras cidades de Pernambuco, comprovando mais uma vez a sua popularidade perante o eleitorado urbano do estado.

A vitória dos comunistas em Jaboatão

Em 30 de outubro, a *Folha do Povo* trouxe como manchete principal: “ELEITO EM JABOATÃO O PRIMEIRO PREFEITO COMUNISTA DO BRASIL”, a vitória do médico Rodrigues Calheiros, de fato, representou uma conquista inédita para os comunistas.²⁶⁷ Ainda tinham sido eleitos no município todos os quatro vereadores comunistas indicados pela legenda do PSD. Além desses, foram eleitos mais dois pessedistas para o cargo de vereador, Aníbal Varejão foi eleito vice-prefeito e o comunista José do Rego Barros, também indicado pelo PSD, foi eleito como subprefeito no distrito sede. A tabela abaixo descreve a situação final após a apuração ser finalizada pelo TRE.

²⁶⁶ *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de outubro de 1947, p. 6.

²⁶⁷ Poucas semanas depois em no município de Santo André em São Paulo, o comunista Armando Mazzo, registrado pela legenda do PST, venceu as eleições para prefeito. No entanto, Mazzo sequer chegou a tomar posse devido ao impedimento vindo do TRE.

Tabela 8 - Resultado das eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão

PREFEITO	
CANDIDATO	VOTOS
Manoel Rodrigues Calheiros (PSD indicado pelo PCB)	1829
Carlos Portela (PRD)	1249
VICE-PREFEITO	
CANDIDATO	VOTOS
Aníbal Ribeiro Varejão (PSD)	1945
Prof. Osvaldo Maranhão (PRD)	1016
SUBPREFEITO DO DISTRITO SEDE	
CANDIDATO	VOTOS
José do Rego Barros (PSD indicado pelo PCB)	1632
João Absalão da Silva (PRD)	947
SUBPREFEITO DO DISTRITO DE MURIBECA	
CANDIDATO	VOTOS
Humberto Barradas (PRD)	219
Durvalino de Barros (PSD indicado pelo PCB)	111
VEREADORES	
CANDIDATO	VOTOS
Abimael Santos do Nascimento (PSD indicado pelo PCB)	287
Arnaldo Peixoto de Oliveira (PRD)	285
Rivaldo Claudino de Oliveira (PSD indicado pelo PCB)	283
Odilon Ferreira (PRD)	275
José Rodrigues de Melo (PSD indicado pelo PCB)	220
Elias Manuel da Silva (PSD indicado pelo PCB)	268
Vicente Alberto Caricio (PSD)	184
Bento Ferreira de Carvalho (PRD)	167
José Domingos de Melo (PSD)	147

Fonte: *Folha do Povo*²⁶⁸

Em geral, o resultado demonstra a popularidade dos comunistas em Jaboatão, pois a chapa popular só havia deixado de eleger um subprefeito no distrito da Muribeca, onde quem venceu o pleito foi o candidato do PRD, Humberto Barradas. A derrota nessa região do município tem uma possível explicação. O distrito de Muribeca estava localizado numa região predominantemente rural da cidade de Jaboatão, onde estavam os engenhos de cana-de-açúcar e uma usina levava o mesmo nome do distrito. Apesar de bastante populosa, a região de Muribeca, é possível supor – a partir da verificação do número de votantes do distrito, ao todo 330 eleitores – que a maior parte dos que lá viviam eram analfabetos, logo não podiam votar. Sendo assim, a minha suposição é de que os comunistas não conseguiram levar a maioria dos votos justamente porque a maior parte dos eleitores da região eram produtores rurais ou tinham ligação com essa classe. Logo, seria difícil receber o apoio deles.

²⁶⁸ *Folha do Povo*, Recife, 30 de outubro de 1947, 1ª página.

A partir da tabela exposta acima é possível identificar que a maior parte dos eleitores da cidade vivia na região central, onde ficava o distrito sede e também estavam localizadas as indústrias e a zona comercial do município. Foi justamente nessa região que se originaram a maior parte dos votos dos candidatos comunistas ou e de seus aliados do PSD. O fato de ter poucas vagas em disputa na Câmara Municipal, acrescendo-se a bipolaridade partidária na disputa, ajuda na construção de uma demografia eleitoral deste pleito. A soma dos votos obtidos pelos vereadores comunistas indicados pelo PSD totalizava 1.058 sufrágios, logo, podemos supor, com poucas margens de erro, que esse era o número próximo de eleitores comunistas ou de simpatizantes de suas ideias, número considerável apenas para fins eleitorais. Porém se colocados frente a frente com os quase 40 mil habitantes que viviam no município veremos que as campanhas de terror vinculadas nos jornais anticomunistas, os quais denominavam a cidade como “Moscouzinho de Pernambuco” e diziam que a região estava completamente tomada pelos comunistas, não passavam de alarme falso, com claros e evidentes fins políticos. Sendo assim, não faltaram publicações com este teor nos dias seguintes à vitória do comunista em Jaboatão. O *Diário de Pernambuco*, em fins de outubro, após saber do resultado final do pleito, divulgou a nota intitulada “JABOATÃO NAS MÃOS DA 3ª INTERNACIONAL”:

“O Sr. Otávio Correia mandou sua imprensa embandeirar em arco pela “espetacular” vitória do P.S.D. em Jaboatão. Foi eleito ali, com o apoio da policia política do Sr. Correia um comunista fichado, prefeito do município. É a primeira comuna vermelha de Pernambuco. É a primeira prefeitura onde vai descer a bandeira nacional para em seu lugar erguer-se a flâmula sinistra da foice e do martelo. O “camarada” Calheiros é um filiado á Terceira Internacional Comunista, com sede em Belgrado e si assim é, no dia que receber do Bureau de Consultas dessa longínqua cidade iugolasva, um aviso secreto, para dar um golpe, afim de apoderar-se da base militar de Socorro, o fará sem nenhuma hesitação. [...]

Lembre-se o presidente da república, lembre-se o ministro da Guerra, que a revolução comunista começou em 35, em Socorro. Lembre-se dos oficiais mortos dormindo, por esses mesmos elementos, que hoje estão voltando ás posições para ocupar cargos de comando. Lembre-se enquanto é tempo, pois quando estivermos com a intentona ás portas, maiores serão as dificuldades”.²⁶⁹

O teor da publicação é explícito, demonstrando que a oposição do estado, liderada pelos udenistas, buscava chamar a atenção das autoridades federais para a necessidade de uma intervenção no estado de Pernambuco e, por conseguinte, o expurgo dos pessedistas do controle do estado. Deixo claro que não estou dizendo que o fato da prefeitura ser comandada

²⁶⁹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de outubro de 1947, p. 6.

nos anos seguinte por um comunista seja algo inexpressivo naquele momento, muito pelo contrário, porém é preciso esclarecer que tomou dimensões desproporcionais e que não condiziam com a realidade vivida no município, desde que seja observado além de questões eleitorais. Eleitoralmente o predomínio era inquestionável e trouxe muita dor de cabeça para os anticomunistas que viviam na região que, vez ou outra, tinham que defender e tentar livrar a sua cidade da pecha de “Moscouzinho”.

Voltando aos dados eleitorais, vale enfatizar mais um detalhe: a votação obtida por Calheiros para o cargo de prefeito foi inferior à conquistada por Aníbal Varejão para o de vice-prefeito. Ou seja, os 116 votos que Varejão teve a mais que o médico comunista indicam que a aliança estabelecida não convencera a todos pessedistas. Suponho que os comunistas votaram em bloco fechado para o cargo de vice, mas a recíproca não ocorreu quando os pessedistas foram votar para prefeito. De fato, é possível pensar que alguns pessedistas estavam desconfiados e/ou não satisfeitos com a indicação de um comunista para o executivo da cidade e na hora de votar optaram pelo candidato do PRD ou até mesmo pela abstenção.

No geral, os pessedistas – demasiadamente pragmáticos – haviam se sagrado como o maior beneficiado pela aliança. Tendo em vista que, apesar de sua pouca popularidade em Jaboatão, terminaram por conquistar a maior parte dos cargos em disputa na cidade. Das nove vagas para o cargo de vereador, o PSD conquistou seis – de um total de nove que haviam registrado –, sendo quatro desses recomendados pelo PCB. Já o PRD, com o apoio da UDN, elegeu apenas três dos nove candidatos que disputaram as vagas para vereador na cidade. No entanto, houve discrição ao serem noticiadas as vitórias obtidas em Jaboatão, afinal as escolhas feitas pelo diretório municipal supostamente não agradou às lideranças pessedistas do estado, mas um era “mal necessário”.²⁷⁰

A vitória dos comunistas em Jaboatão, a “cidade heroica”,²⁷¹ trouxe de volta o otimismo para as fileiras do extinto PCB. Ou seja, mesmo com repressão em curso e com a intensificação da clandestinidade, havia uma alternativa para manterem-se ativos perante a sociedade. Apesar de longe do que os comunistas desejavam, as alianças com as mais díspares legendas continuaria a ser uma tática utilizada durante a experiência democrática que foi vivenciada até fins de março de 1964. Enquanto o eleitorado comunista continuou sendo cobiçado por quase todas as legendas partidárias existentes e serviu de moeda de troca em

²⁷⁰ Segundo trecho retirado do *Jornal do Commercio*: “Conseguimos apurar em círculos chegados ao PSD de Pernambuco, que os entendimentos com os comunistas desagradaram alguns líderes do Partido. Estes ficaram espantados com a orientação do Snr. Oswaldo Lima, que teria sido o negociador do acordo com os comunistas. Segundo os mesmos informantes, o Snr. Etelvino Lins é um dos que não aprovam a esta aliança.” *Jornal do Commercio*, Recife, 14 de setembro de 1947, p. 3.

²⁷¹ Como era denominada a cidade pelos jornais publicados pelos comunistas da época.

muitos momentos, permanecendo, assim, brechas para a indicação de comunistas ou de seus simpatizantes pelas legendas que tivessem interesse.

Fora dos limites de Jaboatão, o saldo das eleições para os comunistas também foi significativo. No balanço geral do pleito de outubro de 1947, os comunistas conseguiram através destas alianças, eleger um total de 34 vereadores, 3 subprefeitos e 1 prefeito em todo o estado. Foram eleitos também pelo PSD os candidatos a deputado estadual Nelson Higino, Cassimiro Pereira e Paulo Cavalcanti que tinham sido indicados pelos comunistas. As alianças partidárias foram as mais diversas e variaram de acordo com a localidade, tendo sido vitoriosos alguns comunistas lançados por legendas diversas.²⁷² Ao final da eleição o PSD tinha conquistado a maior parte das cadeiras disputadas nas câmaras de vereadores em todo estado e das 82 vagas que disputou para as prefeituras municipais, conquistou a maior parte delas, consolidando sua hegemonia dentro do processo de transição democrática que estava em curso. O quadro abaixo demonstra o balanço final das eleições municipais em Pernambuco.

Tabela 9 - Quadro geral das eleições municipais 1947 em Pernambuco

PARTIDOS	Nº DE PREFEITOS	Nº DE VEREADORES
PSD	53	416
UDN	20	252
PDC	3	26
PL	3	30
PRB	1	12
PSP ²⁷³	-	19
PSB	-	-
PRD	-	5
PR	2	15
PRP	-	2

Fonte: LAVAREDA, Antônio. *Partidos no pós-guerra: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, p. 127.

²⁷² Nas eleições para prefeito apenas em Jaboatão foi eleito um candidato popular indicado pelo PSD. Para o cargo de subprefeito foram eleitos: 1 em Jaboatão pelo PSD, 1 em São Lourenço pelo PSD e 1 em Paulista pelo PSP. Em Olinda elegeram 4 vereadores pelo PTB, 2 em São Lourenço pelo PSP, 2 em gameleira pelo PRD, 2 em Moreno pela PSP, 1 em Nazaré da Mata pela UDN, 1 em Carpina pela PRD, 1 em Paulista pelo PSP, 1 em Paudalho pelo PSP, 1 em vitória pelo PSD, 1 no Cabo pelo PSP, 1 em Rio Formoso pela UDN, 1 em Timbaúba pela UDN e 1 em Sertânia pelo PSD. *Folha do Povo*, Recife, 15 de novembro de 1947, p. 8.

²⁷³ Um fato interessante e que merece ser enfatizado é o aumento considerável de votos conquistados pela legenda do PSP. Inicialmente é preciso lembrar que esta legenda no pleito de janeiro de 1947 obteve modestos 574 votos em todo o estado, não conseguindo eleger nenhum de seus candidatos. Já nas eleições de outubro o partido se tornou uma das legendas que mais cedeu espaços para os comunistas em algumas cidades do estado. Merece destaque o resultado obtido pelos candidatos populares lançados pelo PSP no Recife, onde o partido obteve um total de 12.960 sufrágios, conquistando doze cadeiras – seis pelo quociente eleitoral e mais seis pelo mecanismo das sobras – na Câmara Municipal, de um total de vinte e três que estavam em disputa na capital do estado.

A conquista dos comunistas no Recife não ficava muito atrás das que foram obtidas pelos de Jaboatão, no entanto, neste último município o destaque dado seria maior pelo fato de ter sido eleito um comunista para o cargo executivo da cidade, situação não vivenciada no Recife. Na *Folha do Povo*, em 31 de outubro, consta a primeira entrevista cedida pelo prefeito Calheiros após sua vitória. Nela o comunista enfatiza o seu compromisso com o povo jaboatonense, afirmando que seguiria as metas do programa mínimo daquele município, e pediu para isso que o povo colaborasse com sua gestão dizendo: “É claro que sozinho ninguém poderá administrar suficientemente, nem encaminhar a resolução desses grandes problemas a que já me referi. A sua solução da união de todas as forças progressistas do município, de todos os cidadãos que amem e desejem realmente o progresso de Jaboatão”.²⁷⁴ Afirmou ainda que a sua vitória em Jaboatão foi fruto da vigilância democrática das camadas envolvidas politicamente neste município e que isto serviria de exemplo para os demais municípios do país. No mesmo dia, o jornal *O Globo* publicou a seguinte mensagem na capa: “TRANSFORMARAM-SE PERNAMBUCO EM VERDADEIRO QUARTEL GENERAL COMUNISTA”.²⁷⁵ A matéria buscou retratar que os pessedistas estavam dominados pelos comunistas locais, fazendo um alerta para as autoridades federais sobre a situação preocupante vivenciada no norte do país.

Com a aproximação da data em que seria realizada a diplomação dos candidatos vitoriosos em Jaboatão, voltaram a surgir novos atritos, pois no dia marcado para a solenidade o Juiz municipal, Aduino Maia, alegou que, por falta de materiais de escritório, a cerimônia não poderia ser realizada no dia 4 de novembro. A citada diplomação finalmente ocorreu três dias depois, quando foram entregues os diplomas sem grandes problemas pelo Juiz Aduino Maia, não tendo comparecido – em aparente ação de protesto – na solenidade os três vereadores eleitos pela legenda do PRD. Restava apenas realizar a cerimônia de posse, que estava marcada para o dia 9 de novembro.

Assim como ocorreu na diplomação, a posse foi adiada, sendo desta vez justificada pelo fato de que havia uma denúncia feita pelo diretório do PRD do município ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), alegando que o prefeito e alguns dos vereadores eleitos eram comunistas, pedindo assim que não fosse efetuada a posse até que fosse apurada a denúncia. Enquanto isso, a oposição continuava a sua campanha difamatória contra os pessedistas e comunistas alegando:

²⁷⁴ *Folha do Povo*, Recife, 31 de outubro de 1947, p. 4.

²⁷⁵ *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1947, 1ª página.

“Esta semana mesmo vamos assistir aqui a um espetáculo curioso: a Prefeitura de Jaboatão vai ser ocupada por um mandatário comunista. Diziam que o Sr. Otávio Correia comparecerá à cerimônia ele mesmo entrega ao ‘kamarada’ Calheiros de uma flâmula da ‘Foice e do Martelo’. Essa flâmula será imediatamente hasteada, sob o canto da Terceira Internacional, cantado e ensaiado com a cooperação da orquestra do padre Cromácio, que dizem irá benzer a bandeirola”.²⁷⁶

O presidente do Tribunal, Desembargador Nestor Diógenes, aceitou o recurso dos udenistas e republicanos democráticos, sem consultar os demais membros da entidade. Na *Folha do Povo* os comunistas manifestaram sua revolta com esta medida. Aos candidatos eleitos em Jaboatão só restava aguardar a resposta do TRE, que já havia negado a procedência de recursos semelhantes nos municípios de Goiana e Garanhuns. Em sessão extraordinária o recurso foi julgado por unanimidade como improcedente, sendo negado plenamente pelos juízes do TRE, os quais concluíram que não havia impedimentos para que fosse realizada a posse dos candidatos eleitos em Jaboatão. Na defesa foi alegado entre outros pontos, que os candidatos ao serem registrados pelo PSD tinham antes de tudo aceitado e concordado em seguir o regimento e os princípios deste partido. Enfim, a cerimônia de posse foi realizada no dia 13 de novembro, em meio a uma grande festa da população local que saudou os candidatos no momento em que eram empossados. Nos dias seguintes o *Diário da Manhã* comentou:

“O prefeito de Jaboatão tem recebido inúmeras mensagens de felicitações de Moscou, Belgrado ou outras regiões contaminadas do globo. Vê-se que o prefeito de Jaboatão está com tudo. Enfim, aquele município passou à categoria de território livre. Ali tudo vai indo com muita calma. Consta que o prefeito pretende construir uma linha férrea subterrânea ligando Moscouzinho a Moscouzão”.²⁷⁷

Enfim, depois de empossados, restava à frente encaminhar a gestão, buscando conciliar com as forças antagônicas e pondo em prática os projetos contidos no programa mínimo. A união com o PSD, que durante todo o ano de 1947 se mostrou bastante frutífera, após o pleito de outubro passou a apresentar os primeiros sinais de crise. A repercussão na mídia sobre o prefeito comunista de Jaboatão tomou dimensões fora do comum, chegando o jornal *O Globo*, com sede no Rio de Janeiro, a enviar um repórter especial para verificar de perto a situação política de Pernambuco.

Na série especial do jornal foram publicados entre os dias 6 e 14 de novembro, nas capas, fragmentos do foi sendo apurado pelo jornalista Antonio Vianna que havia sido enviado para Pernambuco. No geral as matérias visavam à construção de um cenário caótico e

²⁷⁶ *Diário da Manhã*, Recife, 6 de novembro de 1947, p. 2.

²⁷⁷ *Diário da Manhã*, Recife, 16 de novembro de 1947, p. 3.

assustador, onde a situação já estava fora do controle das autoridades estaduais, que inclusive estavam em conluio com os comunistas. A ideia era vender a imagem de que os comunistas dominavam praticamente tudo em Pernambuco, chamando mais atenção a matéria publicada no dia 10 de novembro que foi intitulada “ARMAS E MUNICOES SECRETAS – OS COMUNISTAS DE PERNAMBUCO JÁ TÊM TRAÇADO UM TENEBROSO PLANO, COM IRRADIACAO POR TODO O NORDESTE” informando aos leitores:

“EM PERIGO DE IR PELOS ARES O MAIOR ENTROCAMENTO FERROVIARIO DO NORDESTE – Providos de dinamite, pólvora e estopim em quantidades misteriosas (graças a uma pedreira que adquiriram e jamais exploraram), os comunistas de Jaboatão constituem permanente ameaça às oficinas da Great Western, que se veem na foto acima. Ali trabalham cerca de 1.200 operários a maioria dos quais pertence a organização vermelha. A semana passada um deles o funcionário Armando Xavier Caldas, revelou que tudo aquilo iria pelos ares se o Comitê Nacional do partido assim o determinasse. Em Jaboatão apelidado de ‘Moscouzinho’, se cruzam os trens de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Paraíba”.²⁷⁸

Ainda na mesma matéria, o jornalista informava que havia obtido muitas informações com o serviço secreto da 7ª região militar,²⁷⁹ que desde o fechamento da DOPS em Pernambuco, tinha assumido – discretamente – as funções de vigilância da ordem política e social no estado. Além disso, obteve dados com fontes no Ministério do Trabalho que conhecia a situação dentro dos principais sindicatos do estado e verificava a condição de hegemonia dos comunistas dentro dos principais órgãos de classe da região. Nos dias seguintes ocorre o protesto por parte das autoridades políticas de Pernambuco, que tentavam refutar todas as informações publicadas e deixar claro que tudo estava na mais perfeita ordem dentro do estado. Na mesma semana em que ocorreram as publicações pelo jornal *O Globo* os primeiros reflexos foram sentidos pelo governo do estado, merecendo destaque o pedido de exoneração feito pelo secretário de segurança pública, Murilo Rodrigues, que deixou o cargo alegando problemas de saúde – provavelmente tinha sido acometido pelas temidas dores de cabeça que vieram após ser confirmada a vitória dos comunistas em Jaboatão. Em declarações posteriores aos jornais da cidade,²⁸⁰ o capitão alegou que o pedido de exoneração foi motivado por se sentir impossibilitado para agir e que o cargo era constantemente alvo de politicagens, que terminavam por comprometer o seu trabalho. Nos dias seguintes, assumiu a Secretaria

²⁷⁸ *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1947, 1ª página.

²⁷⁹ Ao que tudo indica o serviço secreto do Exército ao passo que a DOPS-PE foi desativada em fins de julho de 1947, tornou-se o principal órgão de vigilância das atividades comunistas, chegando naquele momento a surgir polêmicas sobre a existência de duas polícias no estado, uma do estado e outra do Exército.

²⁸⁰ *Jornal do Commercio*, Recife, 12 de novembro de 1947, 1ª página.

Alarico Bezerra que passou a agir com mais rigor contra os comunistas. A nomeação era uma resposta às notícias que repercutiram nacionalmente e começavam a pesar sobre o governador de Pernambuco. Em 15 de novembro foi divulgada no jornal *O Globo* a seguinte nota:

“A nota política de sensação foi a nomeação, que acaba de ser feita, do Sr. Alarico Bezerra Cavalcanti, para a secretaria de Segurança Pública. Essa nomeação, noticiada ontem aqui, foi logo depois energeticamente desmentida pelo governador Octávio Correia e pelo próprio Sr. Alarico Bezerra Cavalcanti. Horas depois, com surpresa geral, foi anunciada a assinatura do decreto. Noticiando o fato, o ‘Diário da Noite’ explica que o desmentido do governador representava um ato de simples cautela, em virtude de não ter o mesmo recebido, até ontem a resposta do general Castello Branco, a cuja aprovação condicionara a nomeação de Alarico Bezerra Cavalcanti. Este possui, sabidamente boas relações de amizade com o comandante da 7ª Região e outros altos oficiais da guarnição federal do Recife. É, por outro lado, grande amigo do Sr. Barbosa Lima Sobrinho e desafeto dos Srs. Agamenon Magalhães e Novaes Filho”.²⁸¹

No dia seguinte algumas medidas já estavam em andamento. Em entrevista para o jornal *O Globo*, Alarico Bezerra, comentou sobre o envio do destroyer Mariz e Barros para o Recife levando um contingente de fuzileiros navais e afirmando que a polícia e o exército poderiam agir em conjunto na repressão contra as tentativas de perturbação à ordem, segundo o comentário feito no jornal, a vinda de reforços militares era um indício “de que algo estava pra acontecer em Pernambuco, em virtude da próxima cassação dos mandatos dos parlamentares vermelhos”.²⁸² Por outro lado, o principal órgão dos comunistas da capital federal, o jornal *Tribuna Popular*,²⁸³ criticava acidamente as publicações feitas pelo *O Globo* indicando que havia uma conspiração palaciana em curso que tinha como objetivo maior instalar o caos em Pernambuco para que o governo federal pudesse intervir no estado.

Após as publicações alarmantes – exageradas em muitos aspectos – desse jornal, terminou por intensificar o temor ao avanço dos comunistas e ao mesmo tempo o surgimento de cobranças ao governador interino Otávio Correia que acabou cedendo devido às pressões que vinha sofrendo. Nesse tempo os comunistas passaram a protestar contra Otávio Correia pela repressão que tinha sido iniciada após a nomeação de Alarico Bezerra para a Secretaria de Segurança Pública. As críticas com o passar do tempo ficaram mais ácidas, chegando a ser chamado de “pau mandado” de Dutra pelos membros do PCB na Assembleia revoltados com

²⁸¹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1947, 1ª página.

²⁸² *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1947, 1ª página.

²⁸³ *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1947, 1ª página.

a situação.²⁸⁴ Não vendo solução para o caso os comunistas reagiram e partiram rumo a uma aliança com o grupo da Assembleia liderado pela UDN, como narrou o cronista Andrade Lima Filho:

“Irritada com o anticomunismo exacerbado de Alarico, a bancada comunista, sob as bênçãos católicas-apostólico-romanas do Padre Félix, contraiu núpcias com o bloco coligado, desquitando-se do PSD. Para quê? Para uma manobra de força, muito comum às maiorias eventuais, a fim de modificar o Regimento da Assembleia Legislativa, eleger nova mesa e tirar desse modo Otávio Correia do governo, pondo lá um elemento seu. [...] Numa manhã de domingo, 30 de novembro de 47, às 9:30, em sessão extra, a nova conjura, agora perfeitamente lícita, deu o primeiro passo para a derrubada de Otávio Correia, reformando a toque de caixa o Regimento. A seguir, preparou-se para eleger Pio Guerra presidente, fazendo-o, portanto, governador. No palácio, àquela altura, armava-se um velório, pois Otávio estava por um fio. Então Alarico, o bárbaro, acusado de responsável por Metódio Godoi, invocava, a um canto, os seus deuses visigóticos e anunciava com aquele vozeirão que lembra um rugido de Adamastor: - ‘Se meu amigo Otávio cair por minha causa, o Recife terá hoje uma noite de São Bartolomeu’. Felizmente não caiu, não sendo preciso convocar o santo. Constâncio Maranhão, outro que tinha fobia ao vermelho, na hora H, foi Agamenon, votando contra”.²⁸⁵

O registro acima demonstra que os pessedistas por pouco não perderam o posto no executivo do estado, graças ao udenista Constantino Maranhão – e não Constâncio – que contrariando o seu grupo, votou contra a medida. No entanto, o relato de Lima Filho deixa claro que a união entre pessedistas e comunistas já tinha ficado no passado. A partir de dezembro também entrou em pauta na Câmara Federal a discussão do projeto que pedia a cassação dos mandatos dos comunistas que tinham sido eleitos, que segundo as informações da imprensa passou a dar passos largos e caminhava para ser aprovado a qualquer momento. O final do ano de 1947 foi marcado pela instabilidade e o terror do domínio comunistas em Pernambuco que terminou por provocar um afastamento maior dos membros do PSD e do PCB, fazendo daquela “comunhão parcial de bens” uma “união instável” com largas chances se converter em “divórcio” a qualquer momento. Sobre o assunto, vale verificar a opinião exposta pelo comunista Carlos Marighela a respeito dessa união instável entre os comunistas e pessedistas em nível nacional na *Revista Problemas*. Neste periódico comunista, Marighela expôs a sua opinião sobre a situação em dezembro de 1947 no artigo sob o título “Nossa Política”:

“Nossa própria aliança com o PSD no caso da vice-governança paulista veio evidenciar que os setores mais ponderáveis da indústria e do proletariado estão com os

²⁸⁴ *Jornal do Commercio*, Recife, 28 de novembro de 1947, p. 4.

²⁸⁵ LIMA FILHO, Andrade. Op. cit., p. 248-249.

comunistas e que são estes os mais consequentes defensores de nossa soberania. A vitória de Novelli Jr. apenas indica que os diretórios do PSD no interior obedecem à orientação dos fazendeiros, e a nenhuma dependência se sujeitam por parte do Diretório Nacional. É isso, aliás, o resultado de ainda no Brasil possuímos uma democracia formal, mercê da sobrevivência do monopólio da terra — base da reação e do fascismo. Nossa aliança em S. Paulo com o PSD constituiu, entretanto, um decisivo passo em frente no caminho da União Nacional contra a reação, o imperialismo e pela defesa da democracia. A cassação dos mandatos poderia parecer à primeira vista a mais completa negação do acordo feito em S. Paulo, que revelou, aliás, a desagregação petebista no caso da derrota de Cirilo Jr., visto como este último só obteve maioria de votos nos municípios de eleitorado comunista majoritário. A aparente contradição da atitude do PSD em face do projeto de cassação e do acordo realizado não indica, entretanto, que o nosso caminho seja o do isolamento”.²⁸⁶

Serve como indício do apaziguamento da situação entre as duas maiores forças políticas nacionais, a matéria intitulada “Pacificação em São Paulo e Pernambuco” que foi publicada pelo *O Globo* em sua última edição do ano. No geral a nota discorre a respeito da posse de Barbosa Lima Sobrinho que segundo o jornal:

“Já não era mais objeto de dúvidas, ao aproximar-se o ato final da chamada ‘batalha das nulidades’. Sua posse deverá concretizar-se no transcorrer de 1º trimestre de 1948; e o candidato pessedista já então estará cercado de prestígio necessário para exercer seu mandato, num clima de compreensão e mutuo respeito”.²⁸⁷

A matéria demonstrava alguns indicativos da abertura de novos caminhos da política nacional para o ano seguinte, que terminou marcado pela aproximação entre PSD e UDN nos debates nacionais. A “união sagrada”²⁸⁸ foi umas das principais conquistas dos anos finais do governo Dutra. Segundo Lucia Hippolito:

“Nascido de negociações entre o presidente Dutra e os governadores udenistas Otávio Magabeira (BA) e Milton Campos (MG), o acordo envolvia o PSD, a UDN e o PR – excluindo-se o PTB – e visava ‘consolidar o regime, promover planos econômico-financeiros e fazer cumprir a legislação relativa à elevação do nível de vida dos brasileiros’. Mas o que estava verdadeiramente em jogo era a sucessão presidencial de 1950. Dutra tentava coordenar uma candidatura ‘de união nacional’ para manter o controle da própria sucessão”.²⁸⁹

²⁸⁶ Problemas: Revista Mensal de Cultura Política nº 5 - Dezembro de 1947. Disponível em: <http://www.marx.org/portugues/marighella/1947/12/politica_05.htm>. Acesso em: 14 jan. 2015.

²⁸⁷ *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1947, 1ª página.

²⁸⁸ Segundo Luís Reznik: “O trauma da derrota udenista em 1945 pretendia ser exorcizado pelo acordo interpartidário de janeiro de 1948. Ao menos essa parecia ser a intenção do governo e da maioria da UDN. O acordo propunha a colaboração no Executivo, com a participação de ministros udenistas no governo, e no Legislativo, para a aprovação das medidas propostas pelo governo”. Ver: REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 83.

²⁸⁹ HIPOLLITO, Lúcia. Op. cit., p. 69-70.

Acredito que Hippolito não tenha atentado para um terceiro fator que também motivou a coligação entre os partidos. O fator a que me refiro é o combate ao comunismo. Afinal se os partidos continuassem a promover desavenças e agressões uns contra os outros, isso terminaria por beneficiar as forças que estavam à margem do processo, com destaque para o PTB de Vargas e por outro lado os comunistas em suas “trilhas subterrâneas”. A matéria publicada n’*O Globo* logo acima emite sinais de que essa união do PSD e UDN já estava em pauta. Afinal para um periódico que no mês anterior fez de Pernambuco – região onde os pessedistas eram majoritários – uma zona de domínio comunista com a conivência do PSD, no final do mês seguinte saudar a iminente posse de Barbosa Lima, era realmente um sinal que as coisas haviam mudado. Segundo Andrade Lima Filho, havia também sinais de cansaço:

“Não era só Pernambuco. A nação já estava cansada também, cansada e escandalizada, diante de insolubilidade do caso eleitoral pernambucano. Órgãos insuspeitíssimos da imprensa carioca saíam a campo para protestar contra a protelação criminosa. – “Já basta” – dizia o “Diário de Notícias”, sabidamente brigadeirista. – “É demais” – acrescentava o “Correio da Manhã”, outro porta-voz da UDN. A própria justiça não escondia sua irritação”.²⁹⁰

O ano terminou com a certeza de que a qualquer momento o Projeto de Lei do pessedista Ivo d’Aquino foi aprovado pela maioria na Câmara e seguiu logo para a sanção presidencial. Mais um indício de que a cassação dos mandatos dos comunistas era iminente encontra-se nas páginas d’*O Globo* que noticiou em 30 de dezembro: “A reportagem d’OGLOBO apurou que está sendo organizado no Rio, com caráter de urgência, um novo batalhão de caçadores. A unidade, que sairá da Vila Militar, destina-se a Pernambuco”.²⁹¹ Enfim, as projeções para o ano seguinte não eram nada promissoras para os comunistas.

Os reflexos de uma escolha

A vitória do médico comunista Manoel Rodrigues da Silva Calheiros para a prefeitura de Jaboatão colocou a cidade no centro das atenções, visto que em tempos de Guerra Fria tinha elegido um militante do extinto PCB como gestor do executivo municipal. A notícia se espalhou pelo Brasil, reforçando a fama do município de “Moscuzinho do Brasil”,²⁹²

²⁹⁰ LIMA FILHO, Andrade. Op. cit., p. 256.

²⁹¹ O Globo, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1947, 1ª página.

²⁹² É preciso deixar claro que em nenhum dos documentos produzido pelos comunistas que foram analisados no decorrer desta pesquisa foi possível verificar a referencia ao termo “Moscuzinho” para se referir a Jaboatão. Utilizavam-se de expressões como “cidade heroica”, “gloriosa cidade”, entre outras. Suponho que a alusão feita

denominação que para os mais conservadores da cidade era motivo de vergonha, sendo considerada uma pecha a ser apagada da memória local. Segue o trecho publicado pelo cronista Van-Hoeven Veloso que escreveu um dos poucos livros que narram a história de Jaboatão:

“Se Jaboatão teve um dos primeiros ou o primeiro prefeito comunista do Brasil não foi ele eleito pela legenda do PCB, mas com o prestígio do partido majoritário, o partido do governo, principal fato de sua eleição; e, sobretudo, tratava-se de um grande médico, caridoso, que desfrutava de conceito na cidade. Impingiram a Jaboatão a pecha de MOSCOUZINHO para o sensacionalismo das reportagens jornalísticas. A má fama se espalha depressa. E o epíteto de Jaboatão correu o mundo. Os comunistas, em Jaboatão, na legalidade, não conseguiram eleger um único vereador sequer; enquanto no Recife elegeram um grande número de vereadores e o prefeito, nem por isso a capital do Estado foi tachada de Moscouzinho ou de Lenigrado. E Jaboatão até hoje sofre as consequências dessa maldita pecha”!²⁹³

O trecho extraído do livro publicado pela primeira vez em meados de 1978 por Veloso é simbólico e demonstra o fardo pesado que a memória da cidade carregava. Mesmo com o passar de quase três décadas ainda assim o fato era lembrado com bastante ranço e com sinais evidentes de distorções que não ingenuamente foram construídas e publicadas. A presente pesquisa demonstrou que, naquele período, o prestígio do PSD em Jaboatão era inexpressivo. Logo a afirmação do cronista não procede, ao dizer que os comunistas só elegeram Calheiros por conta do apoio do “partido majoritário, o partido do governo”. Na sequência ele parte para aliviar as contas para o prefeito eleito, alegando que o mesmo era um comunista, porém um comunista idealista e moderado, e não um agitador. Seria mais uma forma de minimizar e expurgar os feitos “negativos” da memória da cidade. Por fim, o autor também se “equivocou” ao dizer que “os comunistas, em Jaboatão, na legalidade, não conseguiram eleger um único vereador e o prefeito”. Afinal, não foram realizadas eleições municipais com o PCB na legalidade. Encerra o trecho deixando evidente o quanto incomodava a “pecha” imposta à sua cidade, exclamando em tom de “basta!” que o fato fosse de uma vez por todas apagado da memória de seus patrícios.

Apesar dos contratemplos e dos empecilhos impostos pelos opositores, Calheiros tomou posse na prefeitura de Jaboatão. Seus passos passaram a ser vigiados com maior intensidade pelos investigadores da polícia política, como é possível observar em seu prontuário no acervo da DOPS-PE. Grande parte dos documentos existentes na pasta de

à capital soviética tenha sido criada e difundida por setores que faziam oposição aos comunistas e que queriam incutir o medo de um possível avanço de seus ideais na sociedade.

²⁹³ VELOSO, Van-Hoeven Ferreira. Op. cit., p. 188.

Calheiros remete ao período posterior às eleições de 26 de outubro de 1947, quando já havia sido eleito prefeito em Jaboatão. Em geral, sua gestão foi muito conturbada e com diversos obstáculos, agravando-se o fato de não poder contar com o apoio necessário do governo estadual²⁹⁴ e até mesmo da Câmara Municipal da cidade, que era composta em sua maior parte por opositores dos comunistas.

Juntando-se a isso, é possível verificar que a família de Calheiros não estava se sentindo confortável com aquela situação, principalmente por temerem os seus efeitos negativos. De fato, vivia-se naquele momento numa sociedade onde o anticomunismo era difundido dentro das diversas culturas políticas existentes e os agentes repressivos deram continuidade ao projeto estadonovista de contenção do avanço comunista no Brasil ainda que de maneira menos explícita. Além da vigilância por parte do Estado, era notável também a preocupação de uma parcela considerável da sociedade que temia a difusão dos ideais comunistas.²⁹⁵ Como se não bastassem as perseguições não ficaram restritas à vida de Calheiros, se estendendo à de seus filhos. Vladimir, por exemplo, foi expulso do Colégio Marista do Recife no final do ano letivo de 1947, sendo obrigado a procurar outra escola. Sua filha Marília, por sua vez, contou que quando o pai se tornou prefeito de Jaboatão em fins de 1947 estudava no Colégio Vera Cruz, tradicional instituição educacional de orientação católica do Recife. Ela sentiu os efeitos de ser filha de um comunista ao ter sido praticamente obrigada a se transferir da escola no final daquele ano, segue seu relato:

“Passei no ‘Vera Cruz’ apenas um ano, o primeiro Clássico. Quando, no fim das férias, estando eu ainda na casa dos meus avós, no interior de Alagoas, mamãe foi renovar minha matrícula, a diretora ofereceu minha transferência. Mamãe, surpresa insistiu para que ela dissesse o que eu fizera de tão grave, mas aquela freira não encontrou o que dizer; inclusive minhas notas de conduta eram ‘ótima’ e ‘boa’. Falou, ‘cheia de dedos’, que era melhor me transferir para outro colégio, lhe dando, com minha transferência, um atestado de ‘boa conduta e nenhum impedimento’. Algum tempo mais tarde ficamos sabendo o porquê daquela expulsão: ‘Marília, (dissera ela à alguém que se admirara com tal injustiça) é muito boazinha mas, seu pai é comunista’”²⁹⁶

Este relato nos mostra o preço que se pagava por ser comunista naquele período. O trecho “é muito boazinha, mas seu pai é comunista” demonstra o quanto os diretores daquele colégio, marcado pela forte tradição religiosa, temiam uma possível “contaminação” de seus

²⁹⁴ Segundo a máxima de Victor Nunes Leal: “O maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário”. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 67.

²⁹⁵ Sobre o anticomunismo no Brasil ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra..* Op. cit.

²⁹⁶ GUERRA, Marília Calheiros. Op. cit., p. 73.

alunos pelo “vírus do comunismo”. Sendo assim, optaram por expurgar as possíveis más influências ali existentes. É possível afirmar que Marília não foi a única a passar por esta situação durante aquele período e o seu relato representa um retrato de uma sociedade que relutava e combatia, com todas as armas acessíveis, quaisquer resquícios do comunismo. Suponho que a solicitação para que a aluna fosse transferida de escola era assim não só uma medida de precaução, mas também uma forma de punição simbólica ao seu pai comunista. Se for observado um pouco mais a fundo, é possível conjecturar que houve também uma cobrança por parte dos pais dos alunos daquela escola que não queriam ver seus filhos compartilhando o mesmo espaço com uma filha de um comunista. No ano seguinte, Marília foi aceita no Colégio São José, que apesar de ser tão tradicional e religioso quanto o anterior, não rejeitou a sua matrícula. Mesmo passando por estes constrangimentos, a filha conservou a admiração pelo pai e sempre que se refere à figura dele tenta expor quase sempre seu lado de bom cristão, como no trecho a seguir:

“Devo confessar que nunca tive mágoa de meu pai por me causar aqueles vexames. Por ser comunista, ou apesar de sê-lo, foi a mais caridosa e mais justa criatura que conheci durante toda minha vida. Todos os dias agradeço a Deus o privilégio de ter sido sua filha”.²⁹⁷

Apesar de não ser evidente, é possível notar neste trecho, assim como em outras passagens do livro escrito por Marília Calheiros, a presença de alguns traumas que possivelmente sofreu durante boa parte de sua vida. Provavelmente ouviu desde muito jovem ofensas direcionadas ao seu pai, que assim como todos os comunistas era tido como inimigo da fé cristã, da pátria e da família. Isso se refletiu na construção de sua memória sobre o pai, pois, ao elaborar seu discurso, construiu sua imagem como um ótimo ser humano, um pai e marido exemplar e que, no fundo, o comunismo jamais o fez desvincular-se dos princípios cristãos. Portanto percebe-se em sua narrativa que Manoel Calheiros deve ser lembrado como um “exemplo de ser humano”.

Ao contrário disso, Vladimir Calheiros não utilizou os mesmos elementos discursivos da irmã quando se referiu à vida do pai. Podemos até dizer que em sua memória habita outro Manoel Calheiros. Nos seus relatos o pai foi pouco presente. Apesar de não tecer longas críticas, deixa isso nas entrelinhas, como já foi exposto. Em nenhum momento do livro Vladimir buscou relacionar as práticas do pai com o cristianismo. Ao contrário do que se observa no livro de sua irmã, sequer é possível ver esta palavra em toda a obra. Seria pelo fato

²⁹⁷ GUERRA, Op. cit., p. 73.

de ser mais afastado do pai? Ou de ter dado uma guinada para a extrema direita? Ou apenas porque nele o cristianismo não estava tão enraizado em sua memória, como na da irmã, não vendo lógica em vincular a figura do pai ao pensamento cristão? Vladimir não quis fornecer seu relato oral para esta pesquisa, o que impossibilitou vislumbrar respostas para estas questões. Ele aparenta não se sentir confortável ao falar do assunto mesmo depois de tanto tempo passado. De fato, o seu silêncio é significativo e serve como mais um indício da existência possíveis traumas em sua memória que não foram superados. Ao contrário de sua irmã Marília, que, por muitas vezes, contribuiu com seus relatos para esta pesquisa, sendo sempre muito receptiva e cordial. É interessante enfatizar um pequeno detalhe: Vladimir escrevera seu livro em 1998 e até a publicação dos escritos de sua irmã Marília passaram-se quase uma década e pode-se supor a partir da análise dos dois textos uma possível tentativa da filha de Calheiros construir não somente um livro de memórias, mas também de reparação familiar, visto que possivelmente discordava de algumas exposições feitas por Vladimir a respeito de seu pai.

A partir destas visões construídas, foi possível observar os tormentos que acometiam a vida de um comunista. De fato, quando Calheiros se tornou prefeito de Jaboatão, passou a ser alvo de duras críticas e ofensas por parte de seus opositores. Estes tentaram por algumas vezes tirá-lo da administração do município, alegando sua relação com o comunismo ou procurando motivos banais que pudessem justificar sua deposição.

Manoel Calheiros deixou a prefeitura de Jaboatão em fins de 1950, quando acabou o seu mandato, provavelmente com um sentimento de impotência por não ter conseguido mudar muita coisa naquela cidade. Esta experiência direta com a política foi suficiente para ir afastando-o nos anos seguintes da militância. Durante a década de 1950 ainda participou da organização e divulgação de algumas campanhas alavancadas pelos comunistas, embora com atuação mais restrita e sem grande destaque.²⁹⁸

²⁹⁸Sua gestão foi muito conturbada, porém Calheiros resistiu e conseguiu concluir seu mandato. Até meados 1950 tinha ao seu lado quatro vereadores comunistas, que também haviam sido eleitos pelo PSD, no entanto em julho deste ano estes foram depostos de seus cargos. Nos últimos meses que esteve no cargo, Calheiros ficaria isolado e cercado por opositores que fizeram de tudo para que seu governo fosse um fracasso completo. Junte-se a isso o fato do governador de Pernambuco, o pessedista Barbosa Lima Sobrinho, ter reduzido consideravelmente os recursos enviados para Jaboatão durante a gestão de Calheiros. Vivenciou ainda, poucos anos depois, o retorno de um regime repressivo após o Golpe Civil-Militar de 1964, que provavelmente foi também o golpe sacramental sofrido pela sua vida política. Durante os 21 anos de vigência do regime militar, Calheiros dedicou-se nos seus últimos anos de vida à Medicina e à família. Interessante expor que ao final de sua vida teve ainda uma aproximação maior com a doutrina espírita, chegando a dar um depoimento no jornal espírita de Pernambuco, no início da década de 1970. Faleceu em 15 de junho de 1986 em decorrência do agravamento de seus problemas pulmonares. Seu nome raramente aparece nos livros de memórias dos ex-militantes comunistas que retrataram o período analisado nesta pesquisa, enfim, foi esquecido pelos comunistas, como também por seus opositores.

CONCLUSÃO

De acordo com o que foi apresentado no decorrer deste trabalho, pode-se afirmar que a vitória de Manoel Rodrigues Calheiros em Jaboatão representou grande conquista para os comunistas que, mesmo com as perseguições que vinham sofrendo desde a cassação de seu partido em princípios de maio, conseguiram demonstrar e exercer sua força na região. No entanto, é interessante notar o quase silenciamento do Partido Comunista e de seus membros em relação ao episódio já que, aparentemente, com o passar dos anos deixaram de fazer referência às eleições de 1947 em Jaboatão.

Um fato interessante – e também praticamente esquecido – é que Calheiros não só assumiu a prefeitura como também concluiu o seu mandato, deixando o cargo somente em fins de 1951 depois de realizadas novas eleições. Enfatizo que os comunistas eleitos em Jaboatão sobreviveram ao processo de cassação dos mandatos ocorrido em princípios de 1948 e contaram – pelo menos nos primeiros meses após o pleito de outubro – com o apoio dos possedistas para se manterem nos seus cargos. Mesmo assim, não foram poucas as tentativas de expurgar os comunistas da Prefeitura e da Câmara dos Vereadores de Jaboatão.

Com a mudança de postura do PCB em princípios de 1948, os comunistas foram deixando de lado a tática de “união nacional” e passaram a direcionar agudas críticas ao governo Dutra e às demais forças que davam sustentação ao seu governo. Ao defender linha política radical e sectária, os dirigentes no PCB realizaram autocrítica, declarando ao seu público os equívocos cometidos em decorrência de atitudes “pequeno-burguesas” e “infantis” de terem acreditado numa possível “união nacional” com as demais forças políticas do país. O Manifesto de Agosto publicado em 1950 foi o documento que consolidou a postura revolucionária e insurgente dos membros do PCB que, neste momento, já haviam perdido espaço e membros em decorrência da perseguição que vinham sofrendo.

Enquanto isso Calheiros continuou a exercer seu mandato em Jaboatão e, até onde se sabe, nunca chegou a falar em renunciar ao seu mandato por não acreditar mais na democracia liberal instaurada no país. Penso que essa guinada na postura do Partido Comunista do Brasil tenha sido a principal motivação para o silêncio e o esquecimento ocorrido em relação ao fato. Nos diversos relatos de memórias publicados posteriormente pelos comunistas e, por conseguinte, na bibliografia que analisa a política pernambucana durante o período, é perceptível a ausência de informações sobre a eleição do primeiro prefeito comunista no Brasil. Mesmo quando é feita a referência, elas aparecem carentes de informações mais aprofundadas e na maioria das vezes não citam nem o nome do prefeito eleito em Jaboatão. Em uma das principais referências sobre a história do PCB, do historiador Ronald Chilcote,

consta apenas a informação: “um candidato do partido foi eleito no município próximo de Jaboatão”.²⁹⁹ Já o cientista político Antonio Lavareda, em uma das poucas obras que retratam a política pernambucana durante o recorte temporal aqui abordado, informou apenas que nas eleições de outubro de 1947: “o PCB elege seus ‘candidatos populares’ apenas à prefeitura de Jaboatão”.³⁰⁰

Com relação à memória dos militantes do Partido Comunista não foi encontrada nenhuma referência expressiva e direta às eleições em que Calheiros se elegeu como prefeito, embora nos seus livros de memórias os comunistas Moisés Vinhas³⁰¹ e João Falcão³⁰² relatam, em uma ou duas linhas, que “foi eleito o primeiro prefeito comunista do Brasil em Jaboatão” e nada mais. No livro do militante pernambucano Paulo Cavalcanti³⁰³ encontra-se breve referência ao acontecimento em Jaboatão, mas também discreta. O militante pernambucano Gregório Bezerra deixou passar a informação e sequer relatou a ocorrência. No entanto, saudou com louvor a conquista de Armando Mazzo para prefeito de Santo André ocorrida no mesmo período. Um fato que reforça o argumento o esquecimento voluntário por parte dos membros do PCB é que Mazzo sequer chegou a ser empossado como prefeito da cidade. No entanto, não foi esquecido pelos membros do partido, ao contrário do que houve com Calheiros. De fato, durante a longa trajetória de clandestinidade dos comunistas seria muito mais lógico que fossem evidenciados os atos proibitivos cometidos pelo “regime repressor” em detrimento de conquistas obtidas em decorrência de posturas que não faziam parte mais da ordem do dia. Com a mudança de postura do PCB em 1948 a aliança com o PSD de Jaboatão passou a ser vista como um erro, um desvio pequeno-burguês para utilizar a linguagem dos comunistas e deveria ser, portanto, expurgado e esquecido, pois era atitude oriunda de “desvios ideológicos”.

Ficam sinalizadas, assim, as formas como a memória se organiza, sempre seletiva e nunca ingênua. É evidente a partir da análise das reminiscências dos comunistas que foi mais interessante retratarem-se como vítimas da repressão do que relembrar as incongruências e desvios cometidos no passado. Essa é a maneira que escolhi para explicar, depois de uma longa análise, o esquecimento do episódio ocorrido em Jaboatão.

Outro detalhe interessante é em relação ao termo “Moscouzinho”. No decorrer desses anos de pesquisa não encontrei nenhum documento que comprovasse a utilização do termo

²⁹⁹ CHILCOTE, Ronald H. Op. cit., p. 271.

³⁰⁰ LAVAREDA, Antonio. Op. cit., p. 122.

³⁰¹ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 90.

³⁰² FALCÃO, João. Op. cit., p. 360.

³⁰³ CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes...* Op. cit., p. 247.

pelos comunistas. O mesmo não posso dizer dos órgãos de repressão e jornais que faziam oposição aos comunistas. A referência à cidade com a alcunha que remete à capital da União Soviética é lembrada por muitos até hoje. No entanto poucos sabem as motivações da conquista desta denominação.

Os dois primeiros anos da experiência democrática inaugurada em fins de 1945 foram também marcados pelo dilema nacional com relação à aceitação ou não da atuação dos comunistas legalmente na sociedade. O anticomunismo incrustado nas diversas culturas políticas atingiu um grau bastante elevado, o que se refletiu na intensificação das campanhas vinculadas na imprensa e nas diversas instituições. Dessa maneira, uma das formas encontradas para combater o “inimigo vermelho” foi justamente construir imagens e discursos em que a influência dos comunistas assumisse uma dimensão maior do que a que realmente possuía. Sendo assim, uma das táticas utilizadas foi a de aplicar alcunhas que remetessem ao mundo soviético e/ou a locais onde a atuação e a popularidade dos comunistas eram mais fortes.

Exemplo dessa prática são as denominações impostas no decorrer da experiência democrática às cidades de Santos que também era chamada de Moscouzinho ou Barcelona. Já locais em que a população se insurgiu contra os proprietários de terras, como ocorreu em Porecatu no Paraná e na região do Corta Braço na periferia de Salvador, eram retratadas pela imprensa como “um pedacinho da Rússia”. Curioso é que em ambos os movimentos a participação dos comunistas foi limitada. Porém, qualquer indício era suficiente para reforçar a imagem de um avanço iminente. Anos mais tarde foi a vez de Cachoeiras do Macacú, no estado do Rio de Janeiro, centro de forte presença de operários da Ferrovia Leopoldina, que passou a ser denominada como a “Cuba Brasileira” ou simplesmente “Cubinha”. As indicações expostas acima foram feitas com intuito de demonstrar que Jaboaão, a “Moscouzinho do Brasil”, não estava sozinha no *hall* das aspirantes à sede da capital soviética no Brasil. De fato, essas denominações eram construídas e serviam unicamente aos setores anticomunistas que reforçavam a necessidade da intensificação no combate ao avanço dos comunistas no país.

Enfatizo, por fim, que apesar das limitações impostas à atuação dos comunistas no decorrer da experiência liberal-democrática, os membros do extinto PCB continuaram a atuar e influir na política nacional. Mesmo que se considere a ocorrência de diversos eventos em que a repressão do Estado ficou mais que evidente, não se pode falar numa aniquilação completa da ação dos comunistas. Este trabalho demonstrou que nas regiões onde o PCB possuía uma base sólida e detinha um número considerável de eleitores, as demais frentes

partidárias vez ou outra tiveram que recorrer à influência dos comunistas. Em Pernambuco, praticamente em todos os pleitos realizados entre 1945 e 1964, os comunistas – na clandestinidade ou não – participaram de alguma forma, seja através do registro de seus membros ou simpatizantes por outras legendas, seja sugerindo aos seus militantes o voto em candidatos vistos como mais progressistas. Dessa forma, é possível considerar que a partir da cassação do registro do PCB em maio de 1947, os comunistas passaram a vivenciar uma “liberdade tutelada”, suas ações ora foram cerceadas, ora eram negligenciadas. Desde que vigiados e com autonomia limitada, os comunistas poderiam agir, pleitear cargos e participar de eleições.

Bibliografia

AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife, da Frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7. ed. – Rev. e aumentada – São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol.1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 296-331.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Lisboa : Editorial Estampa, 1998.

BERTONHA, João Fábio. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura militar (1945-1985). In: *Diálogos*. Maringá, Vol. 13, nº 1, 2009.

BEZERRA, Gregório. *Memórias: primeira parte - 1900-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Memórias: segunda parte - 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CALHEIROS, Vladimir. *Contagem Regressiva: história e memória*. Recife, Ed. do autor, 1998.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP, 1945-1950*. Porto Alegre: EDIPURS, 2001.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. “A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). In: *As Esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.

CAVALCANTI, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife: CEPE, 2008, v.1.

_____. *O caso eu conto, como o caso foi: fatos do meu tempo*. Recife: CEPE, 2008, v.2.

CHILCOTE, Ronald H. *PCB: Conflito e integração*. São Paulo: Edições Graal, 1982.

COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, nº 46, 2003.

D´ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carismas e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DA COSTA, Hélio. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicalismo no pós-guerra*. São Paul: Scritta, 1995.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

_____. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. 2. ed. São Paulo: LTR, 2011.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional*. 3 ed. Maceió, EDUFAL, 2006.

DULLES, John Watson Foster. *O comunismo no Brasil: 1935-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FALCÃO, João. *O partido comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945 - 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro/Niterói: Mauad/Eduff, 2002.

FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)*. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

FERREIRA, Marieta Moraes. "História, Memória e Tempo Presente", In: *Novos Domínios da História*. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FONSECA, Manoel Felipe Batista da. Base Fox: aspectos do estabelecimento e desenvolvimento da base naval da U.S. Navy no Recife durante a campanha do Atlântico Sul (1941-1943). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco Recife: O autor, 2014. 180 f.

GOMES, Angela de Castro. "Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo". In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

_____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. Partido Trabalhista Brasileiro: getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo social (1945- 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo social (1945-1964)*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2,

GUERRA, Marília Calheiros. *Retalhos do Passado*. Ed. do autor: Recife. 2007,

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAVAREDA, Antônio. *Partidos no pós-guerra: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVILAIN, Philippe. "Os protagonistas: da biografia". In REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas/Editora da UFRJ, 1996.

LIMA FILHO, Andrade. *China Gordo: Agamenon Magalhães e sua época*. Recife: UFPE/Editora Universitária, 1976.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-64)*. 1.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MACEDO, Michelle. *O movimento queremista e a democratização de 1945: Trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Comunistas Brasileiros: Cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Boitempo, 2004.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PANDOLFI, Dulce. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Massangana, 1984.

PARAÍSO, Rostand. *O Recife e a II Guerra Mundial*. 2. ed. Recife: Bagaço, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n.3.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. O movimento trotskista e a República democrática (1946-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)*. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 141-172.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. *Jaboatão: Histórias, Memórias e Imagens*. Recife: FUNDARPE/CEPE, 1996. v. 1.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins Rodrigues. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 10, tomo III.

SALGADO, Plínio. O Integralismo e o Partido de Representação Popular. Idade Nova, 27. Out. 1946 , p.5. In: CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP, 1945-1950*. Porto Alegre: EDIPURS, 2001.

SAMIS, Alexandre. “Presenças indômitas: Jose Oiticica e Domingos Passos”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *A Formação das Tradições (1889 - 1945)*. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.

SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, Taciana Mendonça. Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife: O autor, 2009. 118 f.

SATO, Eiiti. *Três Inflexões na Política Exterior do Brasil: 40 Anos de Política Externa Brasileira*. Revista Brasileira de Política Internacional, Edição Comemorativa, 1998.

SILVA, Hélio. *1945: Porque depuseram Vargas*. (O Ciclo de Vargas - v. 15) com a colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

SILVEIRA, Sergio Augusto. *Oswaldo Lima Filho: ação política na trincheira nacionalista*. Série Perfis Parlamentares, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco: Recife, 2001.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VELOSO, Van-Hoeven Ferreira. *Jaboatão dos meus avós*. 2. ed. Recife: Centro de Estudo de História Municipal, 1982.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VICENT, Gerard. "Ser comunista? Uma maneira de ser". In: Antoine Prost e Gérard Vincent (orgs.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, v. 5.

VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo.

Fontes

Periódicos

Rio de Janeiro

Correio da Manhã

O Globo

O Radical

Tribuna Popular

Recife

Diário da Manhã

Diário de Pernambuco

Folha da Manhã

Folha do Povo

Jornal do Commercio

Problemas: Revista Mensal de Cultura Política nº 5 - Dezembro de 1947. Disponível em: http://www.marx.org/portugues/marighella/1947/12/politica_05.htm

Prontuários

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 1399: PCB Jaboaão.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 7, Volume 2: Comitê Estadual de Pernambuco.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Acervo da Divisão de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro (DPS-RJ). Notação 618: Partido Popular Progressista (PPP).

Prontuário Individual, Nº 2.335, Antonio Muniz de Farias. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

Prontuário Individual, Nº 4.612, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

Prontuário Individual, Nº 8.796, Aníbal Ribeiro Varejão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

Prontuário Nº 26.747, PCB Jaboaão. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).

Entrevistas

Entrevista realizada com Marília Calheiros Guerra em 9 de agosto de 2010.

Sites

<http://informacao.seplande.al.gov.br/alagoasmapas/20130228/mapa-politico-administrativo-alagoas-2013>

<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/daniel-aarao-reis-as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira-524443.asp>

http://www.borborema.sp.gov.br/_portal/autoridades/ver.asp?id=204

http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/udn/registroProvisorio.htm

Fontes diversas

Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947.

Constituição do Estado de Pernambuco aprovada em 25 de julho de 1947.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 18 de setembro de 1946.

Estudos do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil, 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

Relatório do Tribunal Regional Eleitoral das Eleições de 19 de janeiro de 1947.

Apêndice

APÊNDICE 1 - LISTA DOS ENGENHOS DE JABOATÃO (DÉCADAS DE 1960/70)

Nº	ENGENHO	FORNECIA CANA PARA USINA	PROPRIETARIO
1	Alta vista		Mem Sampaio Barreto
2	Barbalho	Muribeca	
3	Bela vista	Bulhões	
4	Camassari	Bulhões	Ar. Joel De Albuquerque Queiroz
5	Canaduba		
6	Capelinha	Muribeca	Usina Muribeca
7	Caruna	Jaboatão	
8	Caxito	Jaboatão	Mauricio Martins De Albuquerque
9	Comportas		José Maranhão (Primo de Julio Maranhão)
10	Conceição	Muribeca	Usina Muribeca
11	Cova da onça		Alfredo Barbosa Coelho vendeu ao filho do Coronel Chico Heráclio de Limoeiro, o Dep. UDN Antônio Heráclio do Rêgo
12	Covêtas	Bulhões	José Queiroz / Joel De Albuquerque Queiroz 1971
13	Goiabeira	Bulhões	
14	Guarany		José Juvenal Da Silva
15	Guararapes	Muribeca	Frederico Maranhão
16	Irrigação	Bulhões	
17	Macujé	Jaboatão	Maria Ana Barreto De Souza Leão / D. Maria Da Piedade Maranhão
18	Manassú		Nicéas Arcoverde Gusmão
19	Mato		
20	Megaípe de baixo		Humberto Lins Barradas
21	Morenos	Muribeca	Antônio De Souza Leão Neto
22	Muribequinha	Muribeca	Usina Muribeca
23	Mussaiba		
24	Palmeira	Jaboatão / 1971 bulhões	Mauricio Martins De Albuquerque - Manoel Xavier Carneiro De Albuquerque - Djalma Matos
25	Pedra lavrada	Jaboatão	
26	Penanduba	Jaboatão	Manoel Barbosa da silva – barão de limoeiro
27	Penandubinha	Jaboatão	Usina Jaboatão
28	Pinheira	Bulhões	
29	Recreio		
30	Rico	Bom jesus s/a	
31	Salgadinho	Muribeca	
32	Santa rosa	Bulhões	
33	Santana		Francisco Casado da Fonseca
34	Santo amaro		Maria Da Piedade Albuquerque Maranhão /

			João Azevedo De Barros Cavalcante
35	São Braz	Bom Jesus s/a - cabo	Rinaldo Meira Lins
36	São Joaquim	Jaboatão	Grupo Antonio Martins De Albuquerque
37	Secupeminha	Jaboatão	Grupo Antonio Martins De Albuquerque
38	Suassuna Mirim	Jaboatão	José Alexandrino Ferreira
39	Timbó		Souza Leão, Manoel Cabral de Mello, casado com Maria de Jesus de Souza Leão

Lista dos engenhos de Jaboaão elaborada a partir dos processos da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Jaboaão.

Anexos

ANEXO 1 – DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS POPULARES REGISTRADOS SOB A LEGENDA DO PSD EM JABOATÃO.

FOLHA DO POVO 22-10-1947

A HEROICA CIDADE FERROVIARIA DE JABOATÃO SUFRAGA ESTES NOMES RECOMENDADOS POR LUIZ CARLOS PRESTES

PARA A DEPUTAÇÃO ESTADUAL



NELSON MONTEIRO Cassimiro Pereira PAULO CAVALCANTI

PARA PREFEITO

PARA VICE-PREFEITO



Arribal Ribeiro Varejão



DR. MANUEL RODRIGUES CALHEIROS

PARA SUB-PREFEITO



Abinae S. de Nascimento

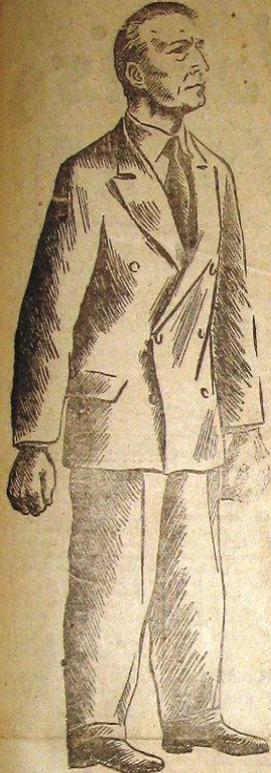
PARA O CONSELHO MUNICIPAL



Rivaldo de Oliveira José do Rego Barros Eliseu Manuel da Silva Derivaldo Mendes José Francisco de Almeida

Candidatos do povo, apoiados pelos comunistas e registrados sob a legenda do P. S. D.

ANEXO 2 – RECOMENDAÇÃO DE PRESTES PARA AS ELEIÇÕES DE 26 DE OUTUBRO EM PERNAMBUCO



SENADOR PRESTES

PRESTES DISSE: ESTES SÃO OS MEUS CANDIDATOS

NO RECIFE EM OLINDA PARA DEPUTAÇÃO ESTADUAL

OS CANDIDATOS DO POVO DO RECIFE NAS ELEIÇÕES DE HOJE

- PARA VICE-PREFEITO: John Kirchoffer Cabral
 PARA SUB-PREFEITO: Vicente Barbosa
 PARA VEREADORES:
- 1 — AGUNALDO DE BARROS CORREIA
 - 2 — PEDRO KENAUX DUARTE
 - 3 — OTAVIO JOSE DO NASCIMENTO
 - 4 — CANDIDA MARANHÃO OTERO
 - 5 — CARLOS JOSÉ DUARTE
 - 6 — HEITOR MANUEL PEREIRA
 - 7 — JÚLIA SANTIAGO DA CONCEIÇÃO
 - 8 — ANDRÔNICO JOSÉ DE BARROS
 - 9 — CLAUDINO LOURENÇO DE ALBUQUERQUE
 - 10 — DEMOCRITO RAMOS DA SILVEIRA
 - 11 — JOSÉ ALBINO F. DE MIRANDA
 - 12 — JOSÉ COUTINHO DE LIMA
 - 13 — RAFAEL JUSTINO DA SILVA
 - 14 — ANTONIO MARQUES DA SILVA

PARA PREFEITO:

Bernardino de Sousa e Silva

PARA SUB-PREFEITO:

João Rodrigues Sobral

PARA VEREADORES:

- Professor Salvador Nigro
- Antonino da Silva Matos
- Peixoto Guimarães
- Amaro Francisco da Rocha
- Irineu José Ferreira
- Francisco Bento da Silva
- Professor Adolfo Pereira Simões



Nelson Monteiro



Paulo Cavalcanti



Cassimiro Pereira



Conivência da polícia noticiada a TRIBUNA POPULAR (6ª página)

Telefones de informações eleitorais (2ª)

Preferência de eleitores na votação (2ª)

Contra a fraude e o mistério, votai nos candidatos populares

Folha do POVO

UNIDADE * DEMOCRACIA * PROGRESSO

SEGUNDA FASE -- Recife Domingo, 26 de Outubro de 1947 - ANO II - Nº 591

Em Jaboatão

OS CANDIDATOS DO POVO DE JABOATÃO NAS ELEIÇÕES DE HOJE

PARA PREFEITO:
Dr. Manuel Rodrigues Calheiros

PARA VICE-PREFEITO:
Dr. Aníbal Ribeiro Varejão

PARA SUB-PREFEITO:
José do Rêgo Barros e Durvalino Mendes

PARA VEREADORES:

- 1 — ABIMAEI SANTOS DO NASCIMENTO
- 2 — RIVALDO DE OLIVEIRA
- 3 — ELIAS MANUEL DA SILVA
- 4 — JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA

Em Paulista

CANDIDATOS DO POVO DE PAULISTA NAS ELEIÇÕES DE HOJE

SUB-PREFEITO DE MARICOTA:
Florian José de Santana

SUB-PREFEITO DE PAULISTA:
João Maranhão de Sousa — (legenda do PSD)

PARA VEREADORES:

- Luiz Braz Luna
- Maria José de Albuquerque
- José Lino Ramos
- Antônio Jorge da Costa
- Severino Gouveia Botelho
- José Francisco de Sousa
- Eudides Fidéls da Silva
- Francisco Ferreira da Silva
- João de Sousa

ESMAGUEMOS A REAÇÃO VOTANDO NESTES NÔMES

SO E' CAMA-PATENTE LEGITIMA A QUE TIVER NO LASTRO ESTA FAIXA AZUL

IND. "CAMA-PATENTE" L. LISCIO S/A.

CUIDADO COM AS IMITAÇÕES!

Folha do Povo, Recife, 22 de Outubro de 1947, 1ª página.

ANEXO 3 - "CANDIDATOS DO POVO" ELEITOS EM OUTUBRO DE 1947

**CANDIDATOS DO POVO ELEITOS
COM O APOIO DOS COMUNISTAS**

EM JABOATAO **EM VITORIA DE SANTO ANTÃO**



Vice-prefeito Anibal Varejão



Vereador Mário Prado



JOSE FERREIRA DA COSTA, vice-prefeito



Sub-prefeito José da Rêgo Barros (Jaboatão)

PREFEITO



DR. MANOEL RODRIGUES CALHEIROS



Prefeito José Joaquim (apoiado pelos comunistas)
NA CHAPA DO P. S. D.

NO CABO



Vereador Manoel Estêvão
NA CHAPA DO P. S. D.



Vereador Abimael Santos do Nascimento

EM NAZARE'



Vereador Benício Lima NA CHAPA DA U. D. N.

<p>EM MORENO : Severino Antonio Luiz Gonzaga Alves (Na Chapa do PSP)</p>	<p>EM GAMELEIRA : Antônio Buarque Lima Euclides Alves Carneiro (Na Chapa do PRD)</p>
<p>EM CARPINA : Osório Gomes (Na Chapa do PRD)</p>	<p>EM PAUDALHO : José Rodrigues (Na Chapa do PSP)</p>

NA CHAPA DO P. S. D.

ANEXO 4 - ANÚNCIO DA VITÓRIA DE MANOEL CALHEIROS EM JABOATÃO

ELEITO EM JABOATÃO O PRIMEIRO PREFEITO COMUNISTA DO BRASIL

A vitória do dr. Rodrigues Calheiros é uma vitória da democracia - Quatro vereadores comunistas eleitos na legenda do Partido Social Democrático



DR. MANOEL RODRIGUES CALHEIROS

Jaboatão viveu ontem noite momentos de insubornável vibração democrática, quando, com a aprovação do pleito municipal, foi eleito o primeiro prefeito comunista do Brasil, Humberto Barradas, 219 votos, que apresentou os seguintes nomes:

- Vereadores:
 - Dr. Manoel Rodrigues Calheiros PSD, 257; Arnanildo de Oliveira PRD, 235; Rivaldo Claudino de Oliveira PRD, 233; Odilon de Andrada Ribeiro Vaz PRD, 225; Elias

Manuel de Silva PSD, 228; José Rodrigues de Melo PSD, 220; Vicente Bento Ferreira Carvalho PRD, 167; José Domingos de Melo PSD, 147. Entre os eleitos destacam-se os vereadores comunistas Abmael Santos, o mais votado de

Aberto o Comércio até às 12 horas

O dia de hoje, dedicado à laboriosa classe dos comerciantes, é considerado feriado estadual e municipal.

Entretanto, o comércio cerrará as suas portas às 12 horas, o mesmo acontecendo com as repartições públicas.

Na hora do expediente, logo após a apresentação de um requerimento de informações ao Executivo sobre supostas irregularidades do Instituto de Servidores Públicos do Estado de Pernambuco, de autoria do deputado Antônio Heráclio, e a de um projeto de lei solicitando a ajuda do Estado para a aquisição de um motor para o fornecimento de energia elétrica ao hospital de Santa Tallada, do sr. Diocleciano Pereira Lima, usou da palavra o coligacionista padre Félix Barreto para pedir à Casa a aprovação de uma moção de aplauso aos generais que

com o golpe de 29 de outubro, instaram o combate e a liquidação das liberdades democráticas conquistadas naquele ano. O líder comunista, Davi Capistrano apertou-se seguidas vezes para dizer que a sua bancada não apoiaria a referida moção por julgar os homens responsáveis por aquele movimento, responsáveis igualmente por esse regime de instabilidade e de conação política que ai está, quando nem todos os brasileiros têm o direito de expor livremente as suas ideias, de escolher este ou aquele partido, segundo as suas preferências.

«O que o golpe de 29 de outubro vivava era o esmagamento dos comunistas, razão porque as senhas do nosso partido foram postas sob a vigília

Protesta a Assembléa da Paraíba contra a prisão dos parlamentares comunistas em Alagoas

JOÃO PESSOA, 29 — A praticada pelo governo da Paraíba, de violação da Constituição da República, de três representantes do Estado aprovou, por unanimidade um requerimento de protesto ao deputado comunista Santa Cruz, constante de uma moção nos seguintes termos:

«Manifestamos à Assembléa Alagoana nossa repulsa ao atentado contra a soberania popular de violação da Constituição da República, de três representantes do Estado aprovou, por unanimidade um requerimento de protesto ao deputado comunista Santa Cruz, constante de uma moção nos seguintes termos:»

Aprovado em 2a. discussão o indecoroso projeto lvo de Aquino

(Texto na 4.ª Página)



UNIDADE * DEMOCRACIA * PROGRESSO

SEGUNDA FASE -- Recife, Quinta-feira, 30 de Outubro de 1947 - ANO II - Nº 594

CEDE O GOVERNO OTAVIO CORREIA

«A camarilha militar fascista que cercava o sr. Dutra»

Discursa o deputado Leivas Otero - O caracter reacionário do golpe de 29 de Outubro - O deputado padre Félix Barreto defende o governo Silvestre Péricles

o deputado Felix Barreto ainda insistiu a respeito, porém o seu discurso tomou após isso novo rumo, voltando-se agora contra a atuação do sr. Murilo Rodrigues, Secretário da Segurança Pública do governo Otavio Correia, a quem aconselhou renunciar em virtude da restrição liberdade de acção conferida ao sr. Barreto na atual administração governamental.



Dep. Leivas Otero

Também, o líder peessedista, Magalhães Melo, declarou de publico a sua desaprovacao pelo macho do deputado Felix Barreto negando ao golpe de 29 de outubro a significação democrática que lhe emprestavam postas sob a vigília

CONTRA O EMPASTELAMENTO DA "TRIBUNA POPULAR"

A Assembléa Baiana condena, por unanimidade esse crime fascista

SALVADOR, 29 (I. P.) da UDN, Joel Presidido. — A Assembléa Legislativa do PTB e Humberto Azeiteiro bahiana aprovou por unanimidade um voto de aprovação do protesto, solidariedade com o im-falou sobre os acontecimentos brasileiros pelo mentos do Rio, que culmenaram de que foi vitimaram com o empastelamento da "Tribuna Popular". O líder da imprensa e responsabilidade comunista Giocando Dies, bilizou o governo federal que, juntamente com os e sr. Pereira Lira pelo deputados Jorge Calmon atestado.

Leira HOJE

ASSUME O PSP A LIDERANÇA DO PLEITO DA CAPITAL (4.ª PAGINA)

Encontram-se ainda encarcerados os deputados comunistas alagoanos

Não houve luta em São Luiz de Quilande - declara o deputado udenista Rui Palmeira

13-vez da reação governamental, publica em sua edição de hoje uma veraz reportagem, em que se declara que aqueles três parlamentares tentaram libertar a mão armada um operário encarcerado desatendendo os princípios deste quando foi apreendida a edição DO MOMENTO ALAGOANO, jornal que é oprimeiramente dirigido pelo deputado

Deputado André Papiul MACEIO, 29 (Da correspondente) — Continua a repressão em todos os setores políticos desta capital o notório jornalista Rui Palmeira, deputado udenista, preso, prendendo e detendo ilegalmente os deputados Rui Palmeira e alagoanos André Papiul, José Maria Cavalcanti e outros de São Luiz de Quilande. A ação de Alagoas por parlamentares presos pelo

Manifesto do PCB, PTB e PSD em apoio à candidatura Cirilo Jr.

S. PAULO, 29 (I. P.) — Firmada pelos srs. Vergueiro de Lorena e Cesar Costa da Comissão Executiva do P. S. D. paulista, Romeo de Frioli, e Nelson Fernandes do P. T. B., e Pedro Pomar e Milton Gaires de Brito comunistas, foi divulgada a seguinte declaração dirigida ao paulista em apoio da candidatura Cirilo Junior a vice-governança do Estado.

Diante do manifesto publicado pelo Deputado Carlos Cirilo Junior, candidato a vice-governador do Estado sentimos nos dever, respeitadas nossas convicções políticas e mantidos nossos programas, como representantes de ponderáveis forças democráticas, de concitar o povo de São Paulo a votar naquele ilustre candidato, certos de que contamos com a entusiasmo e firme adesão da brava gente paulista que não regulará esforços para o êxito da campanha que juntos vamos empreender.

O trabalho leucundo do povo de São Paulo precisava encontrar, na conjugação da lavoura, da industria, do comercio, da intelectualidade e dos trabalhadores da cidade e dos campos, uma expressão de vitalidade, capaz de anular a pretensão daqueles que visam impedir seja o povo paulista um fator eficaz e poderoso da redemocratização do Brasil.

A consciencia democratica do paulista exige-se assim, unida e vigilante, para assegurar os sagrados interesses politicos e economicos do Estado. Nesta campanha eleitoral, podem servir de bandeira para todos aqueles que vivem e trabalham em São Paulo, estes principios, cujo res-

peita constitue, no momento, um imperativo da consciencia civica dos paulistas:

- 1.ª) — Defesa da Constituição da República e da autonomia do Estado;
 - 2.ª) — Preservação e continuo aperfeiçoamento das franquias que asseguram a pluralidade dos partidos;
 - 3.ª) — Defesa das garantias constitucionais de associação politica, liberdade de pensamento e de reunião;
 - 4.ª) — Unidade e fortalecimento das correntes que desejam o desenvolvimento economico e a prosperidade do Estado;
 - 5.ª) — Formação de um ambiente de confiança e de respeito, dentro do qual possa desenvolver-se o progresso de São Paulo e ser executado um elevado programa de elevativa assistência social, intelectual e economica aos trabalhadores;
- O nome do Dr. Carlos Cirilo Junior, que representa uma tradição democratica de cerca de 40 anos de lutas civicas em defesa dos legítimos interesses da coletividade, seja segun garantia de consecução dos elevados propósitos que ora nos animam, nos congregam e nos conduzem ao integral e entusiastico apoio aquela candidatura.
- Cabe ao heróico povo de Piratinga ter presente a imensa responsabilidade que pesa sobre seus ombros e fr os urnas.
- Pela vitória de São Paulo! Pela democratica! Pelo bem do Brasil!

ANEXO 5 - ANÚNCIO DA VITÓRIA DE CALHEIROS EM JABOATÃO NO JORNAL TRIBUNA POPULAR

Eleito um comunista prefeito de Jaboatão, em Pernambuco

A Camara Municipal contra a cassação de mandatos

Mensagem enviada á Camara dos Deputados, em que os representantes do povo carioca manifestam a sua confiança na rejeição do monstruoso projeto Ivo d'Aquino - "A mais brutal violação da ordem constitucional instaurada á custa de tão grandes sacrificios" - O poeta cubano Nicolas Guillen em visita á Camara Municipal

Tribuna POPULAR

UNIDADE DEMOCRACIA PROGRESSO

ANO III ☆ N.º 746 ☆ SEGUNDA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO DE 1947

Adhemar gera intranquilidade para impor o candidato do Catete ao povo paulista

Seus prepostos provocam desordens e atiram sobre a massa nos comícios - Os acontecimentos de Taubaté, Guaratinguetá e do Largo da Concor dia, na Capital paulista - Detido o presidente do Sindicato dos Jornalistas pelos esbirros do "interventor-promessa"

S. PAULO, 2 (Do correspondente, pelo telefone) - O ambiente de insegurança que reina no Estado em face dos



Dr. Adhemar de Barros, ex-governador paulista com o apoio dos fascistas, trabalhistas e comunistas

atentados da campanha do sr. Adhemar de Barros, agravou e nas ultimas horas, diante da presença do sr. Getúlio Vargas, em S. Paulo. Iniciando ontem, a sua visita a este Estado, o senador gaúcho realizou comícios em varias cidades do Vale do Paraíba e nesta Capital. Tanto em Guaratinguetá como

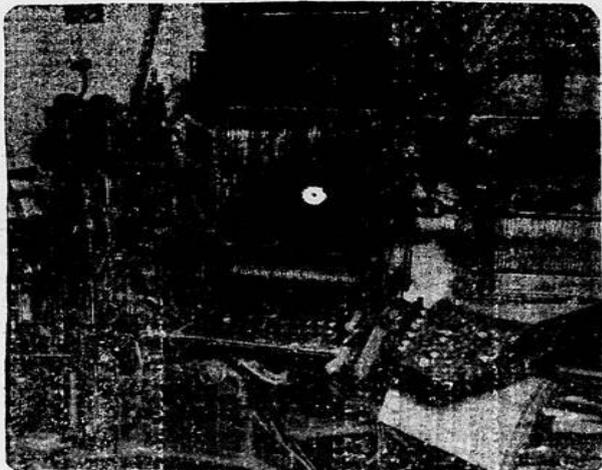
em Taubaté, elementos destacados da eganga, do interventor Adhemar, promoveram desordens e correrias, demonstrando o desespero em que se encontra o ocupante do palacio dos Campos Elísios, pela certeza de que o seu candidato e do sr. Eurico Dutra será derrotado no pleito para vice-governador de São Paulo.

A FRENTE DOS DISTURBIOS O GERENTE DA FABRICA LACTA

Em Taubaté, foi localizada a frente de um grupo de desordeiros e "stiras", Armando Gutfreund, que se diz capitão do Exército Austriaco, gerente de empresas de propriedade do sr. Adhemar de Barros, como a Fabrica de Chocolates Lacta. Aliando-se ao sr. G. Guitard, pertencente a uma familia de latifundiários do Vale do Paraíba, Armando foi figura destacada dos disturbios na praça Epaminondas, procurando de toda a forma que fosse interrompido o comício. Das correrias e fuzilaria resultaram feridas com escoriações, numerosas nessas. Em Guaratinguetá, dois operarios ficaram feridos á face, em consequencia dos conflitos plii registrados, em que a policia adhemarista teve atuação principal.

AS PROVOCAÇÕES NO LARGO DA CONCORDIA

A noite de ontem, no largo da Concordia, local do comício em que deveriam falar os sr. Vargas e Cyrillo, desde cedo apresentava invulgar concentração e uma fabulosa concentração de "stiras" do Departamento de Ordem Política e Social e cavalariáos e soldados da Força Policial, armados de metralhadora e fuzil na 1.ª pág.



A fotografia acima fixa um momento da selvagem destruição praticada pela brigada policial-fascista na oficina da TRIBUNA POPULAR. Botafinas, linotipos, caixas de tipos, tudo ficou transformado num montão de destroços. Aul vemos uma máquina

O PRIMEIRO PREFEITO comunista eleito em Pernambuco

RECIFE (Do correspondente) - Os ultimos resultados das eleições de Jaboatão, no Estado de Pernambuco, acabam de confirmar a eleição para prefeito da cidade, o sr. Manuel Augusto Calheiros, comunista, eleito na chapa do PSD.

E' esse assim, o primeiro prefeito comunista eleito no Estado de Pernambuco, em virtude dos acordos eleitorais firmados com diversos partidos.

"A Camara do Distrito Federal manifesta á Camara dos Deputados a sua emocionada expectativa de que seja repellido pelo representante do povo brasileiro o projeto de cassação dos mandatos, como a mais brutal violação da ordem constitucional instaurada á custa de tão grandes sacrificios". Foi este o texto da moção aprovada pela Camara Municipal, por iniciativa das bancadas da UDN e PTB. A aprovação se deu sob os aplausos de todos os vereadores, aos quais se juntaram as galerias. O vereador Geraldo Monteiro, fascista e debil mental, foi o primeiro a votar contra.

Falando para comemorar a votação, o sr. Adauto Lucio Cardoso, da UDN, alertou o povo contra o golpe que vem sendo preparado por "políticos surdos a todos os ditames da razão, a todas as inspirações da consciência democrática". Realmente, acrescentou, o que se vê no panorama politico é a ignorância e a cegueira e a total incapacidade do governo. O sr. Dutra e os seus conselheiros preparam um golpe politico, que nada mais é do que um passe de magia para ocultar o fracasso de sua situação. Quanto aos problemas do povo, nenhum deles teve até agora solução. O orador declarou-se contra o fechamento de partidos politicos e contra a cassação de mandatos dos legítimos representantes do povo, com os quais o governo Dutra pretende, prossegue o orador, justificar-se da profunda decepção que causou ao povo.

EM NOME DO PTH

Depois do sr. Adauto Lucio Cardoso, foi á tribuna o sr. João Machado, falar em nome do PTH. Disse que nessas providências do governo, visando cassar mandatos dos representantes do povo, os visados não são unicamente os

democráticos. Tais violações não tem fundamento moral algum. Disse que o sr. Dutra está governando á margem do povo. O sr. Benedito Mergulhão, em aparte, diz que a cassação de mandatos equivale á uma usurpação sobre o tomado dos que morreram na Europa para que houvesse democracia no Brasil. O orador prosseguiu, para terminar logo depois, dizendo que os mandatos conferidos pelo povo aos seus representantes, o são em nome de Deus e ninguém poderá cassá-los.

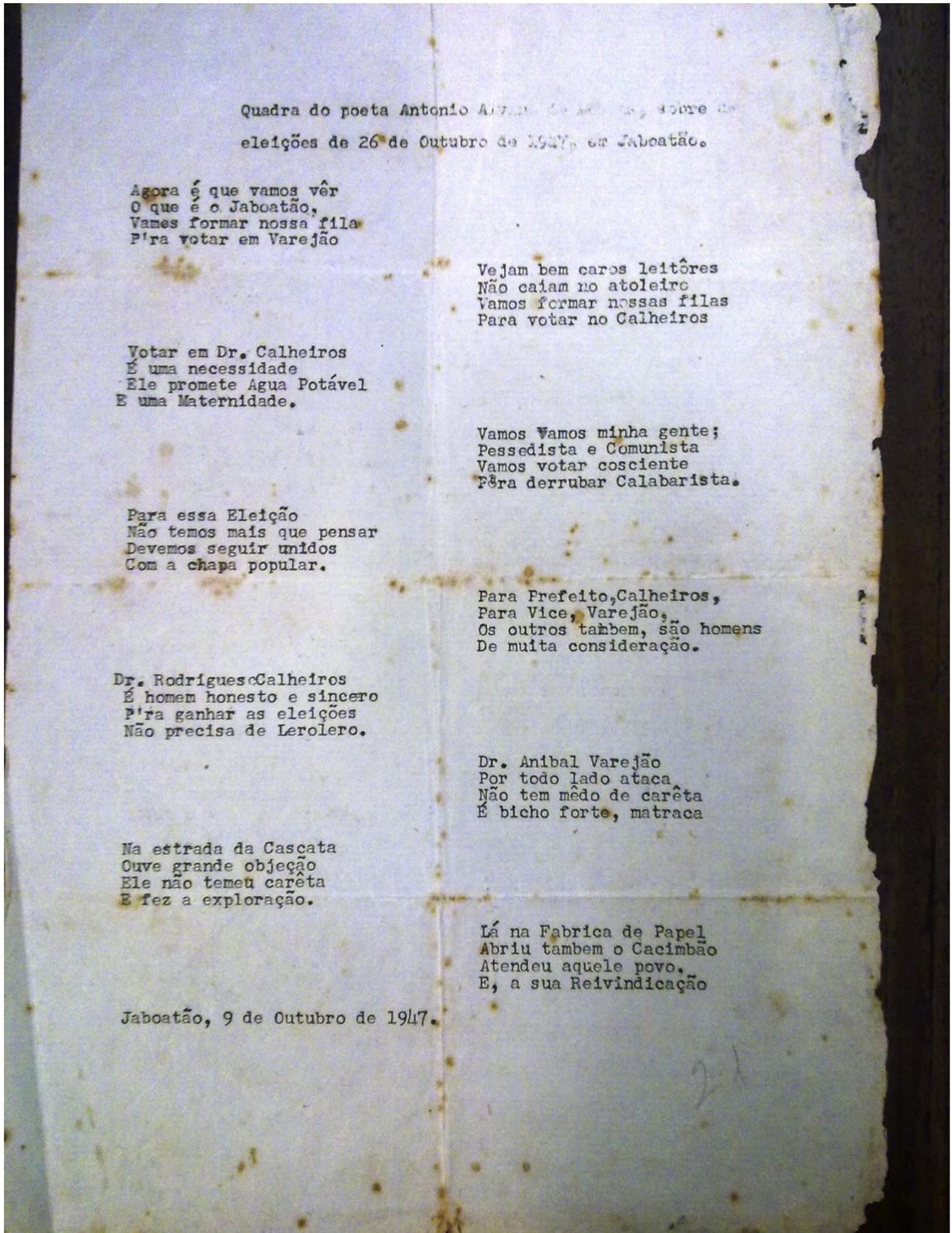
FIM DO PERÍODO LEGISLATIVO

Santa-feira, a Camara Municipal realizou a ultima sessão do periodo legislativo deste ano. Entraram em fecho as votações, provavelmente até março do ano vindouro. Os comunistas e os trabalhistas pleitearam que os senhores fossem prorrogados em a Camara convocada extraordinariamente, logo a seguir, sem intervalo. Argumentaram com a gravidade da situação politica nacional, pois, a Camara é a unica tribuna livre do Distrito Federal, de onde poderiam partir os protestos e o esclarecimento para o povo. Para convocação extraordinária, são precisos dois terços da Casa, ou seja, 23 votos. A bancada do PSD estava contra, os udenistas também contra, instauraram-se infravotantes. Os comunistas e trabalhistas juntos, não pertencem os 23 votos. Não haveria, assim, sessão extraordinária.

A MISSÃO DO POETA

A Camara recebeu a visita do grande poeta cubano Nicolas Guillen, que se fez acompanhar do embaixador de seu país, sr. Gabriel Landau. Saudou-o o sr. Jorge de Lima. Respondendo, o poeta cubano falou a favor da paz e da compreensão entre todos os povos do mundo. A sessão do poeta, dispunha-se a ser feita no dia 7 de outubro.

ANEXO 6 – QUADRA DO POEMA DE ANTONIO ALVES SOBRE AS ELEIÇÕES
DE 26 DE OUTUBRO DE 1947 EM JABOATÃO



Prontuário Individual, Nº 4.612, Manoel Rodrigues da Silva Calheiros. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), acervo documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PE).